

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro

PRAGMATISMO E HUMANITARISMO: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A
CAUSA ARMÊNIA (1912-1922)

Franca

2016

HEITOR DE ANDRADE CARVALHO LOUREIRO

PRAGMATISMO E HUMANITARISMO: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A
CAUSA ARMÊNIA (1912-1922)

Tese apresentada à Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, como exigência parcial para
Obtenção do grau de Doutor em História
Área de concentração: História e Cultura Política
Agência financiadora: CAPES
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresa Maria Malatian
Coorientador: Dr. Vahan Ter-Ghevondian

Franca

2016

Loureiro, Heitor de Andrade Carvalho.

Pragmatismo e humanitarismo: a política externa brasileira e a causa armênia (1912-1922) / Heitor de Andrade Carvalho Loureiro – Franca : [s.n.], 2016.

230 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Teresa Maria Malatian

Coorientador: Vahan Ter-Ghevondian

1. Armênia - História. 2. Política externa. 3. Pessoa, Epitácio - História e crítica. 4. Política e governo - Brasil. I. Título.

CDD – 939.55

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro

PRAGMATISMO E HUMANITARISMO: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A
CAUSA ARMÊNIA (1912-1922)

Esta tese foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Doutor em História no Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista

Franca, novembro de 2016

Prof^a. Dr^a. Teresa Maria Malatian (orientadora)

Professora livre-docente, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus de Franca,
Universidade Estadual Paulista.

A Carlos Daghlían, *in memoriam*, professor emérito do Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas, campus da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
em São José do Rio Preto.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, aos meus colegas de pós-graduação, servidores técnico-administrativos e professores, em especial à minha orientadora, Teresa Maria Malatian, por acolher o projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho e dar todas as condições necessárias para sua consecução. Estendo meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsas de Demanda Social e do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior.

Eu agradeço também à minha família, especialmente aos meus pais e irmã, pelo apoio e amor desde o início. Abaixo, eu reconheço o papel de diversas pessoas que foram cruciais para o desenrolar desta pesquisa, seja pela amizade e inspiração ou por fornecerem informações que abriram novas perspectivas neste trabalho: Ana Carolina Viotti, Anna Aleksanyan, Antonio Henrique Campolina Martins, Ara Sanjian, Aram Adjemian, Archavir Donelian, Arda e Doris Melkonian, Armen Kevork Pamboukdjian, Artsvi Bakhchinyan, Artur Attarian, Athena Madan, Boghos Levon, Zekiyan, Cafer Sarıkaya, Carlos Antaramián, Carlos Daghlilian, Carlos Luis Hassassian, Clodoaldo Bueno, Daniela Boudakian, Daniel Ohanian, Diran Avedian, Eustáquio Donizete, Família Chahinian, Família Moreira Dias, Flávio de Leão Bastos Pereira, Giovane Oliveira, Helenice Moreira Dias, Georges-Henri Ruysen, Hagop Kechichian, Hakob Matevosyan, Hayk Sahakyan, James Onnig Tamdjian, Khachig Tölölyan, João José Reis, Laís Azeredo, Leandro Pereira Gonçalves, Leo Fernandes, Luiz César de Sá Júnior, Maisa Helena de Araujo, Mateus França Holmo “Poha”, Marcelo Mirzeian, Monique Sochaczewski Goldfeld, Naira Meliksetyan, Nareg Seferian, Nittina Bianchi, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, Paulo Knauss, Pedro Bogossian Porto, Pedro Russo, Philippe Arapian, Rafael Bara Alves, Renata Summa, Richard G. Hovannisian, Rodrigo Medina Zagni, Rosirene Medina, Shant Melkonian, Simon Petrosyan, Sona Baloyan, Tamar M. Boyadjian, Tatiana Medina Boudakian, Vahan Agopyan, Vahan Ter-Ghevondian, Vahe Sahakyan, Vartan Matiossian, Vartan Waldir Boghossian, Victor Coutinho Lage, Victor “Triantopoulos” Martins e Victor “Pino” Santos.

Instituições: Armenian Research Center da University of Michigan, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Nacional, Arquivo Nacional da República da Armênia, Biblioteca Nacional, Charents Museum of Literature and Arts, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundación Luisa Hairabedian, Grupo de Pesquisa Conflitos Armados, Massacres e Genocídios

na Era Contemporânea da Universidade Federal de São Paulo, Institute for Contemporary Arts of Yerevan, International Association of Genocide Scholars, Mesrop Mashtots Institute of Ancient Manuscripts (Matenadaran) e Zoryan Institute.

Finalmente, agradeço a Serj, Daron, Shavo e John.

“Se o que procuram é uma pátria, um céu a abrir vocês e seus entes queridos vão para o Brasil, terra generosa, que a tantos já acolheu e os acolherá de braços abertos”.

Rui Barbosa em mensagem endereçada a armênios em 1920.
Folha de São Paulo, 20 de abril de 1966.

“Eu tenho a honra de informar Vossa Excelência que o governo do Brasil está pronto para contribuir, individualmente ou em conjunto com outras potências, para pôr termo à situação de sofrimento da Armênia”.

Azevedo Marques, Ministro de Relações Exteriores do Brasil,
em mensagem ao presidente do Conselho da Liga das Nações, em 30 de novembro de 1920.

“O Brasil, a convite do Conselho Executivo da Liga das Nações, aceitou o encargo de, juntamente com os Estados Unidos da América e a Espanha, servir de mediador na luta entre os armênios e os nacionalistas turcos”

Epitácio Pessoa, Presidente da República, em mensagem ao Congresso brasileiro em 1920.

RESUMO

Nos anos 1910, a causa armênia aportou no Brasil por meio do trabalho do intelectual Etienne Brasil na imprensa e em sociedades científicas no Rio de Janeiro que retratou os armênios como um povo cristão do Oriente, alvo de toda sorte de perseguições por parte dos turcos muçulmanos no Império Otomano. Lançando mão do discurso orientalista largamente difundido no pensamento ocidental no seu tempo, Etienne Brasil buscou sensibilizar o público-leitor e os tomadores de decisão brasileiros a apoiarem os armênios na luta pela criação da República Armênia, cuja independência aconteceu, por fim, em 1918. Assim, Etienne Brasil tornou-se representante diplomático da nova república no Brasil, o que deu a ele o ensejo para dirigir-se ao Catete e ao Itamaraty em busca do reconhecimento oficial brasileiro ao novo Estado e de apoio para sustentar a frágil república e sua população composta, majoritariamente, por refugiados, sobreviventes do genocídio executado pelo governo otomano a partir de 1915. O objetivo desta pesquisa é examinar como a chamada “causa armênia” – conjunto de reivindicações jurídicas do povo armênio no sistema internacional – chegou ao Brasil e tornou-se ponto de pauta na política externa brasileira. Interessa compreender como as demandas armênias foram inseridas nessa agenda por um grupo de interesse de tamanho reduzido, que conseguiu ter acesso aos tomadores de decisão por meio de conexões pessoais, intensa propaganda na imprensa e uma leitura da política internacional que indicava que o Brasil tentava se reposicionar no sistema internacional como um ator de primeiro escalão após a Grande Guerra. Nesse contexto, a causa armênia foi apresentada por Etienne Brasil e seus aliados como uma oportunidade para o governo Epitácio Pessoa mostrar às Potências que o país estava pronto para lidar com desafios no cenário global e era, portanto, merecedor do lugar de destaque que recebeu na Conferência de Paz de Paris em 1919 e na Liga das Nações. A hipótese sustentada é que o apoio brasileiro à causa armênia foi um ato pragmático do governo Epitácio Pessoa que buscava, por meio de uma pauta humanitarista, angariar prestígio para o Brasil no sistema internacional. Todavia, isso não se deu de maneira proativa. O governo brasileiro reagiu às pressões desse grupo de armênios radicados no Rio de Janeiro e aos movimentos dos EUA no cenário internacional. Desse modo, é crucial compreender como esse grupo funcionou como parte de uma diáspora, atuando como uma força transnacional e que conseguiu aproveitar a permeabilidade do sistema político brasileiro para inserir suas demandas. A metodologia consiste na análise de arquivos no Brasil e exterior a fim de reconstituir a negociação entre armênios e brasileiros para que esses últimos apoiassem as reivindicações dos primeiros nos

fóruns internacionais, além da leitura minuciosa da imprensa carioca nos anos 1910-1920, instrumento de sensibilização da opinião pública para pressionar o Brasil a intervir. No final de 1920, o governo brasileiro aceitou, finalmente, atuar como mediador na pacificação da Armênia, balizado pelas ideias do humanitarismo moderno, mas guiado pelo pragmatismo, em busca de prestígio no sistema internacional.

Palavras-chave: Armênia. Política externa brasileira. Causa armênia. Epiácio Pessoa. Etienne Brasil.

ABSTRACT

In the 1910s, Brazilian audience heard, for the first time, about the ‘Armenian Cause’ through the work of the intellectual Etienne Brasil. At that time, Brasil published several articles through the press and scientific societies in Rio de Janeiro, in which he portrayed the Armenians as Christian people from the East which had suffered all types of persecutions by the hands of the Turk-Muslims within the Ottoman Empire. Brasil’s reports were Orientalist in nature, largely spread in western thought at the time as a way of appealing to the Brazilian readership and decision-makers in order to support Armenians to create the Armenian Republic. When Armenia became independent, in 1918, Etienne Brasil became the first Armenian diplomatic representative in South America, which provided him an opportunity to address his appeals to the Brazilian presidency and to the Minister of External Relations in search of support to sustain the fragile republic whose population was majority composed by refugees, and survivors of the genocide perpetrated by the Ottoman government after 1915.

This research aims to examine how the “Armenian cause” – range of juridical demands of the Armenian people within the international system – arrived in Brazil and became part of the Brazilian foreign policy agenda. Armenian demands were incorporated on this policy agenda by a small interest group that had been able to obtain access to decision-makers through personal connections and intensive press propaganda. Brazil was trying to realign itself within the international system as a key player after the Great War. In this context, the Armenian cause was presented by Etienne Brasil as an opportunity to show to the Powers that Brazil was ready to deal with challenges in that new global scenario and, therefore, deserved the prominent place that it had received at the Paris Peace Conference in 1919 and at the League of Nations. The hypothesis is that Brazilian support towards the Armenian Cause was a Pessoa administration’s pragmatic act that sought, through a humanitarian agenda, to gain prestige at the global level. However, this did not happen proactively. The Brazilian government responded to the pressure of this group of Armenians living in Rio de Janeiro and the American moves at the international arena. As such, this group worked as part of a diaspora acting as a transnational power, which could take advantage of the Brazilian political system’s porosity to influence Brazil’s agenda.

The methodology consisted in analyzing files and documents from archives in Brazil and abroad to reconstitute the negotiations between Armenians and Brazilians in order to get the latter to support the former at the international fora, as well as analyzing the Rio de Janeiro’s

press in the 1910-20s, which were a tool to sensitize public opinion to push Brazil to take action. In the late 1920, the Brazilian government finally accepted to act as mediator in the conflict between Armenians and Turks imbued with the modern humanitarianism ideas, but guided by the pragmatism and desire for prestige in the international system.

Keywords: Armenia. Brazilian foreign policy. Armenian Cause. Epitácio Pessoa. Etienne Brasil.

ՄԵՂՄԱԳԻՐ

Հայկական հարցի մասին Բրազիլիայի հանրությունն առաջին անգամ տեղեկացել է 1910-ականներին՝ մտավորական Էթիէն Պրազիլի աշխատանքների միջոցով: Նշված ժամանակահատվածում Բրազիլը հրատարակել է մի շարք հոդվածներ Ռիո դե Ժանեյրոյի պարբերական մամուլի և գիտական հանրության միջոցով, որոնցում նա նկարագրել է հայերին որպես Արևելքի քրիստոնյաների, ովքեր տառապել են բոլոր տեսակի հալածանքներից՝ Օսմանյան կայսրության թուրք մուսուլմանների ձեռքին: Բրազիլի հրապարակումներն իրենց էությամբ օրինատալիստական էին, ինչը լայնորեն տարածված էր այդ շրջանում արևմտյան մտածողության մեջ՝ իբրև միջոց ազդելու Բրազիլիայի ընթերցողների և որոշում կայացնողների վրա, որպեսզի վերջիններս օգնեն հայերին հիմնելու Հայաստանի Հանրապետություն: Երբ 1918 թվականին Հայաստանն անկախացավ, Էթիէն Պրազիլը դարձավ առաջին հայ դիվանագիտական ներկայացուցիչն Հարավային Ամերիկայում, ինչն էլ իրեն հնարավորություն ընձեռեց իր խնդրագրերն հասցեագրել Բրազիլիայի նախագահությանն ու Արտաքին գործերի նախարարությանը՝ փնտրելով նրանց աջակցությունը սատարելու փխրուն հանրապետությանը, որի բնակչության մեծամասնությունը փախստականներ էին և 1915 թվականից հետո Օսմանյան կառավարության իրականացրած ցեղասպանությունից փրկվածներ:

Սույն ուսումնասիրությունը նպատակ ունի քննելու թե ինչպես “Հայկական Հարցը”, որպես միջազգային համակարգում հայերի իրավական պահանջ, հասել էր Բրազիլիա և մտել Բրազիլիայի արտաքին քաղաքականության օրակարգ: Հայկական պահանջները քաղաքական օրակարգ էին ընդգրկվել [հարցով] հետաքրքրված մի փոքր խմբի միջոցով, ովքեր անձնական կապերի և մամուլի ինտենսիվ քարոզչության շնորհիվ հասանելիություն էին ձեռք բերել դեպի որոշում կայացնողները: Առաջին աշխարհամարտից հետո Բրազիլիան փորձում էր իր տեղը վերահաստատել միջազգային համակարգում որպես գլխավոր խաղացող: Այս համատեքստում Էթիէն Պրազիլի կողմից Հայկական հարցը ներկայացվում էր որպես հնարավորություն՝ ցույց տալու մեծ տերություններին, որ Բրազիլիան պատրաստ էր դիմակայելու ստեծված համաշխարհային նոր սցենարի մարտահրավերներին, և, հետևաբար, արժանի էր այն կարևոր տեղին, որին արժանացել էր 1919 թվականի Փարիզի խաղաղության վեհաժողովում և Ազգերի Լիգայում: Վարկածը կայանում է նրանում, որ Բրազիլական աջակցությունը Հայկական հարցին Պետոայի վարչակազմի պրագմատիկ քայլն էր՝

համաշխարհային հեղինակություն շահելու համար օրակարգ բերելով մարդասիրությունը: Սակայն սա տեղի չէր ունենում նախաձեռնողաբար: Բրազիլական կառավարությունը պատասխանել է Ռիո դե Ժանեյրոյում ապրող այս հայերի խմբի ճնշումներին և միջազգային ասպարեզում ամերիկյան քայլերին: Որպես այդպիսին, այս խումբն աշխատել է իբրև սփյուռքի մի մաս՝ գործելով որպես համահայկական ուժ, որը օգտվելով Բրազիլիայի քաղաքական ծակոտկենությունից, ազդեցություն է ունեցել քաղաքական օրակարգի վրա:

Մեթոդաբանությունը բաղկացած է Բրազիլիայում և արտասահմանում գտնվող ֆայլերի և փաստաթղթերի վերլուծության միջոցով վերականգնելով հայերի և բրազիլացիների միջև եղած բանակցությունները՝ հասկանալ վերջինիս աջակցությունը միջազգային ամբիոններում, ինչպես նաև վերլուծության ենթարկել 1910-20-ականների Ռիո դե Ժանեյրոյի մամուլը, որը մի գործիք էր հանրային կարծիքը զգայունացնելու միջոցով մղել Բրազիլիային միջոցներ ձեռնարկել: 1920-ականների վերջին Բրազիլիան վերջապես ընդունում է հայերի և թուրքերի հակամարտության միջնորդի դերը՝ համակված ժամանակակից մարդասիրական գաղափարներով, սակայն առաջնորդվելով պրագմատիզմով և միջազգային համակարգում հեղինակություն ձեռք բերելու բաղձանքով:

Քանալի բառեր. Հայաստան, Բրազիլիայի արտաքին քաղաքականություն, Հայկական հարց, Էպիտասիո Պետոա, Էթիէն Պրազիլ

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHI = Arquivo Histórico do Itamaraty

AN = Arquivo Nacional

ARFA = Armenian Revolutionary Federation Archives

CPDOC = Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CUP = Comitê União e Progresso

Dashnak = Federação Revolucionária Armênia, *Hay Heghap'okhakan Dashnakts'ut'yun*

IHGB = Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGF = Instituto Histórico e Geográfico Fluminense

HDB/BN = Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional

Hnchakyan = Partido Socialdemocrata *Hnchakyan*

IEB/USP = Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo

MLA/RA = Museum of Literature and Art after Yeghishe Charents

NAA/RA = National Armenian Archives/Republic of Armenia

ONU = Organização das Nações Unidas

PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRP = Partido Republicano Paulista

PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira

PT = Partido dos Trabalhadores

UGAB = União Geral Armênia de Beneficência

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 GENOCÍDIO, DIÁSPORA E A REPÚBLICA DE 1918-1920.....	39
2.1 O crepúsculo otomano e a questão das minorias.....	39
2.2 A questão armênia no sistema internacional	43
2.3 Os Jovens Turcos.....	47
2.4 A Grande Guerra e o Genocídio.....	50
2.5 A República Armênia (1918-1920).....	58
3 A CHEGADA DA CAUSA ARMÊNIA AO BRASIL.....	70
3.1 Do sacerdócio à pena: a formação do intelectual	71
3.2 Orientalismo e a causa armênia.....	83
3.3 O Povo Armênio.....	105
4 DAS PALAVRAS À AÇÃO: ETIENNE BRASIL E A LEGAÇÃO ARMÊNIA NO BRASIL	113
4.1 A causa armênia no Brasil pós-Grande Guerra	113
4.2 A institucionalização das relações armênio-brasileiras	122
4.3 A esperança do mandato brasileiro sobre a Armênia	137
4.4 O reconhecimento brasileiro da independência da República Armênia.....	142
4.4.1 Leilão de Almas.....	144
4.4.2 As repercussões de Sèvres.....	149
4.4.3 A efetivação do reconhecimento	152
4.5 A ocupação bolchevique e o fim da Legação Armênia no Brasil	155
5 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO MULTILATERALISMO NAS DÉCADAS DE 1910-1920.....	167
5.1 O Brasil na Grande Guerra.....	167
5.2 A participação brasileira na Conferência de Paz de Paris e na Liga das Nações	170
5.3 A causa armênia na Liga das Nações	177
5.4 A “missão humanitária” na Armênia e a “ilusão de poder” brasileira	180
6 CONCLUSÃO.....	200
Fontes listadas por arquivos consultados.....	205
Referências bibliográficas	210
Teses e dissertações	210
Livros.....	211
Artigos e capítulos de livros	216
ANEXO	220

1 INTRODUÇÃO

No dia 29 de maio de 2015, pouco mais de um mês após os eventos de rememoração de cem anos do início do genocídio armênio, a imprensa em Yerevan¹ – capital da República da Armênia – noticiou com empolgação que o Brasil teria reconhecido os massacres dos armênios otomanos iniciados em 1915 como *genocídio*, seguindo assim, com décadas de atraso, o que muitos países já haviam feito, incluindo os vizinhos Argentina e Uruguai. Apesar da notícia ter sido divulgada pelo Ministério de Relações Exteriores da República da Armênia, replicando informação da Embaixada do país em Brasília, nem a imprensa brasileira, tampouco a Embaixada do Brasil em Yerevan confirmavam o reconhecimento. Após alguma confusão, descobriu-se que aquilo que a Embaixada da Armênia considerava como o reconhecimento brasileiro era, em realidade, a aprovação de uma “Moção de Solidariedade ao povo armênio pelo transcurso do Centenário da Campanha de extermínio de sua população”, primeiro no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e depois pelo plenário da Casa.

A notícia foi recebida com entusiasmo pela comunidade armênia no país que há décadas buscava atingir esse objetivo e despertou a ira da República da Turquia, que chamou o embaixador brasileiro em Ancara para prestar esclarecimentos e convocou o seu diplomata em Brasília para consultas. Ao Itamaraty, que se viu entre uma decisão legítima do Senado Federal e os protestos de uma nação soberana, coube lamentar a atitude de Ancara e reafirmar o princípio da independência de poderes, numa tentativa de convencer a Turquia que as relações bilaterais não haviam mudado desde a aproximação entre os dois países em 2009, quando Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), fez a primeira visita oficial de um Presidente da República Federativa do Brasil² ao país situado entre Europa e Ásia. Relações essas que foram definitivamente seladas no ano seguinte, quando Turquia e Brasil sentaram-se

¹ Em armênio Երեւան, comumente transliterado como Erevan ou Ierevan em português. Neste texto, optou-se por usar a forma Yerevan considerando a ampla difusão que essa grafia possui na literatura e que ela representa adequadamente a fonética da palavra no idioma armênio.

² Em outubro de 1876, o imperador do Brasil D. Pedro II visitou o sultão Abdul-Hamid II em Constantinopla, capital do Império Otomano. GOLDFELD, Monique Sochaczewski. *O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional: contrastes e conexões* (1850-1919). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em História, Política e Bens Culturais, 2012, p. 151.

à mesa de negociações com o Irã para discutir o programa nuclear desse último, à revelia da política de sanções econômicas ao país dos aiatolás, defendida por Washington e seus aliados.

De fato, restou ao governo brasileiro, encabeçado pelo PT, gerenciar a crise diplomática causada pela moção aprovada no Senado Federal, originalmente proposta e assinada pelos senadores paulistas Aloysio Nunes Ferreira e José Serra, ambos do oposicionista Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), aliado de primeira hora da dinâmica coletividade armênia estabelecida, sobretudo, em São Paulo. Essa coletividade, organizada em um eficiente grupo de pressão no ano de rememoração do centenário do genocídio, conseguiu unificar as entidades comunitárias há muito existentes. Representados, de um lado, por clubes, igrejas, associações beneficentes e agremiações políticas – tradicionalmente amalgamadas pelo Consulado Geral Honorário da República da Armênia em São Paulo – e, por outro, pela Embaixada da República da Armênia no Brasil – criada em 2010 – representante dos interesses de Yerevan no país, a comunidade pôde acionar aliados políticos para a consecução da aprovação de um texto de alcance nacional que reconhecesse os massacres contra a população armênia otomana a partir de 1915 como um genocídio³.

O fato de o Senado Federal tomar posição, por meio de dois parlamentares de oposição, sobre uma questão de relações internacionais, colocando o Executivo em situação delicada, mostra o quanto as esferas da política interna e externa estão interligadas – sobretudo em curto-prazo – ainda que não se possa toma-las como uma só⁴. A comunidade armênia possui relações de primeira hora com o PSDB desde a primeira metade dos anos 1980, quando os armênios radicados em São Paulo iniciaram um trabalho para alterar o nome de uma estação de metrô da cidade para “Armênia”. A iniciativa sedimentou uma articulação política que dura até os dias atuais, iniciada sobretudo com o então governador do estado de São Paulo, Franco Montoro, do Movimento Democrático Brasileiro – mais tarde PMDB – e alguns de seus aliados, como Fernando Gasparian, que depois viriam a fundar o PSDB, principal aliado político dos armênios do Brasil. Esse partido governaria o país entre 1994 e 2002 com Fernando Henrique Cardoso, que nomeou o banqueiro Varujan Burmaian o primeiro embaixador do

³ Os massacres de armênios promovidos pelo sultão Abdul-Hamid II nos anos 1890 e os ocorridos na região de Adana em 1909 – cf. Capítulo I – não são considerados pela maior parte da historiografia como parte do genocídio armênio, que usualmente tem seu marco temporal inicial em 1915.

⁴ MILZA, Pierre. “Política interna e política externa”. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 2ª ed., p. 381.

Brasil na Armênia, em 2001⁵. Serra e Nunes, dois ex-ministros de FHC, souberam aproveitar a efeméride do centenário do genocídio e o canal aberto de diálogo que possuem com os armênios de São Paulo para a aprovação da moção de reconhecimento, afagando assim as lideranças comunitárias que esperavam uma decisão nesse sentido desde os anos 1990, além de desgastar a imagem do governo do Partido dos Trabalhadores, no tocante à política externa, sobretudo no segundo mandato de Dilma Rousseff, iniciado em janeiro de 2015. Com o processo de *impeachment* movido contra a presidente a partir do primeiro semestre de 2016, que culminou no seu afastamento e na posse do vice-presidente Michel Temer (PMDB), José Serra assumiu, em maio daquele ano, o Ministério de Relações Exteriores, menos de um ano depois da aprovação da moção que ele ajudou a redigir. Não obstante a esperança dos armênios que a chegada de Serra ao Itamaraty pudesse levar o Brasil, enfim, ao reconhecimento do genocídio armênio pelo Executivo, nenhum movimento nesse sentido foi feito. Em suma, a mudança do cenário político brasileiro colocou as demandas armênias mais uma vez na fila de espera.

Não foi a primeira vez que os armênios do Brasil organizados em um grupo de pressão tentaram tirar proveito do cenário político local em prol de suas reivindicações. Na década de 1910, um pequeno grupo de imigrantes radicados no Rio de Janeiro liderados por um ex-padre pressionou o governo brasileiro a defender os interesses de seu povo, que almejava a criação de um Estado independente em territórios que englobavam o decadente Império Otomano e a agitada Rússia bolchevique. Para o intelectual, ex-sacerdote da Igreja Católica e primeiro representante diplomático da Armênia na América do Sul, nomeado em 1919, que atendia pelo nome de Etienne Brasil, o reconhecimento por parte do governo brasileiro da pequena recém-independente República Armênia e o apoio do Brasil às reivindicações territoriais daquele país equivaleriam ao reconhecimento dos muitos mortos nos massacres perpetrados pelo governo otomano a partir de 1915. Por meio de uma intensa ofensiva na imprensa e nos palácios do Itamaraty e do Catete, os armênios liderados por Etienne Brasil lançavam mão da imagem de uma Armênia cristã martirizada por “bárbaros” turcos muçulmanos para mobilizar tanto a opinião pública do país quanto os tomadores de decisão a intervirem em prol deles no contexto do pós-guerra, inicialmente na Conferência de Paz de Paris em 1919 e, em seguida, na recém-criada Liga das Nações. Aos armênios, interessava acreditar na imagem propagandeada pelo governo brasileiro do país como uma potência emersa após 1918, que se colocava no cenário internacional como líder dos países latino-americanos

⁵ Em 2011, a viúva de Varujan Burmaian, Hilda Diruhy Burmaian, foi designada Cônsul-geral honorária da República da Armênia em São Paulo.

ou até como locomotiva das nações americanas, quando os Estados Unidos da América não preenchiam tal espaço. Assim, a consecução do apoio brasileiro à causa dos armênios poderia ser celebrada pela pequena comunidade armênia do Brasil e, sobretudo, por suas lideranças, como uma grande vitória político-diplomática.

O governo Epitácio Pessoa, embora receptivo às visitas e missivas de Etienne Brasil e seus aliados, deu atenção moderada aos clamores dos armênios até o final de 1920, quando a questão se tornou o principal ponto de pauta das Potências durante um esforço da Liga das Nações e do presidente norte-americano Woodrow Wilson de frear as animosidades entre armênios e turcos e estabelecer as fronteiras de ambos os países e a paz na região. Foi então que o Brasil resolveu, lançando mão de um discurso humanitarista, por reconhecer a independência da República Armênia e aceitou o convite da Liga das Nações e de Wilson, para compor uma coalização que iria “pôr termo à situação de sofrimento da Armênia”, nas palavras do Ministro de Relações Exteriores de Epitácio Pessoa. Todavia, a ocupação bolchevique da pequena república no Cáucaso poucas semanas depois, na virada de novembro para dezembro de 1920, inviabilizou a concretização dos planos da Liga e a participação brasileira, que Etienne acreditava que pudesse se transformar num mandato do Brasil sobre a Armênia, com a chancela de Genebra e Washington. A partir de então, restou ao diplomata de uma nação ocupada pelo Exército Vermelho vociferar, sem sucesso, contra os bolcheviques e articular para que o Brasil recebesse os refugiados armênios que se acumulavam aos milhares no Levante.

Esta pesquisa tem como finalidade examinar como a chamada “causa armênia” – conjunto de reivindicações jurídicas do povo armênio no sistema internacional⁶ – chegou ao Brasil, ocupando um espaço nas páginas dos principais jornais do país nos anos 1910 e reverberando na agenda da política externa brasileira, sobretudo no pós-guerra. Interessa, principalmente, compreender como as demandas armênicas foram inseridas nessa agenda a partir de um grupo de interesse de tamanho reduzido, mas que logrou êxito em ter acesso aos corredores dos palácios do Catete e Itamaraty por meio de conexões pessoais, intensa propaganda na imprensa e uma leitura da política internacional que indicava que o Brasil tentava se reposicionar no sistema internacional como um ator de primeiro escalão, aproveitando a crise europeia após quatro anos de guerra e o crescimento do poder dos EUA, importante aliado desde o advento da República. Nesse contexto, a causa armênia era

⁶ OHANIAN, Pascual Carlos. *La Cuestión Armenia y las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires/Yerevan: Academia Nacional de Ciencias de la Republica de Armenia, 2005, tomo V - 1919, p. 23.

apresentada por Etienne Brasil e seus aliados como uma oportunidade para o governo de Epitácio Pessoa mostrar às Potências que o país estava pronto para lidar com assuntos delicados no cenário global – abandonando a América do Sul como área de atuação por excelência da política externa brasileira – e, portanto, merecedor do lugar de destaque que o Brasil recebeu na Conferência de Paz de Paris em 1919 e na Liga das Nações. A hipótese aqui sustentada é que o apoio brasileiro à causa armênia foi um ato pragmático do governo Epitácio Pessoa que buscava, por meio de uma pauta humanitarista, angariar prestígio para o Brasil no sistema internacional. Todavia, isso não se deu de maneira proativa. O governo brasileiro reagiu às pressões desse grupo formado por poucas dezenas de armênios radicados no Rio de Janeiro – e aos acenos de Woodrow Wilson no cenário internacional. Desse modo, é crucial compreender como esse grupo funcionou como parte de uma diáspora interconectada em diferentes partes do globo, atuando como uma força transnacional e que conseguiu aproveitar a permeabilidade do sistema político brasileiro na Primeira República para inserir suas demandas.

O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 1912, quando Rio Branco deixou o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, marcando o fim de uma gestão que selou a aproximação pragmática com os EUA, e termina em 1922, quando o mandato de Epitácio Pessoa – iniciado em 1919 – se encerra, assim como o ápice das relações entre Brasil e EUA na Primeira República, relações essas que foram decisivas no envolvimento brasileiro na Grande Guerra do lado dos Aliados. Por outro lado, o recorte temporal também possui uma razão de ser intrínseca às fontes analisadas: entre 1912 e 1922, Etienne Brasil trabalhou para difundir a causa armênia, escrevendo inúmeros artigos para a imprensa, proferindo palestras, publicando livros e exercendo atividade diplomática junto ao governo brasileiro. Essas atividades podem ser rastreadas a partir de arquivos no Brasil, EUA e Armênia, desde seu primeiro artigo publicado sobre os armênios em 1912 até suas últimas tentativas de fazer com que o Brasil recebesse refugiados em 1922.

Décadas mais tarde, a causa armênia receberia mais um ponto para a sua vasta pauta de reivindicações: o reconhecimento por parte da República da Turquia e da comunidade internacional dos massacres ocorridos entre 1915 e 1923 contra a população armênia otomana como um *genocídio*, termo que embora tenha uso corrente nos dias de hoje, não surgiu antes dos anos 1940. Em 1944, o jurista judeu-polonês Raphael Lemkin publicou sua obra *O Domínio*

do Eixo na Europa Ocupada⁷, cujo capítulo IX intitulado *Genocídio* apresentava ao mundo essa palavra que une o antepositivo grego *génos* – raça ou tribo, na tradução de Lemkin – ao pospositivo latino *-cidium* – ação de matar – para gerar um termo que expressasse o que Winston Churchill chamou alguns anos antes de “crime sem nome”⁸. Após a II Guerra Mundial, com intenso e obstinado trabalho de bastidores na recém-criada Organização das Nações Unidas, Lemkin conseguiu que a entidade aprovasse a “Convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio” em 9 de dezembro de 1948, que definiu genocídio como um crime pelo direito internacional.

Embora alguns intelectuais armênios – e o próprio Lemkin – já usassem o termo “genocídio” para se referir ao massacre de armênios pelo governo otomano, foi a partir de 1965, com o 50º aniversário do genocídio sendo rememorado por meio de uma manifestação com dezenas de milhares de pessoas em Yerevan, capital da República Socialista Soviética da Armênia, que armênios de todo o mundo inseriram definitivamente o vocábulo em seu léxico político, jurídico e acadêmico, pedindo uma solução à “questão armênia”, isto é, a anexação dos territórios orientais da República da Turquia tal como previsto pelo Tratado de Sèvres de 1920⁹. Os sucessivos governos da Turquia, desde Mustafá Kemal – posteriormente alcunhado de Atatürk – receiam os clamores armênios e refutam as alegações de um extermínio sistemático daquela população pelo governo otomano – do qual a moderna República da Turquia é sucessora –, temerosos que as reivindicações colocassem em risco sua integridade territorial e, no limite, sua própria existência. Essa postura negacionista pode ser explicada, em parte, pela política de expropriação econômica dos armênios do Império Otomano levada a cabo na década de 1910, que transferiu propriedades e fontes de renda dessa comunidade à população muçulmana que havia sido expulsa dos Bálcãs no contexto de independência dessa região, enquanto os antigos donos desses bens eram deportados ou eram mantidos em campos de refugiados¹⁰. Em suma, reconhecer que o genocídio foi parte de uma política de “redistribuição

⁷ LEMKIN, Raphael. *El Dominio del Eje en la Europa Ocupada*. Buenos Aires: Prometeo Libros; Eduntref, 2009.

⁸ POWER, Samantha. *Genocídio: a retórica norte-americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 54.

⁹ BLOXHAM, Donald. *The Great Game of Genocide: imperialism, nationalism, and the destruction of the Ottoman Armenians*. Nova York: Oxford University Press, 2005, p. 215.

¹⁰ Cf. ÜNGÖR, Ugur Ümit; POLATEL, Mehmet. *Confiscation and Destruction: The Young Turk seizure of Armenian Property*. Nova York/Londres: Continuum, 2011.

forçada de renda”¹¹ seria assumir os riscos de arcar com uma política compensatória que ameaçaria a burguesia nacional que impulsionava o nacionalismo turco no apagar das luzes do Império e no raiar da República¹². A negação do genocídio está, portanto, no cerne da identidade nacional turca.

Desde a publicação da obra de Lemkin em 1944 e a convenção da ONU em 1948, muitos acadêmicos propuseram interpretações diferentes daquela do criador da palavra ou do conceito “onusiano”, assim chamado por Jacques Sémelin¹³. A convenção da ONU define genocídio como atos “[...] cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso”¹⁴, excluindo grupos políticos do rol de grupos-alvo da violência genocida e dando demasiada ênfase na intencionalidade do perpetrador, ao invés de considerar “a estrutura de conflito dentro da qual se desenvolvem as tentativas de destruir populações e grupos”¹⁵. A natureza restritiva do conceito onusiano foi aprofundada por alguns *genocide scholars*, que fragmentaram a palavra de Lemkin em outros conceitos como “limpeza étnica”, “generocídio” ou “politicídio”. Diante desse cenário, pesquisadores como o sociólogo britânico Martin Shaw têm proposto retomar as ideias de Raphael Lemkin para erigir um conceito de genocídio para as ciências sociais que recupere sua capacidade descritiva e explicativa, evitando que seja esvaziado por outros conceitos propostos por acadêmicos que entendem, balizados pelo entendimento onusiano, que *genocídio* é um termo demasiadamente restritivo, ou que seja, por outro lado, tão amplo a ponto de se tornar sinônimo de mortes em massa.

Nesse sentido, para Martin Shaw genocídio é:

uma forma de conflito social violento ou guerra entre organizações de poder armadas e grupos sociais civis, que leva a destruição desses grupos e de outros atores que resistam a essa destruição. [...] O conceito de ação genocida [...] pode ser definido como a ação na qual as organizações de poder armado tratam os grupos civis como inimigos e levam a destruir seu poder social real ou

¹¹ DADRIAN, Vahakn N. “Configuración de los genocidios del siglo veinte”. In: FEIERSTEIN, Daniel (org.). *Genocidio: la administración de la muerte en la modernidad*. Buenos Aires: Eduntref, 2005, pp. 94-95.

¹² BLOXHAM, D. op. cit., p. 14.

¹³ Cf. SÉMELIN, Jacques. *Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

¹⁴ Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. “Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948)”. In: ISHAY, Micheline R. (org.). *Direitos Humanos: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente*. São Paulo: Edusp, 2013.

¹⁵ SHAW, Martin. *¿Qué es el genocidio?* Buenos Aires: Prometeo Libros/Eduntref, 2013, p. 17.

putativo por meio de matança, violência e coerção contra indivíduos que consideram como membros do grupo.

Portanto, genocídio é um tipo de conflito social desigual entre dois conjuntos de atores que é definido primariamente pelo tipo de ação levada a cabo pelo lado mais poderoso¹⁶.

Assim, Shaw reconhece, ao mesmo tempo, a desigualdade de forças existente entre perpetradores e grupo-alvo, sem, todavia, transformar o processo genocida em um fenômeno unilateral, retirando do último qualquer tipo de capacidade de resistência e transformando seus membros simplesmente em vítimas. Além disso, ao considerar genocídio um conflito, ele acompanha o também sociólogo Zygmunt Bauman e normaliza o fenômeno, sem tratá-lo como um hiato, como uma “ferida ou doença de nossa civilização”, mas como “seu horrendo mas legítimo produto”¹⁷. Considera-se valiosa a definição de Shaw pois ela “propõe restaurar o conceito de genocídio como uma categoria geral, capaz de servir como um *marco* para a interpretação da ação violenta contra populações civis”, na medida em que o foco não está na *intenção* de destruir um grupo no todo ou em parte por meio de certas ações de violência – como prevê o conceito onusiano –, mas em “*um tipo geral de ação social, caracterizado pela combinação de objetivos destrutivo-sociais e modalidades violentas e coercitivas, que estabelece um tipo especial de conflito social violento*”¹⁸ (grifos do autor). Tais objetivos destrutivo-sociais, é necessário dizer, não se referem somente ao extermínio físico de pessoas, mas também a “destruir o *poder social* dos grupos no sentido econômico, político e cultural”¹⁹.

Ainda que haja debates políticos e jurídicos acerca da aplicabilidade do conceito de genocídio ao caso armênio²⁰, do ponto de vista das ciências sociais não se trata mais de provar se ocorreu ou não genocídio contra a população armênia otomana. Afora alguns poucos acadêmicos que se arriscam a relativizar o que eles chamam de “acontecimentos de 1915”, a

¹⁶ “[...] *una forma de conflicto social violento o guerra, entre organizaciones de poder armadas que apuntan a destruir grupos sociales civiles y esos grupos y otros actores que resisten esta destrucción. [...] el concepto de acción genocida puede ser definido como acción en la que organizaciones de poder armado tratan a los grupos sociales civiles como enemigos y apuntan a destruir su poder social real o putativo, por medio de matanza, violencia y coerción contra individuos a los que consideran como miembros del grupo.*

Por tanto, el genocidio es un tipo de conflicto social desigual entre dos conjuntos de actores, que es definido primariamente por el tipo de acción llevada a cabo por el lado más poderoso”. Ibid., p. 247.

¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 14.

¹⁸ “[...] *un tipo general de acción social, caracterizado por la combinación de objetivos destructivo-sociales y modalidades violentas y coercitivas, que establece un tipo especial de conflicto social violento*”. SHAW, M. op. cit., p. 248.

¹⁹ “[...] *destruir el poder social de los grupos en el sentido económico, político y cultural*”. Ibid., p. 249

²⁰ Cf. LOUREIRO, Heitor. “Diálogos entre História e Direito: o conceito de genocídio e o caso armênio” In: *Revista Fórum de Ciências Criminais*. Belo Horizonte: Fórum, v. 1, 2015, pp. 161-182.

literatura atual sobre o tema não está debatendo se o genocídio ocorreu, mas como e porque ocorreu, e, principalmente, quais foram as suas consequências. Nas palavras do historiador Donald Bloxham, “o assassinato orquestrado dos armênios é tomado como um dado, um ponto de partida para a discussão e não o ponto de chegada”²¹. Para Richard G. Hovannisian:

O que ainda está em discussão é se o genocídio foi premeditado antes do início da I Guerra Mundial em 1914 ou se as políticas da “guerra total” simplesmente se desenrolaram de forma natural depois da entrada da Turquia no conflito e logo as coisas pioraram por causa das distintas medidas repressivas, e a decisão de deportar a maior parte da população armênia foi se deteriorando ou se radicalizando até chegar às formas mais extremas de perseguição e alcançar um ponto que não havia mais volta: o genocídio²².

Com isso em mente, cabe a advertência que esta pesquisa não se enquadra nos chamados *genocide studies*, pois não há a pretensão de discutir pormenorizadamente o genocídio armênio que também aqui é tomado como dado. O que está em tela é a diáspora armênia que é, enquanto tal, consequência direta do genocídio, o que faz com que haja um diálogo permanente com os estudos do genocídio, mas sempre em direção aos estudos da diáspora de forma a compreender a relação existente entre pátria-mãe, país receptor e agentes da diáspora. Dessa forma, importa entender os pontos de contato entre a política interna e externa do Brasil, sobretudo no governo Eptácio Pessoa, além de compreender como uma realidade estrangeira foi compreendida por uma coletividade nacional, isto é, a elite política brasileira da virada dos anos 1910-1920²³.

Assim como genocídio, o conceito de diáspora também adquiriu uso corrente, ocultando suas origens e diluindo seu poder de conceito explicativo nas Ciências Sociais. É comum encontrarmos usos dessa palavra designando toda uma variedade de dispersões e migrações, nem sempre contando com uma elaboração teórica para estabelecer o que de fato entende-se por tal. Um exemplo desse uso é o livro “Uma Diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica”²⁴, do historiador norte-americano Jeffrey

²¹ BLOXHAM, D. op. cit., p. 20.

²² “Lo que aún está a discusión es si el genocidio fue premeditado antes del estallido de la Primera Guerra Mundial en 1914 o si las políticas de la ‘guerra total’ simplemente se desarrollaron de forma natural después de la entrada de Turquía en el conflicto y las cosas logo empeoraron a causa de las distintas medidas represivas, y la decisión de deportar a la mayor parte de la población armenia fue deteriorándose o radicalizándose hasta llegar a las formas más extremas de persecución y alcanzar el punto de no retorno: el genocidio”. HOVANNISIAN, Richard G. “El genocidio armenio, radicalización bélica o proceso continuo premeditado? In: *Istor: revista de história internacional*. Cidade do México: Cide, ano xv, número 62, 2015, pp. 48-49.

²³ MILZA, P. op. cit., p. 366.

²⁴ LESSER, Jeffrey. *Uma Diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Lesser, no qual o termo “diáspora” está presente no título, mas paira sobre a obra sem uma ancoragem teórica que faça dele mais do que um sinônimo geral de dispersão ou migração. Outros usos mais inadvertidos podem ser mencionados, como os que falam de uma “diáspora do Katrina”, isto é, uma dispersão temporária causada por um desastre climático, ou até mesmo de uma “diáspora gay”, ou seja, um grupo de pessoas espalhadas pelo mundo que partilham de uma característica em comum e, ocasionalmente, se articulam em torno das mesmas pautas políticas. Para Khachig Tölölyan “diáspora” é um conceito em disputa, em necessidade permanente de discussão e reconstrução. Assim, é um erro utilizar a ideia de diáspora para qualquer tipo de dispersão, uma vez que esse último conceito é mais abrangente do que o primeiro²⁵.

O conceito de diáspora aplicado às Ciências Sociais é de uso recente, mas isso não quer dizer que o fenômeno seja algo novo na História. Em realidade, para Tölölyan, as diásporas são mais antigas do que o Estado-nação. As diásporas judaica, armênia e grega existem a mais tempo do que os Estados de Israel, Armênia e Grécia, mencionando apenas as três diásporas chamadas por ele de “clássicas”²⁶.

Diáspora contém o radical proto-indoeuropeu “*spr*”, também presente em palavras como dispersão, espalhar e esperma – ou ainda na palavra inglesa *spread* ou no equivalente armênio: *spyurk* – termos que designam algo de uma origem única que, por um determinado motivo, se propaga²⁷. Antes dos anos 1960, a palavra encontrava sinônimos em termos como dispersão, grupos exilados, comunidades do além-mar, minorias raciais ou étnicas, dentre outros, enquanto as três “diásporas clássicas” mantinham uma ideia em comum: a de serem formações sociais originadas de um fenômeno de violência que culminou na expulsão de um determinado território entendido por eles como “terra natal”. Após emigrarem, esses grupos de pessoas mantêm laços comuns de identidade que os ligam à terra natal – que pode ser um Estado nacional de fato ou uma entidade imaginada – e os diferenciam na sociedade receptora. Esse conceito de diáspora atrelado aos tipos clássicos, requer um senso de identificação entre seus membros, sejam entre os que estão em sociedades receptoras, sejam entre os que estão na região de origem²⁸.

²⁵ TÖLÖLYAN, Khachig. “The contemporary discourse of Diaspora Studies” In: *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*. Duke University Press, vol. 27, n. 3, 2007, p. 644.

²⁶ Idem. “Rethinking Diaspora(s): Stateless Power in the Transnational moment. In: *Diaspora*: 5:1, 1996, p. 3.

²⁷ Ibid., p. 10.

²⁸ TÖLÖLYAN, K. op. cit., 2007, p. 642.

Porém, essa definição eliminava algumas comunidades, sobretudo africanas. Então, por volta de 1965, intelectuais negros começaram a defender a existência de uma diáspora africana, pois eles também emigraram após um fenômeno de violência sem precedentes – a escravidão – e a experiência do racismo os uniria enquanto uma comunidade²⁹. Há, assim, um novo entendimento de diáspora que o distancia da ideia de dispersão. Para erigir esse conceito, é necessário observar os pontos que distinguem ambas as ideias: 1) uma diáspora é originada num evento catastrófico, o que envolve trauma, memória, comemoração e luto; 2) grupos diaspóricos têm uma identidade cultural coletiva que intenciona preservar elementos como língua, práticas culturais ou religiosas, de forma que permaneçam intactas ou se integrem de forma parcial na sociedade receptora, criando o fenômeno que é mais comumente conhecido como hibridismo; 3) os grupos diaspóricos possuem uma forte ideia de retorno, sobretudo aquelas diásporas oriundas de catástrofes como genocídios. Esse retorno nem sempre é físico, mas também pode se dar na forma de envio de remessas financeiras, viagens turísticas ou culturais e *lobbying* na sociedade receptora para beneficiar de alguma forma a terra natal e, finalmente; 4) uma diáspora, ao contrário de uma dispersão, não entraria, necessariamente, em colapso após algumas gerações porque seus membros deixariam de se sentirem parte de algo externo e se considerariam completamente integrados à sociedade receptora. Os membros da diáspora permanecem com a sua identidade híbrida, valorizando ambos os pertencimentos³⁰ e criando etnicidades hifenizadas, na expressão de Lesser³¹.

Temos que pensar diáspora para além de um conceito em si mesmo e como pode ser aplicado às ciências sociais, sobretudo com enfoque para as análises de relações internacionais, observando como grupos diaspóricos podem atuar como forças transnacionais, influenciando na ação de Estados nacionais e organismos interestatais. Inserir o conceito de diáspora na análise significa contribuir para a construção de abordagens mais complexas que visem a apreensão de atores sociais para além da esfera de Estados e instituições. Em trabalho seminal, Yossi Shain e Aharon Barth discutem como o estudo das diásporas deve fazer parte da teoria das Relações Internacionais. Para eles, as diásporas exercem uma função ímpar ao influenciarem no funcionamento da terra natal a partir de ações praticadas nas sociedades receptoras³². Contudo, a definição dos autores difere um pouco da formulação interdisciplinar

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid., pp. 648-9.

³¹ LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2001.

³² SHAIN, Yossi & BARTH, Aharon. "Diasporas and International Relations Theory" In: *International Organization*. Cambridge: the IO Foundation, n. 57, 2003, p. 451.

oriunda dos Estudos Culturais de Khachig Tölölyan. Para Shain e Barth, a ideia do trauma fundador não está presente, tampouco o retorno. Mesmo assim, os pesquisadores abordam como a diáspora age enquanto força transnacional para influenciar as decisões políticas na terra natal. Nesse sentido, destacam a motivação principal para que um grupo diaspórico intervenha nos assuntos da pátria-mãe, isto é, a impressão de que as decisões tomadas por lá afetam todo o povo e não apenas os residentes. Não raramente, as diásporas têm relações internacionais próprias que divergem daquelas da pátria-mãe.

Nesta pesquisa interessa observar como as diásporas podem agir não para influenciar a pátria-mãe ou terra natal, mas a sociedade receptora e seus tomadores de decisão, em prol de uma política externa que beneficie de alguma maneira o país de origem. Essa capacidade depende da coesão interna do grupo étnico e do trânsito que possuem nas esferas decisórias do país onde estão radicados³³. Bons exemplos são os trabalhos das frações diaspóricas armênias ao redor do mundo para obterem o reconhecimento do genocídio armênio, ou ainda o *lobby* judaico nos EUA para manter o apoio norte-americano ao Estado de Israel. Portanto, não podemos obliterar o papel que essas pessoas exercem nas relações internacionais quando conseguem se reorganizar em comunidades em todos os cantos do planeta. Uma vez estabelecidas e tendo condições materiais, essas comunidades de imigrantes iniciam um trabalho de reconstrução das redes de sociabilidade, evoluindo rapidamente para a criação de uma pauta política que, frequentemente, se volta contra os causadores da violência em massa responsável pela dispersão.

Aqui, é necessário fazer uma diferenciação entre os termos *pátria-mãe* e *terra natal*, tendo em vista as peculiaridades da ideia de nação para os armênios. Para a maior parte dos armênios dispersos nos anos 1910 e 1920, a terra natal imaginada – no sentido de local de nascimento – não era a república proclamada em 1918, tampouco a Armênia Soviética, a partir de 1920. Para eles, dispersados pela violência genocida do governo otomano entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX, a terra natal imaginada eram as vilas e cidades do Império Otomano. Até a segunda metade dos oitocentos, a ideia de uma “nação” armênia no Império era restrita a noção de uma comunidade religiosa – conhecida pela denominação em turco *millet* – cuja autoridade máxima era o patriarca da Igreja. A partir de 1848, estudantes armênios radicados em Veneza e Paris foram os propulsores de um movimento

³³ Cf. OGELMAN, Nedim; MONEY, Jeannette; MARTIN, Philip L. “Immigrant cohesion and political access in influencing host country foreign policy”. In: *SAIS Review*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, Vol. 22, n. 2, 2002.

literário que arraigou tanto a língua armênia quanto as ideias de pátria ou nação, criando espaços alternativos de pertença nacional fora dos limites da Igreja e permitindo que armênios na Europa, Anatólia e Cáucaso compartilhassem ou disputassem visões de nação. Essa possibilidade de imaginar a nação armênia emergiu justamente, seguindo Benedict Anderson, quando essa elite intelectual que pendulava entre cidades europeias e a terra natal – seja no Império Otomano ou Russo – logrou êxito em quebrar o predomínio da Igreja no acesso à verdade ontológica por meio da escrita e na naturalização da verticalidade social – na qual o patriarca da Igreja Apostólica Armênia seria o líder da nação, pois assim definia as leis e costumes otomanos³⁴. Após grade disputa entre diferentes grupos de interesses dentro do *millet* e tensões com a Sublime Porta, o governo otomano aceitou em 1863 um texto laico que regulava direitos e deveres dos armênios no Império, conhecido pelo nome de “constituição nacional armênia”, que garantia a eles certa autonomia cultural e religiosa³⁵. A partir desse momento começou a existir a construção de uma ideia de nação para além dos limites de uma comunidade religiosa dentro do Império Otomano e passava a tomar forma a ideia de Armênia enquanto Estado-nação independente, com fronteiras, símbolos e tradições próprias, distintas daquelas dos impérios Otomano, Russo e Persa, onde os armênios eram autóctones, e, portanto, tinham como terra natal, mas já não como pátria. Há, então, a invenção da Armênia enquanto *pátria-mãe* de todos os armênios, ainda que suas fronteiras físicas e mentais sejam fluidas. Essa fluidez fica clara quando da independência da pequena República Armênia em 1918. Algumas lideranças armênias na diáspora, como Boghos Nubar, se recusaram por algum tempo de chamar o país na Transcaucásia de “Armênia” – assim como fariam os anticomunistas quando da existência da Armênia Soviética alguns anos mais tarde – pois esse não abrangia os territórios pleiteados junto ao Império Otomano nos fóruns internacionais, sobretudo as províncias orientais e a Cilícia, terra natal para a maior parte dos armênios na diáspora. Dessa forma, quando nos referimos aqui a *pátria-mãe* pela qual Etienne Brasil, diplomata armênio no Rio de Janeiro, trabalhava para ser (re)conhecida e amparada pelo seu país receptor, temos em mente uma nação imaginada como o lar nacional de todos os armênios, ainda que, na realidade, aqueles territórios, bandeira e idioma³⁶ fossem estranhos para a maior parte deles.

³⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Edições 70: Lisboa, 2012, pp. 56-57.

³⁵ TERNON, Yves. *Les Arméniens: histoire d'un génocide*. Paris: Seuil, 1996, 2ª ed., pp. 50-53.

³⁶ A língua armênia tem dois dialetos principais: o armênio ocidental, então falado no Império Otomano, que era, grosso modo, o dialeto usado pela comunidade armênia em Constantinopla e elevado ao *status* de dialeto “padrão” pelos intelectuais armênios na capital otomana no século XIX; e o armênio oriental, alavancado ao *status* de língua literária também no século XIX pela intelectualidade armênia baseada

Nas sociedades receptoras, as comunidades diaspóricas se organizam em grupos de interesse em busca de “pontos de acesso” nos governos locais para inserirem suas pautas e influenciarem os tomadores de decisão, tornando-se assim grupos de pressão. As táticas para atingir seus objetivos podem variar de acordo com as características do grupo de pressão, mas genericamente são delineadas por investidas pessoais, ações coletivas – como uma manifestação, por exemplo – propaganda e mobilização da opinião pública local para o apoio às reivindicações feitas³⁷. Para Alexandre Sanson:

A análise dos grupos de interesse – atores coletivos representativos da diversidade setorial em sociedades complexas, que espelham, quando albergados por um ordenamento jurídico, o pluralismo de modos de vivência necessário aos regimes democráticos, com cenário de ação específico e cujos fins originais possam ser não-políticos –; introduz a discussão nas camadas intermediais entre indivíduo e Estado, sendo organismos por meio dos quais seus membros, em virtude de característica, atividade ou necessidade comum, buscam a consecução de resultado inalcançável isoladamente, podendo, inclusive, limitar seus esforços estritamente a um assunto (*single-issue*). Trata-se, inegavelmente, de forças sociais que não monopolizam todas as ações humanas, havendo um campo decisório íntimo, mas, em coletividades gradualmente maiores – macrocosmos de múltiplos agrupamentos –, concentram, concomitantemente, grande parte das distintas facetas conviventes na pessoa (e.g. profissional, espiritual, ideológico)³⁸.

No caso em tela, a análise é feita a partir da ação de Etienne Brasil e um pequeno grupo de armênios radicados no Rio de Janeiro, que formaram de maneira espontânea um grupo de interesse buscando oferecer à sociedade receptora informações sobre os armênios e o tratamento dado a esse povo no Império Otomano, retomando a imagem de um povo cristão oprimido por muçulmanos e que, por isso, mereciam apoio do mundo ocidental “civilizado”, na luta contra a “barbárie”. A partir de 1918 e o estabelecimento da República Armênia, esse grupo de interesse se converteu em um grupo de pressão, quando Etienne Brasil coordenou investidas pessoais e coletivas nos pontos de acesso aos tomadores de decisão do governo brasileiro – sobretudo no Itamaraty, mas também no Catete durante o governo Epitácio Pessoa

em Tiflis, falado na Armênia Russa e Pérsia. Para além das subdivisões da língua armênia – incluía-se ainda o *grapar*, ou armênio clássico, utilizado pela Igreja – deve-se ter em consideração que a língua franca para os armênios otomanos era o turco, idioma que, não raramente, era o único falado por armênios em algumas regiões, o que parece ser o caso de Etienne Brasil. Cf. KARAPETIAN, Shushan. *How Do I Teach My Kids My Broken Armenian?: A Study of Eastern Armenian Heritage Language Speakers in Los Angeles*. Los Angeles: Ph.D., Near Eastern Languages & Cultures, 2014.

³⁷ RODRIGUES, Leda Boechat. “Grupos de pressão e grupos de interesse”. In: *Curso de Introdução à Ciência Política*. Brasília: Centro de documentação política e relações internacionais da Universidade de Brasília, 1974, p. 146.

³⁸ SANSON, Alexandre. *Dos Grupos de Pressão na Democracia Representativa: os limites jurídicos*. São Paulo: Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Direito do Estado, 2013, pp. 93-94.

– a fim de envolver o Brasil no esforço costurado nos bastidores da Conferência de Paz de Paris para garantir aos armênios um Estado independente com as dimensões territoriais historicamente almejadas, dilapidando assim a porção oriental do recém-derrotado Império Otomano. O auge da pressão dos armênios no Brasil ocorreu quando Etienne obteve permissão para representar diplomaticamente o país junto ao governo brasileiro. Utilizando conexões pessoais construídas ao longo de anos de trabalho no Rio de Janeiro como sacerdote, professor, jornalista e membro de diversas instituições educacionais e intelectuais, Etienne identificou os pontos de acesso, conseguindo assim interpelar diretamente o Presidente da República Epitácio Pessoa – numa quebra do protocolo diplomático – desejoso que o Brasil reconhecesse a independência da Armênia e tomasse partido o mais rápido possível em um esforço internacional coordenado pela Liga das Nações para garantir a estabilidade do país e afastar a ameaça turca sobre os territórios prometidos aos armênios.

Contudo, por mais habilidoso e audaz que fosse Etienne Brasil no seu papel de convencimento e por mais eficazes que fossem seus contatos e estratégias para ser recebido e ouvido no Itamaraty e Catete, suas investidas precisavam ter lastro moral, político e econômico para que as reivindicações de um pequeno e longínquo país fizesse sentido no Brasil da virada dos anos 1910-1920. Para tanto, o intelectual apostou no binômio pragmatismo x humanitarismo para convencer a sociedade receptora e tomadores de decisão de que apoiar a causa armênia seria do interesse brasileiro.

Por pragmatismo, Etienne Brasil e seus compatriotas propagandeavam as vantagens comerciais que o Brasil teria ao reconhecer a República Armênia, para onde poderia vender café e demais produtos agrícolas, comprar azeite, tapetes e outros produtos orientais, além de poder utilizar os serviços de comerciantes armênios estabelecidos nos principais portos do Oriente Médio para a troca de mercadorias. Além disso, o intelectual e diplomata lembrava que o governo brasileiro, ao apoiar e ajudar os armênios, se colocaria entre as nações de vanguarda no sistema internacional ao mostrar às demais nações – e principalmente aos EUA – que o país figurava no rol das Potências no pós-guerra.

No campo humanitário, o intelectual fazia questão de ressaltar, sempre que tinha oportunidade, a herança cristã dos armênios e os esforços que esse povo fez em prol dos aliados durante a Guerra e o alto preço pago em vidas humanas, seja em baixas no front de batalha, seja em massacres organizados pelo governo otomano. Não era raro apresentar, nas narrativas de armênios e apoiadores, seja no Brasil, no América do Norte ou na Europa, a Armênia enquanto

último bastião cristão no Oriente, cujo papel seria crucial na defesa do cristianismo e civilização contra a barbárie muçulmana³⁹. A estratégia era criar uma “compaixão organizada” no Ocidente para o sofrimento armênio, o que o historiador norte-americano Keith David Watenpaugh identifica como a origem do “humanitarismo moderno”. Segundo ele, a Guerra e o genocídio armênio causaram um número nunca antes visto de refugiados e minorias perseguidas, o que gerou mobilização na Europa e Américas para ajudar os que se encontravam em dificuldade no chamado Mediterrâneo Oriental. Estima-se que, ao final da Grande Guerra, existiam 300 mil refugiados armênios, dos quais 285 mil estavam provisoriamente assentados em territórios do Oriente Médio, sobretudo no Levante⁴⁰. A Guerra deu ensejo à criação do humanitarismo que superou o modelo de ajuda de grupos de missionários por um tipo secular⁴¹.

O humanitarismo moderno tem, segundo Watenpaugh, quatro componentes-chave: primeiro, uma definição de *sofrimento* que vai além de fome ou morte e inclui aspectos sociais, políticos, legais e culturais; segundo, o uso da História e das Ciências Sociais para categorizar tal sofrimento; terceiro, ele mescla as ideias de civilização e humanidade e equipara uma noção ecumênica de cristianismo à de “civilização”; e por último, o uso de uma linguagem reformista em termos políticos e sociais e o que era chamado na época de “filantropismo científico” para encaminhar a assistência aos que sofrem⁴². Assim, “[...] o humanitarismo dá mais do que apenas uma resposta ao sofrimento físico; ele personifica um esforço burocraticamente organizado e um conhecimento especializado para corrigir os seres humanos, reconectá-los com suas comunidades e devolvê-los à humanidade”⁴³. Nesse sentido, ideias como “neutralidade”, “seletividade” e “não governamentalidade” são centrais.

Embora seja sabido que a pretensa “neutralidade” é inexistente e que toda “ajuda humanitária” endereçada estava intrinsicamente ligada a uma lógica colonial e nacional, Watenpaugh chama atenção para o fato de que os envolvidos acreditavam que suas ações eram altruístas e isentas de interesses outros além da compaixão. O historiador também destaca como essa ideia de “neutralidade” no humanitarismo moderno foi transplantada para o conceito de

³⁹ LAYCOCK, Jo. *Imagining Armenia: Orientalism, ambiguity and intervention*. Manchester: Manchester University Press, 2009, p. 113.

⁴⁰ Ibid., pp. 146-147.

⁴¹ WATENPAUGH, Keith David. *Bread from Stones: the Middle East and the making of Modern Humanitarianism*. Oakland: University of California Press, 2015, p. 32.

⁴² Ibid., pp. 59-60.

⁴³ “[...] the humanitarianism addressed more than just a response to their bodily suffering; it embodied a bureaucratically organized and expert knowledge-driven effort to repair their human being, reconnect them to their communities, and restore them to humanity”. Ibid., p. 15.

direitos humanos, assumindo um caráter de que esse último estaria “para além da política”⁴⁴. Jo Laycock observa a mesma ideia presente nos apoiadores da causa armênia na Grã-Bretanha, onde “muitos armenófilos estavam empenhados em enfatizar a natureza ‘não partidária’ de seus interesses na causa”⁴⁵. A “seletividade” do humanitarismo moderno também interessa, na medida em que a ajuda enviada pelo Ocidente era endereçada não para todos os que precisavam, mas especificamente para os cristãos que eram alvo de perseguição do Império Otomano, sobretudo armênios, embora houvesse milhares de muçulmanos e outras minorias não cristãs em condições degradantes na região. Refletindo, por exemplo, sobre a ajuda da Grã-Bretanha aos armênios, Watenpaugh afirma que “[...] a ação britânica foi motivada não por uma noção universal de direitos humanos, mas por uma identificação transitória da utilidade dos armênios para finalidades geopolíticas e como um ato de solidariedade cristã para uma ‘nação’ cristã em risco.”⁴⁶ Em outras palavras: “[...] durante a Grande Guerra no Oriente Médio, algumas emergências humanitárias ensejaram uma resposta humanitárias. Outras não”⁴⁷. Nesse sentido, o humanitarismo moderno se distingue da ideia contemporânea de direitos humanos, na medida em que o primeiro é particularista, enquanto o último é universalista⁴⁸. Também é importante notar como a imagem dos armênios como “povo necessitado” foi forjada pela comunidade internacional e pela Liga das Nações após a emergência da República da Turquia e a falência de um projeto de um Estado-nacional para os armênios⁴⁹, como forma de aplacar a opinião pública ocidental após anos de pressão dos apoiadores dos armênios que defendiam a importância de garantir àquele povo um torrão nacional. Nas palavras de Richard Hovannisian, “se a questão [armênia] era uma questão de sobrevivência física e política para o povo armênio, era igualmente um problema de comprometimento moral e honra para o mundo civilizado”⁵⁰.

Essa imagem foi, em grande parte, construída por meio de ações de organizações não vinculadas a governos, como as diversas missões protestantes norte-americanas e europeias que estavam no Império Otomano desde o final do século XIX na tentativa de converter os

⁴⁴ Ibid., p. 20.

⁴⁵ “*Many Armenophiles were keen to stress the 'non-party' nature of their interest in the cause*”. LAYCOCK, J. op. cit., p. 25.

⁴⁶ WATENPAUGH, K. op. cit., 2015, p. 21.

⁴⁷ “[...] *during the Great War in the Middle East, some humanitarian emergencies prompted a humanitarian response. Some did not*”. Ibid., p. 32.

⁴⁸ Ibid., p. 137.

⁴⁹ Ibid., p. 28.

⁵⁰ “*if that [Armenian] question was a matter of physical and political survival for the Armenian people, it was equally a matter of moral commitment and honor for the civilized world*”. HOVANNISIAN, Richard G. *The Republic of Armenia: from London to Sèvres, February-August 1920*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1996, vol. III, p. 372.

chamados “cristãos primitivos” às diversas ramificações do protestantismo. Esses grupos de missionários atuavam em pequenas vilas e cidades otomanas, oferecendo infraestrutura básica de saúde e educação para as populações que lá viviam, criando uma estrutura semissecular, o que permitia a colaboração com a sociedade otomana⁵¹. Muitos desses missionários escreviam relatórios, artigos e livros sobre as experiências que vivenciaram no interior do Império Otomano, sobretudo durante a Grande Guerra e o genocídio, mas também sobre as dificuldades do pós-guerra. Esses escritos criaram um novo gênero na literatura norte-americana, cujas histórias de sofrimento e superação davam a tônica das narrativas e ajudavam a criar empatia entre o povo norte-americano e os armênios em dificuldade na Anatólia e Levante.⁵² Por outro lado, esses mesmos textos aprofundavam a imagem do Ocidente acerca do Império Otomano e do Oriente, como uma terra de selvageria e barbárie onde haveria de acontecer uma “missão civilizadora”, cuja humanização e modernização seria o “fardo do homem branco”⁵³, para lembrar o célebre poema de Rudyard Kipling escrito em 1899. Watenpaugh assim resume a criação de uma imaginação humanitária entre o “sujeito” – Ocidente – e o “objeto” – o “oriental” – da ação, levando em consideração o surgimento de grupos de interesse e o estabelecimento de pontos de contato entre as duas partes, gerando empatia através de um discurso que valoriza narrativas civilizatórias que, ao fim, desagua nas pragmáticas necessidades políticas e morais ocidentais para com o grupo-alvo da ação humanitária:

Criar, ou talvez, se tornar um objeto do humanitarismo foi um ato gradativo que derivou não só da severidade da necessidade, mas também do jeito que os indivíduos e grupos necessitados foram inscritos no imaginário humanitário. Nesse sentido, o imaginário humanitário é o princípio organizado da compaixão organizada: é definido pelos encontros históricos entre os sujeitos e os objetos do humanitarismo; pela existência de grupos constitutivos, defensores e diásporas; pelo predomínio da lógica das narrativas civilizacionais; e por quão bem-sucedida é a criação e a manutenção de empatia. O imaginário humanitário é também moldado pela forma como a salvação dos que estão em perigo vai ao encontro da necessidade política e moral do sujeito do humanitarismo, e se os que recebem ajuda são avaliados como merecedores ou não dessa ajuda. A característica mais importante do imaginário humanitário é, todavia, como a emergência é formulada e depois entendida como um *problema para a humanidade* porque é um *problema da humanidade*. [...] é uma resposta emocional e intelectual criada mais do que no reconhecimento da humanidade do objeto; é formada por meio da narrativa, imagética fotográfica e identificação formal em um ato de solidariedade de classe, social ou religiosa⁵⁴. (grifos do autor)

⁵¹ WATENPAUGH, D. op. cit., 2015, pp. 17-18.

⁵² Ibid., p. 26.

⁵³ Ibid., p. 5.

⁵⁴ “*Creating or perhaps becoming an object of humanitarianism was an accretive act that derived not just from the severity of need but also from the way groups and individuals in need became inscribed in*

Por meio de artigos publicados na imprensa, Etienne tentou criar no Brasil a mesma comoção que existia na América do Norte para com os armênios, utilizando da situação periclitante daquele povo e da imagem estereotipada do Império Otomano para comover a opinião pública e os tomadores de decisão da importância de apoiar suas reivindicações no pós-Guerra, no contexto da Conferência de Paz de Paris de 1919 e nos fóruns da recém-criada Liga das Nações. Nas páginas seguintes, veremos como esse intelectual e seu pequeno grupo de apoiadores, conseguiu ser o elo entre a elite política armênia no mundo – seja na República Armênia a partir de 1918, seja na diáspora – e a elite política brasileira, trabalhando para inserir os interesses armênios na agenda da política externa brasileira. Em suma, Etienne Brasil foi um dos primeiros vetores de difusão das ideias do humanitarismo moderno no Brasil – com toda a carga colonialista e orientalista que isso possui – trazendo para o debate na imprensa e nos círculos políticos a necessidade moral e o dever civilizatório do povo e do governo brasileiro em apoiar os armênios.

Aqui, as formulações de Edward Said sobre a representação ocidental acerca do Oriente e as relações de poder daí decorrentes são particularmente úteis na medida em que os escritos de Etienne Brasil sobre a relação de turcos e armênios exploravam o máximo possível a ideia de uma nação cristã – cujos padrões civilizatórios seriam dignos da cultura europeia – martirizada ante a “ferocidade dos turcos, bárbaros osmanlis”, nos termos desse intelectual. Todavia, a visão orientalista da relação entre armênios e turcos também recai sobre os primeiros, uma vez que esses, apesar dos esforços de armênios e armenófilos para trazê-los para perto da chamada civilização ocidental, ainda permaneciam geográfica e mentalmente distantes dos habitantes de cidades como Londres, Paris, Nova York e Rio de Janeiro. Os armênios, afinal, não figuravam entre as grandes civilizações do Oriente Próximo, que seriam as fundações da cultura ocidental, tais como os gregos, egípcios, hebreus e mesopotâmios. Porém, eram cristãos, cuja ancestralidade religiosa remetia aos tempos do Velho Testamento e passava

the humanitarian imagination. In this sense, the humanitarian imagination is the organizing principle of organized compassion: it is defined by historical encounters between the subjects and objects of humanitarianism; by the existence of constituencies, advocacy groups, and diasporas; by the prevailing logics of civilizations narratives; and by how successfully empathy is created and then sustained. The humanitarian imagination is additionally shaped by how the salvation of those in danger meets the political and moral needs of the humanitarian subject, and whether or not those helped are gauged to be deserving of that help. The most critical feature of the humanitarian imagination, however, is how the emergency is formulated and then understood as a problem for humanity because it is a problem of humanity. [...] it is an emotional and intellectual response that is built on more than an acknowledgement of the humanity of the object, but is formed through narrative, photographic imagery, and formal identification in an act of class, social, or religious solidarity.” Ibid., pp. 33-34.

pela chancela de acontecimentos como o fato de ter sido um reino armênio o primeiro a proclamar o cristianismo como religião oficial e o apoio armênio ao Ocidente durante as Cruzadas. A arquitetura e demais expressões artísticas também eram consideradas à altura de serem rotuladas como “civilizadas”.

Por ser um povo de fronteira, um espaço “entrelugares”⁵⁵, como destaca a historiadora britânica Jo Laycock, as representações da Armênia no Ocidente desafiam a ideia de Said sobre o Orientalismo⁵⁶. “Ao invés disso”, nas palavras da autora, “imagens da Armênia têm sido caracterizadas pela ambiguidade e fluidez”⁵⁷, ainda que o intelectual palestino-americano tenha arrolado os armênios ao lado de outras minorias as quais a Europa tinha planos para execução de suas “políticas orientais”⁵⁸, abrigando os “orientais” sob um mesmo teto e reforçando o Orientalismo como um discurso que implica em oposição, enquanto a análise para os armênios – e outros povos, como os balcânicos – deve ser feita com base em um discurso de “ambiguidade imputada”⁵⁹. Portanto, os aportes de Laycock servem como uma necessária atualização e importante complemento às formulações de Said para a análise da representação dos armênios no Ocidente, o que inclui os textos de Etienne Brasil no Rio de Janeiro do começo do século XX.

A vinculação entre pragmatismo e humanitarismo não foi a estratégia utilizada apenas pelos armênios para alcançar o governo brasileiro. O Catete e o Itamaraty também lançaram mão das mesmas ideias para projetar o Brasil no sistema internacional do final dos anos 1910 e início dos anos 1920. Veremos como a “ilusão de poder” do Brasil no cenário pós-Grande Guerra fez com que os tomadores de decisão apostassem na ideia do país como uma potência global, cujos interesses deveriam ir além das questões hemisféricas. Assim, a imagem de um povo cristão em perigo, cujo Estado nacional só poderia ser garantido se uma potência o tutelasse, soou como uma oportunidade para que o governo Epitácio Pessoa mostrasse a

⁵⁵ *In-between spaces*, no original.

⁵⁶ LAYCOCK, J. op. cit., p. 19

⁵⁷ “*Instead images of Armenia have been characterised by ambiguity and fluidity*”. Ibid., p. 11.

⁵⁸ “[...] muito próxima ao centro de toda a política européia no Leste, estava a questão das minorias, cujos ‘interesses’ as Potências, cada uma a seu modo, afirmavam proteger e representar. Judeus, ortodoxos gregos e russos, drusos, circassianos, armênios, curdos, as várias pequenas seitas cristãs: todos esses eram objeto de estudos, planos e projetos das Potências Europeias, que improvisavam e construíam a sua política oriental”. SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 265.

⁵⁹ LAYCOCK, J. op. cit., p. 33.

capacidade brasileira em se envolver em assuntos internacionais, sobretudo aqueles que eram de interesse direto dos EUA de Woodrow Wilson, de quem Pessoa era admirador.

A ideia inicial para esta pesquisa nasceu do contato com arquivos particulares de famílias de imigrantes armênios em São Paulo, bem como com as bibliotecas e arquivos das entidades comunitárias, onde há um grande número de jornais, revistas, panfletos e livros produzidos pelos armênios em São Paulo desde os anos 1920. Durante essas incursões, surgiu a figura de Etienne Brasil, mencionado *en passant* em alguns textos e publicações comunitárias⁶⁰ como o primeiro diplomata da Armênia no Brasil, sem maiores detalhes sobre sua biografia ou trajetória profissional. Causava estranheza a falta de informações sobre esse indivíduo de nome peculiar que foi o primeiro representante diplomático da efêmera República Armênia (1918-1920) no Rio de Janeiro, onde havia poucos armênios e quase nenhum traço de uma vida comunitária. Pairava no ar a dúvida de como e porque uma representação diplomática armênia foi estabelecida na então capital federal nos anos 1910 e, sobretudo, qual teria sido a sua ação junto ao Catete e ao Itamaraty.

Tais questionamentos começaram a se tornar menos turvos quando a historiadora Monique Sochaczewski Goldfeld mencionou a existência de uma pasta da “Legação Armênia no Brasil” no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, que contém algumas cartas enviadas por Etienne Brasil ao Ministério de Relações Exteriores e à Presidência da República, tentando obter junto ao governo brasileiro sua acreditação como diplomata e, posteriormente, o reconhecimento brasileiro da independência da República Armênia proclamada em 28 de maio de 1918⁶¹. Essa documentação é desconhecida da historiografia armênia, seja na República, seja na diáspora. Mesmo historiadores que mencionam Etienne Brasil como Richard Hovannisian, Vartan Matiossian, Narciso Binayán Carmona e Pascual Carlos Ohanian, não tiveram acesso aos documentos do Itamaraty. Também aos historiadores da política externa brasileira é estranha a história de Etienne e sua ação junto ao governo do Brasil.

Com a leitura das cartas de Etienne Brasil depositadas no Arquivo Histórico do Itamaraty é possível encontrar menções feitas pelo então diplomata a artigos publicados por ele mesmo na imprensa fluminense ao longo dos anos, o que deixou clara a necessidade de explorar outros arquivos além dos diplomáticos. Para tanto, foi de fundamental importância a utilização

⁶⁰ Cf. VARTANIAN, Yeznig. *Brazilioh Hay Kaghuthë*: Badmagan Degheguthiunner ev Jamanagakruthiun 1860-ên mintchev 1947-i Vertchë. Buenos Aires: Siphon, 1948.

⁶¹ Tais documentos foram citados pela historiadora em sua tese de doutorado. Cf. GOLDFELD, Monique Sochaczewski. op. cit.

da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Etienne Brasil escreveu, desde 1908, quando chegou ao país, até o início dos anos 1920, mais de trezentos artigos, afora livros e material didático. A maioria desses textos trata, total ou parcialmente, da história dos armênios e da reivindicação do povo armênio por liberdade e autonomia no Império Otomano, ou ainda versa sobre o Império Otomano e o povo turco, em análises marcadas pelo Orientalismo e uma visão estereotipada do Islã e do Oriente.

Assim, para além de uma história da política externa brasileira *vis-à-vis* a causa armênia que pode ser apreendida por meio dos documentos diplomáticos, podemos analisar como a retórica de Etienne Brasil – apresentando os armênios como um povo cristão oprimido e ameaçado pelo poder imperial otomano muçulmano – ajudou a lançar as bases do humanitarismo moderno no Brasil. Movimento semelhante pode ser observado na Europa e nos EUA, sobretudo com relação à questão latente de como lidar com milhares de sobreviventes que não tinham pátria nem terra e se acumulavam em campos de refugiados no Oriente Médio.

Mesmo com o cotejamento da documentação diplomática depositada com o material publicado na imprensa fluminense, o *corpus* documental ainda estava incompleto. No Arquivo Histórico do Itamaraty, somente se pode encontrar as cartas enviadas por Etienne Brasil ao Ministério de Relações Exteriores. Nesse fundo não há as cartas recebidas por Etienne desde o Itamaraty, tampouco as missivas enviadas pelo governo armênio dando instruções de como ele deveria proceder enquanto representante diplomático – esses documentos provavelmente se perderam, pois não havia à época uma instituição armênia no Brasil para custodiá-los. Contudo, ainda há outra parte desse *corpus* que pode ser consultado: são as cartas enviadas por Etienne Brasil à Delegação da República Armênia em Paris, que comandava de fato a política externa do país entre 1918 e 1920, depositadas nos arquivos da Federação Revolucionária Armênia em Massachusetts, EUA, cuja consulta não é permitida devido a questões logísticas e estratégicas. Entretanto, alguns pesquisadores que tiveram a chance de trabalhar nesses arquivos antes deles serem definitivamente fechados conseguiram fazer cópias em microfilme de uma parte do acervo e assim, contando com a colaboração desses, foi possível consultar as cartas de Etienne Brasil aos seus superiores.

A República da Armênia também possui documentos importantes para esta pesquisa. Nos arquivos de Yerevan, foram descobertas algumas cartas de Etienne Brasil a Archag Tchobanian, intelectual e político armênio radicado na França no início dos anos 1910. Nessas missivas, Etienne discutia, anos antes da independência da Armênia e de sua nomeação

como diplomata, o futuro do povo armênio e quais seriam os caminhos para criar uma nação livre. Tais documentos ajudaram a preencher uma lacuna na trajetória do intelectual e diplomata, uma vez que as informações sobre suas ações antes de 1915 são escassas. Além disso, no Arquivo Nacional da República da Armênia foi encontrada documentação concernente à questão armênia na Liga das Nações, incluindo o posicionamento do Brasil sobre essa matéria, além de correspondências entre autoridades armênias no mundo cogitando a possibilidade de incentivar a imigração de refugiados para território brasileiro.

É evidente a importância da pesquisa multiarquivos no caso de análises de história diplomática e das relações internacionais. Entretanto, no contexto desta pesquisa, a urgência é ainda mais latente, na medida em que não é uma análise de uma relação bilateral, ou da ação de um único ator em um determinado contexto multilateral, mas a interação entre um país receptor, um povo diaspórico com múltiplos centros decisórios e organizações intergovernamentais. Evidentemente, há desafios metodológicos, sobretudo no trato com fontes de naturezas distintas, muitas vezes apresentando informações contraditórias. Esses desafios devem ser superados com cuidado redobrado por parte do pesquisador, que precisa estar atento para o movimento dos atores sobre uma determinada pauta em espaços distintos, tentando sempre apreender as nuances de discursos quando o público receptor é o interno ou o externo, um par ou um superior, um leigo ou um perito, etc.

No capítulo I, discutiremos brevemente a situação dos armênios no Império Otomano, sobretudo durante a Grande Guerra, e suas aspirações após a independência da pequena República Armênia em 1918. No capítulo II, apresentaremos a chegada da causa armênia no Brasil e a ação de Etienne Brasil como intelectual diaspórico na função de divulgador da história do povo armênio e das reivindicações históricas deste na sociedade receptora. No capítulo III, será o trabalho diplomático de Etienne Brasil junto ao governo brasileiro o foco da análise, mostrando como ele construiu um grupo de interesses no Rio de Janeiro da virada dos anos 1910-1920 para tentar influenciar as decisões de política externa da sociedade receptora. No capítulo IV, analisaremos o Brasil no contexto do multilateralismo no pós-guerra e como os tomadores de decisão utilizaram as demandas armênias de acordo com o interesse das elites políticas brasileiras.

2 GENOCÍDIO, DIÁSPORA E A REPÚBLICA DE 1918-1920

No cair da noite do domingo de Páscoa de 24 de abril de 1915, cerca de 250 armênios residentes em Constantinopla⁶² receberam a visita indesejada de soldados a serviço da cúpula do Comitê União e Progresso⁶³ – também conhecido como o partido dos *Jovens Turcos* – grupo político que logrou êxito em alcançar o poder em uma revolução em 1908, destituindo do trono o sultão Abdul-Hamid II com um discurso de modernização do Império Otomano e recuperação do prestígio do país avariado por anos de guerra nos Bálcãs e a perda de um terço do território imperial e de 20% de sua população⁶⁴.

Os armênios abordados pelas forças de segurança otomanas foram detidos e deportados para o interior do Império e eram, em sua maioria, lideranças e figuras de relevo na comunidade armênia otomana, como Krikor Zohrab, membro do recém-operante parlamento otomano, o poeta Daniel Varoujan, o musicólogo e padre Komitas e o religioso Grigoris Balakian, personagens com entrada nos círculos culturais e políticos europeus e que poderiam tentar frear, por meio de suas conexões e contatos, o plano do governo otomano de extermínio dos armênios cuja grandeza ficou evidente na noite de 24 de abril de 1915. Contudo, a perseguição aos súditos cristãos – que incluía também gregos, assírios e outras minorias – não havia começado naquela noite, mas anos antes, sendo uma dentre muitas consequências do processo de desmantelamento do Império Otomano cujo desfecho seria trágico para todos os habitantes.

2.1 O crepúsculo otomano e a questão das minorias

É difícil tratar da “crise” do Império Otomano, situando-a em uma época entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, tendo em vista que mesmo em seu ápice territorial, no século XVI, sob o sultanato de Selim I, o Império já mostrava rachaduras em sua estrutura⁶⁵. Por isso, Monique Sochaczewski Goldfeld defende que é mais coerente

⁶² Em 1914, a população cristã de Constantinopla girava em torno de 390 mil pessoas, numa população total de 910 mil (ou seja, cerca de 43%). McMEEKIN, S. op. cit., p. 87, nota *.

⁶³ Em turco, *İttihat ve Terakki Cemiyeti*, muitas vezes referido na literatura especializada simplesmente como *İttihad*.

⁶⁴ BLOXHAM, D. op. cit., p. 31.

⁶⁵ Ibid., p. 29.

pensar nas dinâmicas que o Império Otomano criou para continuar a existir ao longo dos séculos do que rotular de “declínio” ou “crise” um período que começaria em 1683, quando o exército otomano falhou na conquista de Viena, até 1922, com a proclamação da República da Turquia, intervalo temporal que é, a rigor, mais extenso do que o apogeu do Império Britânico⁶⁶. Indubitavelmente, foi nos Oitocentos que o que a historiadora chama de “fase final otomana” obteve contornos dramáticos. Para os armênios, povo que naquela altura estava dividido entre os domínios dos impérios otomano, russo e persa, a crise otomana aparecia como a oportunidade de reivindicar maior autonomia e direitos junto à Sublime Porta⁶⁷, que se encontrava pressionada pelas Potências europeias, desejosas de maior capilaridade nos negócios otomanos. A questão das minorias no Império foi, então, instrumentalizada por atores como o Império Russo e a Grã-Bretanha para interferir nos assuntos otomanos em nome da proteção dos súditos cristãos do sultão que viviam há muito com status diferenciado dos turcos e outros grupos muçulmanos, não obstante tentativas malfadadas de reformas como os decretos conhecidos como *Tanzimat*, que preconizavam o otomanismo, isto é, a ideia de que todos os habitantes do Império seriam iguais pelo fato de serem todos otomanos, numa tentativa de secularização e modernização da estrutura teocrática islâmica que proibia os cristãos ascensão na burocracia otomana ou taxava-os suplementarmente⁶⁸.

O período do Tanzimat – que é mais comumente situado entre 1839 e 1876 – foi profícuo na proposição de alterações na estrutura burocrática e fiscal do Império Otomano com vistas à sua reestruturação numa tonalidade mais ocidental, mas pouco efetivo de fato. A finalidade última, de acordo com Alan Palmer, era a reorganização do exército, que não seria possível sem um novo sistema tributário que fosse capaz de arrecadar mais e de forma mais eficiente⁶⁹. Para Donald Quataert, “o objetivo das reformas era, por um lado, suprimir os privilégios legais dos muçulmanos e, por outro, levar a que os cristãos sob os auspícios da proteção europeia voltassem a submeter-se à jurisdição do Estado otomano e ao seu sistema judicial”⁷⁰. Outras medidas também estavam na alça de mira dos idealizadores da reestruturação, como o desenvolvimento de um sistema educacional secular, a garantia do

⁶⁶ GOLDFELD, Monique Sochaczewski. “O Império Otomano e a Grande Guerra”. In: *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Luzes/Instituto de Estudos Estratégicos (UFF), nº 5, vol. I, 2015, p. 242.

⁶⁷ Sublime Porta (*Bab-i Ali*) ou simplesmente Porta, alcunha dada ao governo otomano.

⁶⁸ BLOXHAM, D. op. cit., p. 31.

⁶⁹ PALMER, Alan. *Declínio e Queda do Império Otomano*. São Paulo: Globo Livros, 2013, pp 110-111.

⁷⁰ QUATAERT, Donald. *O Império Otomano: das origens ao século XX*. Lisboa: edições 70, 2008, pp. 88-89.

direito à propriedade e igualdade religiosa, propostas que tiveram alcance reduzido. O impacto maior do Tanzimat foi sentido em 1856, quando por pressão ocidental na esteira do armistício entre otomanos e russos que pôs fim à Guerra da Crimeia, o então sultão Abdülmecid emitiu dois éditos que garantiriam a igualdade entre muçulmanos e não muçulmanos e a modernização do sistema de recolhimento de impostos que tiraria das mãos de líderes locais a arrecadação, centralizando-a⁷¹. Contudo, nos confins do Império Otomano, como na Anatólia ou na Bósnia-Herzegovina, as reformas do Tanzimat foram recebidas pelas elites muçulmanas locais – e também pelas não muçulmanas – com resistência e hostilidade, que não abriram mão de seus privilégios como a arrecadação de impostos, o que significou para os não muçulmanos – armênios, inclusive – na prática, uma dupla taxação: uma pelas autoridades locais, outra pelos agentes da Sublime Porta.

Ainda que fossem uma minoria numerosa – cerca de dois milhões – no Império Otomano, os armênios não constituíam maioria demográfica que pudesse servir de base para um território nacional autônomo – ao contrário do que acontecia com os gregos nos Bálcãs, por exemplo – e estavam espalhados pela Anatólia Oriental – ou Armênia Ocidental, composta pelas províncias de Van, Erzurum, Bitlis, Diyarbakir, Harput e Sivas, onde armênios e curdos eram os grupos majoritários – e pela Cilícia – outrora um reino armênio, também chamado de “Armênia Menor”, onde os armênios eram entre 20-25% da população local no século XIX⁷². Embora a maior parte da população armênia fosse composta de camponeses, havia uma dinâmica elite urbana ligada a atividades comerciais e burocráticas em grandes cidades como a capital do Império, Constantinopla, e Esmirna – hoje İzmir – que estavam em contato permanente com outros armênios residentes em outros centros urbanos importantes da região como Tiflis – hoje Tblissi, capital da atual República da Geórgia – e Baku – capital da atual República do Azerbaijão – além de outros que estavam integrados à alta sociedade de cidades europeias como Londres, Paris e Genebra. A prosperidade de alguns homens de negócios armênios somada à piora da condição de vida de toda a população do interior do Império Otomano ajudou a criar, entre os muçulmanos, um estereótipo do cristão bem-sucedido que lucrava enquanto os demais pagavam as contas. Nas palavras do historiador britânico Donald Bloxham:

[...] o estereótipo anticristão foi criado com base em mercadores urbanos, agiotas, comerciantes rurais e intermediários; com base em certas regiões, principalmente na Cilícia, nos elementos da economia agrária; e em

⁷¹ Ibid., p. 127.

⁷² Ibid., p. 39.

associação do sucesso armênio com a ocidentalização e influências estrangeiras por conta das redes de negócios armênias. A proeminência de alguns armênios dos benefícios da capitulação parecia confirmar a imagem de cristãos que não somavam esforços com os muçulmanos em prol do interesse do Estado cujo território eles habitavam⁷³.

Essa elite armênio-otomana buscava dar educação europeia aos seus filhos, inicialmente em escolas francesas, inglesas e norte-americanas, estabelecidas no Império numa espécie de efeito colateral das malfadadas reformas do Tanzimat, que lograram, contudo, abrir o Império Otomano a uma maior penetração econômica e social do Ocidente, seja por meio do capital financeiro, seja por meio de missões religiosas que fundaram instituições de ensino e filantropia no país. Os filhos das elites buscavam seus diplomas superiores em universidades da Grã-Bretanha, França, Império Alemão ou Russo, ajudando a forjar uma identidade nacional secular⁷⁴. A influência da cultura política ocidental somou-se ao que Bloxham chama de renascimento cultural armênio no século XIX, quando uma literatura em idioma vernáculo se desenvolveu e lançou as bases para o protonacionalismo desse povo, que iria desabrochar de fato com a eclosão da chamada “questão oriental” depois da Guerra Russo-Turca de 1877-78, ou seja, a questão de autonomia e garantia de direitos aos povos não muçulmanos do Império Otomano⁷⁵. Nos termos de Benedict Anderson, “A juventude era, sobretudo, a primeira geração a adquirir uma educação europeia em número significativo, o que a demarcava linguisticamente e culturalmente da geração dos seus pais, bem como da vasta multidão dos colonizados da mesma classe etária”⁷⁶.

Outro processo importante foi a mudança no sistema de *millet* nos anos 1850. Um *millet* era uma comunidade – seja ela armênia, grega, judia, católica ou protestante – chefiada pelo líder religioso máximo de cada grupo que tinha poderes civis, fiscais, educacionais e penais sobre seus fiéis, ainda que ele estivesse em última instância subordinado ao sultão otomano. No caso do *millet* armênio, o chefe era o patriarca da Igreja Apostólica Armênia – posteriormente

⁷³ “[...] the anti-Christian stereotype was founded upon urban merchants, moneylenders, and ‘middlemen’ and rural traders; upon certain regions and elements of the agricultural economy, notably in Cilicia; and upon the association of Armenian success with Westernization and foreign influences, because of the Armenian trade networks. The prominence of some individual Armenians of capitulatory benefits seemed to confirm a picture of Christians not pulling together with the Muslim population in the interests of the state on whose territory they dwelled.” Ibid., p. 41.

⁷⁴ SAHAKYAN, Vahe. *Between Host-Countries and Homeland: Institutions, Politics and Identities in the Post-Genocide Armenian Diaspora (1920s to 1980s)*. Ann Arbor: A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy (Near Eastern Studies) in the University of Michigan, 2015, p. 37,

⁷⁵ BLOXHAM, D. op. cit., pp. 44-45.

⁷⁶ ANDERSON, B. op. cit., p. 163.

os *millets* armênios católico e protestante foram criados – e em 1863 logrou estabelecer a chamada “constituição nacional armênia” que reconhecia direitos e deveres daquela população no Império Otomano⁷⁷. Esse movimento “constitucional” alimentou e foi alimentado pelo nacionalismo secular armênio influenciado pela cultura política ocidental, minando aos poucos a primazia da Igreja na condução da política armênio-otomana e semeando o que seria a origem dos partidos políticos armênios, ainda que essa vanguarda não gozasse, ao contrário da Igreja, da mesma capilaridade no interior do Império junto à população campesina, cada vez mais pressionada, seja por uma sobreposição de impostos, seja pelos ataques frequentes de muçulmanos seminômades como os curdos ou outros povos oriundos de deportações no Império Russo⁷⁸ ou nos Bálcãs.

2.2 A questão armênia no sistema internacional

A questão armênia atingiu a esfera internacional com a vitória das tropas tsaristas na Guerra Russo-Turca em 1878 e a solicitação armênia para que a Rússia colocasse na pauta dos tratados pós-guerra a autonomia e proteção desse povo. Apesar do aceite russo – que contou com armênios em suas fileiras durante os combates contra o Império Otomano, inclusive em postos de comando do exército tsarista – a autonomia dos armênios nas províncias orientais do Império Otomano foi vetada pelos representantes britânicos que temiam a ampliação da influência russa naquela região, sendo substituída por uma menção vaga a um compromisso da Sublime Porta em garantir a segurança dos armênios ante os assaltos curdos e circassianos, no artigo 16 do Tratado de San Stefano em 3 de março de 1878⁷⁹. A discordância entre as Potências ocidentais e os beligerantes fez com que o Tratado fosse revogado e um congresso fosse realizado em Berlim, entre junho e julho do mesmo ano, afiançado por Bismark. Nessa ocasião, algumas pautas da questão oriental avançaram e Sérvia, Montenegro e Romênia garantiram suas independências, ainda que a Bulgária não tenha tido a mesma sorte. Os armênios enviaram uma delegação mista, formada por religiosos e leigos, chefiada por Mkrtych Khrimian, ex-

⁷⁷ SAHAKYAN, V. op. cit., p. 38.

⁷⁸ Como os circassianos, que hoje reivindicam que foram alvo de um processo genocida nos anos 1850-60. Cf. KREITEN, Irma. “A colonial experiment in cleansing the Russian conquest of Western Caucasus, 1856-65”. In: *Journal of Genocide Research*. Routledge, 11:2, 2009.

⁷⁹ TERNON, Y. op. cit., pp. 63-65.

patriarca armênio de Constantinopla (1869-73) e figura central na construção do discurso de criação de uma pátria armênia nas províncias orientais da Anatólia⁸⁰.

Munida de um memorando a ser entregue aos demais delegados no qual reivindicava que as províncias orientais da Anatólia fossem controladas por um armênio nomeado pelo Sultão e sediado em Erzerum – distanciando-se assim de um projeto separatista – a delegação armênia é frustrada pela tenaz oposição da Sublime Porta a qualquer autonomia dos armênios, o que faz com que o Tratado de Berlim revise, em seu artigo 61, o artigo 16 de San Stefano com uma notória modificação: a omissão da palavra “Armênia”⁸¹. A derrota político-diplomática dos armênios irritou Khrimian, que atribui o revés aos métodos fracassados e pacíficos de negociação adotados *vis-à-vis* o sucesso obtido pelos povos balcânicos que empregaram largamente a luta armada como estratégia de libertação nacional⁸². Ao retornar à Constantinopla, o religioso dirigiu aos seus compatriotas um célebre discurso no qual ele compara as negociações em Berlim com um banquete no qual as Potências enchem seus pratos com um ensopado utilizando uma concha de ferro, enquanto os armênios tentavam fazer o mesmo com um utensílio de papel, acrescentando que “não há espaço para súplicas ou pedidos quando assuntos são decididos pelas armas”⁸³. O “sermão da espada” – como ficou conhecido o discurso de Khrimian – é tido por alguns pesquisadores como o nascimento do movimento revolucionário armênio e o sacerdote tornou-se símbolo do nacionalismo armênio até os dias de hoje (anexo: Figura 1).

Apesar da derrota armênia, a questão estava definitivamente posta na pauta das relações internacionais do final do século XIX. Na esteira de Berlim, intelectuais armênios elevaram o tom do discurso nacionalista voltado à ação e as primeiras agremiações políticas foram organizadas, como o *Armenakan*, fundado pelo professor e jornalista Mkrtich’ P’ortugalian com o apoio de Khrimian na cidade otomana de Van em 1885 e o *Hnchakyan* – posteriormente convertido em um partido socialdemocrata – criado em Genebra por intelectuais armênios do Império Russo, em 1887, profundamente influenciados pelo marxismo e também pela experiência de P’ortugalian, que recusou a proposta dos primeiros de criar um partido único⁸⁴. O *Hnchakyan* – do armênio *Hnchak*, “sino” – defendia a libertação nacional por meio do socialismo com um discurso que, ao mesmo tempo que atraía as classes médias armênias

⁸⁰ SAHAKYAN, V. op. cit., pp. 38-39.

⁸¹ TERNON, Y. op. cit., p. 69.

⁸² BLOXHAM, D. op. cit., p. 45.

⁸³ SAHAKYAN, V. op. cit., pp. 42-43.

⁸⁴ Ibid., pp. 45-47.

intelectualizadas de Constantinopla e Tiflis e tinha alguma reverberação nas populações campesinas da Anatólia e Transcaucásia, afastava os armênios abastados.

Não obstante, manifestações organizadas pelo partido em Constantinopla entusiasmaram armênios dentro e fora do Império Otomano, o que levou um grupo em Tiflis, na Transcaucásia, a criar a Federação dos Revolucionários Armênios, em 1890, de forma a unificar o *Hnchakyan* e diversas células revolucionárias independentes no que Vahe Sahakyan chama de uma “organização guarda-chuva”⁸⁵. Contudo, a aliança entre os grupos políticos não durou muito tempo devido a diferenças operacionais, mas, sobretudo, ideológicas. No I Congresso Geral da Federação, em junho de 1892, em Tiflis, a agremiação adotou o nome de Federação Revolucionária Armênia – em armênio, *Hay Heghap'okhakan Dashnakts'ut'yun*, ou simplesmente *Dashnak*⁸⁶. Em poucos anos, o *Dashnak* se tornaria a força política mais importante dos armênios nos Impérios Otomano, Russo, Persa e Europa. Donald Bloxham sumariza nos seguintes termos as diferenças ideológicas entre os dois partidos:

Conforme desenvolviam o equilíbrio de suas doutrinas, tanto para *Hnchaks* quanto para *Dahsnaks* o nacionalismo predominou sobre o socialismo. O objetivo do *Hnchak* era a criação de uma Armênia socialista independente; o do *Dashnak* era, pelo menos em um primeiro momento, uma Armênia autônoma sob suserania otomana⁸⁷.

Internamente, o principal adversário dos partidos políticos armênios era o Sultão Abdul-Hamid II – ou Abdülhamid II – que ascendeu ao trono em 1876 com uma proposta reformista e de certa maneira modernizadora para o Império – ainda que tenha revogado a recém-promulgada Constituição Otomana e fechado o parlamento com a eclosão da Guerra Russo-Turca⁸⁸. Durante seu sultanato, a infraestrutura imperial foi modernizada, sobretudo estradas de ferro, serviços de comunicações e informações, que se mostrariam especialmente úteis para a violência que ele patrocinaria nos anos 1890 contra os armênios. Quando do planejamento da rota da pretensiosa ferrovia Berlim-Bagdá, Abdul-Hamid II insistia com seus parceiros alemães que os trilhos deveriam passar pelas províncias orientais densamente

⁸⁵ Ibid., p. 48.

⁸⁶ Ibid., pp. 48-49.

⁸⁷ “As they worked out the balance of their doctrine, for both the *Hnchaks* and the ARF [Dashnak] nationalism came to predominate over socialism. The *Hnchak* goal was the creation of an independent socialist Armenia; the ARF’s was, as a first stage at least, an autonomous Armenia under Ottoman suzerainty”. BLOXHAM, D. op. cit. p. 49.

⁸⁸ SAHAKYAN, V. op. cit., p. 54.

povoadas por armênios e fronteiriças ao Império Russo “a fim de acelerar o transporte de tropas até lá, tanto para enfrentar uma rebelião dos armênios como uma invasão dos russos”⁸⁹.

A pressão estrangeira por reformas, aliada ao esfacelamento da porção europeia do Império Otomano e o receio que os grupos políticos armênios fossem catalisadores de um movimento separatista na Anatólia fez com que Abdul-Hamid II lançasse mão da burocracia imperial e de alianças com grupos curdos e circassianos para atacar províncias com grande concentração populacional de armênios em uma série de massacres que matou cerca de 100 mil pessoas entre os anos de 1894-96⁹⁰. A reação armênia viria na forma de protestos e atentados em Constantinopla, como um grande ato em 1895 organizado pelo *Hnchakyan* e o conhecido assalto do *Dashnak* ao Banco Otomano em 1896, quando um grupo ameaçou explodir o banco que simbolizava a força do capital europeu no país⁹¹, caso as exigências de autonomia para as seis províncias orientais otomanas massivamente povoadas por armênios e o fim das perseguições não fossem atendidas. A reação de Abdul-Hamid II passou longe da ponderação necessária ao negociar com um grupo de assalto que se trancafiou no interior de um prédio ameaçando explodi-lo com os reféns e tudo o que havia dentro: ele ordenou que suas tropas cercassem o Banco com artilharia de poder de fogo suficiente para destruir o prédio tão rápido quanto os armênios e suas dinamites instaladas em todos os andares. Foi a intervenção da diplomacia britânica, que ameaçou bombardear o palácio do sultão caso ele disparasse contra o Banco, que dissuadiu Abdul-Hamid II de mandar pelos ares os cerca de 20 armênios, 150 reféns e milhões de liras em papéis e títulos. O impasse terminou com a libertação dos reféns e dos assaltantes – intermediada por Edgar Vincent, o britânico encarregado do Banco – que fugiram de Constantinopla rumo a Marselha a bordo de uma embarcação grega⁹².

Apesar do sucesso das ações no âmbito da propaganda da questão armênia no Ocidente, com o aumento da pressão ocidental por reformas no Império e pelo fim da violência contra os armênios⁹³, a retaliação das autoridades otomanas veio na forma da intensificação das perseguições, nas quais 6 mil armênios perderam a vida⁹⁴. Ademais, “entre 1870 e 1910, cerca de 100 mil armênios emigraram e entre 1890 e 1910 pelo menos 741 mil hectares de

⁸⁹ McMEEKIN, Sean. *O Expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial, 1898-1918*. São Paulo: Globo, 2011, p. 57.

⁹⁰ BLOXHAM, D. op. cit., p. 51.

⁹¹ O Banco Otomano foi fundado com capital anglo-francês em 1863. PALMER, A. op. cit., p. 137.

⁹² BOGOSIAN, Eric. *Operation Nemesis: The assassination plot that avenged the Armenian Genocide*. Nova York: Little, Brown, 2015, pp. 55-56.

⁹³ SAHAKYAN, V. op. cit., p. 51.

⁹⁴ BLOXHAM, D. op. cit., p. 53.

propriedades armênias foram ilegalmente tomadas ou confiscadas por representantes do Estado”⁹⁵.

Algumas vilas e cidades, como Sassun, Van e Zeytun, conseguiram resistir às investidas das forças de Abdul-Hamid II – notoriamente grupamentos paramilitares curdos avalizados pelo Sultão para assaltarem localidades armênias – graças a liderança dos partidos políticos que promoveram o armamento e treinamento da população civil. A resistência armênia permitiu, todavia, que Abdul-Hamid II caracterizasse interna e externamente os armênios como um povo otomano em rebelião contra o seu próprio governo, tentando legitimar assim ações violentas de suas forças⁹⁶. Não obstante, o massacre de cristãos armênios por grupos muçulmanos incitados pelo Sultão – que reivindicava a posição de califa, isto é, chefe máximo do Islã sunita – chegou rapidamente ao Ocidente, estampando capas de revistas e manchetes de jornais, rendendo a Abdul-Hamid II a alcunha de “Sultão Vermelho”⁹⁷ (anexo: Figura 2).

2.3 Os Jovens Turcos

Enquanto o *Dashnak* voltava suas atividades para a Transcaucásia para escapar da repressão das forças de Abdul-Hamid II, surgia em 1896 em Salônica, cidade balcânica ainda sob controle otomano, um grupo de educação europeia – residentes, sobretudo, em Paris e Genebra – jovens oficiais do exército imperial e membros da burocracia otomana que defendiam a modernização e secularização do Império Otomano para salvá-lo do colapso, numa postura que Bloxham chamou de “liberal até certo ponto”, pois preconizava interesses nacionalistas turcos e muçulmanos em detrimento das minorias cristãs que viviam no país⁹⁸. Esse grupo se organizou no chamado Comitê União e Progresso (CUP) cujas lideranças oriundas das bordas do Império – onde era mais sensível a fragmentação do país⁹⁹ – defendiam o panturquismo para que o território otomano recuperasse seu tamanho de outrora e que os

⁹⁵ “Between 1870 and 1910 some 100,000 Armenians emigrated, and between 1890 and 1910 at least 741,000 hectares of Armenian property were illegally taken or confiscated by representatives of the state”. Ibid., p. 48.

⁹⁶ Ibid., p. 55.

⁹⁷ Cf. DEMOYAN, Hayk (org.). *Armenian Genocide: Frontpage Coverage in the World Press*. Yerevan: Armenian Genocide Museum-Institute, 2014.

⁹⁸ BLOXHAM, D. op. cit., p. 58.

⁹⁹ “[...] foi na Turquia Europeia que a interferência externa foi mais incômoda e a autoridade imperial foi mais fortemente questionada”. MAZOWER, Mark. *Salônica: cidade de fantasmas: cristãos, muçulmanos e judeus – 1430-1950*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 283.

milhares de muçulmanos refugiados após os conflitos com o Império Russo e as guerras nos Bálcãs pudessem ser reassentados¹⁰⁰. Para Eric Hobsbawm, o grupo

[...] que tomou o poder em 1908 na esteira da Revolução Russa, desejava implantar um patriotismo que abarcasse todos os otomanos, passando por cima de divisões étnicas, linguísticas e religiosas e baseado nas verdades seculares do Iluminismo (francês) do século XVIII. A versão do Iluminismo que mais lhe agravada se inspirava no positivismo de Auguste Comte, que combinava uma fé cega na ciência e na modernização inevitável com o equivalente secular da religião, o progresso não democrático (“ordem e progresso”, para citar o lema positivista) e um planejamento social de cima para baixo. Por motivos óbvios, essa ideologia seduziu as ínfimas elites modernizadoras no poder em países atrasados e tradicionalistas, que elas tentaram arrastar à força para o século XX. [...] Nesse sentido, como em outros, a revolução turca de 1908 fracassou¹⁰¹.

Ansiosos por mudanças, as minorias viam com bons olhos a ascensão dos chamados Jovens Turcos, o que fez com que o *Dashnak* apoiasse o grupo na tentativa de restringir constitucionalmente o poder de Abdul-Hamid II e, assim, dar mais autonomia aos armênios otomanos¹⁰². Logo, o partido desmobilizou parte de seus grupamentos armados que haviam sido organizados para a autodefesa contra as investidas das tropas do sultão, num giro em direção ao constitucionalismo e à política parlamentar. O *Hnchakyan*, embora também tenha defendido a via parlamentar logo após a ascensão do CUP, refutou qualquer possibilidade de aliança com os Jovens Turcos por entender que a política para as minorias desse grupo intencionava, no limite, a assimilação aos valores turcos por meio do rótulo homogeneizante do “otomanismo”¹⁰³.

Contando também com o apoio de boa parte das forças armadas e de grupos muçulmanos descontentes com a crise econômica e política que tomava conta do Império há décadas, o Comitê União e Progresso assumiu de fato o poder em 1908, sem depor Abdul-Hamid II, que permaneceria como peça figurativa até o ano seguinte, quando uma tentativa de contragolpe orquestrada por forças leais ao sultão fez com que ele fosse exilado para Salônica, sendo seu irmão entronado em seu lugar. A constituição otomana suspensa por Abdul-Hamid II foi restaurada e Enver, principal líder do movimento, anunciou ao chegar vitorioso em Salônica: “Cidadãos! Hoje o soberano arbitrário desapareceu, o governo ruim não mais existe.

¹⁰⁰ BLOXHAM, D. op. cit., p. 59.

¹⁰¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 8ª ed., pp. 393-394.

¹⁰² O mesmo aconteceu com os gregos. MAZOWER, M. op. cit., p. 290. O historiador norte-americano Sean McMeekin afirma que em 1896 o Dashnak se aliou ao CUP para preparar a derrubada do sultão, num putsch debelado pelos serviços de inteligência da Porta. McMEEKIN, S. op. cit., p. 75.

¹⁰³ SAHAKYAN, V. op. cit., p. 54.

Somos todos irmãos. Não há mais búlgaros, gregos, sérvios, romenos, judeus, muçulmanos [omite-se os armênios] – sob o mesmo céu azul, somos todos iguais, orgulhamo-nos todos de ser otomanos!”¹⁰⁴. Entretanto, a queda do sultão e a restauração da ordem constitucional não foram suficientes para estancar a crise política, cuja principal fonte era a fragmentação da porção otomana nos Bálcãs, onde nações cristãs buscavam independência num movimento que dilapidava o que Perry Anderson definiu como “centro nevrálgico” do Império¹⁰⁵ ao mesmo tempo em que criava um fluxo de refugiados muçulmanos que foram reassentados pela Porta ao longo das estradas de ferro que cortavam a Anatólia e as províncias orientais, densamente povoadas por armênios. Bloxham estima que a região recebeu 400 mil imigrantes muçulmanos, num território que até meados do século XIX tinha aproximadamente 56% de população não muçulmana¹⁰⁶.

O aumento do sentimento anticristão e as tensões provocadas pelo contato entre recém-chegados muçulmanos na condição de refugiados e cristãos – armênios, gregos e assírios – já estabelecidos desencadeou uma série de perseguições na região em 1909, sobretudo na cidade de Adana, mas que atingiu cerca de 200 vilas e cidades da região da Cilícia, num processo que provocou a morte de 20 mil armênios e mostrou às suas lideranças que a troca de governo em Constantinopla não significaria uma melhora no tratamento dispensado às minorias. Durante esses confrontos, algumas localidades armênias conseguiram improvisar uma resistência armada que impediu uma escalada nas cifras de vítimas e causou a morte de cerca de dois mil muçulmanos, seja em combates seja em ataques de retaliação¹⁰⁷. A resistência envolvia todos os habitantes das vilas e cidades aptos a manusear em armas, o que incluía até mesmo clérigos. Na cidade de Sis, um dos líderes do movimento de autodefesa foi o bispo Kud Mekhitarian que nos anos 1920 chegaria em São Paulo e se tornaria um dos principais organizadores da nascente comunidade armênia na cidade¹⁰⁸.

A radicalização dos Jovens Turcos atingiu contornos ainda mais dramáticos nos primeiros anos da década de 1910, quando revoltas em Damasco e no Iêmen, mas sobretudo a

¹⁰⁴ “Mais tarde”, continua Mazower sobre Enver, “viria a decisão desastrosa de ingressar na Grande Guerra do lado da Alemanha, a subsequente campanha militar no Cáucaso, o genocídio armênio e sua fuga e morte nos campos de batalha da Ásia Central durante a guerra civil russa”. MAZOWER, M. op. cit., pp. 285-286.

¹⁰⁵ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 2ª ed., p. 383.

¹⁰⁶ BLOXHAM, D. op. cit., p. 63.

¹⁰⁷ Ibid., p. 60.

¹⁰⁸ MEKHITARIAN, Kud. *Husher yev Veryishumner*. Antílias, Líbano: Patriarcado Armênio da Cilícia, 1937, p. 97.

perda da região de Trípoli para a Itália em 1911 e a derrota na Guerra dos Bálcãs entre 1912-13 (anexo: Figura 3) deram espaço para a ascensão dentro do Comitê União e Progresso de um grupo mais radical liderado pelos três paxás: Ismail Enver, Mehmet Talât¹⁰⁹ e Ahmed Cemal¹¹⁰, numa espécie de golpe dentro do golpe consumado em janeiro de 1913¹¹¹. Os três ocuparam os principais postos do governo otomano e amplificaram para todo o país a retórica turcófila e anticristã, com a defesa da homogeneização do Império Otomano pautada pelo nacionalismo turco e pelo Islã. Boicotes de negócios gregos e armênios foram organizados e incentivados pelos Jovens Turcos, nunca tentativa de enfraquecer o poder econômico dos cristãos ao mesmo tempo em que fortalecia os dos muçulmanos a fim de criar uma “burguesia turco-muçulmana”, nos termos de Donald Bloxham, e uma economia nacional dominada por “cidadãos confiáveis”¹¹². A Guerra nos Bálcãs e a deterioração das relações turco-armênias fizeram com que os grupos armênios que ainda mantinham algum tipo de diálogo com o CUP deixassem de apoiá-lo, retomando a negociação com as Potências europeias e com o Império Russo para que esses tomassem parte na questão das minorias otomanas, o que resultou num plano de reformas esboçado pelos russos com o apoio do patriarca armênio em Echmiadzin – localidade na chamada “Armênia Russa”, isto é, fora das fronteiras otomanas – que foi rapidamente condenado pelos alemães que viam na proposta uma tentativa tsarista de promover a autonomia armênia para anexar em momento oportuno as províncias otomanas ocupadas por aquele povo. Para Talât e os líderes do CUP, o pedido de intervenção das lideranças armênias em um momento que a fragmentação imperial era dramática foi a gota d’água. Na visão da cúpula do Comitê, ou a questão armênia encontrava uma solução “para os próximos 50 anos”, ou o Império Otomano perderia a Anatólia assim como havia perdido os Bálcãs¹¹³.

2.4 A Grande Guerra e o Genocídio

Quando a Grande Guerra eclodiu em 1914 nas franjas do Império Otomano¹¹⁴ a entrada de Constantinopla no conflito ao lado dos Impérios Alemão e Austro-Húngaro – os mesmos que se aproveitavam da fragilidade da Porta nos Bálcãs para expandir sua influência

¹⁰⁹ Ou Talaat, como é lido.

¹¹⁰ Frequentemente grafado como Djemal, conforme pronúncia da letra C na língua turca.

¹¹¹ BLOXHAM, D. op. cit., p. 60.

¹¹² Ibid., pp. 63-64.

¹¹³ Ibid., p. 65.

¹¹⁴ A Bósnia-Herzegovina havia sido província otomana até os anos 1908-09, quando foi anexada pelo Império Austro-Húngaro. MACMILLAN, M. op. cit., 2014, pp. 404-438.

na região – apareceu como uma oportunidade para que o CUP recuperasse os territórios perdidos ao longo das últimas décadas, lançando o país em um conflito contra os velhos inimigos russos, além de França e Império Britânico, potências europeias que estavam no imaginário das lideranças otomanas como demasiado intervencionistas nos assuntos do país, ainda que algumas de suas lideranças tivessem simpatia pela cultura e *way of life* nos dois lados do Canal da Mancha. Desde 1815, com o estabelecimento do chamado Concerto Europeu, franceses e britânicos se reuniam para discutir a dívida otomana ou prescrever medidas que acelerariam a penetração do capital europeu no país que era considerado o “doente da Europa”. Tendo decretado falência em 1875, o Império Otomano precisou aceitar que o capital europeu administrasse sua dívida pública a partir de 1881, o que passou para as mãos das Potências os lucros alfandegários e os impostos sobre monopólios e comércio¹¹⁵. Por sua vez, o Império Russo, que a partir de 1880 foi o lugar de modernização e desenvolvimento comparável somente com o dos EUA nas décadas seguintes, ansiava por ampliar seu domínio no Cáucaso esticando-o em direção à Anatólia e Oriente Médio, bem como por evitar que alguma outra potência controlasse a navegação no estreito de Bósforo que corta Constantinopla e por onde passava 40% de suas exportações em 1912¹¹⁶. O Império Alemão, por outro lado, era visto com mais simpatia pela elite otomana. O Kaiser Guilherme II fez visitas oficiais a Abdul-Hamid II nos últimos anos do século XIX, em busca de concessões que beneficiassem os interesses alemães naquela parte do mundo, principalmente para a construção de ferrovias como a Berlim-Bagdá, “que naquela época era um meio indiscutível de ampliar a influência política”¹¹⁷. Ademais, alguns dos Jovens Turcos – incluindo Enver, líder carismático do CUP e nomeado ministro da Guerra em janeiro de 1914, com apenas 32 anos¹¹⁸ – receberam educação militar prussiana e esses consideravam que estar do lado alemão aumentaria as chances de vitória, ainda que houvessem partidários de uma aliança com os britânicos ou de manter a neutralidade¹¹⁹. O Kaiser tinha dimensão da importância dos otomanos no sistema internacional, menos pelo seu poder e mais pela sua fraqueza e pela disputa europeia para controlar o espólio de um vasto país que se fragmentava rapidamente. Para Margaret MacMillan:

O Kaiser Wilhelm [...] previu que outras nações aproveitariam o momento de fraqueza do Império Otomano para reabrir a questão do controle dos Estreitos

¹¹⁵ McMEEKIN, S. op. cit., p. 55.

¹¹⁶ MACMILLAN, M. op. cit., 2014, p. 408.

¹¹⁷ Ibid., p. 404 e 420. Cf. também McMEEKIN, S. op. cit.

¹¹⁸ McMEEKIN, S. op. cit., p. 134.

¹¹⁹ BLOXHAM, D. op. cit., p. 66.

e a questão dos Bálcãs, a fim de se apossar de mais territórios. Temia que fosse ‘o começo de uma guerra mundial, com todas as suas consequências’. A primeira prova de que estava certo surgiu no ano seguinte [1912], quando as nações balcânicas se uniram contra o Império Otomano¹²⁰.

Apesar das expectativas da cúpula do CUP, os primeiros meses de conflito não foram favoráveis ao Império Otomano. De 2 de novembro de 1914, quando o Tsar declarou guerra ao sultão manipulado pelo CUP, até abril de 1915, o Império Otomano e seus aliados em Berlim e Viena acumularam derrotas fragorosas. A proclamação da *jihad* por Constantinopla – ostensivamente incentivada pelos alemães, que esperavam uma rebelião em massa dos súditos muçulmanos britânicos e franceses – se mostrou inócua. A tentativa de tomada do Canal de Suez pelo IV Exército comandado por uma das principais lideranças do CUP, Ahmed Cemal, foi facilmente rechaçada pelas tropas britânicas. Enquanto isso, no *front* oriental, Enver conduziu o III Exército para a batalha mais desastrosa para os turcos, em Sarikamish, durante o inverno caucasiano, na qual metade dos quase 100 mil soldados otomanos morreram¹²¹. A propósito das derrotas otomanas nos primeiros anos da Guerra, o historiador norte-americano Sean McMeekin afirma:

Após o colapso da posição turco-alemã na Arábia, no Cáucaso, na Pérsia e no Sinai, em 1916, era óbvio para todos em Constantinopla que a meta turca de recuperar as antigas fronteiras otomanas, sem falar da expansão do império, era um castelo no ar. [...]

Para amentar a sensação de crise havia o fato de que a Turquia, ao contrário dos demais beligerantes, estava guerreando, de um jeito ou de outro, desde 1911. Quando as grandes potências estavam iniciando um doloroso terceiro ano de mobilização e carnificinas no verão de 1916, o Império Otomano entrava no sexto ano de sua própria guerra de sobrevivência¹²².

A sorte otomana parecia ter virado em abril de 1915, quando as forças turco-germânicas do V Exército derrotaram a marinha britânica que tentava atravessar os estreitos que dividem a Europa da Ásia – e cortam a capital otomana no meio – considerados a “traqueia da Eurásia” e principal rota de entrada e saída de mercadorias da Rússia. Em setembro de 1914, Enver ordenou o fechamento dos estreitos, o que precipitou a declaração de guerra por parte do Império Russo. Na virada de 1914 para 1915, os britânicos tentavam furar o bloqueio turco-germânico com a frota mais poderosa dos mares que levavam um corpo do exército composto por neozelandeses e australianos – o chamado *Anzac* – mas foram detidos por minas instaladas no estreito de Dardanelos que afundaram três navios. Apesar da opinião do Primeiro Lorde do

¹²⁰ MACMILLAN, M. op. cit., 2014, p. 465.

¹²¹ McMEEKIN, S. op. cit., p. 210.

¹²² Ibid., p. 339.

Almirantado Winston Churchill de que as minas poderiam ser caçadas e evitadas – ainda que custasse mais baixas no lado aliado – o comando britânico optou pelo desembarque das tropas em terra firme, na península de Galípoli ocorrido em 25 de abril de 1915. Na batalha ali travada, brilhou a estrela de Mustafá Kemal, que conseguiu manter as posições turcas a despeito da superioridade numérica e bélica da *Anzac*, o que rendeu a ele mais do que a condecoração da Cruz de Ferro alemã e a promoção ao posto de coronel, rendeu uma aura de herói que ele saberia reivindicar ao final da Guerra. Nas palavras de Sean McMeekin, “as sementes da lenda de Atatürk tinham sido bem plantadas em Galípoli”¹²³.

Simultaneamente à batalha de Galípoli e tendo a Guerra como véu que embaçava a visão externa sobre o que acontecia no interior do Império, o Comitê União e Progresso levava a cabo o extermínio da população armênia otomana – o desembarque da *Anzac* ocorreu algumas horas depois da prisão da elite armênia de Constantinopla – eliminando qualquer possibilidade de uma Armênia independente na Anatólia e indo além com o plano de homogeneização étnico-econômica do Império, precedida por uma série de leis e decretos que tornavam legal a deportação dos armênios e a expropriação de seus bens deixados para trás¹²⁴. Para Donald Bloxham: “[...] a guerra foi usada como uma forma de encobrir o genocídio, no entanto, se o crime não podia forçosamente ter sido planejado diante de um futuro incerto, esse planejamento deve ter sido desenvolvido após a declaração de guerra” [...] ¹²⁵. Em janeiro de 1915, lançando mão da abolição em 1909 da isenção do serviço militar para os cristãos, os homens armênios aptos a combater foram convocados a se apresentarem às guarnições mais próximas para trabalharem, não no front, mas em obras de estradas e ferrovias, o que serviu a múltiplos propósitos: modernização da infraestrutura de transportes que seria necessária para maior mobilidade de tropas otomanas através do país; desmobilização de qualquer tipo de defesa de localidades armênias que seriam varridas poucos meses depois por forças oficiais e paramilitares que organizavam as deportações; e extermínio gradual desses trabalhadores¹²⁶.

¹²³ Ibid., p. 220.

¹²⁴ AKÇAM, Taner. *The Young Turks' Crime Against Humanity: the Armenian Genocide and ethnic cleansing in the Ottoman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2012, pp. 341-371.

¹²⁵ “[...] *the war was used as a cover for the genocide, yet it the crime could not perforce have been planned against an unsure future, such planning as there was must have developed after the declaration of war*” BLOXHAM, D. op. cit., pp. 66-67.

¹²⁶ Sobre o trabalho (compulsório ou não) de armênios na construção de ferrovias como a lendária Berlim-Bagdá, Sean McMeekin frisa, em diversas oportunidades em seu livro, como a deportação de armênios atrapalhou os planos de finalizar a estrada de ferro planejada pelos alemães. McMEEKIN, S. op. cit., passim.

A política genocida do governo otomano ficou mais perceptível, contudo, a partir de abril de 1915, quando os intelectuais armênios foram presos na noite de Páscoa do dia 24 e deportados para o interior do país. Poucos dias antes, os armênios de Van – histórico reduto *Dashnak*, onde o partido armou e treinou homens durante 1914¹²⁷ – se revoltaram contra a tentativa de conscrição e desarmamento de sua população masculina, num evento reprimido pelas forças do CUP que duraria até o final de maio e serviria – assim como aconteceu durante os massacres hamidianos no final do século XIX – à retórica da Sublime Porta ao afirmar que as ações contra os armênios eram medidas tomadas contra súditos rebeldes. A existência de uma população armênia no Cáucaso sob a égide do Império Russo e a proximidade de algumas de suas lideranças com o Tsar também ajudaram a compor a imagem dos armênios como o inimigo interno a ser combatido, pois, do contrário, eles poderiam formar uma espécie de quinta coluna no interior do Império Otomano em prol dos russos¹²⁸. Tanto o engajamento de armênios em tropas russas quanto a resistência armada desses às investidas de grupos paramilitares de curdos ou do exército otomano são discutidas pela historiografia em um debate – muitas vezes mais político do que acadêmico – sobre o que é causa e o que é consequência do genocídio. O historiador norte-americano Sean McMeekin – com experiência docente na Universidade Bilkent, na capital turca Ancara, que não usa a palavra *genocídio* para descrever os acontecimentos iniciados em 1915 – assim resume a relação entre armênios e russos, o confronto em Van e os reflexos desses acontecimentos na historiografia:

[...] havia um consenso a respeito das atrocidades cometidas durante as deportações de armênios de 1915 de âmbito sem precedentes e ultrapassando em muito os níveis de violência vistos em 1894-96 e em 1909. Os historiadores turcos, embora reconhecendo que milhares de inocentes houvesse morrido ao longo das deportações, tendiam a enfatizar supostas traições dos armênios em Sarikamış, Van, Cilícia e outras localidades, convencendo o governo do CUP que tinha uma quinta-coluna nas mãos. Por seu lado, os autores armênios, embora concordando que alguns concidadãos haviam se envolvido em atividades guerrilheiras, argumentavam que tinham somente fornecido ao governo otomano um pretexto conveniente para o que, na realidade, fora um ato deliberado e premeditado de genocídio¹²⁹.

A distinção de McMeekin entre historiadores armênios e turcos é demasiada simplificadora, querendo estabelecer uma dicotomia que vai além de pertencimentos nacionais

¹²⁷ BLOXHAM, D. op. cit., p. 77.

¹²⁸ HOLQUIST, Peter. “The politics and practice of the Russian occupation of Armenia, 1915-February 1917”. In: SUNY, Ronald Grigor; GÖÇEK, Fatma Müge & NAIMARK, Norman M. *A Question of Genocide: Armenians and Turks at the end of the Ottoman Empire*. Nova York: Oxford University Press, 2011, p. 151.

¹²⁹ McMEEKIN, S. op. cit., p. 275.

ou étnicos. Ele ignora que há historiadores turcos como Taner Akçam, Fatma Göçek, ou não armênios como Ronald Suny e Donald Bloxham que concordam que o que houve com a população armênia-otomana foi genocídio e nem por isso são “autores armênios”. Da mesma forma que Justin McCarthy e Bernard Lewis são famosos por suas posições contrárias a categorizar o massacre de armênios como genocídio e não podem ser rotulados como “autores turcos”. O próprio McMeekin tenta manter-se num delicado equilíbrio entre as duas linhas historiográficas que ele mesmo configurou, vez ou outra carregando mais nas tintas para o envolvimento dos *dashnaks* e outros grupos políticos armênios com os russos e o perigo que isso poderia representar para o esforço de guerra otomano – o que, em certa medida, legitimaria a realocação dos armênios, mas não o extermínio. Feitas essas ressalvas, o historiador norte-americano pondera adequadamente sobre Van:

Quer (como insistem há muito tempo os historiadores armênios) a rebelião de abril fosse uma espécie de “levante de Varsóvia” preventivo em autodefesa contra os planos turcos de iminentes assassinatos ou expurgos em massa, ou quer (como dizem os turcos), essa rebelião tenha sido em si mesma a causa da campanha seguinte de deportações, a situação foi, sem sombra de dúvida, um banho de sangue do começo ao fim¹³⁰.

Para além dos 1-1,5 milhão de mortos¹³¹, centenas de milhares de refugiados em campos no Oriente Médio¹³² – além de tantos outros que conseguiram permanecer no Império Otomano, escondidos por famílias muçulmanas e, muitas vezes, adotando a religião – e a expropriação econômica das propriedades e negócios que os armênios conduziam¹³³, o genocídio armênio deu uma nova dimensão à causa armênia, dotando-a de novas pautas: inicialmente, a questão de ajuda aos milhares de cristãos armênios que estavam em situação de risco nos arredores de cidades como Aleppo, Damasco e Beirute, ou às jovens que haviam sido recolhidas por famílias turcas e curdas e viviam como muçulmanas na Anatólia, ou ainda aos milhares de órfãos que haviam perdido seus pais durante as deportações e haviam sido

¹³⁰ Ibid., p. 281. Porém, praticamente culpando os armênios pelo que viria, ele conclui: “Os armênios tinham todos os motivos possíveis para se armar e a fim de se proteger e buscar a ajuda dos russos e seus armamentos, mas, com isso, inevitavelmente provocaram a própria repressão que temiam”. Ibid., p. 281.

¹³¹ Eric Hobsbawm afirma genericamente que “A Primeira Guerra Mundial produziu a morte de um incontável número de armênios pela Turquia – a cifra mais aceita é de 1,5 milhão – o que pode ser considerada como a primeira tentativa moderna de eliminar toda uma população”. HOBBSAWM, Eric. *The Age of Extremes*. Nova York: First Vintage Books, 1996, p. 50. Donald Bloxham trabalha, por sua vez, com a estimativa de um milhão de armênios otomanos mortos, avalizado por pesquisas demográficas sobre o período da Grande Guerra.

¹³² Que iriam compor o que alguns chamam de grande diáspora armênia, diferenciando assim migrações forçadas que aconteceram em outros períodos da história desse povo. SAHAKYAN, V. op. cit., p. 1.

¹³³ Cf. ÜNGÖR, U. & POLATEL, M. op. cit.

separados de seus familiares sobreviventes; mais tarde, após o fim da Grande Guerra e durante a República Armênia de 1918-20, a causa armênia se tornou sinônimo de reivindicação territorial das províncias otomanas orientais na Anatólia de onde os armênios haviam sido deportados; a partir dos anos 1960, à causa foi acrescida de um novo significado, qual seja, o reconhecimento dos massacres iniciados em 1915 enquanto crime de genocídio, tal qual tipificado pela Convenção da ONU.

A extensão dos massacres foi rapidamente conhecida pelo Ocidente, que era inundado por relatórios de diplomatas, missionários e correspondentes internacionais sobre o que acontecia com os armênios no interior do Império Otomano. Em maio de 1915, França, Grã-Bretanha e Império Russo – por pressão desse último – emitiram uma declaração conjunta acusando o Império Otomano de ser responsável por “crimes contra a humanidade – e civilização” cometidos contra os armênios¹³⁴. Originalmente, os aliados cogitaram declarar o governo otomano culpado por crimes contra a humanidade e “cristandade”, mas esse último termo foi substituído pela ideia de civilização, ilustrando o que Keith David Watenpaugh afirma ser um dos componentes-chave do humanitarismo moderno: a fusão – e, algumas vezes, confusão – das ideias de civilização e humanidade e a equalização de um conceito ecumênico – embora marcado pela matriz protestante – de cristandade com civilização¹³⁵.

Enquanto isso, a leste das fronteiras otomanas, nos territórios ocupados por armênios na Transcaucásia – comumente chamados de Armênia Russa, resultado da expansão tsarista no início do século XIX no Cáucaso – alguns milhares de armênios que haviam conseguido fugir do Império Otomano em direção ao Leste se juntaram a outros tantos que haviam permanecido do lado russo no front de batalha, sob a liderança dos *Dashnaks* e de outros grupos políticos, aproveitaram a fragmentação do Império Russo após a Revolução de Outubro e se juntaram a georgianos e azerbaijanos na efêmera República Federativa Democrática da Transcaucásia, de caráter antibolchevista, cuja existência desagradava os revolucionários russos que não viam com bons olhos o surgimento de nações independentes no território que consideravam sua área de influência. A tentativa da Transcaucásia de promulgar uma constituição a partir de uma assembleia eleita para essa finalidade foi frustrada pela intervenção militar bolchevique, o que faz aumentar o descontentamento dos cidadãos do Cáucaso Sul.

¹³⁴ POWER, S. op. cit., p. 29. Cf. também HOLQUIST, Peter. *The Russian Empire as a “Civilized State”*: International Law as Principle and Practice in Imperial Russia, 1874-1878. Washington, D.C.: The National Council for Eurasian and East European Research, 2004.

¹³⁵ WATENPAUGH, K. op. cit., 2015, pp. 59-60.

Não obstante, a existência da República Federativa agradava de certa maneira os interesses europeus, que esperavam que o país – sobretudo os armênios, principais interlocutores do Ocidente na região – bloqueasse tanto o avanço bolchevique na Transcaucásia e a expansão panturquista rumo aos campos de petróleo de Baku. Franceses e britânicos enviaram missões militares a Tiflis, centro político da jovem República, com a missão de recrutar voluntários para comporem as forças de defesa transcaucasianas. Para as fronteiras armênias, eles esperavam recrutar seis regimentos compostos de armênios russos e da diáspora, aos moldes do que havia sido feito no final de 1916 com a criação da Legião do Oriente. O principal desafio era manter uma força militar relativamente pequena – menos de 20 mil homens mal treinados e indisciplinados – para defender uma fronteira que se estendia do Mar Negro até a Pérsia, contra o exército otomano que, apesar dos revezes na Grande Guerra, ainda tinha poderio o suficiente para avançar sobre a República da Transcaucásia, anexando o porto de Batumi na Geórgia e grande parte do já diminuto território armênio¹³⁶.

Assim aconteceu em dezembro de 1917, quando Enver mobilizou o III Exército otomano – com 10 mil homens – para avançar sobre os territórios de Kars, Ardahan e Batum que haviam sido ocupados pelos russos e pelos transcaucasianos. Ao mesmo tempo, o Império Alemão conseguiu a assinatura bolchevique no Tratado de Brest-Litovsk, em 3 de março de 1918, no qual os russos concordavam em desocupar Polônia, Ucrânia, os países bálticos, Finlândia, a perda da Bielorrússia e devolver ao Império Otomano as três províncias supracitadas. Os turcos, incentivados pelos aliados alemães, procuram a República da Transcaucásia para tentar um acordo em separado, que poderia conservar as três províncias disputadas, mas renunciaria à chamada “Armênia Turca”. Enquanto georgianos e azerbaijanos se inclinaram a aceitar a oferta, os armênios protestaram e receberam a garantia que esses territórios seriam discutidos em uma futura conferência, sediada em Trebizonda em 14 de março, que terminou sem acordo¹³⁷. Os georgianos, temerosos de perdas de posições estratégicas como o porto de Batum, desistiram de resistir aos avanços turcos e procuraram os alemães para intermediar um acordo com Constantinopla. Na porção oriental da Transcaucásia, os azerbaijanos não intencionavam entrar em confronto com os turcos, com quem compartilhavam religião e tinham uma proximidade cultural e linguística. Em 26 de maio, os georgianos anunciaram sua retirada da República Federativa e proclamaram a independência

¹³⁶ TER MINASSIAN, Anahide. *La République d’Arménie*. 1918-1920. Bruxelas: Editions Complexe, 1989, pp. 49-51.

¹³⁷ *Ibid.*, pp. 54-56.

da República Democrática da Geórgia, sob proteção do Império Alemão que estava de olho no oleoduto que ligava os campos de petróleo do Mar Cáspio ao porto de Batum, no Mar Negro. Um dia depois, os azerbaijanos fazem o mesmo com apoio turco para libertar Baku – polo petrolífero e cidade mais industrial da Transcaucásia – das tropas bolcheviques apoiadas por grupos armênios. Os armênios, isolados, proclamaram sua independência em 28 de maio de 1918 desde Tiflis – então capital da independente Geórgia – e, com isso, o fim da República da Transcaucásia.

2.5 A República Armênia (1918-1920)

A independência da Armênia, embora formalmente proclamada, ainda precisava ser conquistada de fato nos campos de batalha e diplomático. Enquanto delegados do Conselho Nacional Armênio viajavam até Batum para negociar uma trégua com o Império Otomano, o frágil exército armênio conseguiu evitar o avanço das tropas turcas que intencionavam chegar a Yerevan, onde um quarto da população era muçulmano¹³⁸. Armênios e turcos chegaram a um acordo no Tratado de Batum, em 4 de junho, no qual os primeiros renunciaram às pretensões territoriais sobre a chamada “Armênia Turca”, isto é, as províncias orientais otomanas nas quais viviam a maioria da população armênia do Império. Ademais, Armênia não conseguiu garantir uma saída ao mar. Em contrapartida, os turcos reconheciam a independência armênia e as fronteiras acordadas. Muitos armênios consideraram o tratado uma derrota e lideranças como o General Antranik não reconheciam a legitimidade do tratado e nem mesmo do governo armênio e mantiveram suas tropas mobilizadas que entravam em confronto com turcos e azerbaijanos na região sul da Transcaucásia¹³⁹.

A independência de 1918 marcava a primeira vez desde o século XIV que os armênios possuíam a soberania de um território. Não obstante o êxito em obter a autonomia nacional, os trinta meses de duração da república armênia foram marcados por desafios e adversidades. Embora a independência tenha sido proclamada em maio, foi somente em meados de julho que o governo nacional se mudou de Tiflis para Yerevan, após pressão do governo georgiano para que os líderes armênios deixassem a capital daquele país. A assembleia legislativa iniciou seus trabalhos em agosto, mas a república só começou a funcionar de fato

¹³⁸ Ibid., p. 72.

¹³⁹ Ibid., pp. 83-86.

em dezembro de 1918, quando a Grande Guerra chegou ao fim e os conflitos na região diminuíram¹⁴⁰. Hovhannes Katchaznoui, primeiro chefe da república, definiu nos seguintes termos a condição do recém-nascido país:

Meu governo não tem qualquer precedente sobre o qual possa se apoiar. Ele não beneficia de qualquer herança do governo anterior. Nem mesmo herda reservas constituídas pelo poder central. Ele deve começar tudo do início. Ele deve estabelecer um organismo viável e funcional a partir de um caos informe e de um monte de ruínas. Por outro lado, o governo vê o país em um estado que só pode ser qualificado por uma palavra: catastrófico!¹⁴¹

Além das dificuldades internas – como, por exemplo, dar asilo a 450 mil refugiados, combater epidemias de cólera e tifo e crises de abastecimento – os armênios precisavam se afirmar no cenário internacional, aproveitando o final da Guerra para tentar garantir territórios que haviam sido perdidos para os vizinhos nos meses anteriores. Com efeito, grupos armados armênios conseguiram recuperar alguns territórios do derrotado Império Otomano, enquanto disputavam outros com a Geórgia. Simultaneamente, representantes armênios pressionavam as Potências na Conferência de Paz de Paris em 1919. Essa representação era composta por duas figuras principais.

A primeira era Boghos Nubar, abastado homem de negócios cuja fortuna familiar teve origem no Cairo, onde ele fundou e presidiu a União Geral Armênia de Beneficência (UGAB) em 1906, instituição filantrópica para ajuda dos armênios atingidos pelas perseguições no Império Otomano. Boghos Nubar foi indicado como “representante do povo armênio na Europa” no contexto do final da Guerra dos Bálcãs pelo patriarcado armênio¹⁴² e usava todo seu prestígio e redes de contatos para ter acesso aos tomadores de decisão das Potências. Orbitavam em torno de Boghos Nubar indivíduos como Archag Tchobanian, poeta radicado em Paris e líder do partido democrata liberal armênio, que seria um dos primeiros contatos que o então padre Etienne Brasil teria com lideranças armênias de relevo mundial, ainda no ano de 1913. O filantropo foi também o responsável, após negociações com Paris e Londres, pela criação da Legião do Oriente, divisão militar estrangeira, incorporada ao exército francês em 1916, composta por voluntários armênios de diversas partes do mundo e por combatentes

¹⁴⁰ Ibid., pp. 112-116.

¹⁴¹ « *Mon gouvernement n'a aucun précédent sur lequel il puisse s'appuyer. Il ne recueille aucun héritage du gouvernement antérieur. Il n'hérite même pas de réserves constituées par le pouvoir central. Il doit tout commencer depuis le début. D'un chaos informe et d'un monceau de ruines, il doit tirer un organisme viable et fonctionnel. D'autre part, le gouvernement trouve le pays dans un état qui ne peut être qualifié que d'un seul mot : catastrophique!* » Hovhannes Katchaznoui, 3 de agosto de 1918 apud TER MINASSIAN, A. op. cit., pp. 114-115.

¹⁴² SAHAKYAN, V. op. cit., p. 57.

independentes com o intuito de libertar a região da Cilícia do Império Otomano. De acordo com o pesquisador Narciso Binayán, somente da Argentina cerca de 170 homens deixaram o porto do Rio da Prata rumo à Marselha com o objetivo de ingressar na Legião¹⁴³. Esses combatentes ocupariam a Cilícia sob supervisão francesa ao final da Grande Guerra – cumprindo o acordo de Sykes-Picot – e ali permaneceriam até Paris reconhecer a soberania turca em 1920 e retirar seus contingentes da região, promovendo uma nova onda de perseguições aos cerca de 150 mil armênios que haviam retornado a cidades como Marash e Adana contando com a segurança oferecida pelas tropas francesas¹⁴⁴. Não obstante, a Legião do Oriente foi uma das bases para formação do exército da recém-proclamada república¹⁴⁵.

A segunda figura que compunha o grupo de pressão no ocidente era Avetis Aharonian, membro do *Dashnak* e representante do governo da República Armênia na Europa. Aharonian não contava com a experiência, prestígio ou *networking* de Boghos Nubar e ainda precisava lidar com a hostilidade do filantropo para com ele e seus correligionários, que não reconheciam a delegação chefiada por Aharonian, tampouco a república a qual eles recusavam a chamar de “Armênia” e se referiam como “república araratiana”¹⁴⁶. O delegado republicano havia recebido a missão de pleitear junto as Potências reunidas em Paris o alargamento das fronteiras da Armênia com a anexação das seis províncias orientais otomanas e um corredor que desse acesso ao Mar Negro passando pela província de Trebizonda. A demanda de Boghos Nubar e seus delegados, por sua vez, bem mais ambiciosa, era por um território que ligasse a “república araratiana” à Cilícia, o que fez com que Aharonian ajustasse o foco de suas reivindicações e encampasse a agenda do filantropo¹⁴⁷. A aproximação foi consolidada em dois congressos no começo de 1919, nos quais houve o consenso de que haveria de acontecer um esforço de união em nome de uma “Armênia livre e independente”, o que durou pouco tempo, pois o *Dashnak*, partido da situação na república, clamava para si e seu governo o direito a autoridade executiva e legislativa sobre os assuntos armênios¹⁴⁸. O cisma fez com que ambas as delegações frequentassem os fóruns internacionais independentemente, mas foi o grupo de Aharonian o reconhecido pela comunidade internacional como representante legítimo da

¹⁴³ CARMONA, Narciso Binayán. *Entre el Pasado y el Futuro: los armenios en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Armerias, 1996, p. 91.

¹⁴⁴ TER MINASSIAN, A. op. cit., p. 172.

¹⁴⁵ Cf. VARNAVA, Andrekos. “French and British Post-War Imperial Agendas and Forging an Armenian Homeland after the Genocide: The Formation of the Légion d’Orient in October 1916” In: *The Historical Journal*, 57, pp. 997-1025.

¹⁴⁶ SAHAKYAN, V. op. cit., p. 58.

¹⁴⁷ TER MINASSIAN, A. op. cit., pp. 158-159.

¹⁴⁸ SAHAKYAN, V. op. cit., pp. 59-60.

República Armênia. De acordo com Richard Hovannisian “os Aliados podiam ter muito mais respeito e confiança em Boghos Nubar, mas foi Avetis Aharonian o convidado a apor a assinatura no Tratado de Sèvres”¹⁴⁹. Foi ele quem nomeou Etienne Brasil o representante diplomático armênio no Brasil e se tornou o principal interlocutor do intelectual radicado no Rio de Janeiro durante o seu período em ofício. Para Ter Minassian, todavia, as diferenças políticas não impediam que ambos os representantes trabalhassem pela causa armênia, ainda que adotando estratégias e discursos distintos¹⁵⁰. Na prática, Boghos Nubar representava os interesses e anseios dos armênios ocidentais, oriundos do Império Otomano – o que incluía bem-sucedidos homens de negócios otomanos que mesmo antes do genocídio viviam em grandes centros europeus – enquanto Aharonian, com o seu mandato assegurado pela República Armênia e pelo *Dashnak*, ficou associado com os chamados outrora de “armênios russos”, isto é, aqueles que habitavam a Transcaucásia e seus principais centros, como Tiflis e Baku. O desafio dos líderes de ambos os grupos era a consecução da unificação armênia, com os territórios otomanos e caucasianos, abarcando, assim, o interesse de todos. As tensões se tornavam mais visíveis quando, por exemplo, durante a barganha geopolítica, Aharonian e o governo da república aceitaram abrir mão de determinados territórios na Anatólia visando a manutenção de outros na Transcaucásia, o que enfurecia sobremaneira Boghos Nubar e os armênios ocidentais.

Com os olhos do mundo voltados para as decisões que líderes tomariam sobre os rumos da Europa, jornais brasileiros enviaram correspondentes especiais para cobrirem as negociações. Um desses periódicos, o carioca *A Epoca*, deu amplo espaço às informações enviadas pelo seu correspondente sobre a “questão armênia” no âmbito da Conferência¹⁵¹. Segundo o correspondente, nenhuma delegação havia recebido uma recepção tão calorosa dos demais delegados quanto a armênia, especialmente por parte dos ingleses, norte-americanos, mas também dos franceses – de fato, segundo Robert Suny, a conferência teve em seus primeiros momentos uma atmosfera pró-Armênia¹⁵². Para o jornalista, era com “natural constrangimento” de quem poderia ter evitado que os armênios fossem perseguidos no Império

¹⁴⁹ “Allied officials might have far more respect for and confidence in Boghos Nubar, but it was Avetis Aharonian whom they were to invite to affix his signature to the Treaty of Sèvres”. HOVANNISIAN, R. op. cit., 1996, p. 372.

¹⁵⁰ “Separados ou unidos, Boghos Nubar e Avedis Aharonian buscaram o reconhecimento da República armênia, a obtenção do repatriamento dos refugiados armênios na Turquia, a garantia de sua realocação por uma força de ocupação aliada e a encontrar um poder mandatário”. TER MINASSIAN, A. op. cit., p. 168.

¹⁵¹ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 10 de abril de 1919, p. 1 (HDB/BN).

¹⁵² SUNY, Robert. Apud LAYCOCK, J. op. cit., p. 196.

Otomano, mas não o fizeram, que as Potências recebiam com “alegria” suas reivindicações, as quais estariam em plenas condições de atender. Porém, a vasta extensão territorial requisitada dificilmente seria aceita pelas Potências, incluindo a França, que tinha interesse na cidade portuária de Alexandreta, que os armênios também incluíam em suas aspirações. Além disso, a incorporação dos referidos territórios a um Estado armênio faria com que esse país tivesse uma população majoritariamente não armênia, uma vez que os massacres alteraram a demografia das províncias litigiosas que tinham agora predominância populacional turca e curda. À guisa de conclusão, o jornalista afirmou que, embora inviável, negar os territórios seria “sancionar a política turca de perseguições e massacres...”. Embora houvesse um descompasso entre as aspirações armênias e a disposição das Potências em atendê-las, a Conferência de Paz de Paris parecia ser o momento em que a autodeterminação sairia da imaginação de nacionalistas românticos e tomaria forma sob o auspício moral de Woodrow Wilson:

[...] grupos que aspiravam a autodeterminação formaram delegações, selecionaram representantes, formularam demandas, lançaram campanhas e mobilizaram público para apoiá-los. Elaboraram e circularam uma enxurrada de declarações, petições e memorandos direcionados aos líderes mundiais reunidos em Paris e à opinião pública em todo o mundo. Muito dos requerentes adotaram a retórica de Wilson de autodeterminação e equidade das nações para formular suas demandas e justificar suas aspirações, seja porque eles achavam a linguagem atraente, ou, principalmente, porque acreditavam que ela seria efetiva na promoção de suas causas¹⁵³.

Sem embargo, dentre os líderes mundiais reunidos em Paris, era o mandatário norte-americano que nutria maior simpatia pelas reivindicações armênias – e também por outras “nações mais fracas” da Europa como checos, poloneses e belgas¹⁵⁴. Acadêmico – ex-reitor de Princeton – e marcadamente influenciado pela moralidade presbiteriana – denominação protestante responsável por alguns orfanatos que acolheram crianças armênias¹⁵⁵ – Wilson foi um dos muitos norte-americanos tocados pela imagem elaborada de uma Armênia cristã martirizada por muçulmanos em terras bíblicas, no “berço da civilização”, onde muitos

¹⁵³ “[...] groups aspiring to self-determination formed delegations, selected representatives, formulated demands, launched campaigns, and mobilized publics behind them. They composed and circulated a flood of declarations, petitions, and memoranda directed at the world leaders assembled in Paris and directed at public opinion across the world. Many of the petitioners adopted Wilson’s rhetoric of self-determination and the equality of nations to formulate their demands and justify their aspirations, both because they found his language appealing and, more importantly, because they believed it would be effective in advancing their cause”. MANELA, Erez. *The Wilsonian Moment: self-determination and the international origins of anticolonial nationalism*. Nova York: Oxford University Press, 2007, pp. 4-5.

¹⁵⁴ Ibid., p. 17.

¹⁵⁵ WATENPAUGH, K. op. cit., 2015, p. 73.

compatriotas protestantes estavam em missão, administrando hospitais, orfanatos e campos de refugiados povoados por sobreviventes do genocídio. Nesse sentido, a delegação dos EUA comandada pelo próprio Wilson tinha entendimento semelhante ao dos representantes armênios, isto é, a criação de uma Armênia independente que reunisse os territórios do Cáucaso, Anatólia e Cilícia cuja existência deveria ser tutelada por uma nação mandatária no contexto de uma sociedade internacional de nações¹⁵⁶. Apesar desse plano não ter saído do papel – o Congresso dos EUA não ratificou o Tratado de Versalhes, tampouco permitiu o mandato sobre a Armênia, o que Bertrand Badie definiu como uma derrota de Wilson pelo próprio Congresso¹⁵⁷ – o esforço dos delegados armênios e a simpatia dos norte-americanos garantiram que muitas demandas estivessem contempladas no Tratado de Sèvres, assinado pelos Aliados e pelo derrotado Império Otomano em agosto de 1920, cujo texto previa, em seus artigos 88 e 89, o reconhecimento turco da existência da independência armênia com fronteiras traçadas pelo próprio Wilson, num desenho que ficou conhecido como a “Armênia Wilsoniana”. Esse mapa seria utilizado pela diáspora armênia por muitos anos como símbolo de suas reivindicações e como lembrete da “traição” mundial – nos termos de Watenpaugh¹⁵⁸ – ante as promessas territoriais feitas em Sèvres e nunca cumpridas. Nos anos 1940, foi divulgado no Brasil por Agop Kaisserlian o “Memorando sobre a Questão Armênia”, panfleto que trazia na sua capa o mapa armênio acorrentado com a imagem de Wilson de punho cerrado e os dizeres “essas terras pertencem à Armênia”¹⁵⁹ (anexo: Figura 4).

Simultaneamente, os armênios intensificaram as atividades diplomáticas com o objetivo de obter o reconhecimento internacional à independência e autonomia do país. Em maio de 1919, o primeiro aniversário da independência da república foi celebrado com alarde em importantes centros armênios como Tiflis, Baku, Constantinopla, Cairo, mas também em cidades dos EUA e Europa, para divulgar a imagem do país no Ocidente. Corpos diplomáticos foram instalados nas principais capitais europeias e em Washington, além de localidades na África, Ásia e América do Sul. Segundo Pascual Carlos Ohanian, consistia em prática comum permitir que as comunidades diaspóricas que tivessem condições materiais abrissem

¹⁵⁶ HOVANNISIAN, Richard. “The Armenian Genocide and US post-war commissions” In: WINTER, Jay (org.). *America and the Armenian Genocide of 1915*. Nova York: Cambridge University Press, 2003, p. 259.

¹⁵⁷ BADIE, Bertrand. *O Diplomata e o Intruso: a entrada das sociedades na arena internacional*. Salvador: Edufba, 2009, p. 39.

¹⁵⁸ WATENPAUGH, K. op. cit., 2015, p. 182.

¹⁵⁹ *Memorandum sobre a Questão Armênia*: apresentado ao conselho dos ministros das relações exteriores. Nova York: Conselho Nacional Armênio da América, 07 de março de 1947.

representações diplomáticas pelo mundo a fim de defender os interesses armênios¹⁶⁰. Se por um lado essa política resultava em grande representatividade diplomática em importantes capitais a custo zero para a paupérrima República Armênia – o número de representações chegou a 36 em 1920¹⁶¹ – gerava, por outro lado, um grande número de quadros diplomáticos sem nenhum tipo de conhecimento ou experiência para exercerem essas funções e que eram desconhecidos do governo em Yerevan:

[...] o governo da República da Armênia não podia ser totalmente soberano em suas relações exteriores [...]. Quando a comunidade armênia apresentava a candidatura de alguma pessoa, o governo da Armênia não tinha possibilidade de conhecer a idoneidade dessa pessoa, suas características de aptidões, seus pontos de vista políticos, tendo em conta a elevada responsabilidade que assumiria ao representar o Estado ante governos estrangeiros. Às vezes, para ocupar esses cargos, se designavam pessoas que não estavam totalmente preparadas para cumprir a finalidade de defender os interesses armênios¹⁶².

Frequentemente, o inexperiente Etienne Brasil se via em situações delicadas causadas pelo pouco traquejo que tinha com o ofício que constituía, nas palavras de Teresa Malatian, seguindo as formulações de Norbert Elias sobre a sociedade de corte, “uma ocupação reservada à nobreza, exigindo pertença ou relações sociais adequadas. Ela [diplomacia] exige”, continua Malatian, “certos traços distintivos dessa sociabilidade, tais como ‘a adequação perfeita das atitudes, dos gestos judiciosamente calculados, das frases com vários sentidos’”¹⁶³. Richard Hovannisian sumariza as adversidades enfrentadas pela diplomacia armênia ao redor do mundo, ressaltando a carência de informações básicas que enfrentavam os recém-nomeados – e muitas vezes não reconhecidos pelos países receptores – diplomatas armênios:

O governo armênio não tinha moeda forte para estabelecer e manter postos diplomáticos; faltava pessoal diplomático profissionalmente treinado; e frequentemente se via no meio de rixas arraigadas e conflitos pessoais nas diferentes comunidades armênias. Os representantes diplomáticos armênios, por sua vez, eram repetidamente exasperados pelos longos atrasos no recebimento do essencial para suas funções, incluindo credenciais apropriadas e informações básicas sobre a República Armênia, órgãos governamentais, líderes, regulações para passaportes e vistos, hino, moeda, selos, regulações sobre investimentos estrangeiros, etc.¹⁶⁴

¹⁶⁰ OHANIAN, Pascual Carlos. *La Cuestión Armenia y las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires/Yerevan: Academia Nacional de Ciencias de la Republica de Armenia, 2010, tomo VI, pp. 317-318.

¹⁶¹ Ibid., p. 59.

¹⁶² Ibid., p. 318.

¹⁶³ MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru: Edusc, 2001, p. 16.

¹⁶⁴ “The Armenian government had no hard currency to establish and maintain diplomatic posts; it lacked professionally trained diplomatic personnel; and it was often caught in the middle of deep-seated rifts and personality conflicts within the various Armenian communities. The Armenian diplomatic

Apesar dos desafios, a questão armênia aparentava caminhar para uma resolução no começo de 1920. Em 19 de janeiro, o Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associadas – composto pelos mandatários de Grã-Bretanha, França e Itália – reconheceu o poder instituído na Armênia como um governo *de facto*, ainda que restasse as questões fronteiriças a serem resolvidas. Em 23 de abril, os EUA seguiram a mesma decisão do Conselho. Poucos dias depois, o Conselho Supremo reunido em San Remo – acrescido de um representante japonês – requisitou que os norte-americanos assumissem o mandato sobre a Armênia e que Woodrow Wilson ficasse responsável por arbitrar as contendas territoriais entre turcos e armênios. Embora o mandato nunca tenha se concretizado, Wilson aceitou a tarefa de produzir o laudo arbitral que era visto como crucial para a paz no Oriente Próximo¹⁶⁵. As fronteiras de Wilson garantiriam à Armênia um território de mais de 155 mil km²,¹⁶⁶ uma população a princípio estimada de três milhões de pessoas – da qual 50% seria composta por armênios residentes na região e refugiados regressos; 40% por turcos, curdos e tártaros; e o restante por gregos, yezidis, russos, assírios, dentre outros povos, de acordo com a nomenclatura utilizada pela burocracia norte-americana na época – e acesso ao mar através da província otomana de Trebizonda¹⁶⁷. Apesar da exclusão de alguns territórios reivindicados pelas lideranças armênias e a composição demográfica heterogênea, o novo Estado reconhecido pela comunidade internacional possivelmente sob mandato estrangeiro parecia a solução para um povo que tentava reconstruir o tecido social após anos de genocídio, dispersão e guerras. Ainda nas palavras de Hovannisian:

Armênios por todo o mundo fervorosamente esperavam que sua antiga pátria fosse restaurada em um Estado-nação moderno sob tutela e proteção do Ocidente. Os Aliados tinham os recursos militares e econômicos, a autoridade política e o prestígio moral para fazer da livre e independente Armênia uma realidade¹⁶⁸.

representatives, in turn, were repeatedly exasperated by the long delays in receiving the Essentials of their position, including proper credentials and basic information about the Armenian republic, its governing organs, its leaders, its passport and visa regulations, its national hymn, Money, and postage, its regulations regarding foreign investment, and so forth". HOVANNISIAN, R. op. cit., 1996, p. 386.

¹⁶⁵ PAPIAN, Ara (org.) *Arbitral Award of the President of the United States of America Woodrow Wilson: full report of the Committee upon the arbitration of the boundary between Turkey and Armenia*. Washington, November 22nd, 1920. Yerevan: Modus Vivendi, 2011, pp. ii-iii.

¹⁶⁶ À guisa de comparação, a Armênia Soviética possuía menos de 30 mil km²

¹⁶⁷ *Full report of the committee upon the arbitration of the boundary between Turkey and Armenia*. In: PAPIAN, A. op. cit., pp. 69-73.

¹⁶⁸ "Armenians around the world fervently hoped that their ancient homeland would be called back into being as a modern nation-state under the guidance and protection of the West. The Allies had the military and economic resources, the political authority, and the moral prestige to make a free and united Armenia a reality." HOVANNISIAN, R. op. cit., 1996, p. 1.

Contudo, os planos das Potências para o espólio otomano ajudaram a reagrupar grupos nacionalistas turcos que haviam perdido força com a derrota na Guerra. A ocupação estrangeira de Constantinopla, as reivindicações das minorias para criar Estados independentes no território otomano e a ocupação grega de Esmirna em maio de 1919 catalisaram o nacionalismo turco, que encontrou no general Mustafá Kemal seu líder. Ademais, a negativa do congresso norte-americano em aceitar o mandato sobre a Armênia permitiu, na opinião de Archag Tchobanian, a reorganização dos turcófilos na Europa, mitigando o apoio à causa armênia¹⁶⁹.

O chamado movimento kemalista reuniu militares leais ao general e parcelas da sociedade turco-muçulmana contra o desmembramento do território otomano e a criação de um “lar nacional turco” na Ásia Menor, em locais onde armênios e gregos desejavam anexar aos seus Estados. Rebelado contra o governo em Constantinopla, Kemal e seus aliados criam na cidade de Angora – hoje Ancara, atual capital turca – a “Grande Assembleia Nacional da Turquia” que reivindicava para si a autoridade nacional. Logo, Angora iniciou conversas com Moscou para a criação de uma espécie de eixo anti-imperialismo ocidental naquela parte do mundo. Assim, ambos identificavam no governo da República Armênia um agente ocidental incrustado no Cáucaso que deveria ser derrubado. Com o apoio kemalista e de comunistas turcos, os bolcheviques anexaram o Azerbaijão em abril de 1920 e com isso retiraram os campos de petróleo de Baku da alça de mira do Ocidente. Ademais, a presença bolchevique no Azerbaijão era garantida por 70 mil homens do Exército Vermelho no Cáucaso, que seriam utilizados para pressionar Geórgia e Armênia a seguirem o mesmo caminho¹⁷⁰. Ao mesmo tempo, os bolcheviques armênios que criticavam os rumos que o governo *dashnak* dava ao país – o qual definiam como “pequeno-burguês” – se fortaleciam com a presença vermelha na região¹⁷¹.

Em agosto de 1920, o Tratado de Sèvres foi assinado entre os Aliados e o governo de Constantinopla. O texto previa a divisão da Anatólia em zonas de influências de Itália e França, além de dar aos gregos o controle da Trácia e de Esmirna, colocar os estreitos sob tutela de uma comissão internacional e de criar de um Estado armênio independente¹⁷² – com a aquiescência de turcos e armênios em ter Wilson como árbitro da contenda – o que foi

¹⁶⁹ Ibid., p. 374.

¹⁷⁰ Ibid., pp. 200-201.

¹⁷¹ Ibid., p. 208.

¹⁷² LAYCOCK, J. op. cit., p. 198.

prontamente condenado por Mustafá Kemal e seus apoiadores que já marchavam na Anatólia para recuperar Kars e ocupar as demais províncias que o Tratado reconhecia como território armênio. Em setembro, Kemal enviou seu principal general, Karim Karabekir, para iniciar uma ofensiva contra a Armênia, no que ficou conhecida como guerra armênio-turca. Nessa altura, o exército armênio estava dividido entre favoráveis e contrários à sovietação, o que diminuiu o poder de defesa do país contra os avanços dos motivados soldados turcos. Em 30 de outubro, os armênios perderam Kars e grupos turcos pilharam vilas na região. Em novembro, os turcos conquistaram Alexandropol – atual Gyumri – a mais importante cidade armênia onde os comunistas ganhavam cada vez mais espaço. Enquanto isso, os diplomatas armênios ao redor do mundo tentavam obter apoio da comunidade internacional para condenar os avanços turcos e reconhecer a soberania da Armênia. Internamente, os líderes armênios discutiam se o cenário menos pior seria a sovietação ou um acordo com os kemalistas. Pressionados pelos turcos, eles concordaram em renunciar às resoluções de Sèvres no Tratado de Alexandropol. Em 29 de novembro de 1920, um grupo de comunistas desde Baku demandou a intervenção do Exército Vermelho no país e proclamaram a sovietação da Armênia. No dia 2 de dezembro, armênios e russos assinaram um acordo que transformou o país numa república dentro da estrutura bolchevique. Poucos dias depois, o Exército Vermelho entrava em Yerevan sem encontrar resistência. Com a anexação bolchevique, o Tratado de Alexandropol foi anulado e em 1921 foi celebrado um novo acordo entre armênios soviéticos – com a presença de delegados soviéticos da Geórgia e Azerbaijão – e Turquia, que deu à Armênia os contornos fronteiriços que têm até os dias de hoje. Dois anos mais tarde, seria assinado na cidade suíça de Lausanne o tratado que acabaria de vez com as pretensões armênias sobre as províncias orientais da Anatólia. O Tratado de Lausanne de 1923 reconhecia a recém-proclamada República da Turquia, bem como suas fronteiras naquele momento, ignorando Sèvres e não fazendo menção alguma aos armênios. Na opinião de Vahe Sahakyan¹⁷³ e Keith David Watenpaugh¹⁷⁴, Kars e Lausanne selaram a questão armênia que ficou relegada por décadas a uma questão da burocracia soviética. Nas palavras de Alan Palmer:

As reivindicações dos armênios e dos curdos foram praticamente ignoradas na Conferência [de Lausanne]. Não se ouviu mais falar de uma Armênia independente e tampouco de um Curdistão autônomo. Foram apresentadas propostas para a criação de um “Lar Nacional” armênio, mas os turcos se recusaram a discutir o assunto, que não mais foi ventilado por franceses e ingleses. Assim, os armênios continuaram um povo dividido, alguns na União

¹⁷³ SAHAKYAN, V. op. cit., p. 61.

¹⁷⁴ WATENPAUGH, K. op. cit., 2015, p. 89.

Soviética, muito se estabelecendo na Síria e no Líbano, e outros vivendo submissos na cidade agora conhecida como Istambul¹⁷⁵.

No último mês de 1920, enquanto as Potências e países como Brasil e Espanha discutiam nos fóruns da Liga das Nações como impedir a escalada de violência entre turcos e armênios, a bolchevização já era uma realidade para os habitantes do Cáucaso e as questões fronteiriças da Armênia, seja com a Turquia, seja com o Azerbaijão – com quem disputava os territórios de Nagorno-Karabakh, Nakhichevan e Zangezur – passassem a ser discutidos por Moscou e não pelos *dashnaks*, que passaram a atuar como se fossem representante de um legítimo governo armênio, não reconhecendo a sovietação. Em 1921, os *dashnaks* tentaram um contragolpe, mas logo foram sufocados pelo Exército Vermelho. Desse ponto em diante, ocorreu uma polarização em toda a diáspora entre armênios entusiastas e contrários à Armênia Soviética. Para os primeiros, que encontravam expressão política no partido socialdemocrata *Hnchakyan*, no liberal *Ramkavar* e na União Geral Armênia de Beneficência, a Armênia sovietaizada, ainda que não fosse a Armênia livre e independente com as fronteiras traçadas por Wilson, era a república possível, onde viviam armênios e a língua materna era falada, não obstante o esforço bolchevique para a russificação do Cáucaso. Em outras palavras, a sovietaização foi encarada como o mal menor. Para os autointitulados socialistas revolucionários *dashnaks*, por outro lado, a sovietaização da Armênia marcava mais um dos muitos jugos que esse país teve que enfrentar ao longo da sua história e não representava uma nação armênia, cujos representantes como Avetis Aharonian viam a si próprios como uma espécie de “governo no exílio” que lutaria a partir da diáspora para que o Tratado de Sèvres fosse respeitado e para que a Armênia se libertasse da ocupação bolchevique. Essa polarização na diáspora aumentou após a II Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, quando, não raramente, desavenças entre armênios de diferentes grupos políticos terminavam em debates acalorados, agressões físicas, prisões e, eventualmente, mortes.

Mais do que diferenças políticas, a existência da Armênia Soviética e a manutenção das seis províncias orientais da Anatólia e da Cilícia sob controle da República da Turquia criavam distintas percepções de pátria para armênios na diáspora. A maioria dos sobreviventes que então se reagrupava em comunidades no Oriente Médio, Europa e Américas não era oriunda das vilas e cidades que faziam parte da Armênia Soviética e não tinha a percepção de pertencimento pátrio àquele país. Por outro lado, suas localidades de origem estavam dentro das internacionalmente reconhecidas fronteiras da República da Turquia, cuja modernização

¹⁷⁵ PALMER, A. op. cit., p. 264.

nacionalista capitaneada por Mustafá Kemal não daria espaço para as demandas de minorias como armênios, gregos e curdos. Restava, portanto, construir uma nação imaginada a partir da dispersão onde se organizariam em torno de entidades como igrejas, partidos políticos e associações de compatriotas de uma determinada cidade otomana, como Marash, Zeytun ou Hadjin, ressignificando o “ser armênio” e a chamada “armenidade” em diáspora.

3 A CHEGADA DA CAUSA ARMÊNIA AO BRASIL

Analisar-se-á neste capítulo como o conjunto de reivindicações territoriais, políticas e morais dos armênios – a chamada *causa armênia* – chegou ao Brasil e se institucionalizou por meio, principalmente, da ação de um intelectual radicado no Rio de Janeiro. O recorte temporal é balizado entre o início da década de 1910, quando Etienne Brasil chegou à capital federal, até o começo nos anos 1920, quando a sovietação da Armênia era uma realidade irreversível e a representação diplomática da república armênia independente foi dissolvida. Assim, interessa compreender, sobretudo, como o governo brasileiro reagiu aos desafios lançados pelo representante diplomático armênio no Rio de Janeiro, incorporando, em alguma medida, suas reivindicações à pauta da política externa brasileira naquele período.

Contudo, a análise não deve se restringir ao escopo tradicional dos estudos das Relações Internacionais nos quais os atores estão circunscritos aos Estados ou às grandes instituições não estatais como, por exemplo, a Liga das Nações. Há que se pensar na ação de uma diáspora como uma força transnacional cujos atores operam, em maior ou menor grau, de maneira independente, ainda que suas ações sejam pautadas por um ou mais centros decisórios de onde emanam algumas diretrizes. Esses atores, os quais Khachig Tölölyan chama de “elites da diáspora”¹⁷⁶, não agem exatamente como agentes “táticos”, que executam as políticas formuladas pelos agentes “estratégicos”, conforme entendimento de Jean-Baptiste Duroselle¹⁷⁷. Não raramente, as elites da diáspora, que atuam como representantes de países não reconhecidos, exercem tanto as tarefas estratégicas quanto as táticas, pois a conexão com a pátria-mãe é por vezes falha ou inexistente, não sendo possível que as decisões aos desafios urgentes postos nas sociedades receptoras sejam sempre homologadas por um governo central ou esfera correlata. Para Tölölyan:

As elites que dominam, financiam e compõem as organizações diaspóricas, sustentam suas conexões com a pátria-mãe e mobilizam os armênios étnicos são constituídas por clérigos, ricos filantropos e inúmeros pequenos doadores que financiam as principais instituições; os empregados politicamente mobilizados e voluntários que compõem suas organizações; e por último, mas não menos importante, pelos acadêmicos, intelectuais, jornalistas e artistas

¹⁷⁶ TÖLÖLYAN, Khachig. “The Armenian Diaspora as a transnational actor and as a potential contributor to conflict resolution”. In: *Capacity Building for Peace and Development: roles of diaspora*. Toronto: University for Peace/United Nations, High level expert forum, booklet 1, 2006.

¹⁷⁷ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2000, pp. 101-102.

que se engajam na produção cultural diaspórica e tanto recorrem quanto interveem na cultura e nos debates da sociedade receptora¹⁷⁸.

No caso de Etienne Brasil, personagem responsável pela inserção das reivindicações armênias na sociedade e na política brasileira dos anos 1910-20, algumas dessas características se sobrepõem. Como intelectual, oriundo dos seminários da Igreja Católica e dos bancos da universidade, ele lançava mão de seus conhecimentos e do *status* de doutor para angariar atenção às demandas de seu povo, auxiliado pelo filantropismo de outros armênios residentes no país. O desafio maior desse intelectual, elite da diáspora, era, todavia, fazer com que suas reivindicações fizessem algum sentido para a elite da sociedade receptora¹⁷⁹, a fim de criar empatia entre armênios e brasileiros para que o Brasil agisse em prol daqueles nos fóruns multilaterais do pós-guerra. Assim, Etienne pode ser definido como um intelectual nos moldes da definição de Teresa Malatian – com base nas reflexões de Ângela de Castro Gomes – para quem “o conceito de intelectual [...] possui o significado restrito de produtor de bens simbólicos, ligado à arena política direta ou indiretamente. Mais especificamente de intérprete da realidade social e de construtor/divulgador de visões de mundo”¹⁸⁰.

3.1 Do sacerdócio à pena: a formação do intelectual

A biografia de Etienne Brasil não é clara e as poucas pistas que existem são dúbias, mas é possível rastrear sua trajetória graças aos seus artigos na imprensa brasileira e armênia, aos prefácios que ele escrevia às suas próprias obras e às poucas pesquisas que abordaram tangencialmente a trajetória desse intelectual. Embora tenha chegado ao Brasil oriundo da França, ele nasceu em 25 de dezembro de 1882 em alguma parte do Império Otomano¹⁸¹. Em um jornal carioca de junho de 1911, há uma nota que informa sobre a naturalização de

¹⁷⁸ “*The elites that dominate, fund, and staff diasporic organizations, sustain their links with the homeland, and mobilize ethnic Armenians are constituted by the interlocking personnel of the clergy; the wealthy philanthropists and the numerous smaller donors who fund major institutions; the politically mobilized employees and volunteers who staff those organizations; and, last but not least, the scholars, intellectuals, journalists and artists who engage in diasporic cultural production and both draw from and intervene in the culture and debates of the homeland*”. TÖLÖLYAN, K. op. cit., 2006, pp. 24-25.

¹⁷⁹ Idem, 1996, p. 19.

¹⁸⁰ MALATIAN, T. op. cit., pp. 14-15.

¹⁸¹ O ano de nascimento é avalizado pelo banco de dados da Biblioteca Nacional, onde alguns livros de sua autoria estão depositados, assim como pelos documentos de seu processo de naturalização depositados no Arquivo Nacional. O dia e o mês constam na coluna social do jornal *Gazeta de Notícias* de 25 de dezembro de 1915, com votos de feliz aniversário. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 25 de dezembro de 1915, p. 5. (HDB/BN).

estrangeiros oficializada naquela data. Na lista de quatro nomes, há três padres, sendo que um deles é “o turco Etienne Ignace Brasil, padre, residente nesta capital”¹⁸². O rótulo de “turco” era comumente utilizado para definir aqueles que nasciam em diferentes regiões do Império Otomano e emigravam com o passaporte otomano para a Europa e Américas e homogeneiza uma série de povos que viviam dentro das fronteiras imperiais tais como turcos, armênios, gregos, judeus, sírios, assírios, etc. Em artigo publicado em 1912, Etienne rejeita o rótulo de “turco” e afirma efusivamente sua condição de armênio¹⁸³. Em carta para o poeta Archag Tchobanian, datada de 1916, ele reclamou do pouco conhecimento do povo brasileiro sobre o Oriente, o que faz com que todos que venham daquela região sejam chamados de “turcos”¹⁸⁴. Em outra oportunidade, um periódico se refere ao “Dr. Etienne Brasil, natural da Armênia”¹⁸⁵, que não era uma nação independente naquela altura, o que não o impedia de se autodeclarar armênio. O que se sabe de fato é que ele emigrou para a França a fim de obter o diploma universitário, após ter completado o ensino secundário no liceu francês Saint-Benoît, em Constantinopla. Na Europa, ele se tornou padre da Igreja Católica, recebeu diploma de graduação em Farmácia e de doutorado em Filosofia. Em prefácio ao seu *Compendio de Philosophia*, o intelectual afirma que “durante longos anos” frequentou a *École des Hautes Études* e a Universidade Católica de Paris¹⁸⁶ (anexo: Figura 4).

Nem mesmo as razões pelas quais Etienne Brasil teria abandonado seu nome de batismo e adotado o pseudônimo que ele carregaria pelo resto da vida são claras. As fontes e a bibliografia não convergem sobre qual seria o nome verdadeiro do intelectual. Para Vartan Matiossian, baseado em informações fornecidas por Richard Hovannisian¹⁸⁷, o nome de batismo de Etienne Brasil seria Iknadios Etian, que teria sido convertido na versão francófona Ignace Etienne. Contudo, as fontes indicam que essa informação é imprecisa. Há no livro de matrícula do liceu francês Saint-Benoît em Istambul – onde Etienne afirma ter estudado¹⁸⁸ – o registro de um estudante chamado “Et. Iknadossian”, de religião católica, que teria estudado no

¹⁸² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 06 de junho de 1911, p. 2 (HDB/BN). Um ano depois, a naturalização foi decretada sem efeito. Idem. Rio de Janeiro: 12 de maio de 1912, p. 2 (HDB/BN).

¹⁸³ *A Época*. Rio de Janeiro: 30 de novembro de 1912, p. 3 (HDB/BN).

¹⁸⁴ *Etienne Brasil a Archag Tchobanian*, 15 de setembro de 1916, III-800, p. 12, *Museum of Literature and Art after Yeghishe Charents*, República da Armênia (MLA/RA).

¹⁸⁵ *A Rua*. Rio de Janeiro: 26 de fevereiro de 1916, p. 1 (HDB/BN).

¹⁸⁶ BRASIL, Etienne. *Compendio de Philosophia: lógica, psychologia, historia da philosophia*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, Editores, 1917, p. XIV.

¹⁸⁷ HOVANNISIAN, R. op. cit., p. 430.

¹⁸⁸ BRASIL, Etienne. *La France au Brésil*. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1920, p. IX.

estabelecimento de 1896 a 1901¹⁸⁹. O nome – ainda que abreviado –, a anotação sobre a religião e as datas indicam que o registro seja de fato de Etienne Brasil. Na única oportunidade que ele tratou do assunto, no prefácio do livro *La France au Brésil*, ele afirmou que não se tratava de um pseudônimo, mas de um autônimo. De acordo com o autor, a troca de nome foi motivada pela necessidade que havia de proteger seus pais – que ainda viviam no Império Otomano – da “ferocidade dos turcos”, após ele ter publicado 342 artigos na imprensa brasileira sobre os “bárbaros osmanlis”¹⁹⁰. O ato foi ancorado na tradição armênia. Lembrando Antranik e Tro, líderes militares armênios na resistência ao genocídio e durante a República Armênia, ele afirmou que muitos líderes de seu povo haviam lançado mão do mesmo artifício. A escolha do sobrenome “Brasil” teria sido motivada pela tradição oriental de adotar como sobrenome o local de origem. Mesmo depois da Armênia ter sido “salva” – no momento que Etienne escreveu o prefácio, 10 de agosto de 1920, a Armênia ainda vivia um breve período de independência – o autor afirmou que havia decidido manter o nome adotivo como uma homenagem ao país que o acolheu e também porque abandonar um nome após doze anos de uso não poderia ocorrer sem grandes prejuízos.

Há algumas incongruências na história contada por Etienne. Primeiro, se em 1920 ele alegava que estava utilizando o pseudônimo havia doze anos, isso remonta a 1908, data da chegada do religioso ao Brasil. Nesse ano, ele publicou um artigo na revista *Anthropos*, de Viena, assinando como “abade Ignace Etienne, professor do Grande Seminário da Bahia”¹⁹¹. O intelectual publicaria mais quatro artigos no mesmo periódico, sempre assinando com o mesmo nome. Ou seja, a informação dada por Etienne em seu prefácio de 1920 é apenas parcialmente correta. Em 1908, ele ainda não havia incorporado o “Brasil”, tampouco havia invertido a ordem de seus nomes e ainda mantinha uma alcunha afrancesada. Também não faz muito sentido a justificativa dada pelo intelectual para a troca do nome. Em 1908, Etienne ainda não havia publicado nenhum dos alegados 342 artigos sobre a situação dos armênios no Império Otomano. A identidade de seus pais também é nebulosa. Em pedido de naturalização feito em 1925, ele forneceu às autoridades brasileiras os nomes de Nicolao Ignace e Maria Ignace como

¹⁸⁹ Apesar das várias tentativas feitas junto à instituição de ensino, não foi possível consultar os registros de matrícula do Liceu. No final de 2015, contudo, o historiador turco Cafer Sarıkaya conseguiu permissão da secretaria do Saint-Benoît para vasculhar os livros em busca dos registros de Etienne Brasil. Foi dessa incursão que surgiu a confirmação da matrícula e dos dados pessoais do futuro diplomata armênio na América do Sul. Agradeço a Cafer Sarıkaya pelo esforço feito em busca da fonte.

¹⁹⁰ BRASIL, E. op. cit., 1920, p. XI.

¹⁹¹ Idem. “Le fétichisme des nègres du Brésil”. In: *Anthropos*. Viena: Bd. 3, H. 5/6, 1908, p. 881.

sendo de seus pais¹⁹², alcunhas essas que não sugerem ascendência armênia – diferentemente de Iknadossian – para justificar uma mudança de nome para evitar eventuais perseguições. O fato é que ele adotou três formas diferentes de seu nome: *Ignace Etienne*, quando chegou ao Brasil; *Etienne Ignace Brasil*, por um curto período, logo quando chegou ao Rio de Janeiro; e, por fim, *Etienne Brasil*, nome com o qual assinou a maior parte de seus artigos e livros e que apresentou às autoridades brasileiras para efetuar seu pedido de naturalização. Há ainda pelo menos duas ocorrências de artigos na imprensa em língua armênia escritos pelo autor, mas assinados de formas diferentes: a primeira é no periódico *Veradznutun* publicado em Boston no primeiro bimestre de 1919, no qual um artigo de Etienne versando sobre o papel das mulheres armênio-americanas no acolhimento dos órfãos pós-genocídio é assinado por “E. I. Brazilian”¹⁹³, isto é, as iniciais dos seus nomes europeus, acrescidos do sobrenome Brasil com o sufixo “ian”, patronímico tipicamente armênio; a segunda é no *Hayrenik* de 4 de abril de 1919, publicado em Boston – no qual o nome do intelectual aparece como “Dr. Stepan Brazil, professor do Liceu Francês”¹⁹⁴, lançando mão assim do equivalente em armênio – Stepan – de Etienne. Não se sabe, todavia, se as mudanças no nome foram feitas pelo próprio intelectual ou se foi uma escolha dos editores dos periódicos.

É seguro afirmar que Etienne pertencesse a uma família armênia otomana de recursos, parte da minoria armênia católica¹⁹⁵ francófila que habitava o Império Otomano, para quem a educação francesa era altamente desejável. Se os armênios “apostólicos”, isto é, fiéis da Igreja Apostólica Armênia, tinham no seu patriarca em Constantinopla a autoridade máxima do *millet* armêno reconhecido pela Sublime Porta, os fiéis da Igreja Católica Armênia eram vistos com desconfiança pelo sultão. Em 1828, 20 mil armênios católicos foram expulsos de Constantinopla acusados de serem agentes franceses no país. As perseguições atingiram a Anatólia, onde mais deportações foram anunciadas e bens da Igreja Católica Armênia foram

¹⁹² *Base de Dados Nacionalidades*, Arquivo Nacional, nº processo E.3.925, código 24391 (AH).

¹⁹³ Է. Յ. Պրազիլեան, no original, em armênio ocidental. *Veradznutun* (Վերաճնութիւն). Boston: janeiro-fevereiro de 1919, v. 2, n. 1-2. Artigo encontrado pela historiadora Anna Aleksanyan nos arquivos da *National Association for Armenian Studies and Research*, em Belmont, Massachusetts, EUA.

¹⁹⁴ *Hayrenik* (Հայրենիք). Boston: 4 de abril de 1919, p. 1. Artigo encontrado pela historiadora Anna Aleksanyan nos arquivos do *Hayrenik*, em Watertown, Massachusetts, EUA.

¹⁹⁵ A Igreja Católica Armênia não deve ser confundida com a Igreja Apostólica Armênia – ou gregoriana, em alusão a Gregório, “o Iluminador”, seu fundador – sendo essa última autocéfala desde o Concílio da Calcedônia em 451, cuja autonomia precede a divisão entre católicos e ortodoxos, não sendo ela parte de nenhuma das duas denominações. Os armênios católicos, por outro lado, embora tenham um patriarcado próprio reconhecido por Roma, são subordinados ao Vaticano desde o século XVIII e possuem rito distinto de sua co-irmã gregoriana. Cf. SAPSEZIAN, Aharon. *Cristianismo Armênio*. São Paulo: Bentivegna Editora, 1997.

confiscados, gerando protestos da França, que pressionou para que a Porta instituisse um *millet* católico unificando os fiéis das diversas igrejas orientais subordinadas ao Vaticano – melquitas, maronitas, caldeus, armênios e siríacos que viviam nas fronteiras do Império¹⁹⁶. Embora não tenhamos maiores informações sobre a filiação de Etienne Brasil – Nicolao e Maria Ignace também são pseudônimos – ele mencionou *en passant*, em correspondência enviada ao governo brasileiro, que seria sobrinho de Paul Petros XIII Terzian, Patriarca Católico Armênio da Cilícia entre 1910-1931¹⁹⁷. Também não é possível confirmar o parentesco pelas fontes documentais ou bibliográficas e parece prudente desconfiar dos alegados laços familiares, pois, em 1958, o colunista Guilherme Figueiredo, em texto no *Diário da Noite*, afirmou ter conhecido o então advogado Etienne Brasil que afirmava ser irmão do Cardeal Grégoire-Pierre Agagianian – também Patriarca Católico Armênio e um dos *papabili* no conclave que escolheu o substituto do Papa Pio XII naquele ano. Na coluna, Figueiredo comenta, em tom de deboche, que quando algum indivíduo ganha projeção internacional não tardava a aparecer parentes no Brasil¹⁹⁸. Sem entrar no mérito da veracidade da afirmação de Etienne Brasil ao colunista, é fato que Terzian era uma das lideranças religiosas armênias mais proeminentes no cenário internacional no início da década de 1920. Ao mencionar, em correspondência ao diretor de negócios diplomáticos do Itamaraty, que o “[...] chefe dos armênio-católicos, o cardeal Terzian, meu tio [...]”¹⁹⁹ havia proibido padres armênios de esmolarem Etienne pode ter aproveitado o ensejo da comunicação diplomática para mencionar que era próximo de um influente líder armênio da época e, assim, agregar prestígio à sua própria imagem. Contudo, a veracidade da informação é posta em dúvida quando se observa que Terzian nunca ocupou o posto de cardeal da Igreja Católica, ao contrário do que mencionou Etienne Brasil. Poderia ser apenas um ato falho, se não fosse cometido por um ex-sacerdote que dizia ser sobrinho de uma das mais altas autoridades eclesiásticas de seu tempo, ou apenas uma “promoção” concedida por ele ao seu alegado tio a fim de impressionar seu interlocutor. Não obstante tal interrogação, Vartan Matiossian, citando um periódico armênio de Marselha de 1917, não parece ter dúvidas sobre o parentesco entre Etienne e Terzian²⁰⁰. Em 1920, em seu livro, Etienne Brasil reafirmou ser sobrinho “do patriarca supremo da Igreja Armênia, Mgr. Terzian, e parente próximo de outras personalidades”²⁰¹.

¹⁹⁶ TERNON, Y. op. cit., pp. 48-49.

¹⁹⁷ *Legação Armênia no Brasil*, 25 de janeiro de 1921, AHI, 281/2/4.

¹⁹⁸ *Diário da Noite*. Sexta-feira, 7 de novembro de 1958, p. 4 (HDB/BN).

¹⁹⁹ *Legação Armênia no Brasil*, 25 de janeiro de 1921, AHI, 281/2/4.

²⁰⁰ MATIOSSIAN, V. op. cit. A informação do periódico franco-armênio foi reproduzida pelo *Kotchnak* (*Կոչնակ*). Boston: 15 de setembro de 1917, p. 1123 (MATENADARAN/RA).

²⁰¹ BRASIL, E. op. cit., 1920, p. IX.

Por “outras personalidades”, pode-se inferir que o intelectual se referia ao diplomata Bernard Ignace, alegadamente seu irmão, nomeado, por decreto de 6 de janeiro de 1921, cônsul brasileiro sem vencimentos em Sófia, Bulgária²⁰². A biografia de Bernard é ainda mais obscura do que a de Etienne. Em março de 1923, seu nome aparece nos jornais como correspondente da Agência Americana nos Bálcãs, quando Etienne solicitou a sua inclusão no quadro de correspondentes da Associação Brasileira de Imprensa. Ele é tratado como “jornalista armênio” pela ata da referida associação²⁰³. Foram poucas as vezes que Etienne mencionou a existência do irmão diplomata: em carta a Avetis Aharonian em dezembro de 1920, quando ofereceu os serviços de Bernard – e também de Georges, outro alegado irmão – em Sófia²⁰⁴; a um jornal armênio de Istambul em 1923²⁰⁵, possivelmente por conta da intervenção de Bernard junto ao governo búlgaro em prol do patriarca armênio de Constantinopla Zaven I Der Yeghiayan, conforme Etienne mencionou ao político Mikayel Varandian²⁰⁶; e durante o seu processo de naturalização como cidadão brasileiro em 1925, quando, segundo Etienne, seu irmão ocupava o cargo de cônsul do Brasil na Bélgica²⁰⁷. As poucas referências encontradas na imprensa brasileira sobre Bernard Ignace são elogiosas com relação ao seu trabalho como diplomata na Bulgária. Em 1922, o jornal *O Paiz* noticiou a decisão búlgara de enviar uma delegação especial à exposição internacional organizada no contexto das comemorações do centenário da independência do Brasil, atribuindo o fato à “ativa e inteligente propaganda aqui [Sófia] realizada, a favor do Brasil pelo seu cônsul, nessa capital, senhor Bernard Ignace”²⁰⁸. Entretanto, a pequena nota n’*O Paiz* tem como fonte a Agência Americana e seu correspondente em Sófia, que era o próprio Bernard Ignace, ou seja, o diplomata e jornalista foi o autor do elogio ao seu próprio trabalho. Em maio de 1924, *O Imparcial* reporta a visita de Bernard ao Brasil para uma série de conferências sobre a situação nos Bálcãs e para estudar a possibilidade de enviar imigrantes búlgaros ao estado de São Paulo, numa abordagem muito semelhante àquela do então diplomata Etienne Brasil no final dos anos 1910²⁰⁹.

Também é desconhecido o motivo exato da vinda de Etienne Brasil ao país. É sabido, contudo, que a primeira parada do sacerdote foi o Rio de Janeiro, por um curto período

²⁰² *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro: 13 de janeiro de 1921, p. 3.

²⁰³ *O Paiz*. Rio de Janeiro: 23 de janeiro de 1923, p. 7 (HDB/BN).

²⁰⁴ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1920 (ARFA).

²⁰⁵ *Verdjin Lur*. Istambul: 23 de maio de 1922, p. 4 apud: MATIOSSIAN, V. op. cit.

²⁰⁶ *Etienne Brasil a Mikayel Varandian*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1923 (ARFA).

²⁰⁷ *Naturalização de Etienne Ignace Brasil ou Etienne Brasil*. NE 3.925, ano 1925, código 24391, not. 713, fl 3/30.

²⁰⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro: 4 de agosto de 1922, p. 1 (HDB/BN).

²⁰⁹ *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 2 de maio de 1924, p. 2 (HDB/BN).

de tempo, em 1907, antes de rumar para Salvador, Bahia, por volta de 1908, onde permaneceu por cerca de um ano antes de retornar para o Rio de Janeiro²¹⁰. Nesse tempo, ele assinava seus artigos como professor, ora do Grande Seminário da Bahia, ora do Seminário Episcopal da Bahia²¹¹. No tempo que permaneceu naquele estado, o intelectual se dedicou ao estudo da religiosidade dos africanos e afrodescendentes e dos costumes dos indígenas locais, publicando os resultados de suas pesquisas na *Anthropos*, sendo dois desses artigos republicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assinando como Etienne Ignace Brasil.

O primeiro desses artigos, intitulado *Os Malês*, foi publicado em 1909 e trazia muitos elementos orientalistas e anti-islâmicos que Etienne Brasil iria apresentar em dezenas de outros textos durante a década de 1910. Em prefácio à edição brasileira, ao problematizar a revolta dos malês na Bahia, o intelectual afirma que sublevações violentas são características dos muçulmanos e faz uma referência aos massacres de armênios no Império Otomano a fim de comprovar a sua hipótese. Essa é a primeira menção conhecida feita por Etienne aos armênios em uma publicação brasileira:

Ainda há breves meses, pereceram em Adana alcance de 30.000 cristãos, sacrificados pela cimitarra muçulmana às exigências do feroz *Allah*, sem se falar da carnificina de 300.000 armênios, nos anos de 1895 e 1896. Após fatos tais, não é custoso acreditar que a população branca da Bahia escapasse destarte a uma horrorosa matança²¹².

Em estudo sobre como os armênios foram imaginados e representados na Grã-Bretanha na virada do século XIX para o XX, a historiadora Jo Laycock afirma que era comum a menção de massacres cometidos pelos turcos contra as minorias cristãs de modo a servir como chave de explicação para a “natureza degenerada” do Império Otomano e do Islã e angariar simpatia à causa dos armênios:

Massacres anteriores de armênios e outras minorias cristãs no Império Otomano foram frequentemente explicados tendo como referência as características particulares do império ou a natureza do “turco”. Explicações foram formuladas em termos de diferença racial, conflito religioso, degeneração, a natureza do Estado Otomano ou o conflito entre “Oriente” e “Ocidente”. Essas explicações, ainda que frequentemente retratadas como “científicas” ou objetivas, não foram utilizadas de uma maneira lógica ou sistemática; foram misturadas ou manipuladas quase que arbitrariamente de forma a criar um estereótipo negativo do “turco” e uma imagem simpática dos armênios. Era comum a todos os setores da opinião pública britânica aceitar

²¹⁰ *Naturalização de Etienne Ignace Brasil ou Etienne Brasil*. NE 3.925 ano 1925, código 24391, not. 713, fl. 4/30 (AH).

²¹¹ BRASIL, E. op. cit., 1908; BRASIL, Etienne. “La Secte musulmane des Malès du Brésil et leur révolte en 1835”. In: *Anthropos*. Viena: Bd. 4, H. 1, 1909.

²¹² BRASIL, E. op. cit., 1909, p. 70. Todas as citações foram adaptadas para o português atual.

que o Império Otomano, principalmente nos territórios fronteiriços, era propenso à violência por motivos mínimos²¹³.

O que Etienne Brasil faz no prefácio à edição brasileira do seu artigo sobre a revolta dos malês é, porém, distinto: ele lança mão de um acontecimento presente – o massacre de armênios em Adana – para explicar a “ferocidade” muçulmana que fez com que a “população branca da Bahia” experimentasse uma “horrorosa matança” nos anos 1830, que na realidade nunca ocorreu. Nesse sentido, ele não parece se esforçar para ser “científico” ou “objetivo”, nos termos de Laycock. Ao contrário, ele não esconde a subjetividade de seu convencimento de que a violência é algo inerente ao Islã, não importando a época ou o lugar.

Esse artigo repercutiu por muito tempo nos meios intelectuais brasileiros. Em 1933, o estudo sobre os malês foi enviado por Luísa Gallet – viúva do compositor Luciano Gallet – a Mário de Andrade, após encontrar “por sorte” a revista na qual foi publicado e se lembrar de que o assunto interessava ao escritor paulistano²¹⁴. Em obra célebre sobre a revolta dos malês publicada nos anos 2000, João José Reis cita algumas vezes o trabalho do “jesuíta Etienne Brasil” como fundador de uma interpretação da rebelião como uma espécie de guerra santa empreendida pelos negros muçulmanos na Bahia, tese essa que “tem sido desde então repetida por inúmeros autores, com maior ou menor grau de sofisticação”²¹⁵. Em outra passagem, Reis pondera algumas inferências feitas por Etienne:

Numa curta passagem de seu artigo de 1901 [sic] sobre os malês, Etienne Brasil escreveu: “o fim primordial da conspiração era aclamar uma rainha, depois do extermínio da raça branca”. Convenhamos que, num texto de 57 páginas, o autor foi brevíssimo sobre o que considerava o objetivo principal do movimento de 1835. Não sei onde Brasil foi buscar essa ideia, um tanto extravagante, de que homens muçulmanos se dariam ao exaustivo trabalho de exterminar a raça branca para colocar no poder uma mulher, aliás pagã [...]”²¹⁶.

²¹³ “Previous massacres of Armenians and other Christian minorities in the Ottoman Empire had usually been explained in reference to the particular characteristics of the empire or the nature of ‘the Turk’. Explanations were couched in terms of racial difference, religious conflict, degeneracy and the nature of the Ottoman state or the conflict between ‘East’ and ‘West’. These explanations, though often portrayed as ‘scientific’ or objective, were not used in a systematic or logical manner; they were conflated or manipulated almost at will in order to create a negative stereotype of ‘the Turk’ and a sympathetic image of the Armenians. Common to all sectors of British public opinion was an acceptance that the Ottoman Empire, particularly its borderlands, was prone to descend into violence at the slightest cause”. LAYCOCK, J. op. cit., p. 109.

²¹⁴ Carta de Luísa Gallet a Mário de Andrade. 6 de agosto de 1933. Série Correspondências, acervo Mário de Andrade, MA-C-CPL3423. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP).

²¹⁵ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, edição revisada e ampliada, p. 272.

²¹⁶ Ibid., p. 301.

As centenas de textos publicados pelo intelectual na imprensa brasileira durante os anos 1910-1920 deixam claro de “onde Brasil foi buscar essa ideia” de uma conspiração muçulmana para exterminar a “raça branca”: no pensamento orientalista e anti-islâmico vigente na Europa da virada do século XIX para o XX. Em artigo do final dos anos 1980, Reis não deixa escapar o pertencimento do padre intelectual:

O extremado ressentimento que permeia o estudo de Etienne Brazil é em parte explicável por sua biografia de imigrante armênio, jesuíta e professor do Seminário Episcopal da Bahia. Como armênio e ideólogo do cristianismo ele execrava duplamente os muçulmanos, devido aos massacres por eles perpetrados contra os cristãos de seu país de origem²¹⁷.

Outro artigo, “O fetichismo dos negros no Brasil”, publicado dois anos depois, também foi bastante difundido²¹⁸, embora não tenha tido a mesma repercussão do anterior. Há uma referência a esse texto em um caderno de anotações da professora e crítica literária Marlyse Madeleine Meyer relacionado à pesquisa que ela realizava sobre a influência turca em terreiros de umbanda na cidade de Codó, Maranhão²¹⁹.

Ao se mudar para o Rio de Janeiro, Etienne Brasil se tornou o capelão responsável pela capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Niterói²²⁰. Enquanto isso, ele dividia as atividades clericais com as reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense²²¹ (IHGF) e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro²²², expandindo, assim, seus espaços de sociabilidade²²³. As atividades e reuniões do Instituto foram fartamente cobertas por alguns periódicos fluminenses, por meio dos quais é possível observar a atuação do intelectual na organização da entidade, bem como na produção de pesquisas e textos sobre assuntos variados que, frequentemente, eram lidos nas reuniões e encontros²²⁴. O IHGF²²⁵ foi criado em Niterói²²⁶

²¹⁷ Idem. “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia” In: _____ (org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 91.

²¹⁸ BRASIL, Etienne. “O fetichismo dos negros no Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: T. 74, v. 124, pp. 193-260, 1911

²¹⁹ *Anotações de Marlyse Madeleine Meyer*. Sem data. Acervo. Marlyse Madeleine Meyer. MMM-CAD096-002 (IEB/USP).

²²⁰ *O Paiz*. Rio de Janeiro: 26 de julho de 1910, p. 12 (HDB/BN).

²²¹ *O Seculo*. Rio de Janeiro: 23 de novembro de 1909, p. 3 (HDB/BN).

²²² *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: tomo XVI, [referente ao] ano de 1903, 1912, p. 5 (HDB/BN).

²²³ Em seu currículo, Etienne Brasil afirma ser membro, além das entidades já mencionadas, do Museu Nacional, da Sociedade Geográfica de Lisboa, dos Institutos Histórico e Geográfico de Pará, São Paulo e Bahia *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro: 4 de outubro de 1919 (ARFA).

²²⁴ Cf., por exemplo, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 24 de outubro de 1911 (HDB/BN).

²²⁵ Não confundir com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, fundado em 1957.

²²⁶ Rui Aniceto Nascimento Fernandes pincela o cenário intelectual niteroiense dos anos 1910-20 no qual Etienne Brasil se integrou quando chegou ao Rio de Janeiro. Cf. FERNANDES, Rui Aniceto

entre 1909 e 1910 como uma reação à apagada participação fluminense em um evento na Praia Vermelha que comemorava os cem anos da chegada da Família Real. A fundação do IHGF contou com a presença de membros do congênere nacional, o IHGB, com políticos como Nilo Peçanha – sócio do Instituto recém-criado – e Quintino Bocaiúva e teve como paraninfo e presidente honorário o Barão do Rio Branco. Etienne Brasil compôs a primeira diretoria na condição de Primeiro Secretário²²⁷.

Em 1912, com bastante trânsito nos círculos intelectuais de Niterói e Rio de Janeiro, Etienne Brasil começou a publicar artigos na imprensa sobre os mais variados temas, assinando como padre, doutor e também como professor de algumas instituições de ensino, como o Atheneu Fluminense – do qual era também diretor, em Niterói²²⁸ – do Curso Anexo de Ensino Secundário da Faculdade de Direito²²⁹ e da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio, também sediada em Niterói²³⁰ – em currículo enviado para Avetis Aharonian em 1919, Etienne se apresenta como fundador e ex-diretor das duas entidades²³¹. Em mais de uma oportunidade, o padre publicou artigos na imprensa tratando do “feminismo no Brasil” e o papel da mulher na sociedade em um tom razoavelmente progressista para um religioso do início dos anos 1910, não obstante a sua franca oposição ao “feminismo revolucionário” que desarticulava a família e seus valores²³².

No ano seguinte, alegando estar demasiado atarefado e cansado, o intelectual pediu afastamento das suas funções como primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, apesar de manter-se sócio da entidade, de acordo com artigo do jornal *O Seculo*, principal veículo de divulgação das atividades do Instituto²³³. A partir de então, suas participações ficaram limitadas à apresentação esporádica de estudos sobre a história do Rio de Janeiro e do Brasil que frequentemente eram adaptados e publicados nos jornais cariocas. Não

Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense: A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em História, 2009, pp. 58-59.

²²⁷ WEHRS, Carlos. “Instituto Histórico e Geográfico Fluminense – sua fundação”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IHGRJ, 1994-1995, po. 106-109.

²²⁸ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 24 de maio de 1912, p. 2 (HDB/BN).

²²⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 4 de julho de 1911 (HDB/BN).

²³⁰ *O Malho*. Rio de Janeiro: nº 604, ano XII, 11 de abril de 1914, p. 23 (HDB/BN).

²³¹ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro: 4 de outubro de 1919 (ARFA).

²³² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 24 de maio de 1912, p. 2 (HDB/BN).

²³³ *O Seculo*. Rio de Janeiro: 25 de novembro de 1913, p. 3 (HDB/BN).

obstante, o Instituto havia servido para Etienne ser aceito pelo mundo das letras fluminense e da Primeira República, que era

um campo social em que predominavam as *coteries* e igrejinhas literárias, caracterizadas pelas atitudes de apoio mútuo e choques entre grupos rivais, pela dinâmica do ‘fogo cruzado dos elogios mútuos dentro do mesmo grupo e de ataques também cruzados dirigidos aos grupos rivais’ [...] Era o mundo da polêmica literária, que abrigava quase sempre razões políticas, veiculada pelos jornais em elogios derramados aos amigos e justificação brandido contra os inimigos, em artigos em prosa e verso que usavam dos mais variados pretextos para o tiroteio²³⁴.

Em periódico de abril de 1915, há um chamado para os exames de admissão para a Faculdade de Direito Teixeira de Freitas no qual consta o nome do padre entre os candidatos a futuros advogados²³⁵, profissão que exerceria dos anos 1920 até a sua morte, em 1955. Conforme noticiado pelo jornal *A Razão* – em uma coluna especialmente destinada à colônia sírio-libanesa – Etienne Brasil teria apresentado desempenho acima da média nos exames exigidos para a graduação em Direito:

o fiscal do governo [...] declarou publicamente [...] que aluno nenhum, desde a fundação da Escola, tinha apresentado um trabalho tão perfeito. É *um sucesso consolador para a inteligente raça armênia e uma prova significativa para a colônia síria*, a quem o hábil advogado pretende oferecer os seus serviços profissionais²³⁶.

A associação com os sírios era usada de maneira instrumental por Etienne e outros compatriotas, como Levon Apelian que figurava, frequentemente, na diretoria de entidades sírias do Rio de Janeiro e batizou seu negócio de importação e exportação de tecidos de “Casa Libanesa”²³⁷. Em carta a Avetis Aharonian em 1919, Etienne Brasil afirma que, na reorganização do Centro Armênio do Rio de Janeiro, Levon Apelian iria ocupar a cadeira da presidência, pois “era um negociante muito rico que estava no meio dos sírios (que são mais de 120.000 no Brasil!), tendo sido eleito presidente desses”²³⁸. Assim, Etienne usa o prestígio de Apelian junto aos sírios do Brasil para convencer Aharonian que sua rede de contatos tem influência o suficiente no país para trabalhar em prol dos interesses armênios. Por outro lado, em alguns momentos a preferência de alguns pela identidade síria irritou o ex-padre. Em

²³⁴ MALATIAN, T. op. cit., pp. 21-22.

²³⁵ *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 8 de abril de 1915, p. 9 (HDB/BN).

²³⁶ *A Razão*. Rio de Janeiro: 5 de abril de 1921, p. 4 (HDB/BN). Grifos nossos.

²³⁷ Dentre cargos que ocupou em entidades como a Cruz Vermelha Sírio-Brasileira, Apelian foi eleito presidente do *Club Syrio Brasileiro* em 1918, instituição a qual ele era também o principal patrocinador. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 19 de abril de 1918, p. 10 (HDB/BN); para a “Casa Libanesa”, cf. *A Epoca*. Rio de Janeiro: 31 de julho de 1918, p. 28 (HDB/BN).

²³⁸ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1919 (ARFA).

novembro de 1920, Etienne rompeu com um de seus aliados, David Boghossian, quando esse último solicitou passaporte armênio, cujo aceite foi condicionado pelo representante diplomático da República Armênia na América do Sul a uma declaração oficial renunciando à sua identidade síria, o que foi recusado pelo solicitante²³⁹. Com o passar dos anos, os armênios do Brasil procurariam se distanciar da imagem dos árabes. Nas palavras de Jeffrey Lesser, “os líderes da comunidade armênia [...] formada em fins do século XIX, definiam seu lugar de forma ainda mais agressiva, tentando separar-se dos imigrantes ‘árabes’. Eles insistiam em que os armênios eram brancos, e ‘uma etnia legítima e heroicamente ocidental’”²⁴⁰.

Embora o período posterior a 1915 seja o mais fértil de Etienne Brasil como articulista, após o chamado para o exame admissional da faculdade não é mais possível encontrar textos assinados pelo intelectual na condição de padre. Mesmo que alguns jornais ainda o apresentasse assim²⁴¹, dali em diante o tratamento dado ao ex-religioso seria de “doutor”, “senhor” ou “professor”²⁴². Isso nos leva a acreditar que o início dos estudos de Direito e o abandono da batina sejam acontecimentos interligados, ainda que, a exemplo do que ocorre com outros acontecimentos de sua vida, o motivo e o momento exatos do abandono do sacerdócio não sejam totalmente conhecidos²⁴³. Pode-se especular que uma das razões tenha sido de cunho afetivo: no processo de naturalização de Etienne Brasil, consta que ele se casou com a portuguesa Maria Emília Gonçalves da Mota em 25 de junho de 1918²⁴⁴, com quem viveu até 1944, quando a mesma morreu. Alguns anos antes, em 1916, o jornal *A Lanterna*, a fim de ironizar o editorial de outro periódico, lança mão de um chiste atribuído a Etienne Brasil que dizia “[...] entre nós, a única [classe] casta é a dos sacerdotes e assim mesmo, como diz o Dr. Etienne Brazil, quando não são tentados pelas comadres...”²⁴⁵.

²³⁹ Idem, 4 de novembro de 1920 (ARFA).

²⁴⁰ LESSER, J. op. cit., 2001, p. 110.

²⁴¹ Talvez por desinformação, um periódico juizforano ainda se referia a Etienne Brasil como padre muitos anos depois dele ter abandonado o sacerdócio. *O Pharol*. Juiz de Fora: 9 de fevereiro de 1919, p. 2.

²⁴² Em abril de 1916, a *Gazeta de Notícias* publicou artigo assinado por José N. Daher no qual o aturo se refere a Etienne Brasil como ex-padre, o que indica que a essa altura sua renúncia ao sacerdócio já fosse conhecida no Rio de Janeiro. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 10 de abril de 1916, p. 4. (HDB/BN).

²⁴³ Curiosamente, em 1918 há uma nota no jornal *O Imparcial* informando da aprovação de Etienne Brasil em todas as cadeiras referentes ao primeiro ano da graduação em Direito. Provavelmente ele postergou o começo do seu novo bacharelado até esse ano. *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 10 de março de 1918, p. 7 (HDB/BN).

²⁴⁴ *Naturalização de Etienne Ignace Brasil ou Etienne Brasil*. NE 3.925 ano 1925, código 24391, not. 713, fl. 13v. (AN)

²⁴⁵ *A Lanterna*. Rio de Janeiro: 19 de dezembro de 1916, p. 1 (HDB/BN).

3.2 Orientalismo e a causa armênia

O primeiro artigo assinado pelo intelectual que versa sobre temas do Oriente data de 30 de novembro de 1912 e foi publicado no *A Epoca*. Trata-se de uma carta aberta ao cônsul do Império Otomano em São Paulo, Munir Sureyya Bey, intitulada *Não somos turcos! Carta aberta ao Exmo. Munir Suraya Bey: cônsul som jurisdicionados* [sic]²⁴⁶. Em um texto agressivo, repleto de sarcasmo e linguagem pouco usual a um sacerdote, Etienne Brasil ataca ferozmente a representação diplomática do Império Otomano no Brasil, questionando a legitimidade do representante do sultão no país.

As relações entre Brasil e Império Otomano eram bastante peculiares e ganharam contornos mais visíveis a partir das duas visitas feitas à região pelo então Imperador D. Pedro II, a primeira em 1871, ao Egito, e a segunda, essa mais profícua, em 1876, quando visitou Constantinopla e se reuniu com o Sultão Abdul-Hamid II com quem se correspondeu de forma esporádica até o final da vida²⁴⁷. Contudo, foi apenas na República que missões diplomáticas otomanas foram estabelecidas no Brasil com o intuito de zelar pelos interesses dos cidadãos que emigraram para o país em quantidade significativa na última década do século XIX e que muitas vezes eram vítimas de crimes ou morriam sem deixar herdeiros em solo brasileiro e precisavam de assistência oficial de Constantinopla. Nesse contexto, Munir Sureyya Bey foi nomeado cônsul em São Paulo e recebeu a permissão para exercer a função junto ao governo brasileiro em outubro de 1912, quando desembarcou no Rio de Janeiro prestigiado por uma recepção na qual compareceu o Presidente da República, alguns de seus ministros, dentre outras autoridades²⁴⁸.

Foi contra o abrigo diplomático dos representantes turcos no Brasil que Etienne se insurgiu. Depois de “pôr um grande ponto de interrogação sobre o [...] título de cônsul”, o autor argumenta que até caberia a Sureya Bey defender os interesses dos “Osmanlis”, mas esses, “por um sentimento sobejamente justificado de medo ou de vergonha, jamais ousariam profanar estas terras de luz e progresso”. Dito isso, Etienne Brasil usa o pronome “nós” para se referir às minorias que viviam dentro das fronteiras otomanas e rechaçar o rótulo de “turcos”: “Quanto

²⁴⁶ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 30 de novembro de 1912, p. 3 (HDB/BN).

²⁴⁷ GOLDFELD, M. S. op. cit., pp. 148-155.

²⁴⁸ *Ibid.*, pp. 179-183.

a nós – Sírios, Armênios, Gregos etc... – não somos turcos. Energicamente repelimos esse título ominoso que nos seria, além de tudo, sobremodo injurioso”. Em seguida, o padre utiliza uma série de adjetivos para qualificar o Império Otomano ao seu modo:

O império turco, para nós, é uma execrável praga e flagelo de cerastas que assola, desde poucos séculos, o nosso pulquérrio país; o crescente e o alcorão (“horresco reirens”) são as duas serpentes de Laocoon, torturando nos seus “orbes” [...] os dois filhos do Sol Nascente, o balcânico e o anatólico; o sultanato dos Osmanlis é o polvo parasita, *monstrum horrendum* [...] Terminantemente dispensamos a duvidosa e traiçoeira proteção que o império dos turbantes venha a nos oferecer. Nós somos os povos mais importantes da humanidade; temos mais de quatro mil anos de gloriosas tradições; vós tendes apenas quatro séculos de existência, quatro séculos somente de crimes.

Com essas palavras, Etienne Brasil se aproximava do tom dos armênios e armenófilos espalhados por importantes cidades ocidentais a divulgar a questão armênia e a tornar conhecido o tratamento dispensado pelo governo otomano às minorias não muçulmanas. Segundo Jo Laycock:

Em oposição à imagem dos armênios como vítimas inocentes, os turcos eram retratados como a personificação da barbárie. Antigos estereótipos orientalistas dos turcos como bárbaros, luxuriosos e fanáticos religiosos perpetradores de atrocidades uma vez mais vieram à tona. Relatos de massacres associados aos turcos com atos específicos de violência, incluindo estupro, mutilação e o assassinato de mulheres e crianças inocentes. Retratavam os turcos como sádicos, deleitados com a violência e proviam relatos sinistros de torturas que eles haviam infligido às vítimas²⁴⁹.

O motivo da insurgência de Etienne Brasil foi a convocação feita pelo cônsul otomano aos súditos residentes no Brasil a enviarem fundos para Constantinopla a fim de financiar o exército do sultão que combatia nos Bálcãs. Depois de desfilar seus argumentos contrários ao envio de recursos da “colônia oriental do Brasil” para o Império Otomano, o padre afirma que o diplomata deveria aproveitar sua estada no país para “o estudo das leis e dos costumes desta República de progresso e luz” com a qual os turcos deveriam aprender, pois “nas ruas de Constantinopla [...] existem menos garantia do que de noite nas florestas do Brasil no meio dos índios e das onças”. O artigo é concluído vaticinando que em pouco tempo o decadente Império iria pedir perdão aos súditos cristãos que, por ora, eram oprimidos e se encerra com a frase: “eu vol-o [vos] garanto, palavra de Armênio”.

²⁴⁹ “In opposition to the image of Armenians as innocent victims the Turks were portrayed as the embodiment of barbarism. Longstanding orientalist stereotypes of the Turks as the barbaric, lustful and fanatically religious perpetrators of atrocity once again came to the fore. Accounts of the massacres associated the Turks with particular acts of violence, including rape, mutilation and the murder of innocent women and children. They depicted the Turks as sadistic, delighting in violence, and provided grim accounts of the tortures they had devised for their victims.” LAYCOCK, J. op. cit., pp. 81-82.

Não foi possível encontrar uma resposta pública de Munir Sureyya Bey aos ataques lançados pelo padre Etienne Brasil, mas a historiadora Monique Sochaczewski Goldfeld afirma que o cônsul temia o alcance que os artigos de cunho nacionalista publicados na imprensa brasileira por armênios e na imprensa em língua árabe no Brasil por imigrantes da chamada Grande Síria poderiam ter²⁵⁰. Porém, não são apenas com argumentos nacionalistas que Etienne Brasil sustenta seu discurso, e sim com concepções prévias e estereótipos sobre o chamado “Oriente” que permeavam o imaginário do “Ocidente” da época. Cabe aqui analisar o discurso “orientalista” de Etienne Brasil, pois o mesmo está presente durante toda a sua trajetória intelectual como articulista e diplomata e é definidor de algumas estratégias retóricas utilizadas tanto na imprensa quanto nas missivas diplomáticas para convencer o leitor da urgência de suas reivindicações. Em suma, o orientalismo foi a saída encontrada pelo intelectual para fazer com que suas demandas alcançassem o público brasileiro, superando assim o desafio definido por Tölölyan acerca de como as elites da diáspora inserem suas pautas na sociedade receptora²⁵¹.

Não restam dúvidas que o autor se expressa a partir de um lugar de poder. Homem, letrado, de educação francesa, poliglota, graduado em Farmácia, doutor em Filosofia e membro da Igreja Católica, Etienne Brasil preenchia todos os pré-requisitos necessários para ser tratado como uma autoridade do saber no Rio de Janeiro dos anos 1910-20. Seu *status* de homem de letras é homologado pelo pertencimento a entidades como o Instituto Histórico e Geográfico Fluminense e a Sociedade de Geografia e pelos cargos que ocupa em instituições de ensino no Rio de Janeiro e em Niterói. Assim, não tardou para que a imprensa o tratasse como um “conhecido orientalista”, convidando-o a escrever artigos que traduzissem ao leitor “o oriente, tão desconhecido de nosso público”²⁵², motivada pelas credenciais acadêmico-intelectuais que o autor apresentava, mas também por ter nascido no Oriente sobre o qual ele pretendia escrever. Etienne se situava entre diversas fronteiras identitárias e enfatizava-as conforme a situação exigisse: era francês ao oferecer seus serviços educacionais, brasileiro ao pedir naturalização e ao se dirigir ao governo, e armênio/oriental ao analisar e criticar o Império Otomano, sintetizando assim o circunstancialismo da etnicidade no Brasil tal qual trabalhado por Jeffrey Lesser:

As etnicidades trazidas e construídas por esses imigrantes eram situacionais, e não ‘identidades primordiais imutáveis’. Em diversos momentos, os imigrantes e seus descendentes puderam abraçar sua ‘niponicidade’ ou sua

²⁵⁰ GOLDFELD, M. op. cit., p. 185.

²⁵¹ TÖLÖLYAN, K. op. cit., 1996, p. 19.

²⁵² A *Rua*. Rio de Janeiro: 3 de dezembro de 1914, p. 2 (HDB/BN).

‘libanidade’, tanto quanto sua ‘brasilidade’. A etnicidade muitas vezes cruzava com o nacionalismo (brasileiro ou não), tornando extremamente flexíveis essas identidades²⁵³.

A mentalidade orientalista de Etienne Brasil é distinta daquela trabalhada por Edward Said. Ao invés de colocar os chamados povos orientais sob um mesmo rótulo, como era comum nos discursos coloniais, de forma que aquilo que era aplicável para o Egito poderia ser usado indistintamente na Síria, Palestina ou Índia²⁵⁴, Etienne afirma que “O oriental, durante dezenas de séculos, deu provas exuberantes de sua inteligência fecunda e de sua pujante vitalidade. *O turco de verdade, pelo contrário, traz na sua testa, marcados a ferro, os estigmas do selvagem: a preguiça e o instinto de destruição*”²⁵⁵. Ou seja, diferentemente do que pensava lord Cromer – encarregado inglês para o Egito entre 1882 e 1907 – para quem “a mente do oriental [...] é eminentemente carente de simetria. Seu raciocínio é dos mais descuidados”²⁵⁶, Etienne Brasil reforça as virtudes intelectuais do oriental não muçulmano e relega ao turco o papel de incapaz que usualmente era dado a todos os não europeus pelas mentes coloniais.

Há uma segmentação da figura do “oriental” largamente difundida nos anos 1910 que define “sírio” como sinônimo de árabe cristão e “turco” como a univocação de “islâmico”. Mesmo no Império Otomano da época, a ideia do “ser turco” não era clara e estava em disputa, sobretudo após a ascensão do CUP. Nas palavras de Mark Mazower:

Embora os europeus viessem falando sobre os “turcos” por séculos, o termo não era muito empregado dentro do império. A língua predominante era um amálgama de turco, árabe e persa, com umas tinturas de grego, línguas eslavas e italiano. Sua classe dominante – como todas as classes dominantes imperiais – incluía indivíduos de um número espantoso de origens diferentes: albaneses, franceses, venezianos, árabes, judeus e circassianos. [...] Se “turco” significasse simplesmente muçulmano, então, só nos Bálcãs, havia muçulmanos albaneses, cretenses, bósnios, búlgaros, judeus e outros [...] ²⁵⁷.

Quando Etienne Brasil se refere ao turco, ele está se referindo tanto ao grupo étnico majoritário e dominante no Império Otomano – que por vezes ele chama de *osmanli*, em alusão ao fundador da dinastia otomana – quanto a todo e qualquer muçulmano. Isso é perceptível no artigo *Não Somos Turcos!* quando ele afirma que um “verdadeiro turco (de raça e de religião)” dificilmente aportaria no Brasil. Ao atacar o Islã, comparando-o com serpentes mitológicas, Etienne Brasil lança mão da imagem corrente dessa religião como uma ameaça real da

²⁵³ LESSER, J., op. cit., 2001, p. 27.

²⁵⁴ SAID, E. op. cit., p. 70.

²⁵⁵ *A Rua*. Rio de Janeiro: 10 de janeiro de 1914, p. 5 (HDB/BN). Grifos nossos.

²⁵⁶ SAID, E. op. cit., p. 71.

²⁵⁷ MAZOWER, M. op. cit., pp. 290-291.

civilização europeia e anexa a esse imaginário os turcos e o Império Otomano, fundindo-os em um só corpo que seria a institucionalização do mal, uma “execrável praga e flagelo de cerastas”, em suas próprias palavras. Quando intitula o Império Otomano como “império dos turbantes”, o então religioso explora a imagem que se tem sobre o Oriente turco-muçulmano. Edward Said sumariza a questão nos seguintes termos:

[...] não é preciso procurar uma correspondência entre a linguagem usada para retratar o Oriente e o próprio Oriente, não tanto porque a linguagem seja imprecisa, mas porque nem está tentando ser precisa. O que está tentando fazer [...] é ao mesmo tempo caracterizar o Oriente como estranho e incorporá-lo esquematicamente num palco teatral cujo público, gerente e atores estão voltados *para* a Europa, e apenas para a Europa²⁵⁸.

Ao promover a valorização do oriental, Etienne Brasil tem como propósito valorizar a sua própria identidade armênia – “anatólico” – assim como dos gregos – “balcânico” – que vivem ameaçados pelo “polvo parasita” cujos tentáculos esgotam as energias do “Grande Oriente”. Por outro lado, essa estratégia argumentativa vai no caminho contrário da retórica armênia no Ocidente, que visava ao distanciamento desse povo das questões do Leste, tratando-o como um povo europeu entre os orientais, seja pela sua língua indo-europeia, seja pela adoção do cristianismo, dentre outros elementos. O mesmo Etienne Brasil lançaria mão de tal estratégia em outros escritos ao longo dos anos 1910-20. Nesse sentido, é sintomática uma passagem do texto na qual o autor menciona a França, em clara reverência ao país europeu: “Quanto tempo não conseguirmos a nossa independência definitiva, ficaremos debaixo da égide da gloriosa e querida França, protetora desvelada e segunda pátria de todos os orientais”. Apesar de se tratar mais de um desejo do que de uma realidade, o apoio francês à causa armênia foi recorrentemente evocado por lideranças armênias ao redor do mundo na expectativa de que a aspiração se concretizasse e a suposta vigilância francesa desencorajasse o governo otomano a praticar algum tipo de ação violenta contra os armênios. Essa estratégia foi amplamente explorada, sobretudo após a Grande Guerra e na Conferência de Paz de Paris em 1919, quando se discutia as fronteiras da Armênia e que país seria responsável por monitorar o cumprimento dos tratados internacionais.

O ano de 1913 não registra o envolvimento de Etienne Brasil em polêmicas na imprensa envolvendo assuntos sobre a região que hoje é conhecida como Oriente Médio. Com exceção da recepção organizada por ele em sua casa a Chucrí Curi, “diretor do jornal de combate em língua árabe, ‘Sphyngé’, que se edita em S. Paulo”, quando foi içada a bandeira da

²⁵⁸ SAID, E. op. cit., pp. 113. Grifos do autor.

República dos “Estados Unidos do Oriente”²⁵⁹, as demais atividades do religioso registrada nas páginas do jornal envolvem suas obrigações como sacerdote, professor ou membro do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense. Se a aparente calma do articulista nesse ano pudesse sugerir que a repercussão ao seu artigo endereçado ao cônsul otomano em São Paulo tivesse sido negativa de tal maneira que tivesse desencorajado-o a escrever sobre as temáticas orientais, a sua correspondência particular dissipa essa ideia.

Em 4 agosto de 1913, Etienne enviou uma carta ao poeta e político armênio radicado na França Archag Tchobanian em um envelope e papel timbrado do “Centro Oriental: união e liberdade!”, assinando como “Dr. Etienne Brasil, armênio”. Nessa primeira missiva, escrita em francês, o padre se dirigiu ao “compatriota” a fim de apresentar a entidade criada por ele no Rio de Janeiro “para a defesa dos interesses políticos e racionais de todos os povos do oriente (armênios, sírios, árabes, judeus, caldeus, curdos e gregos da Ásia)”, trabalho esse que, no limite, culminaria na independência da região, por meio de uma união de todos esses povos, a exemplo do que aconteceu nos Bálcãs, e na “expulsão dos turcos”²⁶⁰. Para intensificar seus trabalhos no Brasil, o padre solicitou ao poeta que escrevesse acerca das lideranças do movimento armênio em Paris de maneira que ele pudesse ter mais informações sobre os povos do Oriente a fim de publicar artigos na imprensa brasileira e em periódicos em língua árabe no Rio de Janeiro. Assim, Etienne listou sete perguntas a Tchobanian, numa espécie de entrevista, para que o poeta pudesse provê-lo com informações gerais sobre o povo armênio, tais como, o número de armênios no mundo, quem são os líderes do movimento de independência, quais são os principais órgãos de imprensa etc.

Alguns meses depois, o padre enviou uma nova carta a Tchobanian com muita deferência e empolgação, o que indica que a sua primeira missiva foi respondida e seus pedidos foram atendidos. Nessa correspondência de novembro de 1913, Etienne afirma que estava cuidando da publicação de uma série de artigos, da proferição de algumas conferências sobre a Armênia no Rio de Janeiro e também da tradução e publicação de poemas do próprio poeta em português²⁶¹, o que só viria a acontecer um ano mais tarde²⁶². Para Etienne, os povos oprimidos da Ásia Menor conseguiriam derrotar os turcos, pois “a união faz a força”. Assim, seria necessário amplificar os trabalhos do Centro Oriental, emitindo um chamado a todos os

²⁵⁹ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 14 de maio de 1913, p. 7 (HDB/BN).

²⁶⁰ Provavelmente era a *Carta de Etienne Brasil a Archag Tchobanian*, 4 de agosto de 1913, III-797, pp. 1-2 (MLA/RA).

²⁶¹ *Carta de Etienne Brasil a Archag Tchobanian*, 16 de novembro 1913, III-798, pp. 3-4 (MLA/RA).

²⁶² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 6 de dezembro de 1914, p. 2 (HDB/BN).

“patriotas” que desejam a independência para que se engajem nesse movimento. No mesmo documento, o padre destaca a importância de uma aliança com os búlgaros para o controle da Trácia e que assim que sua missão estivesse terminada no Brasil, ele transferiria as atividades do Centro Oriental para Paris, o que nunca ocorreu.

Em abril de 1914, Etienne Brasil voltou a publicar na imprensa um artigo sobre os povos do Oriente e a criticar os turcos. Intitulado “Psicologia do turco: preguiça e vandalismo”²⁶³, o intelectual mostra que suas concepções sobre o Império Otomano e o povo turco se tornaram mais agressivas. O autor inicia o texto afirmando que os orientais e os turcos haviam dado provas ao mundo, os primeiros de sua inteligência e os últimos de sua preguiça e instinto de destruição. Porém, Etienne se abstém de continuar a argumentação baseado em suas próprias impressões porque “[...] como a palavra de um armênio pode parecer suspeita, invocarei o testemunho indiscutível de escritores e viajantes dos mais fidedignos. Ainda mais: citarei somente nomes anteriores a 1896”, ano do massacre de armênios pelo Sultão Abdul-Hamid II. Assim, citando viajantes franceses, alemães, ingleses e italianos, o autor alega que os turcos nada constroem e apenas destroem, desconhecem todo tipo de arte e que as igrejas convertidas pelos turcos em mesquitas se encontravam em péssimo estado de conservação. Esse povo odiaria a agricultura, sendo essa atividade monopolizada por armênios e gregos. Por fim, como argumento capital, Etienne Brasil atesta que até mesmo os historiadores turcos reconhecem que seu povo é “guerreiro, destruidor e ladrão”, características que o “progresso” não teria conseguido nada além do que apenas abrandar. O autor realiza, assim, uma operação que pretende legitimar seu ponto de vista, promovendo o diálogo com autores europeus, ou seja, que não foram alvos diretos das perseguições do governo otomano, e por isso, insuspeitos ao seu ver. Mas, ao recorrer aos relatos de viajantes para solucionar a questão moral, ele encontra exatamente os elementos que desejava para validar suas premissas, refutando aqueles que por ventura não servissem ao seu argumento, reproduzindo a prática do orientalista que viaja rumo ao território que estuda e se recusa a apreender aquilo que não serve às suas “verdades”²⁶⁴. Isso mostra também que as concepções que Etienne Brasil tinha sobre o Oriente eram concebidas a partir de uma tradição que o conectava com uma corrente de pensamento cujos primórdios datam da invasão de Napoleão do Egito no final do século XVIII. Para Said: “[...] os textos existem em contextos, que há uma intertextualidade, que as pressões das

²⁶³ *A Rua*. Rio de Janeiro: 1 de abril de 1914 (HDB/BN).

²⁶⁴ SAID, E. op. cit., p. 89.

convenções, dos predecessores e dos estilos retóricos limitam aquilo que Walter Benjamin certa vez chamou de [...] princípio da ‘criatividade’”²⁶⁵.

O tom áspero contra os turcos, muçulmanos e o Império Otomano não diminuiu o prestígio que o padre e articulista tinha junto à imprensa carioca. Pelo contrário: em dezembro de 1914, o diário *A Rua* anunciou que “[...] o conhecido orientalista, reverendo Etienne Brasil [...]” foi procurado pelo jornal a fim de contar com seus artigos sobre o Oriente para incrementar as páginas destinadas à Guerra²⁶⁶. A solução encontrada pelo jornal foi, portanto, contratar alguém que pudesse traduzir o Oriente para o leitor – por meio do filtro da cultura letrada europeia – mesmo que isso fosse, de forma consciente ou não, “[...] uma encenação altamente artificial de algo que um não oriental transformou num símbolo de todo o Oriente”²⁶⁷. A peculiaridade era que, no caso de Etienne, ele mesmo era um oriental que, uma vez educado como um francês, verteu seu conhecimento sobre a sua própria terra em códigos inteligíveis para o Ocidente e estaria apto a compartilhá-lo com o público de um país distante. Em suma, era um autóctone “convertido”, cujo testemunho agregava credibilidade ao discurso do Outro.

O primeiro artigo dessa série que o orientalista escreveu para o *A Rua* é intitulado “Os drusos e os metualis”²⁶⁸. Nesse texto, Etienne Brasil divide o Líbano, “que é a flor da Síria” em três povos principais: os libaneses “propriamente ditos” cristãos, os drusos pagãos e os metualis²⁶⁹ muçulmanos. Detendo-se apenas nos dois últimos, o autor afirma que em algum momento da história ambos se uniram contra o avanço otomano, mas que, em 1860, os drusos, incitados pelo sultão otomano, massacraram a população maronita, criando uma rivalidade entre esses e os libaneses. Ao fornecer mais detalhes sobre os dois grupos, Etienne Brasil escreve: “Quanto á religião dos nossos drusos, peço um minuto de espera a fim de poder virar sete vezes a língua na minha boca [...] Quanto aos metualis, eles são muçulmanos, semisselvagens e não excedem de poucos milhares”. Embora carregado de estereótipos, o parágrafo final é mais revelador: “N.B. Felizmente para o imortal Oriente, esses turcos, drusos e outros ‘ejusdem farinoc’ serão varridos nesta guerra. Nunca poderiam, aliás, embaçar a gloria dos Armênios, dos Sírios e dos Árabes”. Esse e outros artigos foram reunidos e enviados por

²⁶⁵ Ibid., p. 41.

²⁶⁶ *A Rua*. Rio de Janeiro: 3 de dezembro de 1914 (HDB/BN).

²⁶⁷ SAID, E. op. cit., p. 51.

²⁶⁸ *A Rua*. Rio de Janeiro: 6 de janeiro de 1915 (HDB/BN).

²⁶⁹ Em um livro sobre a Síria, Etienne Brasil (1918, p. 23) define os metualis como “[...] muçulmanos xiitas, partidários de Ali. Carregam consigo um pouco de terra persa por toda parte. Evitam o contato com os cristãos e as outras seitas, além de não serem poluídos!”

Etienne a Archag Tchobanian na França, a fim de mostrar que “a imprensa do país, graças a campanha que eu comecei, começa a se inteirar sobre a sorte dos pobres armênios”²⁷⁰.

Poucos meses depois, as publicações de Etienne Brasil atingem um novo patamar. Em março, dessa vez n’*O Imparcial* – cuja tiragem chegava a 25 mil exemplares²⁷¹ – o intelectual – que a essa altura tinha largado a batina e se mudado de Niterói para o Rio de Janeiro – publicou uma “Descoberta arqueológica”²⁷². Segundo o autor, havia sido descoberto no Egito um antigo papiro que parecia ser uma página perdida da Bíblia cuja autenticidade fora comprovada por dois peritos alemães, ainda que uma comissão do Vaticano tenha se recusado a aceitar o texto apócrifo. Julgando-se incapaz de emitir um parecer, Etienne Brasil transcreveu na íntegra o texto em questão para que os leitores pudessem decidir por si sós sobre a genuinidade do documento. Assim, seguem-se inúmeras linhas em latim com diversas referências aos feitos malévolos dos turcos e muçulmanos, com referências aos sultões do Império Otomano, inclusive a Abdul-Hamid II, cujo sultanato data do século XIX e ficou marcado pelas perseguições aos cristãos. Se parecia improvável que um manuscrito original perdido da Bíblia estivesse escrito em latim, o fato de fazer referência ao Islã e ao Império Otomano – cujos surgimentos datam dos séculos VII e XIII respectivamente – eliminam as chances do texto pertencer a alguns dos Evangelhos. A publicação não tem nenhum lastro histórico, sendo oriunda da mente de Etienne Brasil em um ato de propaganda contra o Império Otomano com o qual ele travava uma batalha. Ao publicar o texto em latim, o intelectual buscava dar ares sacros àquelas linhas, ao mesmo tempo em que distanciava o conteúdo do texto do leitor não letrado nessa língua – ainda que ter conhecimento de latim não fosse incomum no início do século XX – que iria ficar restrito às palavras em português escritas pelo autor, bem como às poucas palavras latinas inteligíveis como *diaboli*, *infanticidam*, *trucidatorem* e *pestiferatissimum*, todas elas, evidentemente, como adjetivos dos sultões otomanos listados pelo autor.

Ainda que o articulista continuasse a escrever sobre as temáticas a que se dedicava quando ainda era padre e sobre a história de celebrações religiosas como a Páscoa²⁷³, os artigos destinados a mostrar a situação no Império Otomano ocupavam definitivamente o centro de suas atenções. Em 5 de abril de 1915, foi publicado o artigo “os armênios revoltaram-se”, com

²⁷⁰ Etienne Brasil a Archag Tchobanian, 28 de fevereiro de 1915, III-800, pp. 9-10 (MLA/RA).

²⁷¹ COMPAGNON, Olivier. *O Adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014, p. 70.

²⁷² *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 20 de março de 1915, p. 9 (HDB/BN).

²⁷³ *A Noite*. Rio de Janeiro: 3 de abril de 1915, p. 2 (HDB/BN).

os subtítulos: “que é Zeitun?” e “o Daschnak e o Droschak em ação”²⁷⁴. Nas linhas seguintes, Etienne Brasil noticia a resistência dos armênios da cidade de Zeytun, na Cilícia, organizada por dois partidos revolucionários armênios: o *Daschnak* e o *Droschak*, nos quais “todo bom armênio está inscrito [...] e contribui, pelo menos pecuniariamente, para a obra benemerita da independência nacional.” Além dos tradicionais exageros do autor – como, por exemplo, afirmar que a resistência poderia ser “fatal” para os turcos, ou que existam 10 milhões de armênios no mundo – esse artigo contém equívocos basilares de entendimento da política armênia. Com efeito, o *Dashnak* era o maior partido político dos armênios e teve papel crucial na resistência de algumas vilas e cidades às investidas genocidas. Contudo, nunca existiu um partido denominado *Droschak* – “bandeira”, em armênio – sendo esse o nome dado ao jornal *dashnak* que circulava por várias cidades da Europa e Oriente Médio a partir dos anos 1890. Provavelmente, Etienne Brasil confundiu o órgão *dashnak* com outro partido socialista armênio, o *Hnchakyan*, também organizador da resistência armênia. Após cantar as glórias da “Tróia armênia” – conforme o autor se refere à Zeytun – o intelectual afirma que os armênios serão essenciais para os aliados vencerem a guerra no Cáucaso e Ásia Menor. Em suas palavras: “Os soldados saíram dos seus redutos; as mulheres zeituniotas (essas belas e fortes criaturas) pegarão em armas. A alma nacional armênia acordou como de uma profunda letargia. Desta vez a turcalhada será mesmo varrida”. Há aqui uma subversão da relação de gênero que frequentemente povoava a narrativa dos massacres armênios que circulavam no Ocidente, na qual o homem era descrito como o soldado responsável pela defesa da pátria, do território e das mulheres, enquanto essas últimas eram retratadas através do prisma de uma “vitimização passiva”²⁷⁵. Etienne, ao contrário, dá certo protagonismo às mulheres de Zeytun, afirmando que elas combateriam o inimigo com sua força – sem, contudo, deixar de mencionar a beleza.

Ainda em abril de 1915, em artigo publicado apenas dois dias antes da data que simboliza o início da perseguição dos armênios otomanos, Etienne Brasil disserta sobre os saques à cidade portuária de Esmirna²⁷⁶, localidade otomana banhada pelo Mar Egeu, de grande influência e presença grega. Após apresentar a cidade ao leitor, destacando sua população de 200 mil habitantes dividida igualmente entre cristãos e turcos, o rico legado grego, a qualidade dos tapetes armênios e das frutas ali produzidas, bem como da descoberta do “túmulo da mãe de Jesus” nos arredores, o autor denuncia os sucessivos saques que vem ocorrendo, promovidos

²⁷⁴ Idem, 5 de abril de 1915, p. 4 (HDB/BN).

²⁷⁵ LAYCOCK, J. op. cit., p. 132.

²⁷⁶ O nome turco dessa cidade é Izmir. Etienne Brasil grafou originalmente como “Smyrna”. *A Noite*. Rio de Janeiro: 22 de abril de 1915, p. 2 (HDB/BN).

por “voluntários osmanlis” e por “uma tribo muçulmana [...] semisselvagens, de vestuário esquisito, desordeiros renitentes e muito temidos, que aproveitam todas as oportunidades para os seus atos de vandalismo” contra os quais as autoridades otomanas nada fazem.

Depois desse artigo, afora alguns textos isolados sobre História do Brasil e outros assuntos, há um longo período de silêncio do fecundo articulista. A partir do dia 20 de maio de 1915, é possível encontrar anúncios diários de Etienne Brasil no *A Rua* oferecendo seus serviços como professor de latim, lógica e matemática²⁷⁷. Em julho, há uma nota na *Gazeta de Notícias* que afirma que o intelectual havia conseguido isolar um elemento extraído da pitangueira que poderia substituir a anilina, em falta no mercado²⁷⁸. Nesse ínterim, a necessidade de intensificar suas atividades profissionais pode ter arrefecido o orientalista. A exceção é um artigo publicado no jornal *Pacotilha* de São Luís do Maranhão em 13 de julho de 1915, intitulado “Duas pátrias, não!”, no qual Etienne Brasil mostra descontentamento com a legislação brasileira que define a nacionalidade de crianças nascidas no país cujos pais são europeus²⁷⁹. Para ele, o conflito das leis brasileiras com as europeias criava indivíduos “[...] anfíbios e dupla pátria. [...] Durante a presente guerra europeia, todos eles são naturalmente brasileiros! Mas amanhã, quando o Brasil os chamar às armas, todos eles correrão a buscar certidões nos consulados estrangeiros”. A preocupação de Etienne residia especialmente nos “[...] perigosos e tão falados focos germânicos de Santa Catarina²⁸⁰”. Com o desenrolar da guerra e a deterioração da situação dos armênios no Império Otomano, os alemães seriam unidos aos turcos no discurso do intelectual como causadores de todos os males. Nas palavras de Antônio dos Reis Carvalho, intelectual contemporâneo a Etienne Brasil, “Os alemães, que são a alma desta tríplice, nefasta e híbrida aliança teuto-austro-turca, cometem hoje os crimes pavorosos dos conquistadores mais cruéis de todos os tempos”²⁸¹. No discurso de Etienne e de outros armenófilos, a Armênia era a Bélgica da Ásia e os alemães eram os turcos da Europa²⁸².

O hiato de Etienne Brasil não significa que os leitores de jornais estivessem desprovidos de informações sobre o que acontecia com os armênios no Oriente. A imprensa nacional publicava as notícias que chegavam do Império Otomano por meio das agências de

²⁷⁷ *A Rua*. Rio de Janeiro: 20 de maio de 1915, p. 2 (HDB/BN).

²⁷⁸ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 14 de julho de 1915, p. 4 (HDB/BN).

²⁷⁹ A legislação brasileira vigente na época definia os filhos de alemães nascidos no Brasil como brasileiros, por conta do princípio do *jus soli*, enquanto a legislação alemã definia os mesmos como alemães pelo princípio do *jus sanguinis*. COMPAGNON, O. op. cit., p. 109.

²⁸⁰ *Pacotilha*. São Luís do Maranhão: 13 de julho de 1915 (HDB/BN).

²⁸¹ Apud COMPAGNON, O. op. cit., p. 77.

²⁸² LAYCOCK J. op. cit., p. 119.

notícias internacionais, “[...] veículos essenciais da propaganda da Entente já nos primeiros meses de guerra”²⁸³. Sob o título “Atrocidades dos turcos na Armênia”, o carioca *A Epoca* relata, com informações de um correspondente do jornal britânico *The Times* no Cairo, os acontecimentos que àquela altura eram conhecidos em toda a Europa e América. De acordo com o jornalista, é sabido que os crimes cometidos contra os armênios foram planejados em Constantinopla e executados após a derrota de Enver para os russos na frente do Cáucaso. Segundo o Comitê União e Progresso, os armênios teriam se aliado às tropas russas e foram os principais responsáveis pela derrota militar otomana. Assim, Talât teria ordenado represálias à população armênia da Ásia Menor cujos atos de resistência às ordens de evacuação resultaram na justificativa necessária para empreender a política de deportação. Em seguida, o jornalista escreve que nem as lideranças armênias no Império que ocuparam cargos políticos importantes no parlamento e nos ministérios foram poupadas da política de extermínio, que funcionava graças à burocracia otomana nas províncias orientais, que executavam as ordens provenientes da capital. Há relatos detalhados das deportações e das estratégias utilizadas para matar os armênios deportados – adjetivados por palavras como “cruel”, “bárbaro” e “indigno” – assim como a denúncia do envolvimento de oficiais alemães nas ações. Por fim, o jornalista menciona a fuga dos armênios de Musa Dagh – cuja resistência se tornou célebre por meio da novela do escritor tcheco Franz Werfel²⁸⁴ – e cita Talât, que teria afirmado que após a execução de tais políticas, não haveria “questão armênia” pelos próximos cinquenta anos²⁸⁵.

Com o aparente interesse crescente dos leitores brasileiros sobre a situação dos armênios, Etienne Brasil voltou a tratar do tema publicamente em dezembro do mesmo ano, não pelas vias jornalísticas, mas por meio de uma conferência promovida pela Associação Cristã de Moços – conhecida mundialmente pela sigla YMCA. No dia 16 daquele mês, o intelectual proferiu a conferência “o povo armênio” em sessão presidida pelo embaixador dos EUA no Rio de Janeiro, “cujo governo”, de acordo com a nota, “tem manifestado muito interesse pela sorte do heroico povo, que combateu os turcos nos três Caucásios (russo, turco e persa)”²⁸⁶. Essa foi a primeira investida conhecida de Etienne Brasil junto a um diplomata em favor da “causa armênia”, uma prática que se tornaria rotineira a partir de então. A palestra foi adicionada por Etienne Brasil ao seu currículo na seção “serviços prestados à Armênia” que

²⁸³ COMPAGNON, O. op. cit, p. 71.

²⁸⁴ WERFEL, Franz. *Os Quarenta Dias de Musa Dagh*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

²⁸⁵ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 2 de outubro de 1915, p. 2 (HDB/BN).

²⁸⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro: 16 de dezembro de 1915, p. 5 (HDB/BN).

seria enviado em 1919 a Avetis Aharonian para persuadir o político acerca das suas credenciais intelectuais para ser o representante da República Armênia na América do Sul²⁸⁷.

A conferência marcou a retomada de Etienne Brasil dos artigos sobre o Oriente. Em fevereiro de 1916, o jornal *A Rua* publicou texto intitulado “A Armênia está quase libertada do jugo turco”²⁸⁸. Entusiasmado por retumbantes derrotas otomanas no *front* do Cáucaso, Etienne Brasil afirma que os armênios foram cruciais para as batalhas na região serem decididas a favor dos russos, por isso “os turcos, furiosos por esse fracasso, principiaram a perseguir atrozmente os armênios residentes na Turquia”. Em reação, as lideranças armênias, por meio dos partidos revolucionários – nesse texto, o autor cita, acertadamente, o partido *Hnchakyan* – convocaram a população a resistir, e afirma que armênios do mundo todo estão regressando para engrossar as fileiras de combatentes: 10 mil “súditos norte-americanos”, além de estudantes armênios da França, Inglaterra e 500 “patriotas” de Buenos Aires teriam se dirigido para interior do Império Otomano²⁸⁹. Diante de tal esforço, os “russo-armênios” conseguiram conquistar a cidade de Erzurum e avançavam sobre Trebizonda e Bitlis. Ainda que latente, a independência da Armênia não teria sido ainda consolidada por conta da oposição russa, que espalharia notícias falsas sobre massacres de armênios. Nas palavras do articulista: “Não, não houve extermínio! Russos e turcos sabem de sobra que o povo armênio não se extermina tão facilmente”. Ainda que o mesmo admita mortes eventuais, ele afirma que “[...] os que caíram, defenderam-se como leões. As mesmas mulheres e crianças venderam caro a sua pele. [...] numa palavra, a Armênia está de pé e está gloriosamente lutando”.

Nessa altura, Etienne Brasil alimentava a esperança de que o Império Otomano estivesse perdendo a Guerra e que os armênios organizados pelos partidos revolucionários resistiam e infligiam fragorosas derrotas às tropas comandadas por Ismail Enver. Ignorava ou desconhecia o fato de que eram raras as cidades armênias que resistiram às investidas otomanas e lograram sair ilesas. Por fim, negar as notícias amplamente divulgadas pela imprensa e conhecidas pormenorizadamente pelos corpos diplomáticos em Constantinopla, isto é, de que os armênios eram alvo de atos de extermínio, era consequência de uma leitura da situação que encarava o genocídio em curso como uma derrota política para os armênios, cujo sofrimento diante do plano otomano de deportação deveria ser sobreposto pelo orgulho das vitórias russas

²⁸⁷ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919 (ARFA).

²⁸⁸ *A Rua*. Rio de Janeiro: 26 de fevereiro de 1916, p. 1 (HDB/BN).

²⁸⁹ Embora o número de voluntários armênios da Argentina engajados nas fileiras da Legião do Oriente tenha sido estimado por Narciso Binayán entre 115 e 170 homens. BINAYAN, N. op. cit., p. 91.

na frente do Cáucaso, com auxílio capital dos armênios. Ao fazê-lo, Etienne Brasil corroborava o principal argumento do governo otomano para emitir as ordens de deportação, que perdura até os dias de hoje no discurso oficial de negação do genocídio por parte da República da Turquia: “o restabelecimento da ordem na nova zona de guerra por medidas militares, tornadas necessárias devido à convivência do inimigo, à traição e à afluência armada da população”²⁹⁰. Apesar de Etienne negar, em 1916, que os armênios estivessem sendo mortos, estima-se que em julho de 1915, 200 mil homens armênios haviam sido eliminados na tentativa do governo de desarticular qualquer tipo de reação armênia às deportações. Em 1917, calcula-se que entre 50 e 75% da população armênia otomana já tivesse sido exterminada²⁹¹. As grandes proporções do massacre ganharam ampla repercussão. Somente em 1915, o jornal *The New York Times* publicou 145 artigos sobre o assunto, numa média de um a cada dois dias e meio²⁹².

De fato, o genocídio colocava a existência de uma república armênia independente englobando territórios otomanos em uma encruzilhada: os massacres dizimaram populações inteiras de vilas e cidades em regiões que os armênios constituíam maioria populacional, tornando pouco coerente a aspiração das elites armênicas sobre territórios então despovoados de compatriotas; por outro lado, ganhava força o discurso do direito armênio àqueles territórios, bem como da necessidade deles para a “sobrevivência nacional” e para assentar milhares de refugiados que estavam em condições degradantes no Levante e Transcaucásia²⁹³.

Ciente desse paradoxo, no mesmo *A Rua*, Etienne Brasil continuava seus esforços para comprovar que os armênios eram expressivos numericamente o suficiente para constituírem uma república independente. No dia 6 de março foi publicado o artigo “O povo armênio – quantos indivíduos pertencem à raça haigana?”²⁹⁴ no qual o autor apresenta uma tabela com estatísticas de quantas pessoas – e de que povos – habitavam as províncias orientais do Império Otomano na ocasião do Congresso de Berlim em 1878. Segundo esses dados, havia cerca de 1,1 milhão de armênios nessas províncias, o que faria desse povo o mais numeroso na região, à frente inclusive dos turcos e curdos. Nos dados contemporâneos apresentados por Etienne, aparece a cifra de 1,5 milhão de armênios por toda a “Turquia”, que somados aos 2,5

²⁹⁰ Apud BRUNETEAU, Bernard. *O Século dos Genocídios: violências, massacres e processos genocidários da Arménia ao Ruanda*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004, p. 68.

²⁹¹ JONES, Adam. *Genocide: a comprehensive introduction*. Londres e Nova York: Routledge, 2011, 2ª ed., pp. 155-161.

²⁹² BALAKIAN, Peter. *The Burning Tigris: the Armenian Genocide and America's response*. Nova York: Harper Perennial, 2003, p. 282.

²⁹³ LAYCOCK, J. op. cit., p. 182.

²⁹⁴ *A Rua*. Rio de Janeiro: 6 de março de 1916, p. 1 (HDB/BN).

milhões da Rússia, 700 mil da Pérsia e 1,5 milhão da “dispersão”, totalizavam 6,2 milhões de armênios no mundo²⁹⁵. Ou seja, segundo as estimativas apresentadas, de 1878 para 1916, período que presenciou dois processos genocidas, a população armênia teria crescido ao invés de encolher. O próprio Etienne Brasil reconhece, no mesmo artigo, que, durante o sultanato de Abdul-Hamid II na última década do século XIX, cerca de 800 mil armênios teriam morrido²⁹⁶. Apesar dos constantes exageros, o autor apresenta o número de 300 imigrantes armênios no Brasil, o que parece, em cotejamento com a literatura sobre o assunto²⁹⁷, um número aceitável para o ano de 1916. Nessa época, não interessava ao autor superestimar o número de armênios residentes no Brasil, como a comunidade armênia faria por muitas vezes ao longo do século XX ao pressionar os políticos brasileiros a assumirem uma postura de defesa da causa armênia nas diferentes esferas de poder.

Não obstante as informações desconexas, esse artigo contém um dado significativo para os estudos diaspóricos. Ainda que na maior parte das vezes Etienne Brasil se refira aos armênios que vivem espalhados pelo mundo como membros de uma “dispersão”, no texto supracitado ele se refere a eles em duas oportunidades como *diáspora*, conceito que só viria a ser largamente utilizado no final dos anos 1960, justamente em substituição à ideia de “dispersão”. Em livro publicado em 1918, Etienne Brasil também se refere às colônias sírias pelo mundo como diáspora²⁹⁸, usando essa palavra como sinônimo intercambiável de “dispersão”.

Em artigo do dia 9 de março, Etienne Brasil volta a dissertar sobre a resistência de Zeytun, “[...] a santa montanha, a Troia armênia, terra clássica da resistência haigana [...]”, que, mesmo derrotada, segundo o autor, proveu as vilas e cidades próximas de soldados que espalharam a resistência pela região e retornaram após dois meses “[...] a vingar o massacre de seus patrícios de Zeitun, matando os turcos, já instalados nas suas casas”²⁹⁹. Esse artigo é um exemplo do humanitarismo seletivo de Etienne Brasil, que era compartilhado por muitos intelectuais de sua geração: a resistência de um povo oprimido que promove a morte do outro

²⁹⁵ Ainda que o somatório apresentado por Etienne Brasil desses mesmos números tenha sido 5,7 milhões.

²⁹⁶ Apesar dos números mais aceitos girarem entre 80 e 200 mil. JONES, A. op. cit., p. 153.

²⁹⁷ KECHICHIAN, Hagop. *Os Sobreviventes do Genocídio: imigração e integração armênia no Brasil*, um estudo introdutório. São Paulo: Tese de doutorado em História Social, FFLCH/USP, 2000, pp. 313-32.

²⁹⁸ “Infelizmente, os limites estreitos deste opúsculo não me permitem a descrição pormenorizada das colônias sírias da diáspora, verdadeiras colmeias de operosidade”. BRASIL, Etienne. *Os Syrios*. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1918, p. 61.

²⁹⁹ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 9 de março de 1916, p. 4 (HDB/BN).

não é condenada, mas celebrada. Fenômeno semelhante aconteceria nos anos 1920, quando grupos organizados pela Liga das Nações foram ao Oriente Médio resgatar mulheres e crianças armênias que viviam aprisionadas em famílias turcas, mas nada fizeram em relação às curdas que estavam na mesma situação. Afinal de contas, nas palavras de uma missionária dinamarquesa e comissária da Liga em Alepo: “O padrão de civilização dos armênios... está em um nível acima daqueles com os quais seus jovens são forçados a viver”³⁰⁰.

A grande notícia do dia 13 de março de 1916 foi a entrada de Portugal na Grande Guerra ao lado dos aliados. O acontecimento causou furor no Rio de Janeiro, cidade de grande concentração de imigrantes portugueses, e muitas manifestações de apoio foram enviadas ao diplomata lusitano residente na capital. Dentre elas, chama a atenção a seguinte: “Centro Armênio, reunido em sessão manifesta a sua simpatia e solidariedade ao glorioso Portugal, desejando o triunfo da civilização contra a barbaria turco-alemã – Presidente, Etienne Brasil; secretário, Arbach”³⁰¹. Etienne Brasil, que até então não havia reivindicado publicamente ser representante de algum tipo de entidade ou organização exclusivamente armênia, surgia como presidente de um Centro cuja dinâmica de funcionamento incluía, alegadamente, sessões para deliberar sobre assuntos como a moção de apoio a Portugal, contando, inclusive, com um secretário. Esse telegrama destinado ao diplomata português marca a inauguração de uma nova etapa da estratégia do intelectual na tentativa de angariar apoio à causa armênia: a fundação de uma entidade que representasse interesses em nome do povo armênio. De acordo com o pesquisador Vartan Matiossian, o Centro foi criado com a ajuda de Mihran Latif e outros imigrantes com a finalidade de organizar os armênios no Rio de Janeiro, arrecadar fundos e apoio político para auxiliar os compatriotas perseguidos no Império Otomano³⁰². Após algum tempo, o Centro tornou-se inoperante, sendo reativado por Etienne em 1919³⁰³ provavelmente para provê-lo de algum abrigo institucional comunitário, a fim de que ele pudesse dirigir-se a Avetis Aharonian e outras autoridades, apresentando assim certo respaldo da coletividade a qual pertenceria.

³⁰⁰ “*The standard of civilization of the Armenians . . . is on a higher level than that of those beings with whom the young people are forced to associate.*” Karen Jeppe apud: WATENPAUGH, Keith David. “Between communal survival and national aspirations: Armenian Genocide refugees, the League of Nations, and the Practices of interwar humanitarianism”. In: *Humanity: an international journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*. Vol. 5, n., 2, 2014, pp. 166-167.

³⁰¹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 13 de março de 1916, p. 1 (HDB/BN).

³⁰² MATIOSSIAN, Vartan. *Haravayin Koghmn Ashkharhi*: Hayere Latin Amerikayi mej skizben minchev 1950. Antelias, Líbano: Patriarcado Armênio da Cilícia, 2005. [“O confirm austral da Terra: os armênios na América Latina desde as origens até 1950”, em tradução livre do armênio].

³⁰³ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1919 (ARFA).

Um dos artigos mais agressivos escritos por Etienne Brasil sobre os turcos é o intitulado “Que farão os Estados Unidos? Os turcos queimaram vivos dois americanos”, publicado em *A Epoca* de 19 de março de 1916³⁰⁴. O texto narra que dois missionários norte-americanos, que acompanhavam as deportações dos armênios, foram queimados, e conta com detalhes das localidades onde os assassinatos teriam ocorrido, bem como das circunstâncias e dos nomes das vítimas. Novamente, o que chama a atenção para além da notícia é o discurso do autor ao relatar o acontecido: “os osmanlis, que sempre foram canibalescamente ferozes e cruéis, parecem ter levado ao paroxismo os seus instintos de suínos e de chacais, na presente guerra, mercê da influência dos exemplos bárbaros da Germânia”. Em seguida, ele afirma que os turcos matam – além dos armênios – indistintamente todos os não muçulmanos, pois “o turco boçal, com efeito, não sabe distinguir entre as várias nações. Para ele, fora de sua odiada e abjeta nação, somente existem ‘guiáws”, isto é, “infiéis”. Na conclusão, o autor faz votos pela eliminação dos turcos: “os osmanlis, que já estavam no último degrau da civilização, acabam de passar ao nível das feras e dos brutos mais imundos. Resta, agora, serem tratados como merecem”.

Foi somente em abril de 1916 que houve uma reação aos artigos de Etienne Brasil na imprensa fluminense. A *Gazeta de Notícias*, órgão que também publicava textos e notas do autor em suas páginas, com tiragem de 25 mil exemplares³⁰⁵, fez uma entrevista com José N. Daher, diretor do jornal *Al Barid*, a fim de fornecer um contraponto a uma carta que Etienne Brasil havia publicado dias antes no mesmo periódico, classificando as diferentes raças otomanas³⁰⁶. Daher – que, segundo o jornal, era “sírio legítimo, pois nasceu no Líbano, e adota a religião cristã” – condenou categoricamente as afirmações do articulista armênio. Para o sírio, “o Dr. Etienne Brasil, que conhece tanto as cousas da Síria como eu as da Islândia, faz afirmações só pela vontade de fazê-las”. O intuito principal era desmontar a tipificação do armênio que define como sírios os cristãos orientais e turcos os muçulmanos. Para ele, o fato da maioria dos sírios residentes no Brasil serem cristãos não quer dizer que o cristianismo seja a religião predominante na Síria, pois, com exceção do Líbano, a maior parte do povo sírio é muçulmano. Assim sendo, quando Etienne Brasil ataca a “colônia turca” brasileira, ele está atacando os sírios, pois são esses que constituem a maior parcela dessa comunidade. Daher dá a entender que Etienne credita aos turcos os problemas da colônia síria do Rio de Janeiro, o que

³⁰⁴ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 19 de março de 1916, p. 9 (HDB/BN).

³⁰⁵ COMPAGNON, O. op. cit., p. 70.

³⁰⁶ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 3 de abril de 1916, p. 2 (HDB/BN).

é refutado pelo sírio. Em sua opinião, Etienne Brasil, “para dar extração ‘aos seus conhecimentos das cousas do Oriente’”, distorceu a verdade para validar seus argumentos.

A mesma *Gazeta de Noticias* abriu espaço, seis dias depois da entrevista do sírio, para a publicação de um ofício do armênio endereçado à “Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria” sob o título “Boicotem os turcos! Mas não persigam os sírios”³⁰⁷. Esse texto instala definitivamente o debate entre Etienne e Daher. O articulista argumenta que o boicote português à Alemanha deveria ser estendido aos aliados desse país, principalmente ao Império Otomano, “que são os homens mais selvagens do globo terrestre”. Em seguida, Etienne alerta para o perigo dos alemães residentes no Brasil promoverem um “boicote ao boicote” português, e por isso o apoio da colônia árabe seria indispensável. Para tanto, seria necessário distinguir a heterogênea colônia em seus três grupos: “os sírios verdadeiros, oriundos de raça nobre; [...] os sírios degenerados ou traidores que por ignorância, ou banditismo esqueceram o seu título de orientais, só “turcaram” e se fizeram propagandistas da peste osmanli; os turcos verdadeiros, todos eles mulçumanos e pestiferados”. São os “sírios verdadeiros”, de acordo com Etienne, protegidos e admiradores da França e Rússia, que devem ser poupados do boicote. Entretanto, a fim de saber quem são os verdadeiros, os portugueses deveriam consultar um “libanês de confiança”, não o cônsul da Turquia, tampouco o diretor do “‘Al-Balid’ [sic], (papelucho de três leitores e meio!) [que] se venderam aos turcos por duzentos e vinte e dois réis e fazem propaganda pró-Germânia”. As linhas finais do artigo mantêm o tom tradicional: “Basta de hipocrisias e de ambiguidades. Ou turcos ou sírios; precisamos saber quem é sírio, quem é turco, a fim de dar a cada um o tratamento que merece”.

A reação de José Daher não tardaria e viria dois dias depois pelas páginas do mesmo jornal³⁰⁸. O sírio acusa Etienne de “crime de lesa história” e afirma que dará ao rival “[...] lições de história síria e religiosa em que pretende passar por entendido como orientalista [...]”. O primeiro ponto que Daher se ateve foi, novamente, na questão étnico/religiosa que Etienne Brasil explora recorrentemente. Para ele, Etienne não sabe “distinguir nacionalidades e ensinar história religiosa e geografia política” e questiona em que obra o armênio teria extraído a informação que o sírio “verdadeiro” seria cristão. Na sequência, questiona as datas e os acontecimentos narrados pelo armênio, sobretudo acerca dos conflitos entre drusos e libaneses. O tom irônico do sírio aumenta ao comentar que Etienne Brasil se julga conhecedor da história

³⁰⁷ Idem, 8 de abril de 1916, p. 1 (HDB/BN).

³⁰⁸ Idem, 10 de abril de 1916, p. 4 (HDB/BN).

dos sírios “tanto na Síria como no Brasil e na Argentina (perdão, ele, segundo disseram-me, chamou-se lá Etienne Argentina)”. Sempre se referindo ao armênio como “ilustre conhecedor das cousas do Oriente”, Daher põe em dúvida as cifras de libaneses que imigraram para a França, delatando o suposto exagero de Etienne e termina criticando a atitude do intelectual que teve “audácia ao ponto de intrigar os sírios com a colônia portuguesa no Brasil”. Contudo, para o sírio, a tentativa do armênio não funcionou, pois “Portugueses e sírios se conhecem e todos têm nítida concepção do que é Pátria” e conclui afirmando que: “[...] O Sr. cônsul do Império Otomano e o diretor do jornal sírio ‘Al-Barid’, que a sua boa educação quis denominar de papelucho, estão inteirados dos seus deveres de otomanos e de patriotas.”

Após a contenda, alguns meses se passariam até que Etienne Brasil publicasse outro artigo sobre assuntos orientais. Mas, se as suas atividades como articulistas estavam adormecidas, seu empenho em articular politicamente apoio à causa armênia era cada vez maior. Em 30 de junho de 1916, surgiu em um jornal carioca a transcrição de uma mensagem do secretário particular do embaixador dos EUA no Rio de Janeiro afirmando que, conforme havia sido acordado durante reunião, o diplomata concordava em participar de uma campanha para arrecadar fundos para os armênios em necessidade e se empenhar para que a quantia fosse enviada para Nova York e de lá para Etchmiadzin – Santa Sé da Igreja Apostólica Armênia, no Cáucaso – ou para a embaixada norte-americana em Constantinopla³⁰⁹ que, àquela altura, era comandada por Henry Morgenthau – cujas inúmeras tentativas de intervenção junto ao governo otomano para parar as políticas de extermínio ficaram conhecidas quando da publicação da primeira edição de seu livro de memórias³¹⁰.

No segundo semestre do mesmo ano, Etienne Brasil voltou a publicar artigos sobre as questões orientais, embora o que veio a público no dia 12 de agosto tenha um tom mais moderado. Em texto publicado no *A Rua*, o orientalista refutou as notícias oriundas de Boston, que afirmavam que haviam sido registrados casos de antropofagia na Ásia Menor. Segundo Etienne, isso seria impossível, pois a Armênia estaria libertada – em uma tentativa de afirmar que onde os armênios estavam tal prática jamais seria praticada – e os turcos “chacais fanatizados por uma religião que prega o ódio e o extermínio dos cristãos, nunca desceriam ao canibalismo: o Alcorão que promete o céu aos massacradores dos cristãos, proíbe a carne

³⁰⁹ *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 30 de junho de 1916, p. 7 (HDB/BN).

³¹⁰ MORGENTHAU, Henry. *A História do Embaixador Morgenthau: o depoimento pessoal sobre um dos maiores genocídios do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

humana... a carne dos porcos também”³¹¹. A seu ver, portanto, os turcos seriam incapazes de se alimentarem de seres humanos, não porque tinham dimensão do Outro, mas porque o fanatismo religioso era de tal modo exacerbado que a proibição corânica e o temor da justiça divina compeliavam seus instintos de “chacais”. O lampejo de alteridade do orientalista encontra, então, suas limitações. Etienne Brasil retoma o discurso mais radical em artigo de dezembro de 1916, intitulado “Oceano de Crimes”, no qual lista os diversos massacres que os turcos, que “têm a fama de ser os piores bárbaros da terra” haviam cometido até então³¹². Em meio a esses relatos, o autor garante que “dizer, portanto, que nesses últimos cinquenta anos foram massacrados dois milhões de armênios não é exagerar” e que a soma total dos mortos pelos turcos durante o último século chegaria a dez milhões. A solução para interromper a escalada da violência no Império Otomano seria uma só. Nas palavras de Etienne:

Quando é que enfim o mundo civilizado se levantará para pôr um fim a um império tão bárbaro que desonra a humanidade? O imortal Gladstone já tinha indicado a única solução para esse caso: ‘os turcos façam desaparecer com os seus abusos, da única maneira possível, isto é, desaparecendo eles próprios.

Também no segundo semestre de 1916, Etienne começou a articular politicamente para que a causa armênia chegasse diretamente a alguns tomadores de decisão da política brasileira, para além das páginas dos jornais. Em carta a Archag Tchobanian em setembro de 1916, Etienne chama sua atenção para a presença de Rui Barbosa em Paris, “o homem que mais tem influência no Brasil [a quem] o povo tem uma verdadeira adoração”. Na opinião do intelectual, se Tchobanian conseguisse uma audiência com Rui Barbosa, o jurista brasileiro mostraria interesse pelos armênios e tornaria o Brasil simpático à causa desse povo, proferindo discursos nesse sentido, o que seria uma grande vitória para a pequena coletividade do Rio de Janeiro, onde “nós não somos mais que sete armênios”³¹³. Ademais, angariar a simpatia de Rui Barbosa e, conseqüentemente, da sociedade brasileira, iria resultar no mesmo efeito nas demais repúblicas da América Latina. Etienne encerra a missiva ao poeta clamando para que o compatriota “não deixe passar essa bela ocasião de servir fortemente à nossa pátria”.

O ano de 1917 foi mais dedicado às atividades como professor e escritor de livros didáticos do que ao ativismo político. Mesmo assim, a contribuição para os jornais acerca dos assuntos orientais, embora tenha sido reduzida, não cessou. Em fevereiro desse ano, Etienne

³¹¹ *A Rua*. Rio de Janeiro: 12 de agosto de 1916, p. 2 (HDB/BN).

³¹² *A Lanterna*. Rio de Janeiro: 3 de dezembro de 1916, p. 1 (HDB/BN).

³¹³ Etienne Brasil somente contabilizava como armênio aqueles compatriotas que trabalhavam consigo em prol da causa. *Carta de Etienne Brasil a Archag Tchobanian*, 15 de setembro de 1916, III-800, pp. 11-12 (MLA/RA).

Brasil publicou texto sobre a restauração do califado árabe pelas mãos do xarife de Meca, Hussein idn Ali el-Aun, que reivindicava a sucessão de Maomé, fazendo dele a autoridade máxima do Islã. O califado era unificado ao sultanato otomano, sendo o monarca de Constantinopla tanto uma autoridade política quanto religiosa. Assim, para o orientalista “a recente restauração do califado árabe foi, para o mundo muçulmano, o acontecimento mais notável da presente guerra. Ela, sem dúvida alguma, precipitará a queda do trono já bem carcomido do sultão dos turcos”³¹⁴. Contudo, Etienne se equivocou nos fatos que expôs: o que Hussein proclamou em 1916 foi o Reino de Hejaz – na porção oriental da península arábica, onde está a cidade de Meca – e se revoltou contra a Porta, lutando ao lado dos britânicos na Palestina e Síria³¹⁵. O califado só seria reivindicado de fato por Hussein em 1924, quando a Assembleia Nacional da Turquia aboliu oficialmente a instituição³¹⁶, ainda que a Grã-Bretanha tenha incentivado líderes do Islã na península arábica a reivindicá-lo durante a Grande Guerra, a fim de enfraquecer a autoridade que o inimigo otomano poderia ter sobre 100 milhões muçulmanos súditos da coroa britânica³¹⁷.

Em abril, Etienne foi aos jornais denunciar “indivíduos maltrapilhos, metidos em batinas sebatas e carregando no queixo repelentíssimas barbas” que esmolavam pelas ruas de algumas cidades do país alegando serem padres armênios em necessidade³¹⁸. Temendo o dano que os alegados religiosos poderiam causar à imagem dos armênios no Brasil, o articulista afirma que nunca havia sido enviado nenhum clérigo armênio para o país, e que ele mesmo havia interrogado um desses homens na delegacia, que teria confirmado não saber o idioma armênio e que seria, na verdade, caldeu. Apesar da aparente frivolidade do caso, a aparição de supostos padres armênios mendicantes se deu em vários momentos dos anos 1910-20 e em diversos países, tirando vantagem da imagem de povo necessitado dos armênios ao redor do mundo. Nos EUA, segundo Peter Balakian, essa imagem era tão arraigada que crianças gastavam o tempo livre para vender limonadas e tortas a fim de arrecadar dinheiro para enviar aos armênios. Lembrar que em algum lugar do mundo havia uma criança armênia faminta era a estratégia utilizada por algumas mães para convencer seus filhos a comerem toda a porção ofertada sem desperdício³¹⁹. Em janeiro de 1920, Etienne disse a Aharonian que havia solicitado

³¹⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 25 de fevereiro de 1917, p. 5 (HDB/BN).

³¹⁵ HOURANI, Albert. *Uma História do Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 2ª ed., pp. 319-320.

³¹⁶ PALMER, A. op. cit., p. 265.

³¹⁷ McMEEKIN, S. op. cit., p. 85.

³¹⁸ *A Rua*. Rio de Janeiro: 7 de abril de 1917, p. 2 (HDB/BN).

³¹⁹ BALAKIAN, P. op. cit., pp. 291-292.

que a polícia prendesse um “árabe suspeito” que era acompanhado de duas jovens que se diziam turcas, mas ele suspeitava que poderiam ser “armênicas que foram vendidas durante a guerra”³²⁰.

Em artigo publicado em 12 de junho, Etienne Brasil retomou as suas narrativas epopeicas sobre a resistência armênia aos ataques do governo otomano, dessa vez na cidade de Urfa, não muito distante de Zeytun³²¹. O autor acusa, novamente, “o czarismo podre e desleal, que pretendia anexar todas as Armênicas” de espalhar falsas notícias sobre o massacre de armênios no Cáucaso. Apesar de refutar tal informação, pela primeira vez Etienne assume que muitos armênios haviam morrido nas perseguições patrocinadas pelos turcos, mas não sem antes resistirem. Citando uma missionária norte-americana que estaria na cidade, o autor disserta sobre como a população de Urfa organizou uma resistência às investidas turcas que mobilizou homens, mulheres, crianças e idosos, por cerca de um mês, até a chegada de reforços da artilharia comandados por oficiais alemães. Assim, as tropas turcas conseguiram avançar sobre a cidade em ruínas, praticamente desguarnecida de homens, e se lançaram sobre as mulheres e crianças que restavam. Sobre uma jovem, o autor relata:

Uma delas aluna da escola de Harpet retirando o punhal que tinha ocultado debaixo de sua veste virginal, mergulhou-o no corpo lubrico do cervejento coronel alemão, que a tentava desonrar. Por isso, a santa menina foi imediatamente trucidada. É assim que morrem os filhos de Haig.

Ou seja, se a negação do extermínio dos armênios não era mais sustentável em meio às inúmeras notícias procedentes das agências internacionais, a saída encontrada pelo intelectual foi narrar a “homérica resistência de Orfa [sic]” de forma que os armênios fossem descritos como mártires cristãos, conforme o uso do adjetivo “santa” para descrever a menina sugere, ao mesmo tempo em que os dotava de honra e glória por terem tombado em uma batalha na qual provaram o valor que tinham como guerreiros, merecendo assim a “bela” e “gloriosa morte”³²², aos moldes de Homero na *Ilíada*. Não por acaso Etienne se referia à cidade de Zeytun como a “Troia armênia”. A sorte das mulheres armênicas tal como a menina mencionada por Etienne tem significado particular nas narrativas do genocídio publicadas no Ocidente. Nas palavras de Jo Laycock:

As mulheres armênicas foram representadas como cristãs devotas e inocentes sob constante ameaça de sequestro, “ultraje” e escravidão nos haréns turcos.

³²⁰ Etienne Brasil a Avetis Aharonian. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1920 (ARFA).

³²¹ A *Epoca*. Rio de Janeiro: 12 de junho de 1917, p. 4 (HDB/BN).

³²² *Kalos thanatos* – bela morte – e *euklees thanatos* – gloriosa morte – são os conceitos gregos para esse tipo de construção realizada por Homero. VERNANT, Jean-Pierre. “A ‘Beautiful Death’ and the disfigured corpse in Homeric Epic”. In: _____. *Mortals and Immortals: Collected Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1991, pp. 50-51).

Transbordavam relatos de mulheres que haviam cometido suicídio de forma a “proteger a honra”. Essas mulheres foram louvadas por seus atos e retratadas como mártires por sua fé³²³.

O artigo sobre Urfa foi um dos últimos escritos pelo autor em 1917. Por outro lado, as suas incursões político-diplomáticas aumentaram no mesmo período. No dia 1º de novembro, uma semana após o Brasil ter declarado guerra contra a Alemanha, Etienne Brasil endereçou telegrama ao Ministro de Relações Exteriores congratulando-o pela atitude brasileira e colocando-se à disposição do chanceler: “O nome do Brasil irá eletrizar de esperança os oprimidos do Cáucaso. A Armênia cultíssima e eterna mártir implora um gesto enfim salvador da maior República sul-americana. Aceitai, Sr. ministro, os serviços incondicionais da pequena colônia armênia do Rio”³²⁴. A entrada do Brasil na Grande Guerra deu o ensejo para Etienne usar da influência e notoriedade que havia obtido em anos como articulista e professor – tendo trabalhado, segundo Richard Hovannisian, como tutor de filhos de diplomatas estrangeiros e altos funcionários do governo brasileiro³²⁵ – para obter inserção junto ao Itamaraty no intuito de angariar apoio à causa armênia. Esse telegrama marca o primeiro de muitos contatos que o intelectual faria com o governo brasileiro em busca da simpatia da Presidência da República e da Chancelaria.

3.3 O Povo Armênio

No mesmo mês, a *Gazeta de Noticia* publicou uma resenha do livreto *O Povo Armênio* que Etienne Brasil havia acabado de lançar. Em linhas bastante receptivas, o autor da resenha afirma que a causa armênia tem apoiadores em diversos países e que a história desse povo é uma prova de como uma nação pode lutar para não se deixar contaminar por “influências estranhas”. “Em luta contra o turco”, continua o texto, “o armênio tem sido um defensor irredutível dos seus princípios, dos seus costumes, da sua raça, da sua religião”³²⁶. Sobre o livro, a resenha reconhece que “não é um trabalho completo e nem o autor teve esta pretensão [...] é, porém, um trabalho inspirado sobretudo em alto espírito de justiça, e nele são expostos em

³²³ “Armenian women were represented as devout, innocent Christians under constant threat of abduction, 'outrage' and slavery in a Turkish harem. Reports of women who committed suicide in order to 'protect their honour' abounded. These women were praised for their actions and portrayed as martyrs for their faith”. LAYCOCK, J. op. cit., p. 83.

³²⁴ *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 1 de novembro de 1917, p. 5 (HDB/BN).

³²⁵ HOVANNISIAN, R. op. cit., 1996, p. 430.

³²⁶ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 12 de novembro de 1917, p. 3 (HDB/BN).

síntese, a situação moral e a civilização armênia”. Tentando convencer o leitor da importância da publicação para o público brasileiro, o texto é concluído: “O Brasil deve olhar para a Armênia com interesse e com simpatia, pois, de futuro, ela representará para nós um país com quem poderemos manter as mais estreitas relações de comércio e de confraternidade”.

Com efeito, a preocupação do autor da resenha em esclarecer sobre o fôlego do trabalho é justificada pelo fato da publicação ter apenas 22 páginas de texto, além de quatro de fotografias e um poema anexo ao final³²⁷. Segundo Vartan Matiossian, o livreto foi financiado por alguns armênios abastados³²⁸ e os exemplares seriam distribuídos gratuitamente, como forma de propaganda da causa armênia, sistematizando em um só texto as ideias desenvolvidas ao longo dos anos pelo autor, que resultaram em vários artigos para a imprensa. Mais tarde, quando assume a representação armênia no Brasil, o livreto ganha o sentido de uma “história de uso diplomático”³²⁹, para construir uma imagem da “Armênia mártir” no Brasil, do milenar país cristão dilacerado por um império muçulmano. O padre Yesnig Vartanian afirma que a publicação “[...] foi a primeira e uma das melhores iniciativas em solo brasileiro, planejado e executado por uma única pessoa, visando revelar os armênios para os brasileiros”³³⁰. Não há informações sobre a tiragem e são desconhecidas outras cópias disponíveis além das que estão depositadas na Biblioteca Nacional, na Casa de Rui Barbosa, ambas no Rio de Janeiro e a que foi consultada para esta pesquisa³³¹.

A capa do livreto mostra os picos do Monte Ararat com uma estrela de cinco pontas a emanar luz do cume (anexo: Figura 5). O Ararat é uma figura frequentemente evocada por armênios e armenófilos para dotar a história desse povo de uma ancestralidade que remonta aos tempos do Velho Testamento, quando a Arca de Noé teria encalhado na montanha após o dilúvio bíblico³³². Dessa forma, utilizar o Ararat como símbolo da nação armênia reforça a ideia da intrínseca ligação desse povo com o cristianismo, associando-o com a “civilização” europeia

³²⁷ O mesmo poema, “Meu Pesar”, de autoria de Bedros Turian e tradução de Alberto de Oliveira, foi publicado no *Correio da Manhã* naquele ano. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 10 de dezembro de 1917, p. 2 (HDB/BN). Em carta para Archag Tchobanian três anos antes, Etienne Brasil já havia submetido uma tradução de Bedros Turian feita por Alberto de Oliveira, “o príncipe dos poetas”, em suas palavras, para a apreciação do colega francês. Provavelmente trata-se do mesmo poema. *Carta de Etienne Brasil a Archag Tchobanian*, 9 de fevereiro de 1914, III-799, p. 5 (MLA/RA).

³²⁸ MATIOSSIAN, V. op. cit.

³²⁹ MALATIAN, T. op. cit., p. 100.

³³⁰ VARTANIAN, Y. op. cit.

³³¹ A cópia que tivemos acesso é, na realidade, uma fotocópia oriunda do acervo do historiador Dr. Hagop Kechichian.

³³² “e, no décimo sétimo dia do sétimo mês, a arca encalhou sobre as montanhas de Ararate.” Gênesis 8:4.

e tornando-o mais próximo do público ocidental que tinha pouca familiaridade com a história dos armênios, mas poderia facilmente encontrar a referência à montanha matriz desse povo em qualquer bíblia ao alcance das mãos. Cria-se, assim, uma “paisagem mental” que auxilia a angariar apoio ocidental: “Armênios morreram em terras bíblicas. Monte Ararat, Tarsus e Constantinopla eram nomes que eram parte de uma tradição sagrada comum para americanos católicos, protestantes e judeus”³³³. A afirmação também é verdadeira para os brasileiros. Na capa do livreto, logo abaixo do cume da montanha, há a didática inserção da inscrição “Ararat” e a representação de uma figura feminina cujo corpo está voltado para a sua esquerda e a cabeça para a direita, mirando o horizonte. A mulher, simbolizando a Armênia está vestida com capacete, armadura que envolve seu busto e braços e uma longa saia, carregando um escudo na mão esquerda e uma espada na mão direita, ambos abaixados. Há ainda grilhões quebrados próximo ao pé direito, sugerindo que a batalha de libertação do país foi vencida.

Na introdução, Etienne Brasil apresenta a Armênia e os seis milhões de armênios ao leitor por meio de suas características ímpares, como a língua, religião e cultura, mas, principalmente, por meio das similaridades que esse país teria com as nações europeias:

A nação aludida é uma Polônia, pela sua situação política tripartida; uma Suíça, pelo pitoresco de suas alterosas montanhas; uma Bélgica, (ou antes mil Bêlgicas!) pelos crudelíssimos martírios que sofreu; uma França, pelas glórias invejáveis de sua história e pelo seu papel civilizador entre as populações orientais.

Este povo é o armênio. E ao povo armênio prende-se uma *questão armênia*³³⁴.

A estratégia que o escritor lançou mão no livreto é semelhante àquela utilizada anteriormente na imprensa. Não é negada a condição de nação oriental à Armênia. Pelo contrário, a ela é atribuída o *status* de um enclave da cultura europeia no Oriente cuja missão civilizadora seria semelhante à da França. A comparação com nações europeias, mais familiares ao leitor, é uma tentativa de criar empatia nos brasileiros. Ao afirmar que a Armênia equivale a “mil Bêlgicas”, Etienne se apropria da retórica dos defensores da causa armênia na Europa, como Arnold Toynbee e James Bryce, que frequentemente comparavam a destruição desse país pela ocupação alemã durante a guerra à sorte dos armênios do Império Otomano. O político e intelectual italiano Antonio Gramsci foi outro que indagou, em artigo publicado em um semanário socialista, as razões da comoção em torno da ocupação da Bélgica e da apatia ante o massacre de armênios pelos turcos³³⁵. O incêndio da cidade belga de Louvain permaneceria no

³³³ LEONARD, Thomas C. apud LAYCOCK, J. op. cit., pp. 122-123.

³³⁴ BRASIL, Etienne. *O Povo Armenio*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1917, p. 1. Grifos do autor.

³³⁵ GRAMSCI, Antonio. “Armenia – Grido del Popolo, 11 de março de 1916”. In: CAPRIOGLIO, Sergio (org.). *Antonio Gramsci: cronache torinesi, 1913-1917*. Turim: Einaudi, 1980, pp. 184-185.

imaginário europeu por muitos anos. Segundo Margaret MacMillan, “[...] Louvain transformou-se no símbolo da destruição sem propósito, do dano causado aos europeus por eles mesmos naquela que fora a parte mais próspera e poderosa do mundo, e dos ódios irracionais e incontroláveis entre povos que tinham tanto em comum”³³⁶. Na Grã-Bretanha, de acordo com Jo Laycock, armenófilos incluíam o massacre de armênios no mesmo rol de “atrocidades” que a invasão da Bélgica, o afundamento do Lusitânia e o ataques de Zepelim. Todos esses atos seriam atentados à civilização e valores britânicos³³⁷. A imprensa canadense não hesitou em publicar que dentre os horrores ocorridos na Bélgica, Polônia, Sérvia, “a tragédia mais impronunciável é a Armênia”³³⁸. Assim era construída a noção de uma “nação vítima” e o massacre de armênios era definido – décadas antes da criação da palavra “genocídio” como o “extermínio de uma nação”³³⁹.

Para Etienne Brasil, a *questão armênia* nasceu com a queda do Reino Armênio da Cilícia – ou Armênia Menor – no século XIV e o consequente fim da última unidade administrativa autônoma que os armênios teriam até 1918, se intensificando após o Congresso de Berlim em 1878 quando as Potências discutiram as fronteiras otomanas após uma série de conflitos entre esses últimos e os russos. Assim, fica claro que para Etienne a questão armênia era uma questão nacional e territorial, cujo significado prático seria a autonomia da Armênia, muito distinto de outros entendimentos da “questão” que preconizavam direitos para os armênios no Império Otomano.

Mesmo o livro sendo publicado em 1917, quando o genocídio era amplamente conhecido, o autor insiste na ideia que a Guerra assinalava a “hora da morte” para os turcos, na qual os armênios, com o sentimento nacional despertado por conta dos massacres, teriam papel crucial³⁴⁰. Nas palavras do autor, os turcos “[...] traçaram, com letras cruentas, o *chirographo* de seu suicídio, na última e derradeira pagina de seus anais, todos eles escritos com lama e sangue”. Do outro lado estaria o “abutre czarista” que divulgava informações falsas sobre o desaparecimento dos armênios para assim justificar uma ocupação daquele território. Na

³³⁶ MACMILLAN, Margaret. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Globo livros, 2014, p. xx.

³³⁷ LAYCOCK, J. op. cit., pp. 109-112.

³³⁸ “[...] and the most unspeakable tragedy is Armenia.” *The Globe*, 2 de dezembro de 1915, p. 4 apud: ADJEMIAN, Aram. *The Call from Armenia: Canada’s response to the Armenian Genocide*. Montreal: Corridor Books, 2015, p. 40.

³³⁹ Ibid., pp. 116-119.

³⁴⁰ BRASIL, E. op. cit., 1917, pp. 1-2.

opinião de Etienne, as imprensas britânica e norte-americana estariam atentas a essas falsificações e protestavam nas páginas dos jornais.

Apesar de celebrar a bravura e tenacidade do povo armênio, as esperanças de Etienne Brasil estão sempre depositadas no auxílio que viria da Europa e dos EUA. Ele estava certo de que os ingleses subiam o Eufrates, a Grécia de Venizelos atacava a partir dos Bálcãs e os EUA mobilizavam tropas para salvar os armênios. O primeiro-ministro britânico Lloyd George, por sua vez, teria garantido a libertação da Cilícia. Por tais razões, o autor afirma que os aliados haviam assumido um compromisso “perante a história” com os armênios e fariam o necessário para cumprir a palavra. Contudo, ele faz uma pausa no seu otimismo para lembrar o dever ético e moral do Ocidente em ajudar o seu povo:

Mas se, para atender a conveniências egoístas ou imposições dos impérios centrais, eles desmentirem todas as esperanças, eles perpetrarão a mais negra injustiça. Neste caso, será preciso apagar de todos os vocabulários, as palavras de *direito*, de *liberdade* e de *lealdade*.

Aliados! Vede e dizei.

Por que motivo o povo armênio tanto sofreu nesta guerra? Por ódio de quem as crianças foram arrancadas ao peito das mães e tiveram as suas carnes rasgadas? Por que as virgens santas foram desonradas e poluídas? Por que milhares de aldeias foram incendiadas no Cáucaso?

É por vossa causa.

Os armênios cumpriram estoica e lealmente o seu dever.

Cumpri agora o vosso!³⁴¹.

Terminada a súplica, Etienne passa a descrever a história dos armênios desde o dilúvio bíblico até os seus dias³⁴². Para tanto, o autor afirma que os “historiógrafos” costumam descrever psicologicamente um povo por meio da análise do habitat no qual vive e, por isso, ele procederá da mesma forma – seguindo a cartilha positivista – tendo em vista ser dispensável dissertar acerca dos atributos físicos do povo armênio, “considerado por todos como o tipo da raça branca”, sobretudo das mulheres, famosas por sua estética.

As páginas subsequentes não fogem do estilo apresentado pelo autor nos artigos escritos para a imprensa, exaltando a Armênia por suas maravilhas naturais e o povo por sua tenacidade, a qual os turcos puderam testemunhar durante as tentativas de assalto às cidades armênias que se entrincheiraram e resistiram:

[...] em Zeitun, na montanha santa, os turcos aprenderam, às suas custas, de que é capaz a energia armênia [...] As próprias mulheres possuem uma altivez e uma coragem cavalheiresca: sirvam de exemplo as mulheres de Karput que,

³⁴¹ Ibid., pp. 3-4. Grifos do autor.

³⁴² Ibid., p. 6.

em 1895, se lançaram nas chamas para evitarem o opróbrio dos muçulmanos; lembrem-se também as matronas de Sassun que, empunhando machados, expulsaram, em 1902, os soldados turcos [...]”³⁴³.

Na maior parte do livreto, Etienne Brasil analisa a língua, religião, literatura, arte, indústria e comércio dos armênios, elementos esses que seriam essenciais para “avaliar o grau de adiantamento de uma raça”³⁴⁴. Dessa forma, o autor se esforça para mostrar domínio do tema, enumerando datas, acontecimentos, elencando nomes de personalidades da história armênia ao longo dos séculos, e se esquivava de assuntos pantanosos como, por exemplo, a língua armênia, sobre a qual se limitou apenas a dar características gerais, justificando-se: “não me cabe aqui fazer uma exposição completa da gramática haigana”. Ao que tudo indica, o autor não dominava a língua armênia. Segundo Vartan Matiossian, ainda na infância Etienne Brasil teria deixado de falar armênio³⁴⁵. A informação é oriunda do periódico armênio *Kotchnak*, de Boston, em 1917, no qual consta que ele teria esquecido o idioma materno³⁴⁶. Suas limitações nessa língua, embora não admitidas por ele, são visíveis no livreto. É sintomática a afirmação de que o *Dachnaktsutun* – teria alternado seu nome para *Daschnakzagan*³⁴⁷, quando, na realidade, a primeira palavra é um substantivo que significa “Federação” e serve como alcunha para a Federação Revolucionária Armênia, a última é um adjetivo – “federado” – e designa os membros desse partido. A falta de domínio do idioma não seria relevante se o próprio Etienne Brasil não tentasse esconder o desconhecimento daquela que deveria ser, aos olhos da sociedade receptora, sua língua materna. No debate supracitado entre o escritor e o jornalista José Daher, o sírio coloca um ponto de interrogação na alegação de Etienne de ter: “estudado com afinco toda a Turquia, conhecendo várias línguas (?) da região”³⁴⁸. Curiosamente, há algumas cartas enviadas por Etienne a Avetis Aharonian entre junho e julho de 1920 que estão em armênio – ainda que a maior parte da correspondência trocada entre os dois tenha sido em francês –, mas que provavelmente foram escritas por outrem e apenas firmadas pelo intelectual³⁴⁹. Enfim, na sua autoavaliação, reconhecer suas limitações no idioma era o mesmo que demonstrar uma fraqueza perante seus adversários, como político e como intelectual. Contudo, o domínio da língua não era regra entre os armênios otomanos, principalmente aqueles que viviam na Cilícia,

³⁴³ Ibid., p. 7.

³⁴⁴ Ibid., 1917, p. 8.

³⁴⁵ MATIOSSIAN, V. op. cit.

³⁴⁶ *Kotchnak* (Կոչնակ). Boston: 15 de setembro de 1917, p. 1123 (MATENADARAN/RA).

³⁴⁷ BRASIL, E. op. cit., 1917, p. 20.

³⁴⁸ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 10 de abril de 1916, p. 4 (HDB/BN). O ponto de interrogação está presente no texto original.

³⁴⁹ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1920 e 26 de julho de 1920 (documentos em armênio, ARFA).

próximo ao Mar Mediterrâneo. Segundo Keith David Watenpaugh, muitas crianças sobreviventes do genocídio oriundas de Marash e Aintab falavam um dialeto turco mesclado com palavras armênias e foram aprender o armênio ocidental tal qual falado pelas elites intelectuais armênias de Constantinopla nos orfanatos e escolas mantidos pela *Near East Relief* em Alepo³⁵⁰.

Na conclusão de seu texto, o autor enumera os aliados dos armênios ao redor do mundo, explorando as conexões e simpatias que seu povo teria entre as Potências. Apesar de mencionar as nações mais poderosas da Europa, Etienne Brasil enfatiza o papel dos EUA na questão armênia. Se a Europa dá a fundamentação cultural para justificar a importância da autonomia da Armênia, é o poder emergente dos norte-americanos que poderia consolidar as aspirações nacionais de seu povo:

Mas, acima de tudo, os Armênios contam com a amizade e a simpatia inequívoca do povo cujo território é o mais extenso, se considerarmos os outros países sem as suas colônias; eles têm a proteção do país que produz atualmente mais ouro, mais prata, mais algodão, mais trigo, mais petróleo, mais hulha; do país que possui o maior porto do mundo, a maior prosperidade, a mais perfeita civilização; numa palavra da maior nação do globo terrestre: a república dos E. Unidos da América do Norte³⁵¹.

Aparentemente, o livreto não teve grande repercussão nos círculos intelectuais do Rio de Janeiro, pois não foi possível encontrar novas resenhas sobre a publicação nos jornais cariocas, ao contrário do que ocorria com os livros didáticos e técnicos escritos por Etienne Brasil no mesmo período. Entretanto, *O Povo Armênio* merece destaque por ter sido a primeira publicação voltada para o leitor brasileiro sobre a história dos armênios e, ao lado de *Atrocidades Armênias: o extermínio de uma nação* – cuja primeira edição em português foi publicada em Londres em 1916, obra de autoria do jovem historiador Arnold J. Toynbee³⁵², que, àquela altura, servia a Coroa britânica, e se tornou um trabalho que marcou a cooperação entre o governo britânico, a diáspora armênia e seus apoiadores no país e no exterior³⁵³ –, comporia material para divulgar as reivindicações armênias no Brasil e pressionar políticos e diplomatas do país a intervirem em prol da causa na virada dos anos 1910-20³⁵⁴. Etienne exercia

³⁵⁰ WATENPAUGH, K. op. cit., 2015, p. 115.

³⁵¹ BRASIL, E. op. cit., 1917, p. 22.

³⁵² TOYNBEE, Arnold J. *Atrocidades Turcas na Armênia*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

³⁵³ LAYCOCK, J. op. cit., p. 105.

³⁵⁴ Data também do mesmo período a tradução para o português de “A supressão dos armênios: método alemão, trabalho turco”, de René Pinon.

assim a função do “propagandista”, conforme definida por Duroselle, agindo sobre a opinião pública da sociedade receptora para convencê-la das qualidades de seu país³⁵⁵.

As intervenções na imprensa foram pontuais ao longo de 1918, quase sempre destinadas a explorar algum ponto sobre a Síria ou para desmentir o que ele alegava serem boatos sobre o que se passava na Armênia. Nesse sentido, o intelectual ganhou um novo adversário nas páginas dos jornais: a Revolução Russa, que em 1917 destituiu o tsarismo que ele sempre classificou como inimigo dos armênios e instituiu os bolchevistas, cuja ascensão o intelectual também não viu com bons olhos.

O primeiro artigo sobre a situação dos armênios em 1918 foi publicado em 20 de maio daquele ano, destinado a refutar as “mentiras calvas, espalhadas pela turcaria”³⁵⁶. Nesse texto, Etienne Brasil desmente que haja matanças de armênios no Cáucaso e que a região se encontrava independente desde novembro do ano anterior – quando foi proclamada a República Federativa Democrática da Transcaucásia, unificando Armênia, Geórgia e Azerbaijão. Segundo o autor, o experiente e vitorioso exército armênio estava em condições de marchar até Constantinopla e ocupar a cidade em até três meses, se recebessem apoio bélico e logístico dos EUA e França. No dia seguinte, outro artigo é publicado, desta vez n’*O Combate*, jornal operário de São Paulo, para desmentir que, uma vez independentes dos turcos, os armênios iriam imediatamente para a área de influência bolchevique³⁵⁷. Uma semana depois de reafirmar nos periódicos sua confiança na república transcaucasiana, Geórgia e Azerbaijão deixaram a federação e os armênios, isolados, se viram sem opções a não ser proclamar a independência do país em 28 de maio de 1918. Dali em diante, Etienne Brasil desempenharia papel fundamental para o reconhecimento da nova república pelas nações sul-americanas e angariaria apoio para ajudar os armênios em situação de crise humanitária.

³⁵⁵ DUROSELLE, J. op. cit., pp. 113-114.

³⁵⁶ *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 20 de maio de 1918, p. 3 (HDB/BN).

³⁵⁷ *O Combate*. São Paulo: 21 de maio de 1918, p. 1 (HDB/BN).

4 DAS PALAVRAS À AÇÃO: ETIENNE BRASIL E A LEGAÇÃO ARMÊNIA NO BRASIL

Findada a Grande Guerra em novembro de 1918, restava às nações beligerantes reorganizar a Europa devastada por quatro anos de conflitos e, aos vencedores, projetar seus interesses e necessidade sobre os vencidos. A Conferência de Paz de Paris em 1919 foi o fórum no qual as nações vencedoras se reuniram para retraçar fronteiras, discutir as indenizações cabíveis às partes e arquitetar uma entidade supranacional que pudesse evitar que um novo conflito generalizado tomasse conta do mundo. Esse cenário será pormenorizadamente analisado no capítulo seguinte. Por ora, a análise se restringirá à institucionalização da causa armênia no Brasil por meio de ações individuais que foram posteriormente encampadas pelos representantes da recém-proclamada República Armênia radicados na Europa, em uma das primeiras interferências de uma diáspora junto ao governo brasileiro.

4.1 A causa armênia no Brasil pós-Grande Guerra

Por ter sido o único país sul-americano a enviar tropas para a Europa a fim de combater ao lado dos aliados durante a Guerra, o Brasil teve direito a enviar três delegados para a Conferência de Paz em Paris. O prestígio do Brasil na Conferência, que prometia alterar a ordem mundial como era concebida, fez com que Etienne enxergasse uma possibilidade de inserção para a causa armênia na esfera multilateral a partir dos representantes brasileiros que iriam à Paris. Na expectativa que o país se juntasse às Potências em defesa da Armênia, conforme sua leitura da política internacional inferia, em dezembro de 1918, Etienne Brasil recebeu dois emissários da comunidade armênia que começava a se organizar em São Paulo – Elian Naccach³⁵⁸ e Lázaro “Ghazar” Nazarian³⁵⁹ – que se juntaram a ele, Levon Apelian e Mihran Latif a fim de pedirem aos delegados brasileiros que intervissem em prol da causa armênia nos fóruns da Conferência de Paz em 1919³⁶⁰. A escolha dos nomes não foi aleatória. Naccach (1876-1963) e Nazarian, radicados em São Paulo, davam um caráter nacional às reivindicações capitaneadas por Etienne Brasil. Do lado fluminense, Levon Apelian – definido

³⁵⁸ Também grafado como Elia ou Elias.

³⁵⁹ Tesoureiro do ramo do Partido Socialdemocrata *Hnchakyan* em São Paulo nos anos 1930. VARTANIAN, Y. op. cit., p. 246.

³⁶⁰ *Correio Paulistano*. São Paulo: 18 de dezembro de 1918, p. 4 (HDB/BN).

por um jornal carioca como “um dos mais ricos comerciantes desta praça”³⁶¹ – se mostraria sempre ativo nas atividades propostas pelo ex-padre; por sua vez, Mihran Latif exercia uma função essencial para garantir a inserção dos interesses do grupo de armênios no governo e no Itamaraty.

Latif nasceu em Constantinopla no ano de 1856 e estudou na Bélgica, graduando-se em Engenharia pela Universidade de Ghent. Segundo texto publicado pelo *Correio da Manhã* do dia 21 de maio de 1929, por ocasião da sua morte³⁶², seu desempenho como acadêmico rendeu um convite de D. Pedro II em 1879 a fim de trabalhar na construção de ferrovias no Brasil³⁶³. Uma vez no país, casou-se com uma “jovem brasileira da família Monteiro de Barros”, cujo nome é ignorado pelo periódico. O jornal afirma que, com a ascensão de um tio, Dadian Paxá, como “primeiro ministro do sultão”, havia decidido regressar à Constantinopla com a sua esposa para se enveredar na política otomana. Embora o historiador Hagop Kechichian³⁶⁴ tenha reproduzido as afirmações feitas pelo jornal, a também historiadora Monique Sochaczewski Goldfeld apurou que Artin Paxá Dadian serviu, na realidade, como subsecretário de Estado do Ministério das Relações Exteriores do Império Otomano em diferentes momentos, tendo alcançado, eventualmente, postos mais importantes, mas nunca foi “primeiro ministro” – ou Grão-Vizir, conforme nomenclatura otomana – do sultão³⁶⁵. O retorno de Latif ao Brasil teria se dado, segundo o jornal, porque sua “índole liberal [...] não podia se afeiçoar à índole bárbara do sultão. E com as primeiras violências contra os armênios, não hesitou um instante em renunciar à vida política, que se lhe abria, cheia de promessas e regressar ao Brasil [...]”. Ao retornar, Latif voltou a se dedicar à construção de estradas de ferro nos últimos anos do Império, sendo condecorado pelo Imperador pelos serviços prestados. A proclamação da República fez com que o engenheiro partisse para a Europa, de onde regressaria a convite do governo federal para expandir as ferrovias no Nordeste e no interior do Sudeste,

³⁶¹ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 1 de agosto de 1918, p. 2 (HDB/BN).

³⁶² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 21 de maio de 1929, p. 3 (HDB/BN).

³⁶³ Mihran Latif não foi o único engenheiro armênio que foi trazido das universidades europeias para a construção de obras no Brasil. Nos anos 1890, um conterrâneo de Latif chamado Gregório Hovian – ou Howyan – foi o responsável pelo projeto de captação de águas pluviais e esgoto da cidade mineira de Juiz de Fora, após ter trabalhado em obras semelhantes na capital francesa. O plano não foi aprovado pelas autoridades do município, mas a complexidade do projeto chamou a atenção por muitos anos e ainda hoje é citado em textos de engenharia. Em 2004, a empresa de saneamento e abastecimento de água da cidade publicou o fac-símile do projeto de Hovian. HOWYAN, G. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem*. Trad. Walquíria Corrêa de Araújo C. Vale. Juiz de Fora: Funalfa Edições. 2004.

³⁶⁴ KECHICHIAN, H. op. cit., p. 37.

³⁶⁵ GOLDFELD, M. op. cit., p. 171, nota 185.

bem como para tomar parte na reforma urbanística de Pereira Passos no Rio de Janeiro, sendo o responsável pela “Avenida Beira Mar”. Ele ainda foi responsável por usinas hidroelétricas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de manter negócios na mineração em Minas Gerais³⁶⁶. Sua filha casou-se com Alberto Betim Paes Leme, catedrático de Mineralogia do Museu Nacional e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, filho de Luís Betim Pais Leme, com quem Latif havia trabalhado na Estrada de Ferro Leopoldina³⁶⁷. O armênio manteve relações com políticos por toda a sua vida. Em 1940, o então ex-presidente Artur Bernardes, vivendo na Suíça, serviu-se do amigo Brás Velloso como “ajudante de ordens” para fazer chegar até as mãos de Mihran Latif uma carta de agradecimento³⁶⁸. O armênio tinha ainda como advogado Rui Barbosa³⁶⁹.

O engenheiro também seria sobrinho, de acordo com o jornal, de Boghos Nubar. Apesar da afirmação do jornal e da corroboração de Kechichian, não foi possível confirmar o parentesco entre os dois. Seria inusitado que as duas figuras mais ativas na defesa da causa armênia no Brasil fossem sobrinhos de duas das mais importantes lideranças dos armênios no mundo – já que Etienne Brasil alegava ser sobrinho do Patriarca Terzian³⁷⁰. Se as informações procederem, causa estranheza a falta de manifestações de Boghos Nubar e Paul Petros Terzian em prol de seus parentes no Brasil para fazê-los reconhecidos pelo governo brasileiro enquanto representante dos interesses armênios no país. Nesse ínterim, há de se cogitar se a reivindicação do parentesco com homens influentes não seria conveniente em um momento no qual Etienne Brasil, principalmente, buscava reconhecimento de sua posição de representante diplomático da República Armênia junto ao Itamaraty.

Se pairam dúvidas sobre os laços familiares de ambos, o que há de concreto são as conexões pessoais de Etienne Brasil e como ele utilizava a influência de Mihran Latif junto ao governo brasileiro para conseguir audiências com o Presidente da República e com altos funcionários do Itamaraty, conforme ele mesmo admite em correspondência com seus superiores na França. Além da supracitada ida dos armênios ao Catete para pressionar a

³⁶⁶ *Tribuna Armênia*. São Paulo: Outubro, novembro, dezembro de 1965, p. 2.

³⁶⁷ Etienne Brasil afirma em missiva a Avetis Aharonian que a “Senhora Betim Paes Leme, filha de Mihran Latin” doou 1.500 francos em prol dos órfãos armênios. O armênio afirma que “o Dr. Paes Leme nos ajudou muito e ainda poderá fazer mais” e pede que Aharonian envie uma carta de agradecimento ao engenheiro e que solicite ao governo armênio uma condecoração ou título ao doador, assim como a Levon Apelian. *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1920 (ARFA).

³⁶⁸ *Washington Luis a Brás Velloso*, Seção de Manuscritos, Cofre 50.5.-30 – Coleção Marília Velloso Pinto (BN).

³⁶⁹ *Mihran Latif a Rui Barbosa*, 14 de fevereiro de 1887, Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

³⁷⁰ BRASIL, E. op. cit., 1920, p. IX.

delegação brasileira a intervir junto às Potências pela causa armênia, em outra reunião, um ano mais tarde, Mihran Latif – a quem o jornal se referiu como banqueiro – fez questão de pedir ao jornalista que cobria o encontro que publicasse que a sua ida ao Catete era exclusivamente para tratar das questões concernentes à Armênia, “não se tratando de nenhum outro assunto”³⁷¹, o que demonstra que era notório que ele possuía outros interesses junto ao governo federal. Em carta a Archag Tchobanian em fevereiro de 1919, Etienne Brasil afirma que Eptácio Pessoa, então chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz de Paris, conhecia as reivindicações armênias graças as boas relações que tinha com Mihran Latif³⁷². O próprio Latif escreveu ao amigo Rui Barbosa um ano antes, quando o nome desse último era cogitado para ser o chefe da delegação brasileira na Conferência – posto o qual ele recusaria em 3 de dezembro – pedindo apoio à causa armênia:

No momento em que a nação brasileira em peso aclama o nome de V. E. como o de seu delegado à mais importante reunião de homens desde que existe a humanidade, tomo a liberdade, como cidadão brasileiro de origem armênia, de apresentar uma súplica a V. E., que foi sempre simpático aos fracos e protegeu os desamparados, a favor da mais infeliz, mais desgraçada e mais abandonada das nações oprimidas. Os pobres armênios que escaparam dos hediondos massacres de 1915, que vitimaram mais de um milhão de inocentes criaturas, estão continuando a ser exterminados. A fome está completando a obra sinistra dos soldados do sultão. Se os aliados não agirem imediatamente, a paz que vão estabelecer será a do cemitério para a região outrora habitada por aquele povo operoso, vítima de sua fidelidade à religião de seus antepassados.

A Europa que consentiu que o sultão vermelho [Abdul-Hamid II], executando os massacres dos armênios em 1895 e 1896, até na sua própria capital, transformasse impunemente em farrapos de papel o solene Tratado de Berlim, deve sentir algum acanhamento em tornar públicos os horrores do extermínio de uma raça narrada nos arquivos de suas chancelarias julgando se até certo ponto responsável pelos crimes praticados. Compete, pois a Armênia mostrar que a importância geográfica dos países ocupados pelos povos oprimidos não deve ser o critério regulador do grau de proteção e de justiça que eles merecem.

Compete-lhes reclamar para os sobreviventes dos massacres armênios a mesma justiça e o mesmo direito que serão garantidos a outros povos oprimidos e obter para eles as mesmas restituições e as mesmas indenizações que serão exigidas para as outras vítimas da barbárie.

Tenho fé que a voz americana que há de se fazer ouvir no Congresso de Paz em defesa da sagrada causa armênia será a do grande e magnânimo brasileiro que foi sempre em sua pátria o defensor desinteressado dos fracos e dos desprotegidos³⁷³.

³⁷¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 12 de outubro de 1919, p. 2 (HDB/BN).

³⁷² *Etienne Brasil a Archag Tchobanian*, 4 de fevereiro de 1919, III-800, p. 13 (MLA/RA).

³⁷³ *Mihran Latif a Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1918, CR 762 (11) (FCRB).

Nessa missiva, Latif adota o mesmo discurso da Armênia mártir proferido por Etienne Brasil ao longo de sua carreira intelectual, atribuindo ainda à religião o papel causal do genocídio. Também está claro a desilusão do engenheiro com as Potências europeias que não tomaram as medidas necessárias para pôr em execução os termos do Tratado de Berlim e a esperança que seria da América – mais precisamente do Brasil e de Rui Barbosa – que sairia uma nação capaz de defender os interesses armênios na arena internacional.

Um mês antes de Barbosa receber a carta de Latif, Etienne também se dirigiu ao jurista por telegrama, agradecendo-o por pronunciamentos que ele havia dado em defesa dos armênios:

Os armênios do Brasil comovidos e reconhecidos pelas declarações que fizestes nos vossos últimos discursos contra a barbárie turca e a favor da nossa independência apresentam neste dia suas homenagens de veneração.
A vossa atitude não nos espantou porque sempre fostes defensor dos oprimidos porque também vossa fulgurante erudição conhece a grandeza de nossa nação.
Vos nos desvanecestes porque sois voz autorizada da alma brasileira liberal e generosa.
Excelência, vosso nome ficará querido entre os filhos de Haig. A memória de um povo de quatro mil anos é eterna³⁷⁴.

Mil novecentos e dezenove foi um ano agitado na agenda de Etienne Brasil, pois, além de suas funções costumeiras, ele intensificou suas ações como líder de um grupo de interesses junto aos governos brasileiro e armênio. Logo na primeira quinzena do ano, o ex-padre foi aos jornais desmentir um telegrama enviado pela agência Reuters que relatava uma suposta vitória dos georgianos sobre os armênios. Segundo o intelectual, a informação dada sobre o Cáucaso por um correspondente localizado na Mesopotâmia fazia tanto sentido quanto uma notícia sobre o Rio de Janeiro enviada por um jornalista em Buenos Aires³⁷⁵.

Em fevereiro, Etienne Brasil enviou a primeira missiva ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil, protocolado pela administração do Itamaraty. Em francês, o intelectual escreveu ao chanceler Domício da Gama para protestar contra as pretensões do delegado sírio na Suíça que reivindicava a região da Cilícia para o seu país, afirmando a ancestralidade da presença armênia na região e que separá-la da Armênia seria criar uma “Alsácia-Lorena”³⁷⁶,

³⁷⁴ *Etienne Brasil a Rui Barbosa*, Rio de Janeiro 5 de novembro de 1918, CR 235/1 (4) (FCRB).

³⁷⁵ *O Paiz*. Rio de Janeiro: 12 de janeiro de 1919, p. 7 (HDB/BN).

³⁷⁶ “Centre Arménien du Brésil a son excellence monsieur Domício da Gama, Ministre de affaires étrangères du Brésil”. In: *Legação Armênia no Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1919. Arquivo Histórico do Itamaraty 281/2/4 (AHI).

fazendo coro assim às pretensões de Boghos Nubar e de outros membros da elite da diáspora armênia que esperavam unificar a região com a república na Transcaucásia.

No papel timbrado pelo “Centro Armênio”, assina como “primeiros-delegados”, juntamente com Etienne, Agop Kaisserlian, cujo perfil foi publicado por um jornal no mesmo ano, definindo-o como advogado, jornalista e político “em missão de propaganda da causa armênia” no Brasil³⁷⁷, o que levaria o leitor a inferir que Kaisserlian fora enviado da Europa para ajudar Etienne Brasil a cooptar apoio para a causa armênia na América do Sul. Curioso, porém, é pensar que Kaisserlian chegou ao Brasil vindo de Genebra, berço do partido *Hnchakyan*, que a essa altura tinha fortes divergências do governo *dashnak* da República Armênia. Assim, é pouco provável que os líderes armênios enviassem para o Rio de Janeiro um delegado próximo a um grupo político rival³⁷⁸, o que nos faz pensar que sua vinda para o Brasil pode ter sido motivada menos pelo engajamento na causa armênia nos anos 1910 do que pelo desejo de viver no país, onde permaneceu mesmo após o final de sua “missão de propaganda”. Com efeito, o jornal carioca *A Rua* revela, ao publicar entrevista feita com Kaisserlian acerca do “jugo da Turquia” sobre os armênios, que ele se casou em Genebra com uma brasileira – ignora-se o nome – sobrinha do Marechal Roberto Trompowsky³⁷⁹, adido militar em legações brasileiras na Grã-Bretanha, Suíça e Itália na primeira década do Novecentos.

Como Mihran Latif tinha apenas função honorífica, seria Kaisserlian o principal aliado do ex-padre na divulgação da causa na imprensa e nos círculos políticos da sociedade receptora. Mais tarde naquele mesmo ano, Etienne informaria a Aharonian que Kaisserlian fora designado pelo Centro Armênio do Rio de Janeiro o representante dos armênios do Brasil junto à Delegação em Paris³⁸⁰, nomeação essa que não parece ter sido solicitada pelo chefe dos armênios na França. Em janeiro de 1920, a sugestão de Etienne era de que seu amigo fosse indicado como alto comissário de comércio da Armênia no Brasil³⁸¹, no contexto da reorganização consular que ele tentava convencer Paris a fazer, e em junho daquele ano, o ex-padre foi ainda mais incisivo ao oferecer os serviços de Kaisserlian³⁸². Contudo, algo abalou a relação dos dois. Etienne escreveu a Aharonian, em outubro de 1920, exclusivamente para tratar

³⁷⁷ *A Noite*. Rio de Janeiro: 8 de março de 1919, p. 2 (HDB/BN).

³⁷⁸ No final dos anos 1940, Kaisserlian aparece como diretor responsável do periódico *Hayastani Dzayn* – “Voz da Armênia” – editado por Yervant Mekitarian, principal liderança dos socialdemocratas *Hnchaks* em São Paulo. VARTANIAN, Y. op. cit., p. 537.

³⁷⁹ *A Rua*. Rio de Janeiro: 14 de março de 1919, p. 2 (HDB/BN).

³⁸⁰ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1919 (ARFA).

³⁸¹ Idem, 4 de janeiro de 1920 (ARFA).

³⁸² Idem, 23 de junho de 1920 (ARFA).

do compatriota. O intelectual afirma que “Apesar da nossa boa impressão no começo, esse senhor novo no Brasil buscou atrapalhar a vida da colônia, razão pela qual nossos compatriotas isolaram-no”. Segundo Etienne, Kaissierlian teria se passado por representante de cooperativas de negociantes armênios no Brasil e, dessa forma, teria obtido, junto a companhias armênias na Europa, uma grande remessa de mercadorias, fugindo em seguida para o Velho Continente – possivelmente para Paris, acredita o remetente – causando assim “grandes prejuízos aos nossos compatriotas e ao bom nome do comércio armênio no Brasil”³⁸³. Poucos dias depois, Etienne volta a escrever a seu chefe, dizendo que Kaissierlian era partidário de Boghos Nubar, que havia sido expulso do *Dashnak* de Genebra e que mantivera relações amigáveis com os turcos durante a Guerra, tentando tornar seu compatriota *persona non grata* em todas as esferas possíveis. Etienne encerra a carta afirmando que “a Armênia não precisa de maus elementos”³⁸⁴.

Ainda em fevereiro de 1919, jornais de diversos estados deram ampla cobertura a uma carta que Etienne Brasil – apresentado como professor e delegado dos armênios no país – enviou ao Rei Alberto da Bélgica, a quem pedia apoio à causa armênia nas negociações que se desdobravam na Europa, “porque a Bélgica foi a Armênia da Europa”³⁸⁵. Em correspondência a Archag Tchonanian, Etienne informou que tinha enviado a carta ao Rei Alberto por meio da rainha, com quem tinha contato³⁸⁶. A resposta viria em junho do mesmo ano, subscrita pelo chefe do gabinete do rei, que alegava que os monarcas não eram indiferentes ao sofrimento dos armênios e haviam estendido aos armênios os direitos que qualquer cidadão dos países aliados tinha no país³⁸⁷. Aparentemente, a atitude de Etienne Brasil foi um gesto autônomo e não orquestrado internacionalmente com os delegados armênios na França. O rei belga, que se tornaria conhecido no Brasil em 1920 quando visitou o país a convite de Eptácio Pessoa, parece ter sido acionado por Etienne de fato por conta da impressão que o armênio tinha sobre as semelhanças entre a pequena nação europeia e a seu país³⁸⁸. Uma missiva com conteúdo similar foi enviada no ano seguinte ao primeiro-ministro britânico Lloyd George e assinada por Mihran Latif, “presidente das colônias armênias do Brasil”. Nessa carta, há o pedido para que os territórios armênios que estavam sob controle turco fossem restituídos e que a indenização

³⁸³ Idem, 9 de outubro de 1920 (ARFA).

³⁸⁴ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1920 (ARFA).

³⁸⁵ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 8 de fevereiro de 1919, p. 8 (HDB/BN).

³⁸⁶ *Carta de Etienne Brasil a Archag Tchobanian*, 4 de fevereiro de 1919, III-800, p. 13 (MLA/RA).

³⁸⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 12 de junho de 1919, p. 1 (HDB/BN).

³⁸⁸ Durante a Guerra, Etienne organizou uma festa “dos pequenos aliados”, em homenagem a Armênia, Bélgica e Sérvia. *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919 (ARFA).

correspondente seria assumida pelos “armênios trabalhadores e ativos”³⁸⁹. Por mais abastado que fosse Latif ou qualquer outro armênio no mundo, não havia condições materiais para que tal proposta fosse concretizada e não há registros de que ela sequer foi cogitada. O conteúdo das cartas endereçadas aos dirigentes de algumas nações do mundo era, portanto, fruto de uma postura proativa de Etienne Brasil, ao invés de uma reação às ordens emitidas pelos centros decisórios da causa, seja em Paris ou no Cáucaso. Isso pode ser comprovado por meio de correspondência enviada por Etienne a Aharonian em 4 de janeiro de 1920 na qual, dentre outras observações, o recém-nomeado representante diplomático da República Armênia no Brasil informa aos seus superiores em Paris sobre a carta de Latif³⁹⁰, intencionando demonstrar assim iniciativa de ação dos armênios brasileiros em prol da causa.

Uma carta de Etienne Brasil a Tchobanian resume a estratégia dos armênios para ganhar terreno no Brasil. Ao poeta, ele afirmou estar “fazendo tudo que era possível para a propaganda de nosso país”, tendo ele próprio publicado 263 artigos sobre “a Armênia e seus direitos” na imprensa brasileira até então³⁹¹. Ademais, Etienne se preocupava com a articulação política para ganhar adeptos no alto escalão da política brasileira. Ao mesmo tempo em que recomendava a Tchobanian se aproximar de Epitácio Pessoa, que estava na França com a delegação brasileira na Conferência de Paz, por esse ser um conhecedor da causa armênia graças à influência de Mihran Latif, o ex-padre planejava enviar uma carta às delegações presentes na Conferência com a assinatura de diversos intelectuais e políticos brasileiros a fim de pedir a “independência integral da Armênia”³⁹². O redator da missiva, segundo Etienne, deveria ser Rui Barbosa que seria, na sua avaliação, provavelmente eleito o novo presidente da república nas eleições de 13 de abril de 1919. Contava a favor dos armênios a “amizade íntima” entre Barbosa e Mihran Latif, descrito como “um armênio muito rico, patriota, engenheiro notável, muito estimado nos meios financeiros, políticos, bem como na alta sociedade das famílias”, a quem ele indicaria para ser o “Ministro da Armênia para a América do Sul”. Simultaneamente, Etienne articulava para contar com o apoio de Rui Barbosa. Em carta enviada ao jurista em 24 de fevereiro, escrita em francês e assinada por ele e Agop Kaisserlian, há a

³⁸⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 4 de janeiro de 1920, p. 1 (HDB/BN).

³⁹⁰ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1920 (ARFA).

³⁹¹ *Etienne Brasil a Archag Tchobanian*, 4 de fevereiro de 1919, III-800, p. 13 (MLA/RA).

³⁹² *Ibid.*, p. 14.

solicitação para que Barbosa receba-os em entrevista para firmar a carta que estaria pronta assim que Mihran Latif estivesse curado de uma enfermidade³⁹³.

No plano internacional, a estratégia do delegado dos armênios no Brasil consistia em aproximar da *causa* as nações que poderiam pender a balança para o lado dos armênios nas negociações multilaterais. Países como França e EUA eram considerados por ele aliados de primeira hora dos armênios, e não precisariam ser cortejados com a mesma intensidade de países como a Bélgica ou as nações sul-americanas. Com efeito, Etienne Brasil antecipou aquilo que seria uma diretiva das lideranças armênias no mundo após a Conferência de San Remo, em 1920, quando foi decidido que a propaganda pró-Armênia deveria ser intensificada em países-chave a partir de contatos pré-estabelecidos por Paul Petros Terzian na França e Bélgica e, seu colega, Dom Jean Naslian, na Itália³⁹⁴. Isso não quer dizer que os armênios não utilizassem seus canais pessoais e institucionais para pressionar líderes pelo mundo antes de San Remo: três dias depois de Etienne Brasil enviar carta ao Rei Alberto da Bélgica, Terzian – seu alegado tio – dirigiu-se ao presidente francês³⁹⁵. O Patriarca reivindicava junto àquele governo, que exercia um mandato sobre as regiões da Cilícia e Levante – mas que se retiraria daquela em 1922 após a “guerra pela salvação nacional” lançada pelas tropas turcas comandadas por Mustafa Kemal –, proteção para o Patriarcado Católico Armênio na Cilícia e aos fiéis espalhados pelo Império Otomano e Armênia, bem como para que estabelecessem nas regiões armênias instituições educacionais e civis do mesmo modo que acontecia no Levante³⁹⁶. Apesar do plano do religioso nunca ter sido executado pelos franceses, esses se empenharam em melhorar a situação dos refugiados armênios que se acumulavam nas periferias de cidades do Levante como Aleppo e Beirute, urbanizando esses locais, construindo casas e se dedicando para que os armênios se transformassem numa dinâmica classe média francófila e resistentes à assimilação árabe³⁹⁷.

Em março de 1919, os jornais divulgaram telegrama recebido por Etienne Brasil remetido por Boghos Nubar desde Paris, no qual era relatada a situação crítica dos armênios deportados das províncias orientais do Império Otomano que chegavam vivos a cidades da

³⁹³ *Etienne Brasil e Agop Kaisserialian a Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1919, CR 235/1 (4) (FCRB).

³⁹⁴ NASLIAN, Jean. *Les Memoires de Mgr. Jean Naslian: eveque de Trebizonde, sur les événements politico-religieux en proche-orient de 1914 à 1928*. Beirute: Patriarcado da Cilícia dos Armênios Católicos, 2009, vol. 1 e 2, p. 582.

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 943.

³⁹⁶ *Ibid.*, pp. 581-582.

³⁹⁷ WATENPAUGH, K. *op. cit.*, 2014, pp. 173-175.

Síria³⁹⁸. Por conta disso, o “presidente da delegação nacional” armênia pedia que campanhas de arrecadação de fundos fossem iniciadas pelo mundo a fim de ajudar os refugiados, “Em nome das viúvas e órfãos dos nossos mártires e heróis; em nome dos deportados, que ainda padecem nos desertos do desterro, a delegação nacional faz apelo aos armênios de todos os países e conta com seu patriotismo”. Segundo Kechichian, não seria a primeira vez que dinheiro era arrecadado no Brasil e destinado à Boghos Nubar. Em 1917, Elian Naccach – um dos enviados de São Paulo para se encontrar com os delegados brasileiros no Rio – à frente da “Sociedade Armênia de Beneficência”³⁹⁹, teria enviado 25 mil francos ao político armênio na França, atitude repetida no ano seguinte⁴⁰⁰, embora as informações de periódicos armênios – do francês *Armênia* e do *Kotchnak*, de Boston – dão conta de 15 mil francos⁴⁰¹. Merece destaque ainda a introdução que Etienne faz antes de transcrever o telegrama, dando como certo que a Liga das Nações havia determinado que os EUA exercessem um mandato sobre a Armênia, garantindo, assim, a independência.

4.2 A institucionalização das relações armênio-brasileiras

As discussões sobre o futuro da Armênia prosseguiram na Europa e eram acompanhadas com atenção por Etienne Brasil. Alarmado por alguma sinalização de Paris, que indicava que a Armênia teria que considerar a hipótese de ter cidadãos turcos dentro de seu Estado, o presidente do Centro Armênio do Brasil protestou junto ao Itamaraty, em 26 de maio de 1919, contra essa possibilidade, esperando que a delegação brasileira se posicionasse ao lado dos armênios⁴⁰². Para Etienne, a história teria ensinado que a paz não seria reestabelecida no Ocidente enquanto o “cancro turco” não fosse extirpado, e que os armênios acatariam a resolução da Conferência de Paz que previa a criação de um mandato sobre a Armênia, o qual poderia ser exercido por qualquer povo, “até mesmo os hotentotes”, desde que repelisse a influência dos “selvagens turcos”. Essa carta mostra que, apesar de se dirigir a ministros de Estados e, eventualmente, ao próprio Presidente da República, Etienne Brasil não abandonou o

³⁹⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro: 6 de março de 1919, p. 4 (HDB/BN).

³⁹⁹ Não confundir com a União Geral Armênia de Beneficência (UGAB), fundada no Cairo em 1906 pelo mesmo Boghos Nubar Paxá, mas que só teria filial no Brasil nos anos 1960.

⁴⁰⁰ KECHICHIAN, H. op. cit., pp. 40-41.

⁴⁰¹ *Kotchnak* (Կոչնակ). Boston: 15 de setembro de 1917, p. 1123 (MATENADARAN/RA).

⁴⁰² “*Centre Arménien du Brésil a Ministre de affaires étrangères du Brésil*”. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1919, 281/2/4 (AHI)

discurso orientalista, carregado de estereótipos que caracterizavam uma espécie de turcofobia, que o acompanhou durante anos como articulista e escritor. Mesmo com a pretensão de atuar como um diplomata, ofício que tem seus códigos, etiquetas e jargões, o intelectual não abre mão da linguagem propagandística baseada na missão civilizatória ocidental. A falta de traquejo renderia, mais tarde, reclamações por parte do Itamaraty, que reclamava em anotações anexas às cartas de Etienne Brasil que o armênio quebrava os protocolos ao se dirigir diretamente ao Presidente da República, ignorando os trâmites diplomáticos, algo que nem os ministros plenipotenciários tinham autorização para fazer⁴⁰³.

Em agosto, Etienne enviou a primeira carta conhecida para Avetis Aharonian, representante oficial do governo armênio em Paris. Não se sabe como o ex-padre conseguiu estabelecer um contato com o político armênio, mas ele pode ter usado o canal que tinha com Tchobanian para conseguir a atenção de Aharonian. Nessa primeira missiva, escrita em um simples papel pautado com um carimbo do Comitê Armênio, Etienne agradece ao político armênio por “encarregá-lo junto a Epiácio Pessoa”, mas não deixa claro que tipo de função ele teria ante o presidente brasileiro. Na mesma carta, ele informa Paris acerca de debates travados por ele na imprensa carioca e menciona a publicação de um artigo de João do Rio sobre Pierre Loti, oficial da Marinha francesa e orientalista de renome nos anos 1910, conhecido, sobretudo, por sua crítica às interferências ocidentais no Império Otomano, onde havia residido⁴⁰⁴. Etienne informa ainda sobre o seu próximo livro, *La France au Brésil*, que teria “consumido cinco anos de pesquisa e que foi patrocinado pelo Sr. Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Sr. Azevedo Marques”, sem mencionar que tipo de patrocínio teria sido esse, o que é curioso, pois nos anos de 1919 e 1920, ele acusaria diversas vezes Azevedo Marques de não colaborar com os pedidos armênios de reconhecimento da república no Cáucaso. De qualquer maneira, Etienne tentava convencer Aharonian que seus serviços foram úteis aos franceses e brasileiros no contexto da missão militar francesa no país e poderiam também sê-lo para a Armênia se a delegação em Paris o apoiasse. Ainda nessa primeira correspondência, Etienne solicita informações básicas sobre o país que intencionava representar no Rio de Janeiro, como qual seria a bandeira nacional e qual teria sido o resultado da missão militar norte-americana que visitaria a Armênia naquele ano⁴⁰⁵.

⁴⁰³ “*Directoria Geral dos Negocios Diplomaticos e Consulares ao Ministro de Relações Exteriores*”. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1920, 281/2/4 (AHI).

⁴⁰⁴ Pierre Loti foi publicado no Brasil em 1913. Cf. LOTI, Pierre. *A Turquia Agonizante*. Rio de Janeiro: Casa A. Moura, 1913.

⁴⁰⁵ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1919 (ARFA).

No mês seguinte, o intelectual informou Paris que ele e “outros bons elementos da colônia” estavam reorganizando o Centro Armênio na capital brasileira cuja presidência seria ocupada por Levon Apelian, tendo Agop Kaissarian como vice e ele próprio como secretário-geral. A “presidência geral de todos os armênios do Brasil” continuaria a ser exercida por Mihran Latif, em um movimento político de Etienne que garantiria, em teoria, a liderança de seu aliado mais poderoso sobre todas as organizações armênias do Brasil, o que incluiria as de São Paulo, onde meses mais tarde alguns armênios questionariam as posições políticas do expadre e colocariam em questão sua autoridade como articulador político da diáspora armênia no Brasil⁴⁰⁶. A assinatura do remetente ao final da carta já está acompanhada de sua nova função, “secretário-geral do Centro Armênio”, posto que garantiria a Etienne a direção da entidade – e do grupo de interesses o qual lidera – sem qualquer ônus econômico ou político, os quais eram arcados por Latif e Apelian.

Em outubro, Etienne Brasil escreveu a Aharonian para tratar do comércio entre Brasil e Armênia. Ele afirmou que havia conseguido reunir um grupo de “capitalistas” que estariam dispostos a exportar “para o Oriente e a Armênia, café, cacau, mate (chá brasileiro), manganês e outros artigos sob demanda”⁴⁰⁷. Em troca, os comerciantes esperavam receber seda, tapetes, frutas secas e outros artigos que Etienne garantiu que os armênios poderiam prover. O governo brasileiro estaria inclinado a providenciar um navio que transportaria as mercadorias em questão – além de alguns víveres como farinha e feijão – caso o governo armênio apresentasse garantias por meio de um banco. O navio poderia ser enviado a Batumi, Trebizonda, Esmirna, Constantinopla, Cilícia ou Egito e os negociantes armênios da França ou Armênia que desejassem participar da transação deveriam procurá-lo. Para caminhar com as negociações, Etienne afirma da “urgência” do assunto, pressionando Aharonian para que o governo armênio providenciasse as garantias bancárias necessárias, o que nunca aconteceria. Etienne parece querer justificar tanto no Brasil quanto na Armênia as vantagens comerciais que poderiam existir a partir do reconhecimento brasileiro da pequena república do Cáucaso, além de garantir aos armênios – e outros imigrantes – que tinham negócios no Rio de Janeiro que fossem financeiramente beneficiados em troca de apoio às demandas que Etienne fazia junto ao Catete e a Paris.

Em 11 de outubro, Etienne novamente reuniu uma comitiva de armênios do Rio de Janeiro e São Paulo para visitar o presidente Epitácio Pessoa e agradecê-lo pelo papel do Brasil

⁴⁰⁶ Idem, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1919 (ARFA).

⁴⁰⁷ Idem, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919 (ARFA).

na Conferência de Paz de Paris em prol das reivindicações armênicas, embora ele não mencione que papel teria sido esse. Contudo, em carta enviada dias mais tarde a Aharonian para informá-lo dos resultados da reunião com o presidente, Etienne afirma que Pessoa teria respondido da seguinte forma o agradecimento armênio:

O Brasil não fez mais que seu dever de justiça. Quanto a mim, nutro uma grande simpatia por vossa nação; durante meu governo eu farei todo o possível para estabelecer boas relações políticas e comerciais com a Armênia⁴⁰⁸.

Na reunião, uma carta foi lida pelos representantes armênios que se pronunciavam em nome de Boghos Nubar, Avetis Aharonian e todas as comunidades armênicas da “dispersão”, que felicitavam e agradeciam a intervenção brasileira. De acordo com o documento, “as vossas notabilidades inscreveram os seus nomes ao lado dos de Gladstone, James Bryce, Wilson, Clemenceau e outros defensores da Armênia”. Como recompensa, urgia o início do intercâmbio comercial entre Brasil e Armênia, no qual “primorosos tapetes e sedas, os nossos deliciosos azeites e frutas da Cilícia poderão pagar o café e demais preciosidades de vossa terra”. Porém, o trecho mais revelador é a conclusão da missiva:

Diante do papel preponderante que os Estados Unidos terão na assistência à Armênia, liames especiais ligar-nos-ão ao continente americano. Eis aí por que solicitamos o auxílio do vosso governo nesta hora suprema em que se está decidindo a sorte definitiva da Armênia gloriosa e mártir⁴⁰⁹.

Ou seja, além da alta expectativa que havia sobre o mandato norte-americano sobre a Armênia, a estratégia da política externa brasileira de aproximação dos EUA e envolvimento em questões que iam além do hemisfério ocidental mostrava algum fôlego. É plausível que o presidente brasileiro tivesse alguma simpatia pela causa armênia – conforme sugerem as palavras que teriam sido ditas por Pessoa a Etienne, transcritas na missiva a Aharonian – na medida em que a política externa brasileira estava próxima daquela preconizada por Woodrow Wilson, notório entusiasta das reivindicações armênicas. Como único país sul-americano a se engajar na Grande Guerra, a imagem do Brasil foi promovida como a nação protagonista na América e líder do continente no âmbito da Liga das Nações, sobretudo após a recusa dos EUA de participar da entidade idealizada pelo seu mandatário. O investimento de Etienne e seus companheiros em aproximar o Brasil da causa armênia com a aquiescência da delegação em Paris indica que as lideranças armênicas acreditavam na autopropaganda do Brasil como país protagonista no cenário internacional pós-guerra. Incentivados pelas informações de Etienne Brasil, que, indubitavelmente, via na questão uma oportunidade de ascensão social e

⁴⁰⁸ Idem, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1919 (ARFA).

⁴⁰⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 12 de outubro de 1919, p. 2 (HDB/BN).

profissional, os armênios investiram para obter o apoio brasileiro como se o país fosse aliado estratégico para a causa.

Enquanto as coisas pareciam caminhar bem para Etienne em sua aproximação com o Catete, o cenário político armênio apresentava-se mais nebuloso. O ex-padre afirmou a Aharonian que as divisões causadas por “maus armênios” haviam chegado também ao Brasil. Etienne indicou que a “raiva contra a República do Cáucaso” causava insinuações sobre Boghos Nubar – adversário político de Aharonian em Paris – que seria “inimigo da república”, numa “campanha infame” que agrada “russos e turcos” que não afetaria, todavia, “os elementos mais importantes da nossa colônia que reprovam energicamente” essas opiniões, incluindo Latif. Quanto a ele mesmo, “livre e independente de todo partido e de toda religião”, escreve Etienne, “sou intransigente nessa questão. Os oceanos de pretextos e sofismas não podem fazer um armênio verdadeiramente esquecer que a República é hoje nossa glória e nosso centro de esperança”⁴¹⁰ e pede que o representante armênio em Paris o informe da “verdade sobre a atitude do Sr. Boghos Nubar” conforme a honra do próprio Nubar merece, a fim de dar uma resposta aos “maus armênios” e afastá-los do Centro Armênio, que seria dissolvido e substituído por um “comitê de ação com gente séria”.

Os últimos meses de 1919 e os primeiros de 1920 foram marcados pela forte pressão dos políticos armênios e das comunidades diaspóricas no mundo para que o maior número possível de países reconhecesse a República Armênia proclamada em 28 de maio de 1918. Nesse sentido, Etienne Brasil recebeu, na véspera do Natal de 1919, a sua nomeação como representante diplomático da República Armênia no Brasil, pela qual agradece a Avetis Aharonian em carta de 4 de janeiro de 1920 e informa o agora seu superior sobre suas investidas junto ao Itamaraty, ao Catete e à imprensa para atingir o objetivo do reconhecimento. No dia 3, ele submeteu à Associação de Imprensa uma carta na qual solicitava, por meio dos órgãos de imprensa do Brasil, que o governo brasileiro reconhecesse a Armênia – tal como a Argentina havia feito com a vizinha Geórgia – e intervisse para salvar os armênios e os territórios ameaçados pelos turcos⁴¹¹. Dois dias depois, Etienne encaminhou documento similar ao Ministro de Relações Exteriores, Azevedo Marques, afirmando que havia sido confirmado pelo governo armênio, na figura do chefe da delegação armênia em Paris, como “representante

⁴¹⁰ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1919 (ARFA).

⁴¹¹ *Idem*, 3 de janeiro de 1920, p. 4 (HDB/BN).

diplomático” no Brasil e, por isso, pedia audiência com o chanceler⁴¹². Na ocasião, o recém-nomeado diplomata apresentaria os objetivos de sua missão, quais sejam: o reconhecimento da Armênia por parte do governo brasileiro, o apoio formal do Brasil conforme havia sido indicado por Eptácio Pessoa e, por último, apresentar as vantagens comerciais que o Brasil poderia obter com a aproximação. Ao final, Etienne Brasil apela para sua biografia, na esperança que seus anos vividos no país sensibilizassem o ministro:

Desde já posso garantir a Vossa Excelência que, amicíssimo do Brasil, onde constitui família, onde nasceu a minha filhinha, onde me identifiquei com o meio por doze anos de labor no magistério e na imprensa, envidarei todos os esforços para, juntamente com os interesses de minha pátria, servir a expansão comercial e propagar a influência moral do Brasil em todo o Oriente, com o mesmo devotamento e a mesma lealdade que teria o melhor dos brasileiros.

Não satisfeito, ele se dirigiu quatro dias mais tarde diretamente a Eptácio Pessoa, lembrando ao presidente as palavras de apoio à causa que ele havia pronunciado antes de embarcar para Paris, ainda não como presidente da república, mas como chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz⁴¹³. Etienne afirmou que o Brasil nunca hesitou em reconhecer nações cujos governos haviam sido alterados, agindo assim com relação a Cuba, Panamá e Portugal, que sofreram rupturas políticas, mas invariavelmente foram reconhecidos em poucas semanas como legítimos pelo governo brasileiro. Assim, o diplomata enumerou as razões pelas quais o Brasil deveria agir da mesma forma para com a Armênia: I) a Armênia contava com uma população de cinco milhões de pessoas – em um exagero estatístico já feito antes por Etienne – ou seja, muito mais do que a Grécia, Sérvia e Bulgária, países reconhecidos mundialmente; II) os EUA haviam mandado uma missão de reconhecimento à Armênia – comandada pelo General James G. Harbord, homem de confiança de Woodrow Wilson, que tinha a tarefa de avaliar se o mandato dos EUA era viável e concederam dois empréstimos ao governo armênio. Tais atitudes, segundo Etienne Brasil, “equivale[m] a um reconhecimento implícito”. Assim sendo, o diplomata conclui seus argumentos com um apelo final:

[...] o reconhecimento da República Armênia não somente será bem acolhido pela Europa, porque a voz do Brasil é desinteressada; como ainda provocará o reconhecimento pelas demais Potências; duas Repúblicas sul-americanas prometeram imitar imediatamente o ato do Brasil. Este gesto nobilíssimo facilitará a defesa de nossas reivindicações perante a mesa da Paz.
[...] Esperamos que V. Exa., que já ergueu a voz e nosso favor, inscreverá, ao assinar o decreto de reconhecimento da República Armênia já organizada, o

⁴¹² *Etienne Brasil a Azevedo Marques*. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1920, 281/2/4 (AHI). Após tentar, sem sucesso, no início dos anos 1910, Etienne Brasil somente conseguiria se naturalizar brasileiro em 1925. *Base de Dados Nacionalidades*, nº processo E.3.925, código 24391 (AN).

⁴¹³ *Etienne Brasil a Eptácio Pessoa*. Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1920, 281/2/4 (AHI).

seu nome e o do Brasil em caracteres de ouro nos corações dos Armênios e na História da Armênia.

O apelo é seguido por diversas transcrições de documentos, sem nenhum tipo de autenticação, com os quais o diplomata esperava convencer Epiácio Pessoa de que a Armênia tinha um governo *de facto*, e que merecia o reconhecimento por conta dos serviços prestados ao Ocidente durante a Guerra. Em sua maioria, os documentos anexos continham o mesmo teor das linhas escritas por Etienne na imprensa fluminense durante os anos 1910, como, por exemplo, a alegação de que os armênios preferiram morrer a combater os franceses e britânicos, ou, ainda, que a população armênia foi a mais atingida pela guerra diante de uma análise proporcional do número de habitantes. Relatos de viajantes sobre os feitos dos armênios e estimativas estatísticas de quantos cristãos haviam sido assassinados pelos turcos também tinham lugar nesse dossiê. O anexo mais interessante, porém, é o documento de número cinco, intitulado “relações negativas entre o Brasil e a Turquia”, no qual Etienne Brasil faz um apanhado histórico das relações entre o país e o Império Otomano, afirmando que o cônsul do Sultão em São Paulo, Munir Sureyya Bey, “extorquiu dos sírios grandes quantias, ameaçando-os com perseguições aos parentes residentes na Turquia. O jornal árabe ‘*O Esphinge*’, que se edita em São Paulo, acusou de espionagem o cônsul turco de São Paulo [...]”. É importante notar que o jornal citado é o mesmo cujo diretor-responsável foi recebido para um almoço por Etienne Brasil em sua residência em 1913⁴¹⁴.

Enquanto isso, a ofensiva do diplomata na imprensa continuava. No dia 15 de janeiro, o *Grêmio Jurídico Conselheiro Cândido de Oliveira* manifestou junto a Epiácio Pessoa “sua simpatia pela causa da novel República Armênia, berço da civilização bíblica”, pedindo assim o reconhecimento “do governo do heroico povo”⁴¹⁵. Tal manifestação reflete a articulação política de Etienne Brasil para que a pressão sobre o Catete fosse feita em diferentes frentes. A manifestação estudantil foi informada a Aharonian, seguida do esclarecimento de que a mesma foi publicada em cinco jornais diferentes. Na mesma carta, ele reclama que ainda não havia recebido os documentos necessários para exercer suas funções como representante diplomático e pede informações sobre os símbolos cívicos da República Armênia, tais como bandeira, brasão de armas e hino, além de livros e documentos⁴¹⁶. Ambas as solicitações se repetiriam em praticamente todas as cartas enviadas pelo diplomata a Paris, o que indica que Aharonian era lacônico nas suas respostas e hesitava em formalizar a nomeação de Etienne, que

⁴¹⁴ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 14 de maio de 1913, p. 7 (HDB/BN).

⁴¹⁵ *A Rua*. Rio de Janeiro: 15 de janeiro de 1920, p. 3 (HDB/BN).

⁴¹⁶ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1920 (ARFA).

permanecia como um acordo de cavalheiro entre os dois. Ocasionalmente, todavia, o diplomata agradecia a Paris pelos livros, periódicos e documentos informativos enviados, indicando que ao menos esse tipo de solicitação era atendido por Aharonian e seus homens.

Ainda no mesmo mês, Etienne recorreu a jornais do sul do país, de forma a tornar a causa armênia mais conhecida fora do eixo Rio-São Paulo. Em entrevista dada a um periódico carioca e replicada por jornais de Florianópolis e Porto Alegre, o representante diplomático afirma que a Constituição da Armênia foi feita com molde nas Cartas dos EUA e do Brasil, pois, “desta última foram julgadas muitas disposições superiores às da norte-americana”⁴¹⁷. No dia seguinte, em um jornal gaúcho, há a informação de que da Constituição brasileira veio a resolução “que dispõe que a Armênia não se empenhará em guerra de conquista”⁴¹⁸, o que, em realidade, era inspirado no artigo 4º de um decreto de 22 de maio de 1790 da Assembleia Constituinte da França revolucionária, posteriormente incorporado à constituição francesa de 1791⁴¹⁹. No dia 28, Etienne Brasil desmentiu que a Holanda assumiria um mandato sobre a Armênia, pois o país possuía autonomia, e os territórios litigiosos ficariam sob jurisdição internacional⁴²⁰. Alguns meses depois, ele também negaria a possibilidade de um mandato italiano⁴²¹ e também belga⁴²², sendo esse último o mesmo país ao qual ele havia solicitado intervenção menos de um ano antes. A razão para o aparente desdém do representante diplomático que havia dito, em documentação oficial pouco tempo antes, que aceitaria um mandato até dos hotentotes caso fosse preciso, foi o reconhecimento da República Armênia pelas Potências, conforme ele mesmo divulgou por meio da imprensa no começo de fevereiro de 1920⁴²³. No final de janeiro, França, Grã-Bretanha e Itália haviam reconhecido o governo de Yerevan, embora o senado norte-americano ainda se recusasse a fazer o mesmo enquanto as fronteiras da Armênia não estivessem totalmente delimitadas. O reconhecimento norte-americano só aconteceria no dia 23 de abril do mesmo ano⁴²⁴.

Revigorado pelos sucessos da campanha armênia na Europa, Etienne Brasil escreveu a Avetis Aharonian solicitando que fossem enviadas de Paris credenciais que o

⁴¹⁷ *Republica*. Florianópolis: 25 de janeiro de 1920, p. 3 (HDB/BN).

⁴¹⁸ *A Federação*. Porto Alegre: 26 de janeiro de 1920, p. 2 (HDB/BN).

⁴¹⁹ COGGIOLA, Osvaldo. *Capitalismo: origens e dinâmica histórica*. São Paulo: edição do autor, 2014, p. 281.

⁴²⁰ *A Rua*. Rio de Janeiro: 28 de janeiro de 1920, p. 2 (HDB/BN).

⁴²¹ *Idem*, 2 de novembro de 1920, p. 3 (HDB/BN).

⁴²² *O Paiz*. Rio de Janeiro: 15 de julho de 1920, p. 4 (HDB/BN).

⁴²³ *A Razão*. Rio de Janeiro: 9 de fevereiro de 1920, p. 2 (HDB/BN).

⁴²⁴ BALAKIAN, P. op. cit., p. 359.

habilitassem a ser ministro plenipotenciário da Armênia para toda a América do Sul. Etienne articulava junto aos ministros sul-americanos há algum tempo. Em janeiro, ele informou a Aharonian que havia obtido do diplomata chileno no Rio de Janeiro – cujos filhos eram seus alunos – o compromisso de apoiar a República Armênia e que o Chile iria reconhecer a independência do país no mesmo dia que o Brasil o fizesse⁴²⁵ – o que de fato aconteceria, com algumas semanas de atraso em relação ao Brasil, em 23 de dezembro de 1920⁴²⁶. A mesma abordagem seria usada com o ministro do Uruguai, Manuel Bernardes, cujo filho também era estudante de Etienne⁴²⁷, provavelmente no Liceu Francês, escola na qual os diplomatas estrangeiros matriculavam seus filhos a fim de oferecê-los educação europeia. Nesse sentido, ele solicitou a Aharonian que enviasse documentos que o dotassem de “poderes ante os governos de Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela”⁴²⁸, pois, continua Etienne, “a América forma um todo, cuja testa espiritual é o Brasil”⁴²⁹. O pedido foi aceito pela delegação armênia que enviou, além de material de propaganda para que o novo representante diplomático pudesse intensificar o seu trabalho no subcontinente, documentos que o acreditavam para o serviço. Em resposta, Etienne afirmou que iria se esforçar para atender “o chamado da minha pátria”⁴³⁰. Nesse ínterim, esboçou uma estrutura diplomática que dotaria a Armênia de uma rede de consulados e embaixadas por ele coordenada – sob título de “encarregado de negócios ou ministro residente efetivo com encargos consulares” – mas que teria Mihran Latif na figura “embaixador honorário e extraordinário”, além de um vice-consulado em São Paulo e um consulado em Buenos Aires⁴³¹.

Para a consecução de seus planos, Etienne precisaria mais do que da anuência informal de Aharonian na troca de cartas pessoais, mas que o representante armênio em Paris intervisse junto aos diplomatas brasileiros na capital francesa, pois, na mente do ex-padre, o Itamaraty não tomaria nenhuma decisão de política externa concernente a Armênia sem consultar seus funcionários na França. Por isso, Etienne insistia que Aharonian recebesse “um grande amigo da Armênia”, Rui Barbosa, – até então cotado para ser o representante brasileiro no Conselho da Liga das Nações – na estação de trem quando de sua passagem por Paris, além

⁴²⁵ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1920 (ARFA).

⁴²⁶ *Arturo Alessandri ao presidente da República da Armênia*. Santiago do Chile, 23 de dezembro de 1920 (ARFA).

⁴²⁷ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1920 (ARFA).

⁴²⁸ Oblitera-se o Equador, razão pela qual o ex-padre passaria meses pedindo que Paris ratificasse suas credenciais para que a sua jurisdição passasse a cobrir também Quito.

⁴²⁹ *Idem*, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1920 (ARFA).

⁴³⁰ *Idem*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1920 (ARFA).

⁴³¹ *Idem*, Rio de Janeiro 15 de janeiro de 1920 (ARFA).

da necessidade de uma audiência com Gastão da Cunha, embaixador brasileiro na cidade⁴³². Nesses encontros, Aharonian deveria mencionar Latif de quem os brasileiros seriam próximos e aludir a possibilidade do abastado homem de negócios ser o embaixador armênio para a América do Sul, pois:

Dr. Mihran Latif é muito rico; seu palácio já é uma embaixada frequentada por diplomatas, pela alta aristocracia e por pessoas de altos negócios. [...] O Dr. Epitácio Pessoa é um amigo particular do Dr. Latif, assim como o Ministro do Exterior Azevedo Marques e muitos altos políticos. O Dr. Latif nos prestará grande serviços sem nada nos demandar⁴³³.

Além de usar a influência e riqueza de Latif para abrir portas para as aspirações armênias – e as suas próprias – no Brasil, Etienne explorou conexões pessoais em todos os níveis possíveis. Em missiva a Aharonian no começo de fevereiro, ele afirma que “é sabido que o Presidente Epitácio Pessoa ama muito sua mulher e sua filha, Srta. Laurita, e eu aproveitei do aniversário dessa última anteontem para endereçar, pelas mãos da Sra. Latif, um tocante apelo das mulheres armênias às mulheres brasileiras”⁴³⁴. Contudo, não é possível saber até que ponto as afirmações de Etienne sobre a influência de sua rede de contatos são reais. Na mesma carta a Aharonian, ele indica que iria tentar o agendamento de uma audiência com Azevedo Marques por meio do subsecretário de Estado, Diniz Pinehiro, um ex-colega da Faculdade de Direito, estratégia essa que causa estranheza na medida em que Latif poderia intervir diretamente junto a Pessoa ou Azevedo Marques usando seus laços de amizade com essas figuras o que eliminaria a necessidade do diplomata acionar escalões mais baixos para ser recebido pelos tomadores de decisão.

Outras questões, todavia, perturbavam Etienne e ele não hesitava de compartilhá-las com seus superiores, tanto aquelas de ordem prática no que diz respeito ao funcionamento da legação armênia no Brasil – como as repetidas requisições de informações cívicas, de documentos oficiais que pudessem servir para a expedição do *exequatur* e até mesmo para utilização de criptografia nas correspondências diplomáticas –, como questões políticas no Rio de Janeiro e em Yerevan que pudessem atrapalhar seus planos para as relações bilaterais. Irritava-o o laconismo de Aharonian ao responder suas cartas e a morosidade dos tomadores de decisão armênios para atender seus pedidos. Alegavam eles que a nomeação de Latif para o cargo de embaixador e outras questões burocráticas só poderiam ser definidas após a assinatura

⁴³² Idem, *ibid.*

⁴³³ Idem, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1920 (ARFA).

⁴³⁴ Idem, *ibid.*

do tratado de Sèvres e o posicionamento oficial do governo armênio em Yerevan sobre essas matérias, não competindo à delegação em Paris criar mais representações diplomáticas ou nomear pessoal além do que já havia sido feito⁴³⁵. Também incomodava Etienne o tratamento ambíguo dispensado pelos tomadores de decisão brasileiros que, ao mesmo tempo em que o recebiam com deferência e atenção, prometiam resoluções rápidas para as demandas armênias que, na prática, estavam se arrastando por mais tempo que o diplomata previa. Enquanto funcionários do Itamaraty como o secretário Fernandes Pinheiro diziam a ele que o reconhecimento brasileiro era “pura formalidade”⁴³⁶, a protelação encontrava escusas em questões tidas como mais relevantes, como a resolução do arresto de navios brasileiros pela Alemanha durante a Guerra⁴³⁷.

Além das articulações na seara político-diplomática, Etienne continuava as tratativas para a organização do comércio entre Brasil e os armênios – abarcando, assim, os homens de negócios da diáspora, inclusive Latif e Apelian, seus principais avalistas políticos e econômicos. Ainda em janeiro de 1920, o ex-padre insistia com Aharonian na necessidade de dedicar especial atenção ao comércio para facilitar o reconhecimento, num duplo movimento que, além de atender os interesses privados de seus apoiadores, mostraria aos tomadores de decisão brasileiros que a formalização de laços diplomáticos com a Armênia encontrava justificativa econômica plausível. Para tanto, Etienne afirmava que a companhia de comércio que ele estaria organizando abriria no Brasil um “grande Bazar Oriental” para o intercâmbio dos produtos mutuamente interessantes. Alegava o ex-padre que seu empreendimento teria apoio dos governos grego e romeno – com os quais estaria em contato e poderiam fornecer navios – o que “poderia render imensos serviços a nosso país”⁴³⁸. Poucos dias depois, ele escreveu ao representante armênio em Paris afirmando que os preparativos para a criação da “Companhia Brasil-Oriente” caminhavam bem e que ele mesmo iria entrar em contato com o governo da Geórgia para que o vizinho setentrional pudesse facilitar a entrada dos produtos no território armênio, desprovido de acesso marítimo⁴³⁹. Seu prognóstico dava conta de que a companhia poderia funcionar a partir do mês de março⁴⁴⁰. Em paralelo, Etienne negociava com

⁴³⁵ HOVANNISIAN, R. op. cit., pp. 431-433.

⁴³⁶ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1920 (ARFA).

⁴³⁷ Idem, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1920 (ARFA).

⁴³⁸ Idem, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1920 (ARFA).

⁴³⁹ Idem, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1920 (ARFA).

⁴⁴⁰ Idem, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1920 (ARFA).

políticos dos estados de São Paulo e Pernambuco que poderiam, de acordo com a sua análise, facilitar a exportação de café e açúcar, respectivamente, para a Armênia⁴⁴¹.

Possivelmente por conta da insistência de Etienne Brasil junto seus contatos no Catete e Itamaraty, Epitácio Pessoa convocou o representante armênio para uma audiência em Petrópolis, residência de veraneio da presidência, no dia 26 de fevereiro. Na cidade serrana, Pessoa o “recebeu com muita simpatia e durante aproximadamente uma hora nós discutimos sobre as relações armênio-brasileiras. À noite, o presidente me disse: ‘eu devo publicar por esses dias o decreto reconhecendo a Armênia’”, solicitando, para tanto, um mapa do país⁴⁴². No mesmo dia, Etienne providenciou a carta geográfica solicitada por Pessoa e escreveu-lhe para informá-lo das recentes recognições obtidas junto aos países europeus, afirmando que, por isso, “o reconhecimento do meu país pelo Brasil reduziu-se a mera formalidade, a um simples ato de consideração”⁴⁴³, reproduzindo assim as palavras que afirmava ter ouvido de Fernandes Pinheiro algumas semanas antes. Apesar do tom jactancioso, o representante fez uma lista de exigências chamadas por ele de “quadruplo favor”: I) um ato por parte do governo brasileiro reconhecendo oficialmente a Armênia; II) o aceite de suas credenciais como diplomata e a emissão do *exequatur*; III) o envio de uma missão político-comercial a Yerevan; IV) o apoio do Brasil à libertação da Cilícia e de outros territórios e a consequente restituição dos mesmos aos armênios, livrando-os da “tirania sultânica”. A Cilícia havia sido o assunto de outra comunicação enviada a Pessoa uma semana antes, quando Etienne informou ao presidente brasileiro sobre os massacres que aconteciam na região, fruto do conflito entre tropas francesas e kemalistas⁴⁴⁴.

Etienne Brasil parece ter escrito essa carta – datada do mesmo dia da audiência com Pessoa – para formalizar, textualmente, o que havia sido conversado entre os dois. Não obstante, conforme indicado por uma anotação anexada à missiva, o documento foi devolvido ao remetente por não seguir o protocolo do Itamaraty, dirigindo-se diretamente ao Presidente da República. Um dia depois, o diplomata reencaminhou as solicitações que havia endereçado a Pessoa ao Ministro de Relações Exteriores, Azevedo Marques⁴⁴⁵, com quem mostrava irritação por ter desmarcado uma audiência previamente agendada. Decidido a continuar a sua ofensiva

⁴⁴¹ Idem, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1920; e 20 de fevereiro de 1920 (ARFA).

⁴⁴² Idem, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1920 (ARFA).

⁴⁴³ *Etienne Brasil a Epitácio Pessoa*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1920, 281/2/4 (AHI).

⁴⁴⁴ Idem, 20 de fevereiro de 1920, 281/2/4 (AHI).

⁴⁴⁵ *Etienne Brasil a Azevedo Marques*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1920, 241/2/13 (AHI).

junto aos políticos do Executivo brasileiro, ele informou Paris que iria solicitar nova audiência com o Itamaraty, bem como com o Ministro da Agricultura⁴⁴⁶.

No dia seguinte, foi a vez do ministro da Argentina no Rio de Janeiro se dirigir ao governo brasileiro solicitando o reconhecimento da Armênia⁴⁴⁷. A curiosa intervenção do diplomata de uma terceira nação em assuntos bilaterais foi certamente encorajada por Etienne Brasil, que exercia influência, segundo Richard Hovannisian, sobre Ruiz de los Llanos⁴⁴⁸. Ainda de acordo com o historiador norte-americano, o diplomata foi o intermediário entre Etienne e Buenos Aires para que o reconhecimento da Armênia pela Argentina acontecesse nos primeiros dias de maio daquele ano. Com efeito, no dia 3 de maio, o representante diplomático dos armênios no Brasil encaminhou telegrama ao Palácio do Itamaraty informando sobre o reconhecimento argentino no dia anterior⁴⁴⁹. A mesma tática foi utilizada para obter o reconhecimento pelo Uruguai, Chile e Paraguai. Em abril, Etienne voltou sua atenção para a região Norte do Brasil e os países fronteiriços como Peru, Colômbia e Venezuela. No dia 11 daquele mês, ele informava Aharonian que negociava com Caracas para que a Venezuela reconhecesse a independência armênia – e sugeria a instalação de um consulado honorário por lá⁴⁵⁰ – além de ter reuniões com os ministros de Peru e Colômbia nos dias seguintes⁴⁵¹. Enquanto isso, o representante diplomático da Armênia no Rio de Janeiro tentava convencer Aharonian da necessidade da criação de um consulado em Manaus, a ser chefiado honorariamente por Levon Guiragos Rumian, professor na universidade local⁴⁵². O pedido parece não ter ecoado em Paris.

No dia 1º de março, o intelectual chamou a atenção do Ministério das Relações Exteriores para um telegrama que havia sido publicado no dia anterior no *Jornal do Commercio* que versava sobre o reconhecimento italiano e a aceitação das credenciais do diplomata armênio em Roma. O trabalho de Etienne tinha, portanto, duplo caráter: primeiro, ele batalhava para ser visto pelas autoridades brasileiras como um diplomata que seria, nos termos de Raymond Aron, “a unidade política em nome da qual fala”⁴⁵³; e segundo e mais importante, para que sua unidade política fosse reconhecida como um ente soberano e independente pelo Rio de Janeiro, do

⁴⁴⁶ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1920 (ARFA).

⁴⁴⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro: 28 de fevereiro de 1920, p. 4 (HDB/BN).

⁴⁴⁸ HOVANNISIAN, R. op. cit., p. 343.

⁴⁴⁹ *Etienne Brasil a Rodrigo Octavio*. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1920, 241/2/13 (AHI).

⁴⁵⁰ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1920 (ARFA).

⁴⁵¹ Idem, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1920 (ARFA).

⁴⁵² Idem, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1920 (ARFA).

⁴⁵³ ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002, p. 52.

contrário, seu cargo não teria legitimidade. No dia 25 daquele mês, mais um passo foi dado em direção a sua acreditação como diplomata: Etienne acusou o recebimento dos documentos que investiam poderes para responder pela República Armênia na América do Sul, além de livros e revistas que serviriam para o estudo da história dos armênios e a promoção da causa no subcontinente⁴⁵⁴, ainda que a continuidade dos pedidos por informações acerca dos símbolos cívicos armênios indique que ainda era precária a condição de seus trabalhos como diplomata, carente de dados precisos sobre o país o qual representava.

Durante o restante de março e todo o mês de abril, Etienne Brasil permaneceu em relativo silêncio no que diz respeito às suas comunicações com os tomadores de decisão brasileiros. Por outro lado, a comunicação com Paris permanecia constante. Entusiasmado pelo recebimento de suas credenciais e otimista pelo reconhecimento da independência da República Armênia por um grande número de nações sul-americanas, o diplomata sentia-se à vontade para aconselhar Avetis Aharonian sobre os rumos que o país deveria tomar, mesmo que seja pouco provável que um dos principais políticos armênios tenha procurado qualquer tipo de aconselhamento em alguém que não conhecia pessoalmente. Em 21 de abril, ele resumia da seguinte forma o cenário sul-americano:

O Brasil está a ponto de nos reconhecer; na Argentina nossa questão está bem encaminhada; para os outros governos sul-americanos (menos o Equador), os Ministros representantes de seus países [palavra ilegível] escrever aos seus respectivos governos.

Excelência, eu gostaria de chamar a atenção de nosso governo e da nação armênia sobre os belos amigos que nós poderemos ter na América do Sul [...] Eu tenho lembrado que os governos desses países têm simpatia por nós e manifestam o desejo de estabelecer fortes relações diplomáticas e, sobretudo, comerciais. O Rio de Janeiro poderá ser o intermediário entre o Oriente armênio e a América do Sul [...]⁴⁵⁵

Para que a ofensiva diplomática no Ocidente continue a funcionar, na leitura de Etienne Brasil, ele pediu que Aharonian enviasse “todas as publicações em línguas europeias sobre a Armênia que seja possível obter. Eu as distribuirei nas bibliotecas públicas e aos governos sul-americanos”⁴⁵⁶. Em contrapartida, o diplomata conseguiria obras referentes às nações da América do Sul para enviar à biblioteca nacional em Yerevan. Na sequência, ele faz uma lista de sugestões sobre pautas que não competem a um diplomata: a Armênia deveria considerar cidadão todo armênio que reivindicasse a nacionalidade e para aqueles que haviam

⁴⁵⁴ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 25 de março de 1920 (ARFA).

⁴⁵⁵ *Idem*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1920 (ARFA).

⁴⁵⁶ *Idem*, *ibid.*

nascido fora da República Armênia – como ele mesmo – o governo deveria “dar um nascimento suposto nas cidades da República”; os armênios do estrangeiro deveriam, para ajudar a aumentar a população, adotar os “órfãos pobres e armenizá-los”; todos os cidadãos deveriam pagar um imposto militar, o que incluiria os armênios da diáspora e; uma “guarda estrangeira”, aos moldes da Guarda Nacional brasileira, deveria ser organizada em paralelo ao exército nacional. De todas as propostas, a de adoção de “órfãos pobres” é a mais peculiar. Ao que parece, o que Etienne propunha era a adoção por parte de armênios abastados da diáspora de crianças dos países receptores – e não os órfãos armênios que eram contabilizados na casa dos milhares nas instituições de ajuda humanitária no Levante – para que esses fossem considerados cidadãos armênios e, assim, a população da Armênia fosse numericamente aumentada, ainda que a cifra de habitantes da República no Cáucaso não sofresse nenhuma alteração. O ex-padre parece estar menos preocupado com as questões morais e humanitárias que podem derivar desse tipo de prática do que com aumento estatístico da população, o que poderia ser utilizado por ele e por seus superiores como argumento nas mesas de negociação pelo mundo.

A chegada da notícia do reconhecimento norte-americano em 23 de abril animou Etienne, que se dirigiu ao Itamaraty munido da novidade, esperando que o ato de Washington desse o impulso que faltava para o Rio de Janeiro e outros governos sul-americanos fizessem o mesmo. Ao escrever a Aharonian cinco dias depois do reconhecimento dos EUA, o diplomata atribuiu ao subsecretário de Estado das Relações Exteriores, Rodrigo Octávio, uma frase na qual o funcionário do Itamaraty lamentava que o governo anterior estivesse muito atrelado às agendas da França e Grã-Bretanha e, por isso, não teria dado a atenção devida à questão armênia, “mas, uma vez que os Estados Unidos se pronunciaram, a questão mudou. Eu irei falar com o Presidente da República”⁴⁵⁷. Enquanto isso, Etienne tentava se aproximar de parlamentares para otimizar sua ofensiva. Segundo ele, o político paraibano, Ascendino Carneiro da Cunha – definido pelo diplomata como um “armenófilo” e integrante da delegação brasileira na Conferência de Paz, chefiada pelo seu conterrâneo Epiácio Pessoa –, teria sugerido que fosse criado um banco armênio-americano para facilitar o comércio bilateral, o que o diplomata armênio no Rio de Janeiro acreditava que poderia abrir portas para a concessão de empréstimos à República Armênia.

Enquanto isso, no contexto sul-americano, o reconhecimento foi proposto por Ruiz de los Llanos, ministro argentino no Rio de Janeiro e aguardava tramitação no Executivo do

⁴⁵⁷ Idem, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1920 (ARFA).

país vizinho e o ministro boliviano, José Carrasco, pareceu a Etienne estar interessado na questão. De fato, o reconhecimento de Buenos Aires se deu poucos dias depois. Em 3 de maio, Etienne enviou telegrama a Aharonian informando-o do feito e pedindo que Paris telegrafasse a Hipólito Yrigoyen à guisa de agradecimento⁴⁵⁸. No mesmo dia, o diplomata enviou uma carta com a confirmação do reconhecimento, informando que ele mesmo já havia escrito ao mandatário argentino para agradecê-lo e fornecendo dados e números sobre a coletividade armênia no país vizinho⁴⁵⁹.

4.3 A esperança do mandato brasileiro sobre a Armênia

Maio de 1920 foi um mês especialmente agitado para o representante diplomático e um dos mais marcantes para a causa armênia no Brasil. No dia 15, o jornal *A Noite*, órgão carioca de maior tiragem – 50 mil exemplares⁴⁶⁰ –, que dava espaço a Etienne Brasil em suas páginas desde o tempo que ele escrevia na qualidade de sacerdote e membro do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, estampou em sua manchete a frase “O mandato da Liga das Nações sobre a Armênia foi oferecido ao Brasil”, seguida por um extenso artigo que ocupa um quarto da primeira página da publicação⁴⁶¹. De fato, a situação da Armênia estava indefinida após o Congresso norte-americano indicar que vetaria o mandato sobre o país que tanto havia sido defendido por Woodrow Wilson. Ao perceber que a derrota era certa, o presidente dos EUA articulou, de acordo com *A Noite*, para que o mandato fosse assumido por “uma das nações mais ricas da América do Sul”. Com informações de Etienne Brasil, o artigo sugere que o mandato seria oferecido à Argentina e/ou ao Brasil, esse último que, por sua vez, buscava ocupar um papel de protagonista no sistema internacional após participar da Conferência de Paz em Paris e ingressar como membro do Conselho da Liga das Nações. O texto prossegue afirmando que a negativa dos EUA em aceitar o mandato foi causada pelo parecer contrário dado por uma missão enviada à Armênia, que destacava os altos custos da operação para o país. Após a sinalização do Congresso norte-americano que o mandato seria recusado, Wilson teria

⁴⁵⁸ Telegrama de *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁵⁹ Etienne Brasil estima em mil pessoas o número de armênios que viviam na Argentina por volta de 1920 – segundo ele, eram 2 mil em 1908 – concentrados em Buenos Aires e Córdoba. As entidades teriam a seguinte divisão: *Dashnak*, 70 membros; Beneficência – provavelmente UGAB – 100 membros; *Hnchak*, 30 membros; alguns *Ramkavar* e outros grupos menores. *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁶⁰ COMPAGNON, O. op. cit., p. 70.

⁴⁶¹ *A Noite*. Rio de Janeiro: 15 de maio de 1920, p. 1 (HDB/BN).

partido em busca de uma solução para a questão. Dentre as saídas possíveis, cogitou-se que a própria Liga das Nações assumisse a responsabilidade pela Armênia, ideia rapidamente rechaçada pela entidade, por não dispor de forças militares e recursos suficientes⁴⁶². Após negativas de Canadá⁴⁶³, Holanda, Suécia⁴⁶⁴ e Noruega, Wilson teria procurado as nações sul-americanas. Ao ser entrevistado pelo *A Noite*, Etienne Brasil disse desconhecer como a informação teria vazado para o jornal britânico *The Times*, fonte da notícia, dado o sigilo em que as negociações eram mantidas. No dia seguinte, ele escreveria a Aharonian pedindo a confirmação da notícia publicada no jornal de Londres – além de reclamar que não recebia respostas de Paris às suas cartas havia mais de dois meses⁴⁶⁵. Apesar de o periódico ter dado espaço a Etienne Brasil para que o representante dos armênios no país pudesse desfilar seus argumentos acerca das inúmeras vantagens comerciais e morais que o Brasil poderia desfrutar caso aceitasse o mandato, o texto é concluído com a seguinte indagação: “Por maior que fosse a nossa boa vontade, e mais simpática que a causa da Armênia, estará o Brasil nas condições de desempenhar um mandato que, por motivos de ordem econômica, os Estados Unidos recusaram? Cremos bem que não”⁴⁶⁶.

Não obstante o destaque dado pelo jornal *A Noite* para a notícia oriunda de Londres e corroborada por Etienne Brasil, amplamente reproduzida por órgãos de imprensa de diversas cidades do país, não há na pasta referente à *Legação Armênia no Brasil* no Arquivo Histórico do Itamaraty documentos que comprovem a articulação de Wilson com Brasil ou Argentina para a construção de um mandato sobre a Armênia. Por isso, é necessário voltar à fonte da notícia para dissipar as dúvidas que pairam sobre o artigo do jornal carioca e as afirmações do representante diplomático. No dia 10 de maio de 1920, portanto, cinco dias antes do furo de reportagem do *A Noite*, foi publicada uma carta no jornal londrino *The Times* endereçada aos editores desse órgão. O texto era uma resposta aos artigos publicados ao longo das semanas anteriores que discutiam qual seria o destino do mandato sobre a Armênia após a iminente recusa dos EUA. Assinada por Sir Robert William Perks, baronete e ex-membro do parlamento britânico, a carta indaga se era correta a atitude dos Aliados em deixar a Armênia a mercê da

⁴⁶² *The Times*. Londres: 22 de abril de 1920, p. 15.

⁴⁶³ Cf. ADJEMIAN, A. op. cit.

⁴⁶⁴ Cf. AVEDIAN, Vahagn. “The Armenian Genocide of 1915 from a Neutral Small State’s Perspective: Sweden”. In: *Genocide Studies and Prevention: an international journal*. International Association of Genocide Scholars: Vol. 5, Issue 3, Article 8, 2010.

⁴⁶⁵ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁶⁶ Um estudo feito pelo general norte-americano James G. Harbord em 1919 estimou em 570 milhões de dólares e a mobilização de 59 mil soldados para a execução do mandato. ADJEMIAN, A. op. cit., p. 85.

própria sorte após o fracasso de encontrar um mandatário para aquela nação. À guisa de conclusão, Perks questiona:

Não há nenhuma esperança de que essa missão humana e cristã, que a poderosa República da América do Norte julga-se incapaz de executar, uma das ricas e progressistas repúblicas da América do Sul, auxiliada pela experiência administrativa britânica, possa tentar e, para sua honra duradoura, ser bem sucedida?⁴⁶⁷

Assim, fica evidente que não foi Woodrow Wilson quem fez referência ao Brasil ao pensar que o país poderia assumir o mandato. Nação alguma foi mencionada pela carta no *The Times*, ao contrário do que a manchete do *A Noite* afirma. A menção a “uma das ricas e progressistas repúblicas da América do Sul” foi feita por um aliado de primeira hora da causa armênia na Grã-Bretanha, que militava ao lado de figuras como o ex-Primeiro Ministro Lorde William Gladstone e James Bryce. Desde os anos 1890, havia na ilha um movimento de políticos em apoio às reivindicações armênias⁴⁶⁸. Em 1919, um ano antes da carta do *The Times*, Perks havia se pronunciado em uma audiência pública no *Methodist Central Hall Westminster*, ao lado de outras autoridades, mostrando preocupação com a questão do mandato norte-americano sobre a Armênia e a anexação da Cilícia à nova república⁴⁶⁹. Ou seja, a carta publicada pelo jornal era apenas mais um pronunciamento em meio a tantos outros que mostrava a apreensão em torno da consolidação da República Armênia e seus territórios. O pedido para que uma nação sul-americana assumisse o mandato, portanto, era mais uma esperança de resolução da questão do que uma realidade.

A vaga menção de uma nação sul-americana envolvida com uma questão tão crucial para o futuro da Armênia fez com que Etienne Brasil tomasse a dianteira da questão e se pronunciasse no jornal com que mantinha laços estreitos há anos, assumindo que a informação vinda de Londres se referia a uma resolução tomada nos altos círculos decisórios da política mundial. Concedeu entrevista ao jornal dizendo que o assunto era tratado com sigilo, mas que a informação procedia, pois “o nosso grande protetor, o presidente Wilson” havia indicado o Brasil e a Argentina para que um dos dois assumisse a responsabilidade. Para Richard Hovannisian, a ideia de Argentina e Brasil, uni ou bilateralmente, assumirem o mandato sobre

⁴⁶⁷ “Is it beyond the region of hope that this Christian and humane task, which the powerful Republic of North America may find herself unable to undertake, one of the wealthy and progressive Republics of South America, aided by British administrative experience, may attempt and to her lasting honour successfully achieve?” *The Times*. Londres: 10 de abril de 1920, p. 8.

⁴⁶⁸ PALMER, A. op. cit., p. 178. LAYCOCK, J. op. cit.

⁴⁶⁹ ARMENIA AND THE SETTLEMENT. Londres: The Armenian Bureau, 1919, p. 37.

a Armênia era de autoria do próprio diplomata⁴⁷⁰. Contudo, em uma das cartas enviadas por Etienne a Aharonian no dia seguinte à publicação do artigo no *A Noite*, ele afirmou que em reunião com o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro Edwin V. Morgan, o diplomata teria dado uma “solução magnífica: um mandato coletivo de duas ou três potências americanas”⁴⁷¹. Ante a essa “solução” supostamente dada por Morgan, Etienne planejava que Argentina e Brasil se unissem aos EUA – com o apoio da Liga das Nações – para que o mandato sobre a Armênia fosse executado e, para tanto, ele iria consultar os chanceleres sul-americanos, assim como Garegin Pastrmachian – também conhecido como Armen Garo – representante diplomático armênio nos EUA e alta liderança *Dashnak*, mentor do assalto ao Banco Otomano em Constantinopla em 1896. Todavia, não é possível concluir se Morgan de fato mencionou a Etienne a solução e, se o fez, em que medida era uma opinião pessoal do diplomata norte-americano ou uma – pouco provável – orientação de Washington. É sabido, todavia, que Etienne entrou em contato com Pastrmachian um mês mais tarde – a pedido de Aharonian – para solicitar que o diplomata armênio nos EUA enviasse a ele determinada soma de dinheiro para manutenção das atividades políticas na América do Sul⁴⁷².

Não é sabido como a reportagem do *A Noite* e a entrevista de Etienne Brasil repercutiram no governo brasileiro, mas no dia 22 do mesmo mês de maio ele encontrou-se com Epitácio Pessoa no Palácio do Catete. Embora o intelectual tenha divulgado, por meio dos jornais, que a visita tinha como principal motivo convidar o Presidente da República para a festividade do segundo aniversário da independência da Armênia, que ocorreria no dia 28 de maio, no salão do Clube dos Diários, os jornais também mencionaram que a reunião “tratou de assuntos que não podem ser por enquanto divulgados”⁴⁷³. Nos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty, pode-se encontrar uma anotação assinada pelo diretor geral e destinada a Azevedo Marques, informando que Etienne Brasil havia convidado o chanceler para o evento comemorativo. Porém, o funcionário alerta que a presença de Azevedo Marques poderia ser tomada pelo armênio como “um reconhecimento tácito do governo brasileiro” da república do Cáucaso⁴⁷⁴. A Aharonian, Etienne afirmou que Epitácio Pessoa havia prometido comparecer ao evento – o que não aconteceu – e o presidente brasileiro teria autorizado o diplomata armênio

⁴⁷⁰ HOVANNISIAN, R. op. cit., p. 432.

⁴⁷¹ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁷² *Etienne Brasil a Garegin Pastrmachian*. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1920 (ARFA).

⁴⁷³ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 23 de maio de 1920 (HDB/BN).

⁴⁷⁴ *Diretor geral a Azevedo Marques*. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1920, 281/2/4 (AHI).

a escrever para Paris informando que ele seria simpático à ideia do “mandato ou protetorado”, dando aspas a Pessoa em sua missiva:

Eu recebo com simpatia a ideia de um protetorado ou algum mandato misto do Brasil sobre o vosso país. O Brasil poderá entrar em acordo com os Estados Unidos sobre a parceria. Eu colocarei-me em relatório com o embaixador dos Estados Unidos e examinarei cuidadosamente essa questão. Você pode pedir instruções ao vosso governo sobre as medidas a serem tomadas e sobre as bases da proposta⁴⁷⁵.

O entusiasmo de Etienne Brasil era tamanho que ele rascunhou possíveis cenários para o mandato conjunto a ser exercido sobre a Armênia e enviou-os a Avetis Aharonian, juntamente com os direitos e deveres de tutor(es) e tutelado, nos seus termos. Para ele, havia três possibilidades de tutoria: a) um mandato exercido somente por Brasil ou Argentina; b) Brasil ou Argentina, com ajuda dos EUA; c) Brasil, Argentina e EUA coletivamente. Aos tutores caberia fornecer a Armênia armas, munições e víveres; cuidar das instituições e administração; ter a responsabilidade de reunir os “armênios pobres da dispersão e das cidades turcas no território da República Armênia”; num mandato que duraria entre cinco e dez anos. Aos tutelados, caberia “considerar como débito público o dinheiro fornecido pelo tutor; aceitar os conselheiros e comissários do tutor; conceder privilégios para o comércio do tutor”⁴⁷⁶. Nesse sentido, completamente convencido da eficácia e viabilidade de seus planos, Etienne solicitava a Aharonian autorização para requisitar formalmente junto aos governos de Argentina e Brasil a proteção desses países nos termos pensados por ele, além de pedir uma nomeação diplomática em separado para cuidar dos interesses armênios na Argentina, de forma a atender as exigências diplomáticas daquele país⁴⁷⁷. Não obstante sua proatividade, entusiasmo e otimismo, não há evidências que os tomadores de decisão armênios – divididos em disputas políticas em torno de questões cuja resolução passava longe do Rio de Janeiro –tenham considerado o esboço feito por Etienne Brasil ou ao menos tenha-o levado a sério. Um sinal da – pouca – atenção dispensada ao ex-padre são suas constantes reclamações sobre a falta de respostas desde Paris. No final de maio de 1920, Etienne reclamou que já eram oito cartas sem resposta – a última teria sido em 2 de março – e que isso causava grande prejuízo a sua missão diplomática⁴⁷⁸. Antes de reclamar explicitamente, o diplomata parecia tentar entender os motivos da ausência

⁴⁷⁵ Epitácio Pessoa, citado por *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁷⁶ Idem, *ibid.*

⁴⁷⁷ Buenos Aires não reconhecia o posto de “representante diplomático” e exigia que Etienne fosse ministro plenipotenciário para reconhecê-lo *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁷⁸ Idem, *ibid.*

de réplicas por parte de Paris, enviando telegramas com perguntas que haviam sido feitas anteriormente nas missivas⁴⁷⁹ – em um sinal de desconfiança da eficiência do serviço de correios – e até mesmo remetendo cartas e telegramas em armênio⁴⁸⁰ – provavelmente redigidos por Agop Kaissierlian – em um esforço de compreender se o que causava a ausência de comunicação era, eventualmente, algum tipo de barreira linguística – o que era pouco provável, tendo em vista que tanto Etienne quanto Aharonian eram fluentes em francês, idioma que usavam para se corresponderem.

4.4 O reconhecimento brasileiro da independência da República Armênia

Enquanto Etienne Brasil tentava se comunicar com Aharonian, os armênios do Rio de Janeiro por ele liderados realizaram a festividade por ocasião do segundo aniversário de independência da República Armênia, que, não obstante a ausência de representantes oficiais do governo brasileiro, foi frequentada por inúmeros diplomatas e políticos – cerca de mil pessoas compareceram, nas contas de Etienne Brasil, que definiu os presentes como “a melhor sociedade”⁴⁸¹. Além do diplomata, promoveram o evento no Clube dos Diários – cujo aluguel do salão ao custo de 2 mil francos foi pago por Mihran Latif – Nubar Charles Ohanian, Dick Astar, Salvador Nassimian e David Boghossian – com quem, poucos meses depois, Etienne iria romper relações quando Boghossian se recusou a se autodeclarar armênio ao invés de sírio⁴⁸² –, que contou ainda com a presença de representantes diplomáticos dos EUA, Uruguai, Argentina, Grécia, Paraguai, Japão e Peru, além de autoridades, como o representante da Chefia da Polícia, deputados e militares. O orador do evento, Raphael Pinheiro, destacou em sua fala os feitos dos armênios ao longo da história, exaltando principalmente a luta “[...] com ardor pela causa da liberdade, contra as hostes turcas e germânicas”⁴⁸³. O maestro responsável pela regência da banda – que executou os hinos nacionais da Armênia e do Brasil, ao custo de cinco mil francos arcados pelo genro de Latif, Alberto Betim Paes Leme – era Luciano Gallet, marido de Luísa Gallet, a mesma que em 1933 acharia casualmente o artigo de Etienne sobre os malês

⁴⁷⁹ Telegrama de *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁸⁰ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1920; Idem, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1920; Telegrama de *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1920 (ARFA).

⁴⁸¹ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁸² Idem. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1920 (ARFA).

⁴⁸³ *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro: 29 de maio de 1920, p. 5 (HDB/BN).

e o enviaria a Mário de Andrade⁴⁸⁴. Segundo a nota da *Gazeta de Noticias*, Epitácio Pessoa, “por uma questão de protocolo, não compareceu, nem se fez representar, visto como o governo brasileiro não reconheceu oficialmente aquela Republica oriental”. A revista *O Malho* publicou, em 5 de junho, uma foto dos presentes ao evento (anexo: Figura 7).

Aparentemente mais entusiasmado com a recepção e repercussão de suas demandas nas repúblicas platinas do que no Rio de Janeiro – afinal, Buenos Aires reconhecia a República Armênia desde o início de maio e Montevideú indicava que trilharia o mesmo caminho em breve – Etienne dedicou-se no mês de junho a ampliar seu trabalho junto ao diplomata argentino. Em correspondência a Mario Ruiz de los Llanos enviada em 22 de junho – com cópia a Avetis Aharonian – ele indicou que havia conversado com as autoridades armênias em Paris, que viam com ceticismo o estabelecimento de um mandato sul-americano sobre a Armênia por conta dos interesses das Potências europeias, mas que a celebração de alianças ou convênios só dependeria dos dois países, o que poderia envolver – no planejamento de Etienne – a abertura de crédito no valor de cinco milhões de pesos argentinos para os armênios, bem como a criação da legação armênia em Buenos Aires, que contaria com um museu e uma biblioteca. Nesse sentido, o diplomata esboçou as bases de um possível acordo entre argentinos e armênios, que cobriria, ao seu ver, o país sul-americano de “prestígio e influência moral ante os povos e a História”⁴⁸⁵. Para ele, a Armênia poderia ser um entreposto comercial estratégico para a Argentina no Oriente, assim como fonte de “bons elementos”, trabalhadores que poderiam emigrar para a América do Sul. Em troca, Buenos Aires deveria garantir empréstimos, instrução militar e administrativa, a criação de um “banco armênio-argentino” – cuja ideia ele tentava emplacar também no Brasil – e, no limite, “a garantia, pelos meios que dispõe, da existência nacional de nosso Estado”⁴⁸⁶. Em troca, a Armênia daria preferência aos produtos argentinos, cujos valores de exportação alcançaram 889 milhões de dólares correntes em 1919⁴⁸⁷, cifras que tornam o hipotético mercado consumidor armênio – com sua população em torno de um milhão de pessoas – pouco relevante diante de praças como EUA e a Europa ocidental, principais compradores de carne e trigo argentinos. A promessa de Etienne que o acordo faria das repúblicas armênia e argentina aliadas exclusivas uma da outra em suas respectivas regiões,

⁴⁸⁴ O nome do maestro e de outras personalidades está em uma nota enviada para Avetis Aharonian por Etienne Brasil, que pedia para o político armênio escrever uma mensagem de agradecimento às pessoas elencadas que participaram da festividade. *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1920 (ARFA).

⁴⁸⁵ *Etienne Brasil a Mario Ruiz de los Llanos*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1920 (ARFA).

⁴⁸⁶ Idem, *ibid.*

⁴⁸⁷ COMPAGNON, O. op. cit., p. 129.

também parecia, nesse ínterim, pouco relevante para persuadir os tomadores de decisão em Buenos Aires a partirem em uma cara empreitada em prol da república no Cáucaso. Junto com a cópia da carta enviada para Los Llanos, Etienne enviou uma missiva a Aharonian com outras informações sobre os países sul-americanos, dentre elas, a informação de que os armênios do Uruguai haviam garantido a ele “fidelidade à república” e, por isso, o governo armênio poderia “contar com a unanimidade dos armênios da América do Sul”. Na sequência, ele indica que vai consultar o cônsul peruano em Manaus sobre a criação de um consulado armênio no Peru, pois as grandes proporções territoriais do subcontinente e de seus países tornam difíceis seu trabalho já que residia no Rio de Janeiro⁴⁸⁸.

4.4.1 *Leilão de Almas*

Em julho, o representante armênio para a América do Sul dedicou-se mais a arrecadar fundos para órfãos do que a atividades estritamente diplomáticas. No dia 18 daquele mês, Etienne Brasil informava seu superior sobre a exibição de um “filme americano sobre os massacres na Armênia” em um cinema do Rio de Janeiro e que ele procuraria o proprietário do estabelecimento para organizar uma ação visando ajudar os órfãos⁴⁸⁹. O filme em questão era *Auction of Souls*, longa-metragem silencioso de 85 minutos lançado em Nova York em 1919 inspirado em *Ravished Armenia*, biografia de Aurora Mardiganian⁴⁹⁰, jovem sobrevivente do genocídio que viveu forçadamente entre muçulmanos em condições análogas à escravidão por dois anos antes de conseguir fugir para os EUA em 1917, com 16 anos⁴⁹¹.

A história de Aurora foi exaustivamente explorada por armenófilos em todo o mundo, que publicavam suas memórias em fascículos em grandes jornais e promoviam campanhas de arrecadação de fundos nas sessões de cinema nos EUA e Canadá. Segundo Aram Adjemian, no Canadá, enquanto um ingresso para uma sessão de cinema regular custava cerca de 25 centavos de dólar em 1919, o assento para assistir ao drama de Aurora – que contava com a própria sobrevivente como atriz no papel de protagonista – poderia custar até dez dólares, cujo valor seria revertido aos orfanatos que se dedicavam a cuidar das crianças armênias⁴⁹².

⁴⁸⁸ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1920 (ARFA).

⁴⁸⁹ *Idem*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1920 (ARFA).

⁴⁹⁰ SLIDE, Anthony [org.]. *Ravished Armenia: and the Story of Aurora Mardiganian*. Jackson: University Press of Mississippi, 2014.

⁴⁹¹ BALAKIAN, P. op. cit., p. 313.

⁴⁹² ADJEMIAN, A. op. cit., pp. 44-47.

Estima-se que 30 milhões de dólares foram arrecadados em bilheteria, convertidos para a *Near East Relief* manter orfanatos para jovens armênios no Oriente Médio. Enquanto isso, Aurora Mardiganian, atriz de sua própria história, recebia cerca de 10 dólares por mês para trabalhar no filme e sofria com a exploração do diretor e dos produtores. Com pouco domínio da língua inglesa, a sobrevivente foi convencida por um roteirista – Harvey Gates, que se tornou, junto da esposa, guardião legal da jovem – a assinar a autorização para o uso de sua imagem, acreditando se tratar de um ensaio fotográfico. Porém, ao invés da sessão de fotos, Aurora foi levada para Los Angeles onde filmaria por longas horas a dramatização da perseguição que ela e sua família viveram no Império Otomano. Na filmagem de uma das cenas, a sobrevivente sofreu uma queda que resultou em um tornozelo quebrado, o que não pareceu motivo suficiente para os produtores interromperem as filmagens, obrigando-a a caminhar e a continuar a gravar, não obstante a fratura⁴⁹³. Para Donna-Lee Frieze:

Leilão de Almas foi uma sensação, não apenas porque era bem trabalhado – de fato, recebeu apenas algumas críticas indiferentes [...] – mas também porque a publicidade focava em estupro, redenção, religião e raça. Como Meg McLagan pontua, *Leilão de Almas* “foi uma coprodução de interesses comerciais e de direitos humanos meio-cristão, meio-humanitário”. Como o genocídio é lembrado é influenciado pelo filme redescoberto; a navegação entre os movimentos de direitos humanos no início do século XX; as “imagens e narrativas intensas” [...] e, o mais controverso, o foco do filme na violência sexual.

[...]

Assim, a fama efêmera de Mardiganian coincidiu com a breve existência da República Democrática Armênia⁴⁹⁴.

No Brasil, a película foi exibida com o nome de *Leilão de Almas* e foi trazida ao país pela Companhia Brasil Cinematographica, proprietária do Odeon, uma das principais salas de exibição do Rio de Janeiro. Ainda em maio de 1920, a Companhia começou a inserir chamadas para a estreia do filme – que só aconteceria em 5 de julho daquele ano – na imprensa

⁴⁹³ FRIEZE, Donna-Lee. "Three Films, one genocide: Remembering the Armenian Genocide through Ravished Armenia(s)" In: ELTRINGHAM, Nigel; MACLEAN, Pam [org.]. *Remembering Genocide*. Routledge, 2014, p. 42.

⁴⁹⁴ “*Ravished Armenia* was a sensation, not because it was highly crafted – indeed it received only a few lukewarm reviews [...] – but because the publicity focused on rape, redemption, religion and race. As Meg McLagan points out, *Ravished Armenia* ‘was a coproduction of commercial and quasi-Christian-quasi-humanitarian human rights interests’ [...]. How the Genocide is remembered is influenced by the rediscovered film; the navigation between human rights movements in the early twentieth century; the ‘affect-intensive images and narratives’ [...]; and, more controversially, the film’s focus on sexual violence. [...] Thus, Mardiganian’s ephemeral fame coincided with the brief existence of the Democratic Republic of Armenia”. Idem, pp. 44-45.

carioca, publicando relatos sobre o massacre de armênios e imagens da película. Na revista *Palcos e Telas*, de 13 de maio, é possível encontrar um anúncio de meia página sobre a obra:

Leilão de Almas é o mais impressionante relatório dos horrores da Armênia massacrada.

Não se trata de uma obra de fantasia: é a verdade nua e crua tal como a relatou a protagonista **Aurora Mardiganian**, o Visconde Bryce, embaixador da Inglaterra e Henry Morgenthau, embaixador americano.

É uma página horrorosa da História. Nela vereis crianças assassinadas com crueldade, virgens crucificadas, mulheres entregues à sanha da soldadesca, homens massacrados em massa!

Vinde ver **Leilão de Almas** brevemente no **Odeon**⁴⁹⁵. (grifo do autor)

No mês seguinte, a revista voltou a publicar nova chamada para a película:

Leilão de Almas

O mais horroroso quadro da história da humanidade descrito por uma testemunha de vista, vítima também de mil e uma atrocidades, a heroína AURORA MARDIGANIAN.

O filme que o Odeon vai exhibir dentro em breve não é obra da imaginação exaltada de um escritor fecundo em descrever crimes inomináveis – é a história de uma desgraçada moça armênia entregue como o povo do seu país à barbaresca sanha dos turcos.

O que ali se vê consta de relatórios oficiais é a verdade apurada em numerosos documentos, enérgicos brados de revolta do Visconde de Bryce [sic], embaixador da Inglaterra e de Henry Morzenthan [sic], ministro americano.

É enfim Aurora Mardeganian [sic] que conta ao mundo a sua própria história!⁴⁹⁶

Às vésperas da estreia e durante o período que a película ficou em cartaz – em 1926, *Leilão de Almas* foi reexibido na capital fluminense pela Companhia no Cine Capitólio⁴⁹⁷ – a imprensa deu amplo destaque à produção, não só com pequenas chamadas na parte reservada à programação das salas de cinema do Rio de Janeiro, mas também com anúncios de páginas inteiras que destacavam a história de Aurora, ilustradas ora com fotos da sobrevivente e atriz, ora com cenas (anexo: Figura 8), que podem ser úteis aos pesquisadores, uma vez que a película integral se perdeu, restando apenas uma parte de vinte minutos descoberta pelo armênio-argentino Eduardo Kozanlian em um arquivo na Armênia em 1994⁴⁹⁸. Outra cena, que parece ser o início do filme, foi encontrada mais recentemente, em 2015, e mostra um ator representando o embaixador norte-americano em Constantinopla, Henry Morgenthau, contando a história dos massacres para crianças ao seu redor. O diplomata foi um dos principais denunciantes do genocídio durante a Guerra, engajando-se pessoalmente em reuniões com

⁴⁹⁵ *Palcos e Telas*: revista theatral cinematográfica. Rio de Janeiro: 13 de maio de 1920 (HDB/BN).

⁴⁹⁶ Idem, Rio de Janeiro: 3 de junho de 1920 (HDB/BN).

⁴⁹⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 2 de abril de 1926, p. 12 (HDB/BN).

⁴⁹⁸ FRIEZE, D. op. cit., p. 38.

Mehmet Talât e outras autoridades otomanas na tentativa de evitar que armênios fossem deportados. A publicação de sua biografia com detalhes sobre as negociações para salvar pessoas da morte repercutiu sobremaneira no Ocidente, tornando o autor conhecido não só entre armenófilos, mas entre o público-leitor em países como os EUA, Canadá e Grã-Bretanha e, em menor grau, na América Latina, onde alguns de seus artigos originalmente publicados no *The New York Times* – periódico no qual tinha um canal aberto para denunciar a execução do genocídio – foram traduzidos e republicados⁴⁹⁹. A inserção de sua figura nas primeiras cenas do filme dava à produção respaldo e credibilidade, além da possibilidade de usar o nome e o cargo de Morgenthau – além de Bryce, outro célebre armenófilo – na publicidade. Todavia, a fama de Morgenthau não ecoava com tanta força no Brasil, a ponto de uma edição de *Palcos e Telas* apresentá-lo como Arthur Margenthau [sic], embaixador da Alemanha⁵⁰⁰.

A exibição não ficou restrita apenas à capital federal, chegando também a São Paulo, Recife e Cuiabá⁵⁰¹ ainda em 1920 e em Vitória, Espírito Santo, em 1922⁵⁰². Na maioria dos anúncios na imprensa havia a menção ao alto custo dos ingressos nos EUA. De acordo com o *Jornal do Recife*, os dez dólares cobrados em Nova York equivaleriam a 60\$000 réis⁵⁰³, cerca de 1.200 reais em valores atuais⁵⁰⁴. Com isso, de alguma maneira, a Companhia Brasil Cinematographica tentava justificar o preço que cobraria no país pela admissão nas salas de cinema que exibissem a película: “é um filme de alto valor que custou à COMPANHIA BRASIL CINEMATROGRAPHICA algumas dezenas de contos de réis e que por isso só pode ser exibido a preços extraordinários”⁵⁰⁵ (ênfase no original). De fato, o valor do ingresso foi de 2\$000 – 40 reais em valores atuais –, o dobro do praticado normalmente para lugares de poltrona⁵⁰⁶. Na edição de 1º de julho, a *Palcos e Telas* publicou em duas páginas o enredo detalhado da “triste narrativa” que tinha como pano de fundo “[...] a vida de um povo laborioso,

⁴⁹⁹ MORGENTHAU, H. op. cit.

⁵⁰⁰ *Palcos e Telas*: revista theatral cinematográphica. Rio de Janeiro: 24 de junho de 1920 (HDB/BN).

⁵⁰¹ *O Matto-Grosso*: orgam do Partido Republicano Matto-grossense. Cuiabá: 2 de setembro de 1920, p. 2 (HDB/BN).

⁵⁰² É provável que o filme tenha sido exibido em outras salas pelo país. *Diário da Manhã*. Vitória: ano XVI, nº. 158, 21 de fevereiro de 1922, p. 5 (HDB/BN).

⁵⁰³ *Jornal do Recife*. Recife: 1 de novembro de 1920, p. 6 (HDB/BN).

⁵⁰⁴ De acordo com o conversor de valores do website “Acervo” d’O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 23 de set. 2016.

⁵⁰⁵ *Palcos e Telas*: revista theatral cinematográphica. Rio de Janeiro: 1 de julho de 1920 (HDB/BN).

⁵⁰⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 11 de julho de 1920, p. 16 (HDB/BN).

mais dedicado à pecuária: subjugados pelos turcos, os armênios viviam vida triste, mas firmes em sua fé”⁵⁰⁷. O mesmo fez a publicação *A Scena Muda* no ano seguinte⁵⁰⁸.

Leilão de Almas parece ter sido um sucesso de bilheteria em seus primeiros dias em cartaz, para júbilo dos responsáveis pela Companhia, orgulhosos dos esforços publicitários feitos na imprensa, conforme relato na *Palcos e Telas* três dias depois da estreia:

[...] a dolorosa história da Armênia massacrada, está obtendo no ODEON um êxito sem precedentes. Como sóe [sic] acontecer com as obras de real mérito e que muito ascendem acima da vulgaridade, o público longe de diminuir, após os primeiros dias de exibição, aumenta, de modo que se têm registrado sucessivas enchentes, havendo sempre vendida à noite, uma lotação além da que se acha na sala de espera.

O filme correspondeu perfeitamente à expectativa do público diante da magnífica campanha de publicidade levada a efeito pela Companhia Brasil Cinematographica. LEILÃO DE ALMAS fica nos anais do Rio de Janeiro como um dos maiores sucessos cinematográficos do nosso tempo⁵⁰⁹.

A história de Aurora Mardiganian tornou-se conhecida no Brasil a ponto da *Palcos e Telas* ter continuado a dar espaço para a protagonista de *Leilão de Almas* em 1921. Na edição de 27 de janeiro daquele ano, a publicação carioca especializada em cinema noticiou a contenda judicial que envolvia Mardiganian e seus tutores legais, o casal Gates, que tentavam provar na justiça norte-americana que a jovem armênia não era capaz de decidir sobre o próprio futuro. Para a revista “ao que parece, Aurora Mardiganian tornou-se uma heroína, em toda a linha...”⁵¹⁰

Apesar da visibilidade inesperada para a questão armênia dada pelo filme, Etienne Brasil não parecia muito contente em ter outra pessoa ou grupo trabalhando no assunto fora de sua alçada. No dia 9 de julho, o *Correio da Manhã* acusou o recebimento de uma carta dois dias antes assinada por “um amigo da Armênia”, na qual o remetente afirmava que o Odeon “estava ganhando muito dinheiro” e, ao contrário do que havia acontecido nos EUA, nenhuma parte desse montante seria destinado aos órfãos armênios em necessidade, isto é, incomodava-o o fato do genocídio ser tratado como mercadoria meramente comercial. Continua o remetente anônimo:

Não seria justo que a sua empresa [Companhia Brasil Cinematographica] organizasse, também, a exemplo da sua colega americana, uma exibição em benefício dos cento e quinze mil entesinhos [sic] que se debatem nas agruras

⁵⁰⁷ Idem, *ibid.*

⁵⁰⁸ *A Scena Muda*. Rio de Janeiro: nº 35, 24 de novembro de 1921 (HDB/BN).

⁵⁰⁹ *Palcos e Telas*: revista theatral cinematográfica. Rio de Janeiro: 8 de julho de 1920 (HDB/BN). Ênfase no original.

⁵¹⁰ Idem. Rio de Janeiro: 27 de janeiro de 1921 (HDB/BN).

da orfandade e cuja desgraça é o tema da fita, que tanto dinheiro está rendendo?

A iniciativa seria, pelo menos, simpática⁵¹¹.

Apesar da insinuação do “amigo da Armênia”, não há relatos de que qualquer exibição beneficente da película tenha sido organizada pela Companhia. No dia 11 de julho, *Leilão de Almas* era exibido pela última vez no Odeon “apesar do seu sucesso enorme, apesar do seu triunfo sublime em que, por toda uma semana não teve uma sessão que não fosse de enchente à cunha”⁵¹².

Mundialmente, o filme foi uma dentre muitas ações realizadas para levantar recursos para os armênios, explorando a imagem de mulheres e crianças cristãs sofrendo no Oriente nas mãos dos turcos muçulmanos, em um discurso reproduzido por Etienne Brasil nos jornais cariocas e que pouco a pouco se consolidava como a memória do genocídio. Entre julho e agosto, Etienne teria arrecadado em prol dos órfãos três mil francos graças as doações de Apelian e da filha de Mihran Latif, além de outros mil por meio de uma festa beneficente organizada para esse propósito em Manaus por Levon Rumian – professor universitário a quem Etienne tentava nomear como cônsul na capital amazonense – dinheiro esse que seria enviado às autoridades armênias por meio do Banco Francês e Italiano⁵¹³.

4.4.2 As repercussões de Sèvres

Em 10 de agosto de 1920 foi assinado o Tratado de Sèvres entre otomanos e Aliados para a definição das fronteiras do Império que até poucas décadas antes ocupava territórios em três continentes. Esse acordo era especialmente benéfico aos interesses gregos – que teriam o domínio de diversas ilhas no Mar Egeu, além do controle da Trácia e da importante cidade portuária de Esmirna – e aos armênios, que teriam direito às seis províncias orientais do Império Otomano, bem como a Erzerum e a uma saída para o Mar Negro em Trebizonda. Embora tenha causado muitos protestos por parte do Sultão otomano, a assinatura do Tratado foi concretizada, para revolta de muitos militares turcos que desertaram e engrossaram as fileiras de Mustafá Kemal e de seu governo paralelo em Angora que, evidentemente, não reconhecia a validade do acordo de Sèvres⁵¹⁴.

⁵¹¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 9 de julho de 1920, p. 12 (HDB/BN).

⁵¹² Idem. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1920, p. 16 (HDB/BN).

⁵¹³ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1920 (ARFA).

⁵¹⁴ PALMER, A. op. cit., pp. 253-254.

Enquanto os turcos protestavam contra a retalhação do Império Otomano, os armênios comemoravam a vitória diplomática e a anexação dos territórios almejados. Etienne Brasil remeteu documento para Rodrigo Octavio, dois dias depois da assinatura de Sèvres, informando-o acerca dos novos limites territoriais da República Armênia, bem como da sua condição de representante diplomático armênio para a América do Sul. O diplomata aproveitou ainda o ensejo para desmentir os “boatos de uma suposta invasão da Armênia pelos maximalistas”. Segundo Etienne, “a Armênia não é e nunca será soviética; os russos, por seu turno, respeitaram até hoje nossas fronteiras”⁵¹⁵. A preocupação do diplomata em refutar o avanço bolchevique no Cáucaso se estendeu para a imprensa. No final de agosto, a *Gazeta de Notícias* publicou uma “comunicação” de Etienne Brasil na qual ele afirma que a Armênia não teria perdido territórios para o vizinho Azerbaijão, mas que o Exército Vermelho teria ocupado tais territórios para evitar um confronto entre os dois países. Segundo o diplomata, a Armênia teria um documento assinado por Lênin no qual o líder bolchevique garantiria que a ocupação era provisória⁵¹⁶.

Enquanto isso, Etienne dava explicações a Paris sobre o porquê do Brasil e outras repúblicas sul-americanas não terem reconhecido a independência armênia, mesmo após a celebração do Tratado de Sèvres. Segundo o diplomata, os problemas eram causados, “apesar todos meus esforços”, por conta das grandes distâncias entre as capitais da América do Sul, uma vez que ele centralizava todo o trabalho no Rio de Janeiro, bem como pela constante troca de governantes e diplomatas, o que desfazia redes de contatos que levavam tempo para serem reconstruídas⁵¹⁷. Assim, ele reclamava sutilmente sobre a morosidade de Paris em atender seus pedidos, sobretudo a criação de novas representações diplomáticas no subcontinente e do envio de documentos que o tornasse ministro plenipotenciário em substituição ao cargo de representante diplomático, desdenhado pela maioria dos governos da América do Sul, o que fazia de Etienne dependente de suas conexões pessoais para ser considerado um diplomata pelos tomadores de decisão das nações com as quais procurava construir alianças. No caso do Brasil, o representante diplomático culpava a “apatia” do chanceler Azevedo Marques pela lentidão do reconhecimento, a quem Epitácio Pessoa teria prometido contatar sobre a matéria, em audiência realizada entre o mandatário brasileiro, Etienne e o ministro da agricultura Simão Lopes, cujo filho também havia sido seu aluno. Na Argentina, seus contatos com Eduardo Hachikyan

⁵¹⁵ Etienne Brasil e Rodrigo Octavio. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1920, 281/2/4 (AHI).

⁵¹⁶ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 26 de agosto de 1920, p. 2 (HDB/BN).

⁵¹⁷ Etienne Brasil a Avetis Aharonian. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1920 (ARFA).

renderam-lhe um convite por parte da comunidade armênia local para visitar Buenos Aires, viagem essa que ele planejava realizar em novembro, após hesitar em aceitar dada a ligação de seu aliado – quem Etienne recomendara a Aharonian como cônsul-geral da Armênia na capital argentina – ao comitê local do *Dashnak*. Desde seus anos como articulista acerca dos assuntos orientais, Etienne Brasil realizava leituras confusas sobre a política armênia e mesmo ao corresponder-se com uma das figuras públicas mais importantes da Armênia, suas assertivas não são muito apuradas. Não raramente, é possível encontrar certo tom de criticismo de Etienne Brasil com relação ao *Dashnak*, mas ele parecia esquecer-se que o próprio Aharonian e a maioria dos políticos da República Armênia eram membros do partido.

Em setembro, novamente é noticiada – dessa vez por um jornal de São Luís do Maranhão – a ocorrência de supostos padres armênios esmolando pelas ruas de algumas cidades do Brasil. Identificados pela polícia do Rio de Janeiro como Elias Manoel e Zacharias Manoel, os alegados sacerdotes armênios solicitavam dinheiro para um orfanato na “cidade de Ornia da Mata (Chaldéa)”. Etienne Brasil emitiu alerta para as autoridades, negando que os indivíduos sejam de origem armênia e pedindo à polícia que “empregueis os meios de repressão, previstos no Código Penal, contra semelhantes chantagistas”⁵¹⁸. Esses casos, apesar de irritarem o diplomata no momento, iriam lhe ser úteis alguns meses mais tarde. Na primeira semana do mesmo mês, Rodrigo Otávio disse a ele, em audiência realizada no Itamaraty, que o reconhecimento brasileiro estaria encaminhado e o decreto presidencial que ratificaria o ato sairia em questões de dias, dependendo apenas da publicação de Azevedo Marques para ir à sanção de Epitácio Pessoa⁵¹⁹. Contudo, os dias passaram e a publicação não aconteceu, o que levou Etienne a interpelar o Catete. O secretário da presidência Agenor de Roure informou que o atraso no reconhecimento havia sido causado pela decisão do Brasil de esperar a publicação do Tratado de Sèvres, o que levou o diplomata armênio a chamar Azevedo Marques de “incapaz” em carta a Aharonian, afirmando ainda que o chanceler desagradava a outros ministros estrangeiros no Brasil⁵²⁰, comentário esse que, apesar de motivado pelo retardo da consecução de seus objetivos, de fato era procedente.

⁵¹⁸ *O Jornal*. São Luís: 11 de setembro de 1920, p. 1 (HDB/BN).

⁵¹⁹ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1920 e; Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1920 (ARFA).

⁵²⁰ *Idem*, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1920 (ARFA).

4.4.3 A efetivação do reconhecimento

No dia 4 de outubro de 1920, em resposta à carta encaminhada em agosto tratando da assinatura do Tratado de Sèvres, Etienne Brasil foi chamado para uma reunião no Itamaraty por meio de uma mensagem subscrita por Araújo Jorge cujo índice era “Reconhecimento da Armênia”⁵²¹. Embora não seja possível apurar o teor dessa reunião, parece que o encontro foi crucial para encaminhar o reconhecimento oficial brasileiro à República Armênia, que ocorreria algumas semanas mais tarde, em novembro daquele ano. Dois dias depois, Etienne Brasil escreveu para Avetis Aharonian a fim de mantê-lo a par das novidades no Rio de Janeiro. De acordo com a missiva, o governo brasileiro havia sugerido, por meio do diretor de relações diplomáticas Araújo Jorge, que a Armênia alterasse o cargo de Etienne para *chargé d'affaires* ou ministro plenipotenciário, pois o cargo de representante diplomático tinha apenas caráter provisório⁵²². O diplomata aproveitou o ensejo para sugerir novamente nomeações de outros armênios para cargos diplomáticos, sobretudo na Argentina, frisando que as mudanças propostas não onerariam o orçamento, pois seriam arcadas “pelas colônias sul-americanas”.

Um consulado também deveria ser criado na capital paulista, mas Etienne agia com mais cautela ao propor nomes para ocupar o posto. Apesar de seu principal aliado em São Paulo ser Elian Naccach, Etienne indicou em algumas cartas que seus compatriotas naquela cidade estavam emitindo opiniões contrárias às dele e às do governo armênio. Em setembro, ele havia mencionado que “os bons elementos da colônia estão muito satisfeitos que o Sr. Boghos Nubar não assinou o Tratado de Sèvres” em carta a Aharonian⁵²³ – que foi o representante da Armênia escolhido pelas Potências para assinar o documento – o que é mais um indício que havia divergências sobre os rumos políticos no seio dos armênios do Brasil. Em outros momentos, Etienne deu sinais de que os compatriotas de São Paulo eram mais próximos às ideias de Boghos Nubar do que ao grupo de Aharonian que efetivamente governava a República Armênia, o que poderia ser, de alguma maneira, uma ameaça a sua posição de representante diplomático no Brasil. No começo de dezembro, ele alegou que “a gente de Boghos Nubar, diante da falta de prestígio oficial de nossos representantes, continua a agir e a dividir a nação: crime de alta traição que pesará sobre a cabeça dessa gente; eles têm uma grande culpa na situação atual da

⁵²¹ *Araújo Jorge a Etienne Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1920, 281/2/4 (AHI).

⁵²² *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1920 (ARFA).

⁵²³ *Idem*, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1920 (ARFA).

Armênia”⁵²⁴. Mais tarde, naquele mesmo mês, irritado com os armênios paulistanos, o diplomata definiria a coletividade em São Paulo como “insignificante”:

[...] mas é ela que tem agido de maneira incorreta em toda a América. Composta de negociantes, bastante ignorantes e falantes de árabe, ela tem uma [palavra ilegível] deplorável. Até agora aquela gente parece não conhecer a República Armênia. [...] Eu soube, por carta confidencial, que eles escreveram recentemente ao Sr. Boghos Nubar perguntando se eles deveriam “reconhecer a República e seus delegados!”⁵²⁵ (Grifo e aspas do autor).

Malgrado as desavenças locais, o reconhecimento brasileiro foi uma vitória política importante para os armênios no contexto das relações internacionais e um êxito particular de Etienne Brasil. A ele interessava reforçar a imagem do Brasil como um país “líder das nações sul-americanas”, aumentando assim a proporção de seu feito. Segundo ele, “todas as pequenas repúblicas daqui seguirão rapidamente” a decisão brasileira, pois “a grande dificuldade” – isto é, obter o reconhecimento – “estava aqui e nós vencemos”⁵²⁶. No caso do reconhecimento por parte de Peru e Venezuela, os representantes das respectivas legações no Brasil teriam, ao diplomata, “garantido que agora é uma questão muito fácil”⁵²⁷. Poucos dias mais tarde, a legação do Chile no Rio de Janeiro enviou a Etienne comunicado afirmando que aquela república havia reconhecido oficialmente a República Armênia em 15 de agosto daquele ano, o que foi imediatamente reportado a Aharonian com a alegação de que a troca de presidência e dos diplomatas do país foram as causas do atraso para que o representante diplomático armênio tomasse conhecimento do fato⁵²⁸.

Embora Etienne tenha reportado a Paris oficialmente por meio de um telegrama que o reconhecimento brasileiro havia acontecido no dia 9 de outubro⁵²⁹, a publicação oficial por parte do Executivo só iria acontecer em novembro, recebendo ampla cobertura da imprensa carioca. No dia 5 de novembro, o jornal *A Rua*, sob as linhas “*Libertas Quæ Sera Tamen*”, publicou extenso artigo com um histórico da Armênia e sua importância para a civilização⁵³⁰. No dia seguinte, a *Gazeta de Noticias*, *Correio Paulistano* e *O Imparcial* – além do paranaense *A Republica* – também deram espaço à decisão de Epitácio Pessoa. A efetivação do reconhecimento fez com que Etienne Brasil informasse Paris que o reconhecimento teria

⁵²⁴ Idem, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1920 (ARFA).

⁵²⁵ Idem, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1920 (ARFA).

⁵²⁶ Idem, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1920 (ARFA).

⁵²⁷ Idem, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1920 (ARFA).

⁵²⁸ Idem, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1920 (ARFA).

⁵²⁹ Telegrama de *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1920 (ARFA).

⁵³⁰ *A Rua*. Rio de Janeiro: 5 de novembro de 1920, p. 4 (HDB/BN).

acontecido no dia 5 de novembro⁵³¹, enquanto o *A Rua* publicou que o decreto presidencial data do dia anterior da publicação do jornal, isto é, dia 4. Mas o Decreto nº 14.456 que “reconhece a Independência da Republica da Armênia e seu atual Governo” foi publicado no Diário Oficial da União no dia 3 de novembro de 1920⁵³².

Em carta para Elian Naccach publicada no livro de Yesnig Vartanian⁵³³, o diplomata noticia o reconhecimento e repassa algumas orientações para o compatriota em São Paulo que deveria escrever uma carta de agradecimento ao presidente brasileiro a ser enviada ao governador paulista, quem serviria de intermediário. Além disso, o diplomata pede que Naccach organize uma assembleia com os armênios de São Paulo na qual ele iria proferir uma palestra e ter contato com os compatriotas. Porém, o mais interessante na correspondência é a recomendação de Etienne Brasil para que haja uma arrecadação entre os armênios para que seja possível construir a Embaixada da Armênia no Rio de Janeiro, na região da chamada “Avenida do Sul”.

O reconhecimento do governo brasileiro aconteceu em um momento-chave para a Armênia. Após o Tratado de Sèvres ser rejeitado por Mustafá Kemal e pelo governo nacional em Angora, as tropas kemalistas marchavam na direção Leste a fim de recuperar os territórios anexados pelos armênios. A sobrevivência da República Armênia era seriamente ameaçada, de um lado pelo avanço turco, do outro, pelas tropas bolchevistas. Ciente das ameaças que rondavam o país que representava, Etienne Brasil, em telegrama a Azevedo Marques, agradeceu o reconhecimento do Brasil e diz que “o nobre gesto do Governo Brasileiro veio reconfortar-nos numa ocasião dolorosa”⁵³⁴. Além disso, o diplomata solicitou a Eptácio Pessoa que intervisse junto às Potências para que fosse fornecido armamento, munição e crédito da República, bem como para que encontrassem uma “solução justa” para a questão da Cilícia em favor dos armênios⁵³⁵.

⁵³¹ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1920 (ARFA).

⁵³² *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1920. Disponível em: <https://goo.gl/2ziah9>. Acesso em: 16 ago. 2014.

⁵³³ VARTANIAN, Y. op. cit.

⁵³⁴ *Telegrama de Etienne Brasil a Azevedo Marques*. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1920, 281/2/4 (AHI).

⁵³⁵ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1920 (ARFA).

4.5 A ocupação bolchevique e o fim da Legação Armênia no Brasil

Mais tarde naquele mês, no dia 16, Etienne enviou telegrama a Aharonian com as perguntas “perigo grave? Aliados aderiram?” e com a afirmação “eu solicitei intervenção do Brasil”⁵³⁶. Com a primeira pergunta, o diplomata tentava obter maiores informações sobre os rumores que chegavam ao Brasil sobre a sovietação da Armênia. Com a segunda, pedia notícias sobre as negociações que ocorriam na Liga das Nações, com a participação dos EUA, que garantiriam a manutenção da independência armênia. Na última frase do telegrama, Etienne informava que iria novamente solicitar audiência com Pessoa para tentar convencer o presidente brasileiro a intervir em favor dos armênios.

Ante todas as incertezas, Avetis Aharonian finalmente escreveu ao seu diplomata no Rio de Janeiro. O teor da carta do líder armênio pode ser inferido a partir da resposta de Etienne escrita no dia 28 de novembro, na qual ele afirma ter recebido um telegrama de Aharonian e outro da “Delegação”, isto é, do grupo de Boghos Nubar. Na réplica a Aharonian, o diplomata deixou transparecer traços de impaciência com uma caligrafia mais apressada e com respostas menos afáveis do que de costume. Em um trecho, ele afirmava estar “de braços atados” para os pedidos de Paris, que envolviam a solicitação de crédito junto aos governos brasileiro e argentino e o envio de voluntários – possivelmente compatriotas residentes na América do Sul para serem incorporados no exército armênio no Cáucaso. Ele atribuía as dificuldades em atender aos pedidos à ausência de um “título real” que o permitiria ser atendido pelos governos sul-americanos – e também seus compatriotas, de acordo com suas palavras – que, em geral, são governados por grandes fortunas ou por títulos reais. Dessa forma, Etienne aproveitou que Paris veio até ele com solicitações para colocar uma vez mais as suas próprias demandas que haviam sido ignoradas até então – incluindo o pedido para que Aharonian enviasse ao governo francês uma cópia de seu livro recém-publicado no Rio de Janeiro, *La France au Brésil*. Em certo trecho, ele questionava sobre o que faria na sua visita oficial à Argentina – viagem essa autorizada por Paris – sem poderes diplomáticos efetivos. Ademais, segundo ele, os “elementos de Boghos Nubar” criavam “na surdina todo tipo de dificuldades” para a realização de seu trabalho⁵³⁷, sem especificar quem seriam esses elementos ou que tipo de oposição faziam.

⁵³⁶ *Telegrama de Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1920 (ARFA).

⁵³⁷ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1920 (ARFA).

Apreensivo pela possibilidade de ver a Armênia circunscrita uma vez mais por governo outro que não o dos próprios armênios – o que, no limite, custaria, além da independência do Estado que ele representava, também seu cargo e influência – Etienne vociferou contra aqueles que ele julgava que estariam traindo a Armênia. Sua indignação não perdoou nem mesmo a França, farol cultural para ele e muitos intelectuais brasileiros e armênios de sua geração, nação que ele mesmo tinha chamado de “protetora desvelada e segunda pátria de todos os orientais” em artigo em 1913⁵³⁸. No final de novembro de 1920, Etienne acusava o governo de Alexandre Millerand, sucessor de Georges Clemenceau – quem os armênios viam com simpatia – de trair a Armênia em prol de outros interesses menos nobres e ameaçava iniciar uma campanha na América do Sul contra a França:

Apesar dos atos indignos e miseráveis do governo atual (guiado pelos judeus da Bolsa de Paris) na Cilícia e na questão de intervenção suscitada pelo Sr. Viviani⁵³⁹, eu acho que o verdadeiro povo francês não está a par de tal conduta vergonhosa e desleal. Parece-me que a boa política para nós é continuar a buscar a amizade do povo francês.

Minha indignação é tanta que se a Armênia vir a ser sacrificada pelos erros e acordos [...] do governo francês, eu consagrarei o resto dos meus exércitos a fazer uma guerra [...] contra o país, na imprensa e em discurso em toda a América do Sul, uma propaganda mais terrível do que aquela que eu lancei contra os turcos⁵⁴⁰.

É pouco provável que Etienne Brasil estivesse de fato disposto a entrar em uma polêmica na imprensa com a França, com seus diplomatas e com toda a influência que os franceses exerciam nos círculos políticos e intelectuais no Brasil dos anos 1920. No cenário hipotético do ex-padre – cuja carreira docente e intelectual, é bom lembrar, estava intrinsicamente ligada ao Liceu Francês no Rio de Janeiro –, decidir por afrontar abertamente as decisões de política externa francesa era ainda menos plausível que algum tomador de decisão, burocrata ou jornal aceitasse endossar seus argumentos em prol da Armênia e em detrimento da França. No começo de dezembro, o diplomata cogitaria a criação de “grupos antieuropeus” na América do Sul para punir o governo francês “que ajuda os bolcheviques-kemalistas, voluntariamente maximalistas, condenando os pobres armênios que têm sido forçados a se submeterem!”⁵⁴¹

⁵³⁸ *A Epoca*. Rio de Janeiro: 14 de maio de 1913, p. 7 (HDB/BN).

⁵³⁹ René Viviani (1863-1925), ex-ministro de relações exteriores e representante da França na Liga das Nações em 1920.

⁵⁴⁰ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1920 (ARFA).

⁵⁴¹ Idem. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1920 (ARFA).

Apesar da situação instável da Armênia, Etienne Brasil ainda mostrava obstinação após o reconhecimento há tanto almejado ter sido alcançado. Em novembro, ele enviou informações para a delegação armênia em Paris acerca dos delegados brasileiros e argentinos que estavam indo a Genebra para participar da Assembleia da Liga das Nações, recomendando expressamente que a comunidade armênia da Suíça deveria recepcioná-los, pois esses seriam amigos da causa. Simultaneamente, o diplomata queria exercer suas prerrogativas como representante armênio para a América do Sul e abrir consulados em cidades como Buenos Aires – chefiado por Eduardo Hachikyan – Montevidéu – sem cônsul definido –, Llay-Llay no Chile – cujo cônsul seria Alejandro Manuguian⁵⁴² – Manaus – sob gerência de Levon Rumian – São Paulo – que seria ocupado por Elian Nacchach – e Rio de Janeiro, onde Mihran Latif deveria ser cônsul-geral honorário, assessorado por Nubar Ohanian, Dikran Astor e Agop Ajemian – nessa altura, Kaisserlian e Boghossian já haviam sido proscritos da coletividade pelo diplomata. Embora a proatividade de Etienne fosse apreciada em Paris, Aharonian alegou que novas nomeações de cônsules somente poderiam ser feitas pelo Parlamento em Yerevan, não cabendo à delegação criar cargos adicionais⁵⁴³.

O excesso de critério dispensado pelo governo brasileiro ao reconhecer a República Armênia fez com que o decreto assinado por Epiácio Pessoa em 3 de novembro de 1920 fosse de pouca serventia no esforço internacional de apoio e salvação da república no Cáucaso. Um mês mais tarde, em 2 de dezembro de 1920, representantes do governo armênio e da Rússia revolucionária assinariam um acordo que anexava a Armênia aos territórios bolcheviques. Não se pode alegar, porém, que a morosidade brasileira era causada pela falta de interesse ou desconhecimento dos assuntos da Armênia. Mesmo a Liga das Nações não acompanhou a velocidade das transformações políticas no Cáucaso. Em 25 de novembro de 1920, a Liga negociava com Woodrow Wilson e os representantes de Brasil e Espanha na entidade para evitar a crescente violência entre as tropas turcas comandadas por Mustafa Kemal e o exército armênio. Em 3 de dezembro, a Assembleia da entidade reunida em Genebra garantiu “apoio moral da Liga das Nações e do mundo civilizado” aos EUA, Brasil e Espanha por negociarem com os “nacionalistas turcos” uma solução pacífica para os conflitos com a Armênia⁵⁴⁴. Porém, a assinatura do pacto entre armênios e bolcheviques fez do apoio da Liga e dos países supracitados letra-morta, ainda que as conversas em Genebra continuassem dezembro adentro,

⁵⁴² Idem. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1920 (ARFA).

⁵⁴³ HOVANNISIAN, R. op. cit., pp. 433-434.

⁵⁴⁴ *The Times*. Londres: 3 de dezembro de 1920, p. 11.

pois havia o entendimento que a anexação da Armênia pela Rússia poderia ser uma medida temporária⁵⁴⁵.

Também Etienne Brasil tinha a esperança que a ocupação russa fosse uma estratégia para cessar “a invasão dos infames turcos e ganhar a amizade dos russos”⁵⁴⁶ enquanto os EUA e a Liga das Nações – representada por Brasil e Espanha – viabilizavam a tão esperada e prometida ajuda à Armênia. “Há muito tempo”, escreveu o diplomata a Aharonian, “nós temos sido joguetes das potências da Europa [...] Desta vez, se necessário, vamos nos unir até mesmo ao diabo para que salvemos a nossa Armênia”⁵⁴⁷. Em outra missiva, poucos dias depois, ele afirmou:

Se a novidade do soviete for verdade, eu estou certo que nossos pobres compatriotas, sem recursos, foram obrigados a aceitar o apoio do diabo, quando os pretensos santos, ao invés de ajudar-nos, procuraram nos causar [...] mal. Mas o povo armênio não está soviético; isso não será mais que um estado e uma solução de passagem⁵⁴⁸. (grifos do autor)

Em meio a todas essas incertezas, Epiácio Pessoa recebeu uma vez mais o diplomata no Catete, em audiência na qual Etienne Brasil agradeceu ao presidente pelo trabalho de Rodrigo Octávio na Liga das Nações em favor dos armênios – referindo-se à disponibilidade brasileira para intermediar, junto com a Espanha e os EUA, a resolução dos conflitos entre armênios e turcos⁵⁴⁹ – e sugeriu que “duas grandes cidades brasileiras adotassem duas cidades da Armênia para protegê-las”.

Sobre o reconhecimento brasileiro à República Armênia, poderiam pairar dúvidas sobre o quão essencial foram as intervenções de Etienne junto ao Itamaraty e Catete. De acordo com um recorte de jornal anexado à documentação da *Legação Armênia no Brasil* no Arquivo Histórico do Itamaraty⁵⁵⁰, não havia nenhuma representação diplomática armênia reconhecida no Brasil, e o reconhecimento brasileiro se deu por meio da Embaixada brasileira e do “comitê armênio” em Paris, no âmbito da Conferência de Paz. Entretanto, essa alegação parece um tanto exagerada. Uma vez analisadas as correspondências entre Etienne Brasil, o Itamaraty e Paris

⁵⁴⁵ GZOYAN, Edita. *Hayastani Arajin Hanrapetutyně yev Azgeri Ligan*. Yerevan: Academia de Ciências da República da Armênia, 2013, pp. 157-158.

⁵⁴⁶ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1920 (ARFA).

⁵⁴⁷ Idem, *ibid.*

⁵⁴⁸ Idem. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1920 (ARFA).

⁵⁴⁹ Idem, *ibid.*

⁵⁵⁰ Possivelmente se trata do *Jornal do Commercio* de 25 de janeiro de 1921, pois, no mesmo dia, Etienne Brasil escreveu para Epiácio Pessoa a fim de desmentir as informações publicadas por esse periódico. *Etienne Brasil a Epiácio Pessoa*. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1921, 281/2/4 (AHI).

resulta claro que o fato do armênio ter sido chamado nesse Palácio para uma reunião e por tantas vezes ter sido recebido no Catete por Pessoa provam que o governo brasileiro o considerava representante dos interesses armênios no Brasil, ainda que nunca tenha sido expedido o *exequatur*. Ademais, como pode ser percebido nas cartas a Archag Tchobanian e Avetis Aharonian, foi Etienne Brasil o responsável por alertar seus compatriotas na França sobre os políticos brasileiros que estavam em Paris e em que grau eles seriam permeáveis às demandas armênias, graças, principalmente, aos laços de amizade que os ligavam a alguns armênios no Rio de Janeiro, sobretudo Mihran Latif. Por fim, seguindo as reflexões de Pierre Milza acerca dos pontos de contato entre a política interna e externa de uma nação – ancorado nas escolas francesas de história política e relações internacionais de Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle e Raymond Aron – o cenário interno exerce grande influência sobre os rumos da política externa de um país⁵⁵¹. Assim, o reconhecimento brasileiro tem que ser analisado levando em consideração o interesse de Epiácio Pessoa e do Itamaraty em atender, enfim, a agenda do grupo de pressão liderado por Etienne Brasil, que possuía boa inserção econômica e grande capilaridade na sociedade carioca da época.

Etienne Brasil encerrou o ano de 1920 distribuindo uma nota à imprensa negando os “boatos saídos de Constantinopla” sobre a sovietação da Armênia. Segundo o diplomata, a comunicação com o Cáucaso estava interrompida desde outubro e as únicas notícias que mereciam atenção eram aquelas oriundas da delegação armênia em Paris. Em suas palavras:

Em hipótese alguma renunciaremos ao tratado de Sèvres e à amizade dos aliados. Ultimamente, quer a questão da Cilícia, quer a dos socorros libertadores da República Armênia têm progredido muito, e há seguras esperanças de que poderemos em breve libertar o país quer dos assaltos de Mustafá Kemal, quer da pressão sovieta⁵⁵².

Em janeiro de 1921, o diplomata dá sinais de que não iria reconhecer o governo soviético e continuaria a desempenhar suas funções na América do Sul em nome do “governo legal da Armênia”. O fluxo de correspondências com Paris, embora menor, não cessou. Em meados daquele mês, Etienne acusava recebimento de carta do secretário de Aharonian, “após um longo silêncio”, com uma cópia de um memorando enviado pelo representante armênio em Paris às Potências. Na réplica, colocou Paris a par dos últimos acontecimentos na América do Sul, quais sejam, a garantia dada por seu aliado, Carneiro da Cunha, de que Epiácio Pessoa “não mudou de opinião sobre nós e continua a nos proteger”, mesmo com as notícias cada vez

⁵⁵¹ MILZA, P. op. cit., pp. 369-370

⁵⁵² *A Razão*. Rio de Janeiro: 27 de dezembro de 1920, p. 8 (HDB/BN).

mais difíceis de refutar acerca da ocupação bolchevique da Armênia. Enquanto isso, os armênios de São Paulo continuavam a desafiá-lo ao entrarem em contato com Boghos Nubar. No Chile, seu aliado Alejandro Manuguian informava que Santiago também mantinha o apoio aos armênios, o que Etienne definiu como “uma vitória”⁵⁵³. Na esfera comercial, Etienne mantinha seus planos de criar um banco para facilitar o intercâmbio entre a América do Sul e os armênios e contava com a ajuda de seu irmão Bernard Ignace, que seria nomeado cônsul honorário do Brasil em Sófia em breve, para a consecução desse projeto. Isso indica que o diplomata armênio não pretendia recuar ante as dificuldades enfrentadas pela Armênia, por Aharonian e por ele mesmo, cada vez mais isolado na sua própria coletividade e desgastado politicamente nos círculos decisórios e na imprensa no Rio de Janeiro.

Diante de um cenário cada vez mais nebuloso, Etienne Brasil parecia mais à vontade para dar declarações e pronunciamentos mais salientes e menos diplomáticos. Em correspondência a Aharonian, ele não hesitou em opinar sobre os rumos que a Armênia deveria tomar para reverter o quadro adverso e sugeriu que superior:

[...] convoque um congresso armênio em Paris ou alhures e rapidamente; dirija um apelo supremo a toda a nação; instale os membros do governo legal em um ponto seguro, como foi feito pela Bélgica durante a guerra. Esse é o único meio para ativar nossa salvação e para não perder nossos aliados e nossa força. De outro modo, em um par de semanas, tudo será esquecido: Tratado de Sèvres, Armênia, etc⁵⁵⁴.

A recusa de Etienne Brasil em aceitar o que era realidade no Cáucaso e acreditar que era possível medidas reversivas é visível tanto em manifestações diplomáticas quanto na imprensa, na qual ele encenou uma suposta invasão de espiões bolcheviques à América do Sul. No dia 24 de janeiro, o jornal *A Noite* publicou uma nota informando que falsos padres armênios teriam sido descobertos no Chile, após Etienne ter enviado às autoridades do país “provas” que comprovavam o envolvimento da “quadrilha” com a “3ª Internacional de Moscou”⁵⁵⁵. Ainda de acordo com o periódico, o armênio foi ao Itamaraty e ao Catete no dia anterior alertar o chanceler e o presidente sobre o “plano bolchevista que nos ameaça, mostrando-lhes os necessários documentos bem como fornecendo-lhe o nome do alemão esperado, ou já desembarcado no Rio, como representante do soviete russo”. Segundo Etienne Brasil alegou, ele havia recebido telegramas de Lênin com recomendações para que os diplomatas armênios

⁵⁵³ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1921 (ARFA).

⁵⁵⁴ *Idem*, *ibid.*

⁵⁵⁵ *A Noite*. Rio de Janeiro: 24 de janeiro de 1921, p. 1 (HDB/BN). Etienne também reportou a ocorrência no Chile a Paris. *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1920 (ARFA).

espalhados pelo mundo reconhecessem o novo governo da Armênia ou se preparassem para entregar os bens e os arquivos das legações a um delegado soviético designado. Com informações oriundas do Rio de Janeiro, via telégrafo, *A Província* de Recife noticiou que o encarregado soviético pela legação armênia no Brasil seria um alemão, que viria acompanhado de “vários maometanos turcos, vestindo batina e inculcando-se de padres, a fim de agitar os meios sírios, armênios, gregos e judeus residentes do Brasil para, por esse meio, implantar o bolchevismo”⁵⁵⁶. Dizendo-se alarmado, Etienne Brasil teria entregado a documentação à polícia para que a prisão dos agentes de Moscou fosse realizada tão logo eles aportassem no país. Paralelamente a essas denúncias, o armênio insistia, via imprensa, na validade de suas credenciais e na legalidade de seu posto diplomático no Brasil⁵⁵⁷.

O alarme soado por Etienne sobre uma invasão bolchevique acompanhada por muçulmanos disfarçados de padres não teve muito fôlego. No dia 27 de janeiro, um jornal da comunidade espanhola de São Paulo publicou a notícia espalhada pelo armênio com pinceladas de deboche⁵⁵⁸. Dois dias depois, o periódico carioca *A.B.C.* dispensou várias linhas para atacar Etienne Brasil e denunciar o “*bluff*”, criado a partir da nota publicada no *A Noite*. Sob o título “Uma Gran-Via diplomática: A Epopeia da Armênia transforma-se no Brasil em ‘Vaudeville’”, o periódico provoca o “ex-clérigo e atual diplomata sem credenciais”, afirmando que seus ataques a Lênin não são coerentes com as suas atitudes passadas, quando o mesmo apresentava documentos assinados pelo líder bolchevique que garantiriam as fronteiras armênias. No parágrafo final, o *A.B.C.* conclui:

Agora o espectro do maximalismo serve de ponto de apoio para o obscuro e “sui-generis” ministro renovar as suas investidas. E quem sabe se em tudo isso não há um pouco de imaginação do Sr. Etienne apavorado com a hipótese da vinda de um delegado legítimo da Armênia que lhe tirará as glórias? Daí, talvez, a sua lembrança de pedir para o seu compatriota o castigo policial que se dá aos indesejáveis...⁵⁵⁹

A criação de uma ameaça bolchevista por meio de um delegado alemão e muçulmanos disfarçados de padres explicita o receio que Etienne Brasil tinha de perder seu posto de representante diplomático e, assim, ser incapaz de usar os anos de proximidade com a imprensa e o governo para ajudar na manutenção da independência da Armênia. Ao criar a

⁵⁵⁶ *A Província*. Recife: 26 de janeiro de 1921, p. 1 (HDB/BN).

⁵⁵⁷ *A Noite*. Rio de Janeiro: 27 de janeiro de 1921, p. 2; *A Rua*. Rio de Janeiro: 27 de janeiro de 1921, p.1; *Correio Paulistano*. São Paulo: 27 de janeiro de 1921, p. 5; *Diario da Manhã*. Vitória: 27 de janeiro de 1921, p. 3 (HDB/BN).

⁵⁵⁸ *Diario Español*. São Paulo: 27 de janeiro de 1921, p. 7 (HDB/BN).

⁵⁵⁹ *A.B.C.* Rio de Janeiro: 29 de janeiro de 1921, p. 10 (HDB/BN).

farsa, o armênio lançou mão de dois fatos: a presença de indivíduos que mendigavam pelo Brasil alegando serem padres armênios e; o receio que havia na Europa da infiltração de “emissários pan-islâmicos” financiados pelos alemães para iniciar a guerra santa nas colônias europeias⁵⁶⁰. Assim, Etienne fundiu nesses misteriosos homens os elementos mais temidos no Ocidente e criou a figura do perigoso delegado alemão com um mandato bolchevique acompanhado por inúmeros muçulmanos, todos a mando de Lênin. Ocorre, desse modo, a demonização do outro, na esperança de que, se por ventura Moscou enviasse um representante oficial de seus interesses para o Rio de Janeiro, as autoridades em alerta negariam entrada ao estrangeiro e manteriam a interlocução com o armênio.

Enquanto seu nome era alvo de críticas nos jornais, Etienne Brasil tentava desesperadamente obter apoio do Itamaraty e de Epiácio Pessoa para manter-se reconhecido como representante diplomático da Armênia no Rio de Janeiro. No dia 25 de janeiro, o armênio dispensou as exigências protocolares e enviou mensagens simultâneas ao chanceler Azevedo Marques, ao Diretor de Negócios Estrangeiros, Araújo Jorge, e ao Presidente da República, todas em papel timbrado em francês e armênio no qual é possível ler “o representante diplomático da república armênia para a América do Sul”. Para o primeiro, Etienne Brasil pedia que o Brasil interviesse junto às “grandes potências” para fazer valer as fronteiras armênias conforme haviam sido traçadas por Wilson e consolidadas pelo Tratado de Sèvres, bem como a criação de um mandato sobre a Cilícia⁵⁶¹. Ao Diretor, o armênio alertou sobre o perigo dos falsos padres armênios, mas que não aparentam ter ligações com o bolchevismo, embora seja crucial prendê-los para que não gerem confusão com os “bolchevistas vestindo batinas”. Etienne garantiu ao diplomata que os indivíduos em questão não são armênios, pois não sabem o idioma e que um padre armênio não estava autorizado a mendigar, segundo orientação do Patriarca da Igreja Apostólica Armênia e de Terzian, líder dos católicos armênios e supostamente seu tio⁵⁶². A Epiácio Pessoa, o armênio defendia suas credenciais de representante do “governo legítimo da Armênia”, desmentindo o que havia sido publicado no *Jornal do Commercio* do mesmo dia, e rogava “ao alto espírito humanitário e à grande simpatia que vós manifestastes pela minha desventurada pátria; e dos meus esforços e sacrifícios vós mesmo sois testemunha” para que o presidente intervenha de modo a obrigar o periódico mencionado a retificar as informações publicadas⁵⁶³. Alguns dias mais tarde, possivelmente

⁵⁶⁰ McMEEKIN, S. op. cit., p. 327.

⁵⁶¹ *Etienne Brasil a Azevedo Marques*. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1921, 281/2/4 (AHI).

⁵⁶² *Etienne Brasil a Araújo Jorge*. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1921, 281/2/4 (AHI).

⁵⁶³ *Etienne Brasil a Epiácio Pessoa*. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1921, 281/2/4 (AHI).

sem ter obtido uma resposta positiva – ou mesmo resposta alguma – de Epiácio Pessoa, Etienne Brasil se dirigiu à Associação Brasileira de Imprensa para apresentar as suas credenciais diplomáticas na esperança de que a aceitação de seus documentos pela entidade pudesse mitigar o estrago feito pelo artigo do *Jornal do Commercio*⁵⁶⁴.

Após o episódio dos falsos padres comunistas, a credibilidade de Etienne Brasil despencou. Seus artigos na imprensa se tornaram cada vez mais escassos, com a exceção de uma ou outra resenha elogiosa a seus manuais de Filosofia e livros de História. Alguns órgãos foram especialmente críticos aos rumos da causa armênia no Brasil e o envolvimento do governo com uma questão tão distante da tradicional esfera de influência do país. O *Jornal do Brasil* de 16 de fevereiro de 1921 publicou artigo assinado por Brasílio Braga condenando a ação brasileira ao lidar com a Armênia. Segundo o autor:

Por simples bazofia, só para nos darmos a uma ridícula importância, tivemos nós a triste lembrança de pedir à Liga das Nações que nos fizesse protetores da Armênia. Os Estados Unidos e a Espanha, nossos colaboradores nessa difícil proteção, também hão de estar arrependidos de terem assumido tal encargo, em vista do rumo que ali estão tomando os acontecimentos⁵⁶⁵.

Não satisfeito em criticar a política externa brasileira, o autor desfilou acusações contra a “nossa protegida” Armênia que “sem nos pedir conselhos nem nos dar a menor satisfação, resolveu cair impudicamente nos braços cabeludos do bolchevismo”, liderado pelo “pirata Lenine”. Com efeito, o Brasil estaria agora a mercê do “desembarque aos embaixadores bolchevistas denunciados à Polícia Marítima pelo Sr. Etienne Brasil”, sendo o próprio responsável, em alguma medida, pelo perigo que o Brasil enfrentava, por ter desacatado Lênin via telégrafo quando o líder soviético solicitou a colaboração do diplomata armênio. Poucos dias depois, Etienne Brasil admitiu a sovietação de parte da Armênia, embora desmentisse as notícias que, segundo ele, oriundas de Constantinopla, davam conta de que toda a Armênia estava sob controle soviético. Segundo o intelectual, os armênios da região “subjugada” não aceitaram passivamente a ocupação do Exército Vermelho e foram vencidos após combates e fuzilamentos. Assim, o armênio retomou o discurso que utilizou durante o genocídio, quando negava que os armênios estavam sendo massacrados e afirmava que os que eventualmente morriam, “vendiam caro” suas vidas, resistindo até o último momento⁵⁶⁶. Poucos dias depois, a imprensa noticiou a visita de alguns armênios à residência de Rodrigo Octavio, delegado brasileiro na Liga das Nações, pelo apoio dado à causa na Assembleia dessa entidade, em

⁵⁶⁴ O Paiz. Rio de Janeiro: 2 de fevereiro de 1921, p. 4 (HDB/BN).

⁵⁶⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 16 de fevereiro de 1921, p. 5 (HDB/BN).

⁵⁶⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 19 de fevereiro de 1921, p. 1 (HDB/BN).

obediência às diretrizes de Epiácio Pessoa. Segundo a nota, a comissão de armênios era composta por Etienne Brasil, Agop Kaissierlian – que até pouco tempo atrás era inimigo do ex-padre – Dick Astor e Nubar Charles Ohanian⁵⁶⁷.

Entre 13 de fevereiro e 2 de abril de 1921, o *Dashnak* conseguiu retomar o poder por meio de um levante liderado por Simon Vratsian, último primeiro-ministro da República Armênia, o que deu novo ânimo a Aharonian e outros líderes na diáspora. Em fevereiro, o representante em Paris enviou a Etienne telegrama sobre um acordo entre as duas delegações armênias na capital francesa – isto é, entre o próprio Aharonian e Boghos Nubar – o qual o ex-padre prometeu, com excitação, repassar de imediato a todos os centros armênios da América do Sul e à imprensa. De certo, ele esperava que a novidade enfraquecesse os armênios de São Paulo e de outras localidades que por ventura ainda hesitavam em reconhecer sua autoridade. Na mesma missiva, ele informa sobre o apoio de uma Loja Maçônica do Grande Oriente do Brasil à causa armênia. Segundo Etienne, a Loja havia descoberto que “o malvado ministro Azevedo Marques (do Exterior) estava sob influência dos clérigos daqui, que descobriram que a Armênia gregoriana não tem direito à proteção das nações católicas!”⁵⁶⁸ Era notório o mal-estar entre Etienne Brasil e Azevedo Marques. Enquanto o primeiro acusava o chanceler brasileiro de incompetência e atrasar a resolução da questão armênia no Brasil deliberadamente, o último se irritava com a pressão exercida pelo ex-padre sobre o Catete e o Itamaraty quebrando, não raramente, os protocolos diplomáticos e lançando mão de conexões pessoais para pular os trâmites burocráticos. Apesar disso, não é possível confirmar a acusação de Etienne, tampouco parece plausível que o pertencimento da maioria da população armênia à Igreja Apostólica Armênia – não católica, portanto – pudesse servir de escusa para o apoio do Brasil ou de qualquer outra nação católica, afinal, o clero católico armênio agiu, com o aval do Vaticano, durante e depois da Guerra para mitigar as dificuldades do povo armênio⁵⁶⁹.

Diante da euforia – ou incerteza – da retomada do poder na Armênia, Avetis Aharonian finalmente decidiu enviar ao governo brasileiro – por meio de Gastão da Cunha, embaixador do Brasil em Paris – um comunicado oficial nomeando Etienne Brasil “agente oficial da República Armênia junto ao governo brasileiro”⁵⁷⁰. A embaixada brasileira na capital francesa confirmaria a ciência do Rio de Janeiro com relação a nomeação de Etienne no dia 18

⁵⁶⁷ *A Provincia*. Recife: 22 de maio de 1921, p. 1 (HDB/BN).

⁵⁶⁸ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1921 (ARFA). Grifos no original.

⁵⁶⁹ Cf. RUYSEN, G. op. cit.

⁵⁷⁰ *Gastão da Cunha a Avetis Aharonian*. Paris, 31 de março de 1921 (ARFA).

de abril⁵⁷¹, quando o Exército Vermelho já havia retomado o controle da Armênia, destituindo novamente o *Dashnak* e estabelecendo definitivamente no país o regime que duraria até 1991.

Etienne Brasil não voltou a se manifestar sobre a situação do país, seja pelas vias diplomáticas ou por meio da imprensa. Os periódicos, contudo, continuavam a divulgar os acontecimentos na Armênia oriundos das agências de notícias. A visita dos armênios à residência de Rodrigo Octavio é significativa do declínio do prestígio de Etienne: embora ainda conseguisse articular para ser recebido pelo alto escalão diplomático, tal encontro não poderia ser realizado no Itamaraty. Em agosto, o ex-representante diplomático estava presente no embarque dos delegados brasileiros que iriam participar de mais um compromisso em Genebra, no âmbito da Liga das Nações, o que indica que ele voltou a defender seus interesses de maneira pessoal e informal⁵⁷².

Em 1922, Etienne Brasil formou-se em Direito e passou a advogar no Rio de Janeiro, profissão que exerceu até sua morte em 15 de março de 1955⁵⁷³. Mesmo no novo ofício, ele não abandonou a faceta acadêmica. Em pouco tempo, começou a escrever e publicar artigos e livros sobre Direito, ambicionando se tornar uma referência nos estudos jurídicos. Em 1938, ele escreveu uma carta ao político paulista Plínio Barreto a fim de agradecer uma resenha elogiosa que o mesmo teria feito sobre o trabalho “Renovação das Locações”. Junto com a carta de agradecimento, o intelectual – e agora jurista – anexou outros textos de sua lavra “sobre um dos cantos mais obscuros do Direito universal”⁵⁷⁴.

Uma vez iniciada sua nova carreira, o intelectual não se ocupou mais de assuntos concernentes à causa armênia. Nos anos 1920-30, com a chegada de um grande número de imigrantes, a causa passou a ser centralizada nas instituições comunitárias criadas em São Paulo, onde permanece até os dias atuais, mesmo depois da independência da Armênia da URSS em 1991 e da criação de representações diplomáticas oficiais no Brasil.

A ação de Etienne Brasil nos mostra como um intelectual sem experiência diplomática, não pertencente aos quadros das oligarquias brasileiras que comandavam o jogo político na Primeira República, com escassos recursos materiais e pouco apoio do país que

⁵⁷¹ *Embaixada do Brasil na França a Avetis Aharonian*. Paris, 18 de abril de 1921 (ARFA).

⁵⁷² *Correio Paulistano*. São Paulo: 11 de agosto de 1921, p. 1 (HDB/BN).

⁵⁷³ De acordo com o livro de registros do cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, Etienne Brasil, armênio, naturalizado brasileiro, morreu aos 72 anos vitimado por um colapso cardíaco e arteriosclerose generalizada. Seu corpo foi sepultado no mesmo jazigo de sua esposa, Maria Emília da Mota Brasil, falecida onze anos antes.

⁵⁷⁴ *Carta de Etienne Brasil a Plínio Barreto*. 15 de fevereiro de 1938. Série Correspondências, acervo Plínio Barreto, PB-C-CP-0204 (IEB-USP).

representava, utilizou de sua influência e prestígio para inserir a causa armênia na pauta da política externa brasileira, tendo suas reivindicações acatadas pelo governo da sociedade receptora, ainda que não no ritmo e da maneira desejada. Ainda que suas ações fossem baseadas na insistência e em conexões pessoais que permitiram que ele alcançasse os círculos mais altos da política brasileira, há que se ressaltar certa permeabilidade do Estado brasileiro às demandas exógenas. A seguir, veremos quais foram as características da política externa brasileira no período que permitiram que a causa armênia estivesse na agenda do Itamaraty, em um contexto marcado pela emergência do multilateralismo pós-1918.

5 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO MULTILATERALISMO NAS DÉCADAS DE 1910-1920

Desde o século XIX o multilateralismo é uma característica da diplomacia brasileira. Pautada pelo marco jurídico-legal, a ação do Brasil tentava diminuir a preponderância dos interesses das Potências nas relações internacionais, ao mesmo tempo em que buscava se inserir com maior pujança no sistema. Nas palavras da cientista política Flávia de Campos Mello:

Reafirmada nas orientações recentes da política externa brasileira, a aposta no multilateralismo sempre refletiu o objetivo de participar ativamente do processo de elaboração das normas da governança global, projetando também a nova disposição do Brasil a um maior protagonismo internacional. Ao mesmo tempo, continua sendo uma preferência fundamentada no reconhecimento defensivo das limitações do seu poder individual na hierarquia do sistema internacional⁵⁷⁵.

Imbuído dessas ideias, o Brasil participou da segunda conferência de Haia em 1907, uma das primeiras tentativas de sistematizar o direito internacional para a resolução de conflitos. Para chefiar a delegação brasileira, Rio Branco escalou Rui Barbosa, jurista que ajudou a angariar prestígio e respeito para o Brasil junto às demais nações⁵⁷⁶. O trabalho de Rui Barbosa na Conferência foi marcado pela defesa da igualdade jurídica entre os países, colocando o Brasil, nesse sentido, como um porta-voz das pequenas nações⁵⁷⁷. Conforme visto, a importância de Rui Barbosa tanto no plano interno quanto externo foi apreendido pelos armênios, que tentaram fazer do político um aliado da causa, aproveitando desse momento de aparente receptividade das causas dos povos marginalizados no sistema internacional.

5.1 O Brasil na Grande Guerra

Quando a Grande Guerra foi deflagrada em 1914, o governo brasileiro manteve-se neutro, enquanto internamente germanófilos e pró-aliados se enfrentavam para definir os rumos do país no conflito mundial. Mas foi só em outubro de 1917, após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, que o Brasil declarou estado de guerra contra o país do

⁵⁷⁵ MELLO, Flávia de Campos. “O multilateralismo na Política Externa Brasileira” In: *Carta Internacional*. Associação Brasileira de Relações Internacionais, vol. 7, n. 2, 2012, p. 164.

⁵⁷⁶ BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, pp. 352-359.

⁵⁷⁷ COMPAGNON, O. op. cit., p. 47.

Kaiser, tornando-se o único país sul-americano a se engajar no conflito. O contingente brasileiro enviado para a Europa era composto de treze oficiais aviadores que ingressaram nas fileiras da *Royal Air Force*, uma centena de médicos que serviram na França até fevereiro de 1919, além da Divisão Naval em Operações de Guerra, composta por dois cruzadores e quatro contratorpedeiros. Apesar dos esforços brasileiros, a frota só pôde entrar no Mar Mediterrâneo um dia antes do armistício, após cumprir quarentena por conta de uma epidemia de gripe espanhola⁵⁷⁸.

A decisão brasileira de engajamento no conflito não se deu sem grandes debates. As elites políticas estavam divididas entre uma postura neutra, pró-aliada ou pró-germânica. Contudo, de acordo com Compagnon, havia um consenso na América Latina pela neutralidade no conflito, ainda que internamente as elites tendessem mais para o lado alemão ou aliado⁵⁷⁹. Nos primeiros momentos, a Guerra não causou tanto furor na sociedade brasileira. Pautada por uma postura mais alinhada com os EUA, graças ao movimento de Rio Branco e à abertura da embaixada brasileira em Washington, a Grande Guerra foi vista como um momento de crise europeia, cujas consequências negativas poderiam ser minimizadas caso o país mantivesse uma “neutralidade ativa” e o comércio com todas as nações belicosas⁵⁸⁰. Uma vez que o modelo agroexportador praticado fazia do país dependente dos mercados externos, a tomada de partido em qualquer lado do conflito fecharia portas e portos na Europa e prejudicaria a economia nacional⁵⁸¹. Outro receio das elites políticas brasileiras era a secessão, devido ao grande número de imigrantes europeus. Para muitos intelectuais contemporâneos de Etienne Brasil⁵⁸², o grande número de imigrantes alemães no Sul poderia se sublevar contra a sociedade receptora em caso de um conflito aberto contra o Império Alemão. Dessa forma, a neutralidade era também oriunda de uma leitura da política interna⁵⁸³.

Contudo, o desenrolar do conflito e a consciência de que a Guerra iria durar mais do que o esperado fizeram com que as elites políticas brasileiras comesçassem a se mobilizar para defender seus próprios interesses, bem como os interesses britânicos e franceses, sobretudo após a segunda metade de 1915, quando as consequências econômicas da Guerra foram sentidas

⁵⁷⁸ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: editora da UnB, 2011, pp. 224-227

⁵⁷⁹ COMPAGNON, O. op. cit., p. 35.

⁵⁸⁰ Ibid., p. 60.

⁵⁸¹ Ibid., pp. 51-53.

⁵⁸² *Pacotilha*. São Luís do Maranhão: 13 de julho de 1915 (HDB/BN).

⁵⁸³ COMPAGNON, O. op. cit., p. 58.

mais intensamente⁵⁸⁴. Nesse sentido, a imprensa teve um papel central. Gradualmente, os jornais tomaram uma postura pró-Aliados em artigos que imputavam a culpa pela Guerra e pela crise mundial às Potências Centrais. É nesse contexto que cresceu a demanda por artigos acerca do Oriente e do Império Otomano, uma das alegadas partes causadora do mal que assolava a Europa, juntamente com o Império Alemão. Nas palavras de Olivier Compagnon:

Num momento em que a figura do jornalista não existe ainda de maneira totalmente autônoma e muitas vezes se confunde com as do político, do diplomata ou do escritor polígrafo, a imprensa é o primeiro revelador dessa inflexão que se representa entre as elites ao mesmo tempo que constitui uma prova para setores mais amplos da população⁵⁸⁵.

Em meio ao debate na imprensa, houve intelectuais como Etienne Brasil, João do Rio, José Veríssimo, Graça Aranha e Rui Barbosa – esses dois últimos eram diretores da Liga Brasileira pelos Aliados em março de 1915⁵⁸⁶ – que usavam suas penas para convencer os leitores que essa era uma guerra pela civilização contra o mundo bárbaro e atroz. Do outro lado, havia intelectuais ligados à Igreja Católica, setores das forças armadas – sobretudo os chamados “Jovens Turcos”, oficiais brasileiros que serviram por dois anos nas forças armadas alemãs, assim alcunhados em alusão aos estagiários predecessores⁵⁸⁷ – bem como juristas, sociólogos e filósofos que eram simpáticos ao Império Alemão e à política do Kaiser⁵⁸⁸. Os mais moderados e ponderados eram vistos com desconfiança por ambas as partes.

Em abril de 1917 o Congresso dos Estados Unidos aprovou o estado de guerra contra o Império Alemão e Wilson pressionou os países latino-americanos a se engajarem no conflito do lado aliado, alegando “solidariedade continental”. Poucos dias depois, o Brasil cortou relações com Berlim e expulsou o diplomata alemão do Rio de Janeiro, após o afundamento do navio Paraná no Canal da Mancha. Enquanto isso, a imprensa exaltava a união com os EUA, destacando a “aliança natural” entre as duas nações. Novos incidentes envolvendo navios mercantes brasileiros fizeram com que o país retirasse a neutralidade com relação ao estado beligerante entre EUA, Aliados e Alemanha. Em 26 de novembro de 1917, o Congresso do Brasil oficializou o estado de guerra contra o Império Alemão, após o afundamento do navio Macau.

⁵⁸⁴ Ibid., pp. 118-119.

⁵⁸⁵ Ibid., p. 68.

⁵⁸⁶ Ibid., pp. 74-76.

⁵⁸⁷ Cf. RODRIGUES, Fernando da Silva. Os jovens turcos e o projeto de modernização profissional do Exército brasileiro. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

⁵⁸⁸ COMPAGNON, O. op. cit., pp. 101-104.

Segundo Olivier Compagnon, a chamada “solidariedade continental” e a pressão dos Estados Unidos pelo alinhamento do Brasil junto a Washington e aos países aliados foi importante, mas a ação dos submarinos alemães no torpedeamento de navios mercantes minava qualquer possibilidade de normalização do comércio transatlântico e de vantagens que poderiam ser extraídas com a manutenção da neutralidade, o que facilitou a decisão de engajamento no conflito⁵⁸⁹.

5.2 A participação brasileira na Conferência de Paz de Paris e na Liga das Nações

Apesar do impacto nulo das tropas brasileiras nos rumos da Grande Guerra, o envio de contingente foi crucial para obter a simpatia dos Aliados durante as negociações de paz em 1919. Ao entrar na guerra alegando “solidariedade continental”, o Brasil se colocou claramente em defesa dos interesses norte-americanos e demonstrou a vontade de participar como protagonista das decisões no *mainstream* do sistema internacional⁵⁹⁰. Para Eugênio Vargas Garcia: “Nessa fase de transição, o Brasil também teve sua parcela de envolvimento político na Europa, embora esta evidentemente não pudesse ser comparada à norte-americana”⁵⁹¹. Compagnon sumariza o esforço do Brasil nos seguintes termos: “Nem por isso [impacto nulo das tropas brasileiras] o Brasil deixa de entrar rapidamente para o campo dos vencedores e, como tal, participar das negociações de paz”⁵⁹².

Domício da Gama, ex-embaixador brasileiro em Washington e com bom relacionamento com os políticos norte-americanos, trabalhou nos bastidores para conseguir que o país fosse representado por três delegados na Conferência de Paz de Paris, enquanto as não potências poderiam ter apenas um ou dois representantes, o que irritou sobremaneira nações como Sérvia e Bélgica, diretamente afetadas pelo conflito, ambas tendo o número de delegados elevado de dois para três após pressão da imprensa francesa⁵⁹³. A delegação brasileira, chefiada pelo ex-senador paraibano Epiácio Pessoa – que seria eleito Presidente da República durante a Conferência – foi a Paris com a intenção de se aproximar dos EUA numa continuidade do “paradigma americanista” da política externa aprofundado pelo Barão de Rio Branco na década

⁵⁸⁹ Ibid., p. 142.

⁵⁹⁰ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: UFRGS/FUNAG, 2000, pp. 27-28.

⁵⁹¹ Idem. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora UnB/FUNAG, 2006, p. 34.

⁵⁹² COMPAGNON, O. op. cit., p. 143.

⁵⁹³ GARCIA, E. op. cit., 2006, p. 48.

anterior⁵⁹⁴, mas também para defender interesses mais objetivos do país, como a questão do confisco em bancos alemães de 125 milhões de marcos referentes à venda de café paulista e do arresto de navios mercantes alemães que estavam atracados na costa brasileira⁵⁹⁵. Ambas as questões foram convertidas em vitórias diplomáticas para o Brasil – ainda que na prática a Alemanha não tenha pago integralmente a dívida e os navios não tenham ficado com a marinha mercante brasileira. Nas palavras de Epiácio Pessoa:

Fica assim demonstrado que, a esforços da Delegação Brasileira (e só ela sabe como esses esforços foram constantes e penosos) o Tratado de Versalhes resolveu, de conformidade com o ponto de vista do Brasil, as duas principais questões que nos levaram à Conferência da Paz. A atitude desenvolvida pelo meu Governo nesta matéria não foi para obter a solução das duas questões, mas para fazer acatar e cumprir essa solução, tal qual estabelecera o Tratado⁵⁹⁶.

Em janeiro do ano anterior, o presidente dos EUA, Woodrow Wilson, dirigiu ao Congresso de seu país um discurso no qual legitimava diante dos parlamentares a entrada dos EUA na Grande Guerra por meio de catorze pontos, alcunha pela qual ficaram conhecidos os arranjos wilsonianos para o pós-guerra e, de acordo com Margaret MacMillan, o “pano de fundo moral” para as discussões que foram travadas no âmbito da Conferência de Paz de Paris em 1919⁵⁹⁷. Entre os pontos estavam a recomendação por uma diplomacia menos cerrada em memorandos secretos, a liberdade de navegação em tempos de guerra e de paz, igualdade comercial entre as nações, a proteção das minorias que viviam dentro das fronteiras turcas e, por fim, a criação de uma “associação geral de nações [...] com o propósito de oferecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial aos grandes e pequenos Estados, indistintamente”⁵⁹⁸. Os Catorze Pontos marcaram o que Keith David Watenpaugh chama de uma “Era Progressiva”, que tinha no idealismo wilsoniano a síntese do nacionalismo liberal, do binômio intervenção internacional e humanitarismo, em prol do desenvolvimento, da paz e de estruturas políticas e econômicas liberais⁵⁹⁹.

⁵⁹⁴ BARACUHY, Braz. “A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira”. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: vol. 28, nº 2, julho/dezembro de 2006, p. 366.

⁵⁹⁵ GARCIA, E. op. cit., 2006, pp. 57-59.

⁵⁹⁶ PESSOA, Epiácio. *Pela Verdade*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. vol. XXI, tomo I, p. 31. (Obras Completas de Epiácio Pessoa).

⁵⁹⁷ MACMILLAN, Margaret. *Paz em Paris, 1919: a Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra*. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, p. 24.

⁵⁹⁸ WILSON, Woodrow. “Discurso dos Catorze Pontos (1918)”. In: ISHAY, Micheline R. (org.). *Direitos Humanos: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 494.

⁵⁹⁹ WATENPAUGH, K. op. cit., 2015, p. 94.

Para Jean-Jacques Becker, foi a criação da Liga das Nações o principal motivo de Wilson ter se tornado o primeiro presidente norte-americano em exercício a sair de seu país e aportar na Europa, a fim de participar da Conferência de Paz de Paris⁶⁰⁰. Nas primeiras reuniões de janeiro de 1919, Wilson costurava a criação da entidade com o primeiro-ministro britânico Lloyd George e o presidente francês Georges Clemenceau, esse último mais resistente à ideia do norte-americano⁶⁰¹. Mesmo com ressalvas das partes envolvidas, uma comissão foi estabelecida para esboçar a organização da entidade, estruturada em três organismos principais: Assembleia, na qual cada Estado teria direito a um voto; Conselho, com assentos permanentes ocupados pelas Potências – a saber, EUA, Reino Unido, França, Itália e Japão – e eletivos – escolhidos por meio de sufrágio da Assembleia; e a Secretaria-Geral, de caráter administrativo⁶⁰². Essa estrutura formal da Liga era até então uma novidade para as Potências, acostumadas a fazer política internacional por meio de tratados e decisões de gabinetes como nos tempos do Concerto da Europa durante o século XIX. A existência de uma convenção que regia a entidade, bem como de uma assembleia deliberativa com espaço para todos os países, incluindo os não europeus, fizeram da Liga das Nações, em teoria, a consolidação dos valores liberais de democracia e do diálogo entre as nações⁶⁰³.

Embora parte da literatura atribua a Immanuel Kant a origem de um pensamento liberal de ordenamento do sistema internacional⁶⁰⁴, a ideia para uma paz duradoura é anterior ao filósofo prussiano. Foi o abade francês Charles de Saint-Pierre, no contexto da elaboração do Tratado de Utrecht (1712-1713), que definiu um “projeto de paz perpétua” – nome que seria retomado por Kant em seu projeto filosófico – a fim de criar uma “paz verdadeira” que impedisse o apelo às armas do mais forte para a conquista. Tal paz seria fruto de uma “aliança geral e perpétua para a preservação, a cada um dos aliados, do território e de todos os direitos

⁶⁰⁰ BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. Tradução de Constancia Egrijas. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 149-150.

⁶⁰¹ Para Rodrigo Medina Zagni, todavia, a ideia da criação da Liga das Nações foi pela primeira vez aventada em um memorando do *Foreign Office* para Lloyd George no outono de 1916. ZAGNI, Rodrigo Medina. *Identidades em Guerra: Imperialismo e cultura nas relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Segunda Guerra Mundial* (os casos de Brasil, Argentina e México). Curitiba: CRV, 2015, p. 186.

⁶⁰² Ibid., pp. 151-152.

⁶⁰³ DUNBABIN, J. P. “The League of Nations’ place in the International System”. In: *History*. Volume 78, Issue 254, 1993, pp. 431-433.

⁶⁰⁴ Cf., por exemplo, Rodrigo Medina Zagni: “Todas as teorias liberais que se referem à ordem internacional têm origem no pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant, cujos pressupostos fundamentais do que designou como ‘ordem republicana’ foram expostos na obra ‘A Paz Perpétua’, de 1795”. ZAGNI, R. M. op. cit., p. 188.

que eles possuem efetivamente pelos últimos tratados”⁶⁰⁵. O abade ainda definiu, no quinto artigo de seu projeto, que seria necessária uma “assembleia perpétua” sediada em uma determinada cidade que definiria todas as questões concernentes à segurança e ao bem comum dos aliados. Contudo, Saint-Pierre advertia que

[...] para realizar uma liga indissolúvel entre os soberanos, é absolutamente necessário que renunciem à via da guerra na solução das disputas que não mais podem ser de grande importância, visto que todos terão preservadas suas posses atuais, e a sucessão dos soberanos será regulada e limitada pela grande aliança.

[...] Sem uma liga defensiva geral e duradoura não pode haver esperança da cessação dos males e crimes das guerras civis e estrangeiras, nenhuma esperança de concórdia e tolerância entre Nações cristãs divididas pelo Cisma e por Dogmas⁶⁰⁶.

Mais tarde, Jean-Jacques Rousseau reconheceu o esforço do abade em pensar um organismo supranacional que tentasse regular o ímpeto de conquista e guerra de alguns soberanos, mas ressaltava que “os mesmos príncipes que a defenderiam com todas as suas forças se ela [uma aliança de nações europeias] existisse, opor-se-iam agora da mesma forma à sua execução, e impedi-la-ão, infalivelmente, de se estabelecer como a impediriam de se extinguir”⁶⁰⁷. Na última década do século XVIII, Kant retomou a ideia do abade Charles de Saint-Pierre, numa chave de leitura republicana e liberal – ainda que o filósofo prussiano visse na razão e na natureza, a *grande artista*, as garantidoras da paz perpétua na medida em que garantiriam o triunfo do direito⁶⁰⁸ – sobre uma liga de Estados soberanos que “deveria ser distinta do tratado de paz em que este simplesmente procura pôr fim a *uma* guerra, aquela [liga], porém, a *todas* as guerras para sempre”⁶⁰⁹. Contudo, diferentemente do abade, Kant não acreditava que o projeto de paz deveria ser relegado às mãos dos príncipes, mas à lei, isto é, ao direito, que junto com a moral e a política formam o tripé da sua obra sobre a paz perpétua⁶¹⁰. Para Rodrigo Medina Zagni:

Fundamentalmente a ordem internacional kantiana deveria estar assentada nos valores republicanos liberais: igualdade entre seus cidadãos, representatividade política e a separação dos poderes, assim formada por

⁶⁰⁵ SAINT-PIERRE, Charles de. “Resumo do projeto de Paz Perpétua (1713)”. In: ISHAY, M. op. cit., p. 192.

⁶⁰⁶ Ibid., pp. 197-199.

⁶⁰⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Julgamento sobre a Paz Perpétua (1756)”. In: ISHAY, M. op. cit., pp. 201-202.

⁶⁰⁸ LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. “As condições de possibilidade de efetivação da paz perpétua segundo Kant” In: *Opinião Filosófica*. Porto Alegre: PUC-RS, Jul/Dez. de 2010, n. 2, v.1, p. 130.

⁶⁰⁹ KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua*. Porto Alegre: L&PM Pocket, edição para Kindle, posição 293. Grifos do autor.

⁶¹⁰ LIMA, F. op. cit.

Estados organizados politicamente como repúblicas; Estados que deveriam conformar uma federação na qual cada membro teria equidade de direitos em relação aos demais; e, por fim, o livre câmbio, garantido por lei, de benefícios e ideias entre os Estados confederados. A paz kantiana no sistema internacional estaria fundada na manutenção do comércio transnacional e no desenvolvimento econômico, fomentadas e garantidas por uma federação de Estados regida pelos princípios liberais⁶¹¹.

Contudo, a equidade de direitos entre os membros da liga idealizada pelos pensadores do século XVIII encontrava limites no arranjo de poder do sistema internacional. O próprio abade Charles de Saint-Pierre propôs um sistema de votação para a assembleia que diferenciase os Estados de acordo com a sua renda⁶¹². A diferenciação entre nações em um eventual arranjo para a segurança coletiva também esteve presente na organização da Liga das Nações. A composição do Conselho – organismo que na prática comandava a entidade – provocou polêmica desde o princípio. O Brasil, mesmo desfrutando do prestígio que tinha, reclamou que as Potências pareciam haver chegado em um acordo de como funcionaria a Conferência de Paz e a Liga das Nações mesmo antes de dialogar com as demais nações⁶¹³. José Carlos de Macedo Soares, acadêmico que escreveu sobre a retirada do Brasil da Liga das Nações em 1926, chamou Wilson, Clemenceau, Lloyd George e Orlando de “os quatro ditadores da paz”⁶¹⁴. Epitácio Pessoa afirmou que a presença dos países menores na conferência era “meramente para dar uma aparência liberal à reunião”⁶¹⁵. Tratados como nações de “interesse limitado”, tais países não seriam contemplados com assentos permanentes no Conselho, destinados às potências com “interesses gerais”. A fim de aplacar os ânimos desses países, Wilson propôs em sessão plenária no dia 28 de abril de 1919 – na qual o Pacto da Liga foi aprovado – que Brasil, Bélgica, Espanha e Grécia ocupassem os assentos eletivos no Conselho⁶¹⁶. A disputa para se perpetuar no Conselho foi constante durante a década de 1920. Seja se reelegendo para os assentos eletivos, seja pleiteando um assento permanente, as nações excluídas do arranjo original das Potências buscavam apoio com seus respectivos aliados para alcançar seus objetivos. Essa disputa marcou a participação brasileira na Liga das Nações.

⁶¹¹ ZAGNI, R. M. op. cit., p. 189.

⁶¹² SAINT-PIERRE, C. op. cit., p. 196.

⁶¹³ BECKER, J. op. cit., p. 153.

⁶¹⁴ SOARES, José Carlos de Macedo. *O Brasil e a Sociedade das Nações*. Paris: A. Pedone, Editor, 1927, p. 78.

⁶¹⁵ HILTON, Stanley. “Brazil and the Post-Versailles World: elite images and foreign policy strategy, 1919-1929”. In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press, Vol. 12, No. 2, Nov. 1980, p. 342.

⁶¹⁶ SOARES, J. op. cit., p. 69.

Após conquistar o direito de ocupar um assento provisório no Conselho, a política externa do governo Epitácio Pessoa na Liga passou a ser discreta. Os diplomatas brasileiros trabalhavam nas comissões internas do órgão, como na Corte Permanente de Justiça Internacional ou na relatoria de contendas entre outros países⁶¹⁷. Para Braz Baracuhy:

Durante o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), o Brasil manteve na Liga postura *low profile*, não raro reativa. O ideal de poder na ordem multilateral era perseguido como um direito, como uma demanda justa que seria oportunamente reconhecida dentro do espírito de civilidade que inspirava aquela ordem⁶¹⁸.

Porém, o comportamento da diplomacia brasileira mudaria substancialmente no governo seguinte. A partir de 1923, no governo de Artur Bernardes, o Brasil tentou obstinadamente obter um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, após anos de reeleições consecutivas para uma das vagas eletivas, numa questão que o próprio presidente definiu como “vencer ou não perder”⁶¹⁹. Ao fracassar nesse objetivo, em 1926, Bernardes ordenou a retirada do Brasil da entidade, o que foi feito depois do representante brasileiro vetar a entrada da Alemanha na Liga, o que havia sido acertado entre as Potências no Tratado de Locarno em 1925. Assim, a participação do Brasil na Liga das Nações passou para a historiografia como um “fiasco”, encampando parte da opinião pública mundial à época que elegeu o país como bode expiatório dos problemas que pairavam em torno das Potências europeias e ameaçavam o equilíbrio de poder no continente. Contudo, conforme Norma Breda dos Santos alerta, o “fiasco” deve ser colocado em um contexto maior, de crise da diplomacia mundial nas negociações multilaterais⁶²⁰. Além disso, resumir à crise a participação do Brasil, como faz José Carlos Macedo Soares em livro de 1927⁶²¹ não nos permite ver como a diplomacia nacional trabalhou nos fóruns da Liga das Nações para angariar prestígio para o país, ao mesmo tempo em que tentava se inserir em questões mais abrangentes do que aquelas que orientavam uma política externa hemisférica, resumida às Américas. Foi nesse sentido que o governo Epitácio Pessoa mostrou interesse nas reivindicações dos armênios, tentando

⁶¹⁷ GARCIA, E. op. cit., 2006, pp. 350-357.

⁶¹⁸ BARACUHY, B. op. cit., p. 377.

⁶¹⁹ GARCIA, E. op. cit., 2000; SANTOS, Norma Breda dos. “Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 46 (1), 2003, p. 97.

⁶²⁰ SANTOS, N. op. cit., p. 106.

⁶²¹ SOARES, J. op. cit.

instrumentalizá-las, aproveitando o momento do humanitarismo no Ocidente para angariar capital político no sistema internacional.

No pós-guerra, ao ser convidado para a Conferência de Paz de Paris com direito a três delegados e gozar da simpatia de Woodrow Wilson, o Brasil viveu o período definido pelo historiador Clodoaldo Bueno como a “ilusão de poder”⁶²². Quando da formação da Liga das Nações, os EUA, idealizadores da entidade, não puderam participar oficialmente por conta da não ratificação do Tratado de Versalhes pelo Congresso. Para Rodrigo Medina Zagni, citando Charles Kupchan, Wilson carecia de apoio interno para suas pautas de política externa⁶²³. A ausência dos norte-americanos fez com que o Brasil se colocasse como o representante das nações americanas na entidade, buscando agir, de acordo com Eugênio Garcia, como mediador das potências e dos países menos influentes⁶²⁴. Todavia, com o passar do tempo a tese brasileira do “mandato implícito” do Brasil – na formulação de Gastão da Cunha, primeiro representante brasileiro em Genebra – para falar em nome dos interesses americanos caiu por terra com as constantes divergências entre as proposições brasileiras e dos demais países do continente⁶²⁵. Clodoaldo Bueno resume da seguinte forma a “ilusão de poder” brasileira:

[...] o país, na década de 1920, adquiriu uma sensação de autoconfiança e superestimação de seu peso internacional, decorrente de sua participação, ainda que modesta, na política mundial em razão de sua entrada na Grande Guerra e subsequente atuação nas conferências de paz e no Conselho da Sociedade das Nações, como membro eleito.

O Brasil de entreguerras, na frente internacional, mostrava-se como uma nação satisfeita consigo mesma. [...] Comparecia o Brasil às conferências internacionais americanas e às reuniões do Conselho da Liga das Nações com a ilusão de estar participando das decisões internacionais. [...] havia uma política de busca de prestígio que se traduzia no afã de elevar o Brasil à condição de membro efetivo do Conselho Executivo da Liga das Nações⁶²⁶.

A postura brasileira de servir como lugar-tenente dos EUA na Liga das Nações – mesmo que muitas vezes isso fosse apenas instrumento retórico – é perceptível desde 1920, primeiro ano de funcionamento da entidade, em questões que extrapolavam a América Latina e o escopo geopolítico e diplomático que o país tradicionalmente mantinha. Mas o alinhamento do Brasil com os EUA é anterior às negociações em Genebra e data dos primeiros anos da República, fortalecido durante a chancelaria do Barão de Rio Branco entre 1902 e 1912. Para

⁶²² CERVO, A. & BUENO, C. op. cit., p. 215.

⁶²³ ZAGNI, R. M. op. cit., p. 187.

⁶²⁴ GARCIA, E. op. cit., 2000, p. 57.

⁶²⁵ Idem, 2006, p. 393.

⁶²⁶ BUENO, C. & CERVO, A. op. cit, pp. 216-217.

Clodoaldo Bueno, o chanceler soube apreender o momento norte-americano no sistema internacional, que já ocupava o posto de maior economia mundial e era o parceiro comercial mais importante do Brasil, ultrapassando a tradicional aliada Grã-Bretanha⁶²⁷. Foi também durante o período que Rio Branco esteve à frente da política externa brasileira que a legação do país em Washington foi promovida a embaixada – 1905 – ocorrendo o mesmo com a representação diplomática norte-americana no Rio de Janeiro. A atitude brasileira selou a corroboração brasileira ao corolário Roosevelt que pregava a intervenção enérgica norte-americana no continente americano ante a interferência europeia nos assuntos continentais⁶²⁸. A proximidade entre os países foi sustentada pelos sucessores de Rio Branco na pasta e sedimentada pela entrada do Brasil na Grande Guerra ao lado dos EUA e da Entente, mas também com o envolvimento brasileiro em questões da política externa norte-americana que extrapolavam os limites do continente.

5.3 A causa armênia na Liga das Nações

Com a derrota dos impérios Alemão, Austro-Húngaro e Otomano na Grande Guerra, as minorias que compunham esse último buscaram independência. Os armênios, maior grupo não muçulmano do Império Otomano, mobilizaram seus intelectuais e políticos por todo o mundo para ver seus interesses atendidos na Conferência de Paz de Paris em 1919, principalmente a constituição de um Estado armênio livre e independente na região oriental da Anatólia. Coube ao presidente norte-americano arbitrar a questão entre armênios e turcos a fim de traçar uma fronteira para o país e exercer um mandato até que a chamada “Armênia wilsoniana” tivesse condições de ser autônoma. O mecanismo do mandato era um recurso ante a impossibilidade da Liga de mobilizar tropas para todas as regiões em situação de risco do globo. De acordo com o artigo 22 do Pacto da Liga das Nações:

Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. [...] *O melhor método de realizar na prática esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de bem assumir essa responsabilidade e que consistam em aceita-las: elas*

⁶²⁷ BUENO, C. op. cit., p. 145.

⁶²⁸ Ibid., p. 155.

exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade [Liga].

*O caráter do mandato deve ser diferente conforme o grau de desenvolvimento do povo, a situação geográfica do território, suas condições econômicas e todas as outras circunstâncias análogas*⁶²⁹.

Especificamente sobre as minorias que viviam dentro das fronteiras do Império Otomano, o texto do pacto estabelece que:

Certas comunidades, que outrora pertenciam ao Império Otomano, atingiram tal grau de desenvolvimento que sua existência como nações independentes pode ser reconhecida provisoriamente, com a condição de que os conselhos e o auxílio de um mandatário guiem sua administração até o momento em que forem capazes de se conduzirem sozinhas. Os desejos dessas comunidades devem ser levados em consideração em primeiro lugar na escolha do mandatário⁶³⁰.

Segundo J. P. Dunbabin, o Conselho da Liga das Nações cogitou a possibilidade da própria entidade assumir o mandato sobre a Armênia, mas essa “batata quente”, nos termos do autor, teria sido passada para os EUA⁶³¹. Contudo, a troca de correspondência entre a Presidência do Conselho e as Potências Aliadas revela uma história um pouco diferente. Em março de 1920, o Conselho Supremo das Potências Aliadas, ainda no contexto da Conferência de Paz, perguntou ao Conselho da Liga se esse órgão poderia assumir o mandato em nome da entidade. No mês seguinte, o Conselho respondeu que, embora a constituição do Estado armênio merecesse a simpatia e atenção do “mundo civilizado”, a entidade não possuiria meios financeiros e militares para proteger eficazmente a Armênia, de forma que o mandato deveria ser confiado à alguma nação soberana sob supervisão da Liga. Entretanto, essa nação ou grupo de nações deveria observar algumas condições: 1) cuidar da retirada das tropas turcas dos territórios que seriam destinados à Armênia no Tratado de Paz; 2) constituir um exército para a República Armênia com auxílio das Potências; 3) garantir acesso ao mar por meio do porto de Batumi e; 4) estabelecer um sistema financeiro na Armênia por meio de empréstimos assegurados pelas Potências de forma a garantir serviços públicos básicos⁶³². Interessante notar que as missivas enviadas pela Liga mencionam repetidamente o papel das Potências na estabilização da situação, ainda que houvesse uma nação mandatária que poderia estar ou não no rol dos países mais poderosos do mundo, o que de certa maneira dá a dimensão de quanto o

⁶²⁹ *PACTO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES*. In: ISHAY, Micheline R. op. cit., p. 498. Grifos nossos.

⁶³⁰ Idem. Grifos nossos.

⁶³¹ DUNBABIN, J. op. cit., p. 425.

⁶³² *Résumé de la correspondance échangée entre le conseil de la Société et le Conseil Suprême des Puissances Alliés*. Communication faite à l'Assemblée par Mr. Tittoni, le 20 Novembre 1920. 430/1/1225, p. 1 (NAA/RA).

mandato era de complexa execução. Essa complexidade fica ainda mais visível quando o Conselho Supremo das Potências Aliadas enviou uma carta a Woodrow Wilson, em 25 de abril de 1920, pedindo que os EUA assumissem o mandato e que o presidente norte-americano traçasse a fronteira que dividiria a Armênia dos territórios turcos. Cinco dias depois, chegou a notícia que o Congresso dos EUA recusara o mandato, mas que Wilson ainda mantinha o compromisso de trabalhar nos limites entre os dois países⁶³³.

Em 20 de setembro de 1920, após muita especulação e pouca ação sobre quem assumiria o mandato⁶³⁴, o Conselho da Liga das Nações consultou o Conselho Supremo das Potências Aliadas sobre a possibilidade de a questão armênia ser levada à Assembleia da Liga marcada para 15 de novembro, quando também seria discutida uma ajuda financeira. Um mês mais tarde, o governo armênio mandou um protesto ao Conselho da Liga sobre agressões de tropas turcas aos seus territórios, pedindo que a entidade se posicionasse em defesa do Tratado de Sèvres, assinado poucos dias antes. Porém, a réplica não foi aquela que os armênios esperavam: o Conselho respondeu que o Tratado ainda não estava em vigor, mas que as potências signatárias – França, Grã-Bretanha, Itália e Japão – assegurariam sua execução. Ainda no mesmo mês, o Conselho lembrou as Potências da possibilidade de tratar da questão no contexto da Assembleia da Liga, quando também seria discutida a admissão da República Armênia como membro⁶³⁵.

Em 10 de novembro de 1920, o primeiro-ministro britânico Lloyd George comunicou ao Conselho da Liga que as Potências fariam um grande esforço para ajudar militarmente a Armênia, o que incluiria o envio de armas e combustível. Porém, na mesma missiva, Lloyd George afirmou que enquanto Wilson não terminasse de delinear as fronteiras entre Armênia e Turquia, seria inútil discutir a execução do Tratado de Sèvres⁶³⁶. Em realidade, o que o primeiro-ministro britânico intencionava era pressionar Wilson para que os EUA tomassem para si a responsabilidade sobre os armênios e aliviasse a pressão sobre as Potências nessa matéria. Em abril do mesmo ano, durante a Conferência de San Remo, Lloyd George havia provocado Wilson dizendo que se os EUA não assumissem o mandato, o Canadá – então

⁶³³ Ibid., p. 2.

⁶³⁴ A historiadora armênia Edita Gzoyan faz uma síntese dos debates em torno desse tema no capítulo 3 de seu livro “A República Armênia e a Liga das Nações”. Cf. GZOYAN, E. op. cit.

⁶³⁵ *Résumé de la correspondance échangée entre le conseil de la Société et le Conseil Suprême des Puissances Alliés*. op. cit., p. 3. (NAA/RA).

⁶³⁶ Ibid., p. 4.

um domínio britânico – teria grande interesse em fazê-lo⁶³⁷, usando do interesse que uma parcela da sociedade canadense tinha na causa armênia para pressionar o mandatário do país vizinho a mostrar maior empenho na resolução do problema e tentando despertar em Washington certo desconforto.

5.4 A “missão humanitária” na Armênia e a “ilusão de poder” brasileira

No dia 25 de novembro o Conselho enviou um telegrama a todos os governos-membros da Liga das Nações e também aos Estados Unidos sobre resolução aprovada pela Assembleia três dias antes. A resolução versa que:

A Assembleia, desejosa de colaborar com o Conselho para colocar fim na maior brevidade possível a horrível tragédia armênia, convida o Conselho a entrar em contato com os governos para que uma Potência seja encarregada de tomar as medidas necessárias de forma a pôr termo às hostilidades entre a Armênia e os kemalistas⁶³⁸.

Nessa mesma missiva, o Conselho da Liga pedia que todos os governos tomessem parte nessa missão em nome da entidade, individual ou coletivamente, que tem um “caráter altamente humanitário” e não constitui em obrigação permanente.

Entretanto, o telegrama assinado pelo presidente do Conselho da Liga das Nações Paul Hymans a Woodrow Wilson tinha teor um pouco distinto daquele enviado para os demais países. Em 25 de novembro, Hymans frisava que a aceitação a esse chamado não constitui em um mandato tal qual fora pensado antes e recusado pelo senado norte-americano. De acordo com o presidente, a Liga das Nações jamais forçaria os EUA a fazerem algo que não fosse de interesse daquele país, ainda que se conviesse considerar a “a alta importância humanitária” e o “interesse particular de parte do povo americano” na sorte dos armênios⁶³⁹. Wilson respondeu que ele não estaria autorizado a tomar nenhuma decisão que envolva ajuda material aos armênios sem a aquiescência do Congresso norte-americano, que havia recusado auxílio aos

⁶³⁷ ADJEMIAN, A. op. cit., p. 91.

⁶³⁸ « L'Assemblée, désireuse de collaborer avec le Conseil pour mettre fin dans le plus bref délai possible à l'horrible tragédie arménienne, invite le Conseil à s'entendre avec les Gouvernements pour qu'une Puissance soit chargée de prendre les mesures nécessaires en vue de mettre un terme aux hostilités entre l'Arménie et les Kémalistes. » Correspondance entre le Conseil de la Société, le Président des États-Unis d'Amérique et les différents membres de la Société, au sujet de l'Arménie, 25 de novembre de 1920, 430/1/1225 (NAA/RA).

⁶³⁹ Télégramme envoyé par le Conseil de la Société des Nations le 25 novembre 1920 au Président des États-Unis d'Amérique. 430/1/1225, p. 6 (NAA/RA).

armênios alguns meses antes. Todavia, o mandatário dos EUA afirmou que ele poderia oferecer sua influência junto a outros presidentes para angariar ajuda moral e diplomática das Potências e ele pessoalmente se incumbiria de providenciar um mediador para os diálogos entre armênios e kemalistas⁶⁴⁰.

A Espanha foi a primeira nação a acenar positivamente ao apelo da Liga das Nações, afirmando que apoiaria de forma voluntária toda ação de ordem moral e diplomática que visasse a consecução da paz entre armênios e turcos. Na sequência, Azevedo Marques, ministro de relações exteriores do governo Epitácio Pessoa, escreveu ao presidente do Conselho da Liga afirmando que:

Eu tenho a honra de informar Vossa Excelência que o governo do Brasil está pronto para contribuir, individualmente ou em conjunto com outras potências, para pôr termo à situação de sofrimento da Armênia⁶⁴¹.

As respostas positivas foram enviadas por Hymans a Wilson, recomendando que o diálogo com o governo armênio começasse imediatamente, enquanto a Liga procuraria uma maneira de contatar Mustafá Kemal a fim de iniciar as negociações⁶⁴². Em paralelo, Hymans enviou missivas aos chanceleres de Espanha e Brasil agradecendo o apoio nessa matéria e informando que ambos os países deveriam entrar em contato com Woodrow Wilson que designaria um mediador para os diálogos⁶⁴³. Também Boghos Nubar – um dos representantes armênios em Paris – agradeceu a Pessoa pelo envolvimento brasileiro como “mediador na Armênia” imbuído de “alta solidariedade humana”⁶⁴⁴.

As respostas dos demais países que replicaram a missiva do Conselho variam entre a concordância em oferecer apoio moral a Brasil, Espanha e EUA na solução do problema ou a recusa em tomar qualquer partido na questão. Países como França, Itália e Bélgica afirmaram que tinham laços antigos com o povo armênio e que proveriam ajuda diplomática na resolução dos conflitos. Os belgas se colocaram à disposição para acionar seus diplomatas em

⁶⁴⁰ *Réponse du Président des Etats-Unis*. 1 de dezembro de 1920, 430/1/1225 (NAA/RA).

⁶⁴¹ O comunicado de Azevedo Marques foi publicado pelo *The New York Times* em 2 de dezembro: “I have the honor to inform your Excellency that the Government of Brazil is ready to contribute alone, or jointly with other powers, to put an end to the situation of suffering Armenia”. *The New York Times*. Nova York: 2 de dezembro de 1920, pp. 1-2; todavia, a comunicação entre o chanceler brasileiro e o presidente do Conselho da Liga aconteceu em 30 de novembro de 1920. Cf. *Réponse du ministre des affaires étrangères du Brésil*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1920, 430/1/1225, p. 11 (NAA/RA).

⁶⁴² *Réponse au Président Wilson*. Genebra, 2 de dezembro de 1920, 430/1/1225, p. 12 (NAA/RA).

⁶⁴³ *Réponse au Président du Conseil Espagnol*. Genebra, 2 de dezembro de 1920, 430/1/1225, p. 13; *Réponse au Ministre des Affaires Etrangères Brésilien*. Genebra, 2 de dezembro de 1920, 430/1/1225, p. 14 (NAA/RA).

⁶⁴⁴ *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1920 (ARFA).

Constantinopla a fim de estabelecer diálogo com um representante de Mustafá Kemal⁶⁴⁵. O primeiro-ministro britânico Llyod George afirmou, por meio de seu secretário de relações exteriores George Curzon, que a Grã-Bretanha não tem condições de aceitar individualmente uma missão desse porte, mas que forneceria apoio moral e diplomático⁶⁴⁶, o que reforçava o interesse da Coroa em se manter distante dos problemas armênios, já expressado pelo primeiro-ministro em outras ocasiões. Os delegados do Canadá – formalmente ainda um domínio britânico, mas que aderiu à Liga como uma nação separada – recusaram qualquer tipo de apoio, seguindo as diretrizes de seu Primeiro Ministro. Não obstante, os canadenses advogavam – em vão – que a Armênia fosse aceita como nação-membro na Liga, apesar da oposição de Londres nessa matéria. No discurso de Newton Rowell em defesa da admissão, o delegado canadense menciona o apoio brasileiro ao país caucasiano:

A Assembleia espera sinceramente que os esforços do Presidente dos Estados Unidos, energeticamente apoiados pelos governos de Espanha e Brasil e pelo Conselho da Liga resultem na preservação da raça armênia e assegurem a Armênia um governo estável que exerça autoridade em todo o Estado armênio e que suas fronteiras possam finalmente ser definidas de acordo com o Tratado de Sèvres, para que então a Assembleia possa admitir a Armênia como um membro pleno da Liga na sua próxima sessão⁶⁴⁷.

Países europeus de menor expressão no cenário internacional como Suécia, Dinamarca, Noruega, Sérvia, Croácia e Eslovênia colocaram empecilhos na consecução da missão e argumentaram que estariam demasiado envolvidos em problemas internos em seus países para tomar partido em uma operação desse tipo. Funcionários do Vaticano afirmaram em troca de correspondência que o Papa Bento XV manifestava satisfação com o arranjo organizado pela Liga, Brasil e Espanha para solucionar o dissídio entre armênios e turcos⁶⁴⁸.

⁶⁴⁵ *Télégramme du Gouvernement Belge*. Bruxelas, 4 de dezembro de 1920, 430/1/1225, p. 34 (NAA/RA).

⁶⁴⁶ *Télégramme de M. Llyod George a M. Hymans*. 2 de dezembro de 1920, 430/1/1225, p. 29 (NAA/RA).

⁶⁴⁷ “*The Assembly earnestly hopes that the efforts of the President of the United States, energetically supported by the Governments of Spain and Brazil and by the Council of the League, will result in the preservation of the Armenian race, and in securing for Armenia a stable government exercising authority throughout the whole of the Armenian State and the boundaries thereof may be finally settled under the Treaty of Sèvres, so that the Assembly may be able to admit Armenia into full membership of the League at its next Session*”. “*The Records of the First Assembly: Plenary Meetings*, p. 588; FO 371/4966, E16014/134/58, 16 de dezembro de 1920” apud ADJEMIAN, A. op. cit., pp. 100-101.

⁶⁴⁸ *Lettera di Mgr Papadopoulos a Mgr Cerretti, ACO, Armeni, fasc. 2801/28, n° 5025*, Roma 13 de janeiro de 1921. In: RUYSEN, Georges-Henri (org.) *La Question Armena: documenti dell'Archivio della Congregazione per le Chiese Orientali*, vol. III. Pontificio Istituto Orientale & Valore Italiano, 2014, pp. 369-370.

As réplicas mais solidárias vieram da América Latina. Nações como Haiti, Uruguai, Honduras e El Salvador ofereceram apoio moral, diplomático e saudaram a aliança de Brasil, Espanha e EUA para a resolução da contenda. O representante do Panamá destacou o “espírito humanitário” da missão e que enviaria uma expedição em nome da Liga, desde que outros países também fizessem o mesmo e o tamanho de cada ajuda fosse proporcional à população do país apoiador⁶⁴⁹. A resposta peruana também seguiu o mesmo caminho. Os chilenos enviaram seus cumprimentos aos representantes armênios em Genebra e ao arquiandrita dos armênios da Europa, afirmando que seus delegados acompanhariam “com o maior interesse os assuntos armênios”⁶⁵⁰. Os representantes da Venezuela afirmaram que o engajamento na missão havia sido considerado, mas a distância geográfica entre a América do Sul e a Armênia, bem como problemas internos não permitiram que o plano fosse concretizado⁶⁵¹.

Não é mera casualidade que as respostas mais simpáticas tenham sido oriundas do continente americano. A Grande Guerra foi o marco de um distanciamento – mas não ruptura – dos países latino-americanos com o Velho Continente e uma aproximação com os EUA. Para Olivier Compagnon, a Guerra, vista como o “suicídio da Europa”, causou uma crise de identidade na América Latina que tinha o Velho Continente como referência, o que fez com que muitos países se voltassem para o continente americano em busca de novos paradigmas, levando ao fortalecimento de ideias nacionalistas – sobretudo no plano cultural – e a consolidação da imagem dos EUA como principal país no cenário internacional, em substituição à Grã-Bretanha, movimento esse que havia começado em 1904 com o Corolário Roosevelt⁶⁵². Nesse sentido, ainda de acordo com o historiador francês, a Guerra foi vista como um momento de consolidar a posição dos países americanos no sistema internacional, além de ter sido o momento de Argentina e Brasil reivindicarem o papel de líderes das nações latino-americanas perante o resto do mundo⁶⁵³.

Enquanto isso, no Brasil, em mensagem ao Congresso, Epiácio Pessoa informou que “O Brasil, a convite do Conselho Executivo da Liga das Nações, aceitou o encargo de, juntamente com os Estados Unidos da América e a Espanha, servir de mediador na luta entre

⁶⁴⁹ *Télégramme du Gouvernement de Panama*. Sem data, 430/1/1225, p. 18 (NAA/RA).

⁶⁵⁰ *Delegación de Chile a la Sociedad de las Naciones*. Genebra, 22 de novembro de 1920 (ARFA).

⁶⁵¹ *Télégramme du Ministre des Affaires Etrangères du Venezuela*. Caracas, sem data, 430/1/1225, p. 32 (NAA/RA).

⁶⁵² COMPAGNON, O. op. cit., pp. 18-20.

⁶⁵³ *Ibid.*, p. 61.

os armênios e os nacionalistas turcos”⁶⁵⁴. Apesar da admiração pessoal do presidente brasileiro pelo seu colega norte-americano e por sua política externa de aproximação com os EUA, o engajamento do Brasil na tentativa de resolução da questão armênia não foi decidido apenas nos fóruns internacionais. Há que se levar em consideração o papel da fração diaspórica armênia no Brasil, sobretudo o ativismo de Etienne Brasil, e a capacidade que esses poucos indivíduos tiveram de influenciar o governo brasileiro a prestar atenção às reivindicações armênias. Nesse ponto, o intelectual e diplomata armênio soube explorar o momento da emergência do humanitarismo moderno no horizonte das nações ocidentais e pedir o apoio de Pessoa a sua causa. Em diferentes momentos, Etienne apelou ao “alto espírito humanitário” ou a “ação humanitária” do Brasil no que tange aos armênios⁶⁵⁵ a fim de convencer o presidente de que seu apoio significava mais do que o auxílio a um país específico, mas a uma causa de interesse de toda a humanidade, o que seria importante para a imagem do Brasil junto as demais nações, sobretudo perante Wilson.

A partir da perspectiva da política externa brasileira, o caso é revelador do lugar que a elite política nacional acreditava que o país ocupava no sistema internacional na virada dos anos 1910-20. Ao enviar a mensagem, o Ministro Azevedo Marques afirma que o Brasil pode atuar individual ou coletivamente, junto com *outras* Potências na Armênia, ou seja, a imagem que o Brasil projetava de si era a de um país que já figurava entre as potências mundiais. Portanto, assumir alguma responsabilidade sobre a questão armênia era provar às Potências que o Brasil estava pronto e disposto a se envolver nos problemas globais, mesmo que esses estivessem bem distantes da tradicional política hemisférica brasileira, cuja área de atuação por excelência era o continente americano, mais notadamente sua fração sul. O envolvimento da Espanha na querela também é sintomático: tanto Brasil quanto a nação ibérica buscavam um assento permanente no Conselho da Liga das Nações, onde ambos ocupavam um assento temporário. Também interessava, especialmente a Epitácio Pessoa, o envolvimento em uma questão sobre a qual o presidente norte-americano pessoalmente se empenhava para encontrar uma resolução. Era notória a admiração que o presidente brasileiro nutria por Wilson e pelos EUA, sobretudo após viagem realizada àquele país ao regressar da Conferência de Paz de Paris em 1919, já na condição de Presidente da República eleito⁶⁵⁶.

⁶⁵⁴ PESSOA, Epitácio. Mensagens ao Congresso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, vol. XVII (Obras Completas de Epitácio Pessoa), p. 255.

⁶⁵⁵ *Etienne Brasil a Epitácio Pessoa*. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1921, 281/2/4 (AHI).

⁶⁵⁶ GARCIA, E. op. cit., 2006, p. 83.

Assim, o envolvimento do Brasil não foi motivado apenas pelo apelo humanitário amplamente explorado pela diplomacia armênia. Ainda que houvesse na imprensa do país uma cobertura razoável do que acontecia na Armênia, bem como um número de imigrantes que começavam a se organizar e ganhar visibilidade na sociedade receptora, não houve uma comoção nacional em prol das vítimas do genocídio, como aconteceu nos EUA, que legitimasse internamente a atitude do governo Epitácio Pessoa. O interesse na questão armênia era pragmático e motivado por dois objetivos: I) estreitar laços diplomáticos com os EUA e; II) garantir um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. Conforme Braz Baracuhy: “a grande estratégia de um país deve ser compreendida, em seu sentido amplo, como uma concepção geral sobre a posição futura que este busca no sistema internacional”⁶⁵⁷. Nesse sentido, a estratégia utilizada pelas elites de política externa do Brasil para alcançar a posição que o país buscava – em curto prazo, o assento permanente no Conselho da Liga das Nações – foi instrumentalizar uma questão humanitária para demonstrar as credenciais brasileiras a fim de ocupar o espaço pleiteado.

A anexação da Armênia pela Rússia Bolchevique e a posterior substituição do Tratado de Sèvres de 1920 – que reconhecia o território armênio na Anatólia – pelo Tratado de Lausanne, de 1923, arrefeceram a questão armênia no âmbito internacional. Entretanto, o interesse mundial pelo que acontecia com os armênios no interior do Império Otomano, bem como para com os que emigravam e formavam a numerosa diáspora que se espalhou pelas principais cidades das Américas e Europa, inaugurou o humanitarismo moderno, pois pela primeira vez na história contemporânea discutia-se intervenção internacional em casos de “crimes contra a humanidade”⁶⁵⁸ a fim de manter a “segurança coletiva”, conforme previa a Liga das Nações. É evidente, porém, que o humanitarismo estava em simbiose com o colonialismo ocidental e a sua missão civilizadora que regia, por exemplo, a ideia de mandato para povos incapazes de se autogovernarem. Ambos emergiam nos vácuos de poder deixados pelo declínio dos impérios territoriais como o otomano⁶⁵⁹.

⁶⁵⁷ BARACUHY, B. op. cit., p.365.

⁶⁵⁸ Em maio de 1915, França, Grã-Bretanha e Império Russo emitiram um documento conjunto declarando o Império Otomano responsável pelos “crimes contra a humanidade” cometidos dentro de suas fronteiras contra o povo armênio. POWER, S. op. cit., p. 29. Cf. também HOLQUIST, Peter. *The Russian Empire as a “Civilized State”*: International Law as Principle and Practice in Imperial Russia, 1874-1878. Washington, D.C.: The National Council for Eurasian and East European Research, 2004.

⁶⁵⁹ WATENPAUGH, Keith David. “The League of Nations’ rescue of Armenian genocide survivors and the making of modern Humanitarianism, 1920-1927”. In: *The American Historical Review*. Chicago: The University of Chicago Press, Vol. 115, No. 5, 2010, pp. 1319-1321.

Em 1º de março de 1922, Artur Bernardes foi eleito Presidente da República, o que marcou uma virada na postura brasileira em relação à Liga das Nações. Se Epiácio Pessoa era um entusiasta da entidade que viu nascer na Conferência de Paz de Paris, Bernardes encarava a instituição sediada em Genebra como um espaço para angariar prestígio político a fim de capitalizá-lo a seu favor no plano interno. Observadores internacionais acreditavam que se não conseguisse o que almejava, isto é, o assento permanente no Conselho, o Brasil iria perder o interesse no organismo e abandoná-lo⁶⁶⁰. Segundo seus críticos contemporâneos, é na necessidade de Bernardes de usar a política externa do Brasil para aplacar a opinião pública nacional que reside a gênese da crise que levou o país a sair da Liga das Nações em 1926⁶⁶¹. Entretanto, é necessário colocar essa questão em perspectiva, conforme lembra Norma Breda dos Santos, a fim de observar que também no plano internacional havia um cenário instável e delicado, o qual E. H. Carr chamou de “vinte anos de crise”⁶⁶². Braz Baracuchy, em análise complementar, entende a crise de 1926 como o choque da geopolítica europeia com a ordem multilateral, duas instâncias da política internacional que até então funcionavam paralelamente, ainda que interligadas. De acordo com o autor: “(...) longe de representar um ‘fiasco’ total, o episódio de 1926 significou uma vitória – ainda que efêmera – do multilateralismo nas relações internacionais”⁶⁶³.

Há um entendimento bastante difundido na historiografia sobre o século XX de que a Liga das Nações foi uma instituição fracassada, uma vez que não foi capaz de evitar que outro conflito mundial fosse deflagrado em 1939. Não raramente, essa aceção desacredita pesquisas que buscam lançar um novo olhar para a história da entidade. Nas palavras da historiadora canadense Margaret MacMillan: “é difícil hoje imaginar que tal projeto pôde ser levado a sério. Apenas um punhado de historiadores excêntricos ainda se dão o trabalho de estudar a Liga das Nações”⁶⁶⁴. Eric Hobsbawm também tem uma opinião negativa sobre a Liga e a define como “um quase completo fracasso, exceto como uma instituição de coleta de estatísticas”⁶⁶⁵. Essa impressão extrapolou a academia e também é lugar comum nas mentes de alguns tomadores de

⁶⁶⁰ HILTON, S. op. cit., p. 352.

⁶⁶¹ “O ambiente da política doméstica tornou-se afinal irrespirável e nada mais natural que tivesse sugerido ao ditador da política externa um derivativo fácil e brilhante para as dificuldades que ele próprio amontoou. Eis aí a gênese do episódio brasileiro na crise da Sociedade das Nações em 1926”. SOARES, J. op. cit., pp. 13-14.

⁶⁶² SANTOS, N. op. cit., p. 87.

⁶⁶³ BARACUHY, B. op. cit., p. 368.

⁶⁶⁴ MACMILLAN, M. op. cit., 2004, p. 99.

⁶⁶⁵ “[...] *an almost total failure, except as an institution for collecting statistics*”. HOBBSAWM, E. op. cit., 1996, p. 34.

decisões, como dos norte-americanos que comandaram a invasão ao Iraque em 2003 à revelia da ONU e a compararam com “a ineficaz Liga das Nações”⁶⁶⁶.

Curiosamente, também é fácil encontrar na literatura especializada a afirmação que a II Guerra Mundial foi consequência da Grande Guerra iniciada em 1914 e, sobretudo, do processo de paz mal alinhavado pelas potências vencedoras que submeteram a Alemanha a pesadas sanções. Nesse sentido, é comum considerar o Tratado de Versalhes, nas palavras de Jean-Jacques Becker, “a antecâmara da Segunda Guerra”⁶⁶⁷. Assim, nos encontramos numa encruzilhada: se o processo de paz fundamentado nos “Catorze Pontos” de Woodrow Wilson e no Tratado de Versalhes foi o principal responsável pela gestação das condições que tornariam o conflito iniciado em 1939 possível, seria leviano responsabilizar a Liga das Nações – que era apenas um dos vários elementos previstos nos tratados do pós-guerra – pela eclosão da II Guerra Mundial. Rotular a Liga como uma instituição fracassada por não evitar outra guerra superestima o escopo de uma entidade que desde o início não contava com a presença dos EUA, Alemanha e Rússia, três *players* cruciais no sistema internacional do primeiro quartel do século XX. Insistir na chave de leitura da Liga das Nações que a encara como uma experiência malsucedida e, por isso, de importância reduzida, é obliterar a relevância de alguns de seus feitos como, por exemplo, a criação da Organização Internacional do Trabalho em 1919, organismo multilateral posteriormente aglutinado pela ONU. Também é indiscutível a importância da Liga no controle das epidemias de cólera e tifo no Leste Europeu, na criação de uma justiça internacional sediada em Haia, no combate ao tráfico de mulheres e crianças e à escravidão⁶⁶⁸. Nas palavras de Hans Kohn, a Liga foi “[...] o passo mais promissor e mais ousado nas relações internacionais” até aquele momento⁶⁶⁹.

Contudo, a maior contribuição da Liga das Nações foi no sentido de servir como lócus de reivindicações de países de menor expressão no sistema internacional, de minorias étnicas não contempladas em Estados nacionais com fronteiras delimitadas e também no trato com os refugiados e apátridas oriundos principalmente do genocídio de armênios, assírios e gregos no Império Otomano a partir de 1915. O momento no qual a Conferência de Paz de Paris, o Tratado de Versalhes e a Liga das Nações se materializou foi definido pelo historiador Erez Manela como o “momento wilsoniano” quando minorias, povos colonizados e países

⁶⁶⁶ POWER, Samantha. *O Homem que Queria Salvar o Mundo: uma biografia de Sérgio Vieira de Mello*. Tradução de Ivo Korytowski. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 20.

⁶⁶⁷ BECKER, J. op. cit., p. 201.

⁶⁶⁸ DUNBABIN, J. op. cit., p. 435.

⁶⁶⁹ Apud ZAGNI, R. M. op. cit., p. 187.

independentes de menor peso colocaram suas demandas em pauta, ainda que para muitos deles o *feedback* não tenha sido o esperado. Portanto, trata-se, como Manela defende, de remover as lentes eurocêntricas da análise da história dos acontecimentos de 1919 para poder enxergar as experiências vividas pelos povos não europeus nesse contexto e a expansão da sociedade internacional no século XX⁶⁷⁰.

Tanto Brasil quanto os armênios tentaram aproveitar esse momento da política internacional para buscar um maior espaço na nova ordem mundial. Para Epiácio Pessoa, o crescente prestígio do Brasil no cenário internacional era útil para sua imagem interna e a sua consolidação enquanto líder nacional. Ao contrário do que acontecia tradicionalmente com os ocupantes do Catete, Epiácio Pessoa não tinha uma grande oligarquia por detrás. Sua escolha para a presidência era um marco de uma mudança geracional nas elites políticas brasileiras e foi um dos poucos pleitos durante a Primeira República no qual não houve acordo pré-estabelecido entre as forças oligárquicas, resultando em uma disputa real⁶⁷¹. Após impasse entre as principais forças políticas nacionais – Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul – o nome do político paraibano, que estava no momento a serviço do governo na Conferência de Paz de Paris, ganhou força, não obstante a oposição de Rui Barbosa que desejava se lançar candidato. A historiadora Cláudia Viscardi chama a atenção para o pertencimento de Pessoa a um estado “fraco”, o que reduzia seu poder de ação e barganha na política nacional. Contudo, a fragilidade do Catete também gerou certa autonomia a Pessoa, que conseguia levar a cabo seus projetos enquanto o Congresso – sobretudo os representantes das elites mineiras – se preocupava com os rumos da política interna⁶⁷². Com isso em mente, podemos fazer uma leitura da política externa brasileira no governo Epiácio Pessoa e como Etienne Brasil conseguiu inserir a causa armênia na sociedade brasileira e na agenda do Itamaraty.

Pessoa era visto como americanófilo por seus críticos, incluindo Rui Barbosa, que via no paraibano e em Domício da Gama dois políticos “ultra-americanistas”⁶⁷³. Para Eugênio Vargas Garcia, a escolha de Pessoa para a presidência agradou a Washington, que intensificou uma postura de simpatia para com o Brasil na Conferência de Paz de maneira a cooptar definitivamente o mandatário brasileiro para a sua área de influência. É nesse contexto que surgiu a oportunidade de o Brasil ocupar um assento temporário no Conselho da Liga das

⁶⁷⁰ MANELA, E. op. cit., p. xii-5.

⁶⁷¹ VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias*: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, pp. 54-71.

⁶⁷² Ibid., p. 285.

⁶⁷³ GARCIA, E. op. cit., 2006, pp. 62-63.

Nações e em uma comissão que negociaria com a Alemanha as reparações do pós-Guerra⁶⁷⁴. Contudo, a postura “desinteressada” do Brasil, de acordo com o termo de Domício da Gama, deu lugar a uma ação bastante pragmática no que tange a liberação do dinheiro oriundo da venda de café brasileiro apreendido em portos europeus e de navios alemães confiscados no litoral do país, cuja retomada de controle era a prioridade de Epitácio Pessoa. Com a intermediação de Wilson, ambas as questões foram resolvidas de maneira provisória, postergando uma solução definitiva para outro momento. Garcia resume da seguinte maneira a ação brasileira da Conferência:

A Conferência como um todo progrediu do idealismo romântico inicial ao apego ferrenho de cada país a seus interesses mais imediatos. Nesse contexto, as potências menores desempenharam o papel de suplicantes no butim da vitória que às grandes potências cabia repartir. Ao insistir na obtenção de seu quinhão, em especial na questão dos navios ex-alemães, o Brasil adotara a mesma postura de auto-interesse que se tornou generalizada em Paris. *A delegação brasileira transitou da defesa dos direitos das potências menores, cristalizado no princípio da igualdade jurídica entre os Estados, à adesão ao princípio da classificação hierárquica das potências*, expresso na composição diferenciada entre membros permanentes e temporários do Conselho da Liga das Nações⁶⁷⁵. (grifos nossos)

No retorno ao Brasil após a Conferência de Paz e já como presidente eleito, Pessoa fez visitas oficiais a diversos países europeus, com uma grande escala nos EUA, antes de ancorar no Rio de Janeiro, onde tomou posse em 28 de julho de 1919. Um dia após chegar ao país, o político paraibano inaugurou na capital federal a Avenida Woodrow Wilson, mostrando assim o tamanho da admiração pessoal que nutria para com o mandatário norte-americano⁶⁷⁶. O Ministério de Pessoa era composto “na maioria”, segundo avaliação de Edgard Carone, “[...] de políticos medíocres e, em geral, desligados do sistema dominante dos grandes Estados”⁶⁷⁷, o que incluía o paulista José Manuel de Azevedo Marques, “sem expressão política e sem ligação com o PRP [Partido Republicano Paulista]”, escolhido para a pasta de Relações Exteriores “exclusivamente por ser amigo pessoal do Sr. Epitácio – e por ser um homem sabidamente estudioso e inteligente”⁶⁷⁸, preterindo assim Domício da Gama, favorito para assumir o cargo. A escolha de Azevedo Marques, figura sem experiência em política internacional, é vista por Eugênio Vargas Garcia como uma tentativa de Pessoa de concentrar

⁶⁷⁴ Ibid., pp. 66-68.

⁶⁷⁵ Ibid., p. 75.

⁶⁷⁶ Ibid., pp. 79-84.

⁶⁷⁷ CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1983, 4ª ed. v.2, p. 334.

⁶⁷⁸ Ibid., p. 335.

a política externa em suas mãos⁶⁷⁹. A Domício da Gama restou ocupar a representação brasileira junto à Liga das Nações, após recusa de Rui Barbosa ao convite de Pessoa para essa missão.

Em seu primeiro discurso nos fóruns da Liga das Nações, Gastão da Cunha dava o tom da retórica brasileira no Conselho da entidade, aproveitando o *status* de única nação americana no órgão e o “mandato implícito” que o país teria recebido dos Estados Unidos para agir como líder do continente. De acordo com Garcia:

Coerente com sua nova projeção mundial, o Brasil gradualmente começou a estabelecer relações diplomáticas com os novos Estados constituídos em consequência dos tratados de paz na Europa e alhures. Em 26 de maio de 1920, o Brasil reconheceu formalmente a independência da Polônia, da Tchecoslováquia e da Finlândia. Em agosto do mesmo ano, foram reconhecidos os Estados da Islândia e da Áustria e, *em novembro, da República da Armênia*. Em 23 de março de 1921, eram criadas legações do Brasil em Varsóvia e em Praga. Finalmente, em dezembro de 1921, o Brasil reconheceu a soberania dos três países bálticos: Lituânia, Estônia e Letônia⁶⁸⁰. (grifos nossos)

O reconhecimento brasileiro à independência da República Armênia vem ao encontro justamente dessa nova fase da política externa nacional que preconizava, por um lado, as relações com os EUA e demais Potências, vistas como parte do mesmo grupo de nações que o Brasil, mas também com os países emergentes e recém-independentes, cuja a atenção dispensada pelo Itamaraty indicava a posição de liderança que o país buscava no sistema internacional, ao se relacionar com nações de menor peso. Por outro lado, o interesse brasileiro na Armênia possui alguns pormenores. O primeiro e mais evidente é o grande interesse pessoal de Wilson na questão armênia e na sobrevivência da pequena república estabelecida no Sul do Cáucaso. Dada a admiração de Pessoa por Wilson e o alinhamento da política externa brasileira com a agenda norte-americana, é compreensível que o Rio de Janeiro seguisse Washington também no que diz respeito aos armênios. Porém, devemos assumir que o reconhecimento brasileiro à República Armênia e a tentativa de criação da força-tarefa a fim de pôr termo aos conflitos entre turcos e armênios não podem ser totalmente explicados apenas por uma leitura da política internacional. Há que se considerar as forças que pressionavam Epiácio Pessoa internamente para que algo fosse feito em resposta ao sofrimento dos armênios, tanto no Cáucaso quanto nos campos de refugiados no Oriente Médio.

⁶⁷⁹ GARCIA, E. op. cit., 2006, p. 84.

⁶⁸⁰ Ibid., p. 89.

A autonomia do Catete na condução de algumas pautas da política nacional – o que inclui o Itamaraty, sobretudo por conta do perfil de Azevedo Marques, pouco hábil no trato com os diplomatas, mas sempre disponível nos círculos sociais cariocas⁶⁸¹ – permitiu com que demandas trazidas por agentes externos tivessem ressonância no governo. Nesse sentido, a ação de Etienne Brasil junto ao Itamaraty e ao Catete demonstra como o intelectual agia como um ator diaspórico ativo, pois operava de forma a influenciar a política externa da sociedade receptora a fim de dirigi-la em direção à consecução de um objetivo que beneficiaria a pátria-mãe por meio da criação de um grupo de interesse⁶⁸².

Contudo, a capacidade dessas forças diaspóricas de interferir na sociedade receptora depende de algumas condições. Para Nedim Ogelman, Jeannette Money e Philip Martin, dois fatores devem ser observados nesse sentido: 1) a coesão do grupo imigrante baseada nas suas capacidades organizativas e materiais e; 2) o acesso que esse grupo tem aos corredores do poder político, de maneira institucional⁶⁸³. No caso em tela, a coesão era facilitada pelo número diminuto de armênios no Rio de Janeiro e pela presença de Mihran Latif, cuja fortuna e prestígio social e político garantiam a operacionalidade do projeto de Etienne e a adesão dos compatriotas. O acesso aos corredores do poder, inicialmente, era garantido por relações pessoais construídas nos salões do Rio de Janeiro. O pertencimento de Latif à alta sociedade carioca, além de seus laços e amizade com figuras como Pedro II, Epitácio Pessoa, Rui Barbosa e Artur Bernardes garantia portas abertas a ele e aos seus arautos, o que incluía o diplomata armênio e suas reivindicações. O próprio Etienne Brasil, todavia, conseguiu construir sua própria rede de contato, primeiro através de seus serviços prestados como tutor e educador de algumas figuras proeminentes no Rio de Janeiro dos anos 1910 e depois como articulista, escritor e diplomata, o que lhe garantia espaços tanto na sociedade civil – imprensa e instituições educacionais – quanto nos corredores do Catete e Itamaraty. Entretanto, Etienne percebia a necessidade de institucionalizar o *lobby* e, por isso, em diversos momentos dos anos 1910, ele buscava se posicionar enquanto membro de alguma entidade, seja o Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, o Centro Oriental, o Centro Armênio e, por fim, a Representação Diplomática da República Armênia para a América do Sul.

Esse grupo de pressão institucionalizado e altamente concentrado nas mãos de um só agente foi de certa maneira bem-sucedido graças as características do Estado brasileiro na

⁶⁸¹ Ibid., p. 98.

⁶⁸² SHAIN, Y & BARTH, A. op. cit., p. 453.

⁶⁸³ OGELMAN, N.; MONEY, J.; MARTIN, P. op. cit., p. 146.

Primeira República, sobretudo a sua configuração durante o governo Epitácio Pessoa. Embora o arranjo político nacional fosse bem restritivo no que diz respeito a quem ocuparia a cadeira da presidência da República – alguns requisitos deveriam ser preenchidos pelo candidato, como ser uma liderança de um dos grandes estados e um republicano histórico⁶⁸⁴ – e os demais cargos executivos, o Estado brasileiro era bastante permeável a demandas particulares que fossem trazidas para dentro da esfera pública por meio de atores qualificados. Assim, a causa armênia, trazida ao conhecimento de Pessoa tanto pela ação de Etienne Brasil quanto pelas discussões nos fóruns internacionais foi inserida no horizonte político brasileiro da virada dos anos 1910-1920, de forma que pudesse servir não só a interesses humanitários, mas que também pudesse ser instrumentalizada por Pessoa de maneira a ajudar a inserir o Brasil definitivamente na nova ordem mundial.

Contudo, era claro para Epitácio Pessoa e seus subordinados o papel secundário que a questão armênia ocupava na sua agenda de política externa. Em reunião do Conselho da Liga, Gastão da Cunha deixou claro que nada além dos assuntos que diziam respeito a emergência do Brasil como uma liderança americana seria considerado de primeira prioridade:

Quando da realização da 4ª sessão do Conselho, em abril de 1920, Cunha observou que, para o Brasil, “todos os assuntos são de interesse mais que secundário”, citando como exemplos a constituição do governo de Dantzig, a proteção das minorias na Turquia e Armênia, e a repatriação dos prisioneiros de guerra ainda internados na Sibéria⁶⁸⁵.

A causa armênia e a questão das minorias eram exploradas pelos delegados brasileiros apenas quando interessava, como entre 1923 e 1926, quando o Brasil foi relator de diversas comissões na Liga das Nações, incluindo uma que tratava de minorias na Turquia⁶⁸⁶. Quando o assunto não era de interesse nacional, os diplomatas o ignoravam. Em certa ocasião, James A. Malcolm – representante de Boghos Nubar e da Delegação Nacional Armênia em Londres⁶⁸⁷ – escreveu a Leon Pachalian – outro assessor de Nubar – da Delegação em Paris, reclamando que tentava há tempos obter uma audiência com o embaixador brasileiro e não conseguia⁶⁸⁸. Em outubro de 1924, correspondência entre Afrânio de Melo Franco, representante do Brasil na Liga, e o Ministro de Relações Exteriores de Artur Bernardes, José

⁶⁸⁴ VISCARDI, C. op. cit., p. 62.

⁶⁸⁵ GARCIA, E. op. cit., 2006, p. 350.

⁶⁸⁶ Ibid., p. 370.

⁶⁸⁷ HOVANNISIAN, R. op. cit., 1996, p. 409.

⁶⁸⁸ James A. Malcolm a L. Pachalian, *Délégation Nationale Arménienne*. Lausanne, Suíça, 430/1/286, pp. 64-65 (NAA/RA).

Alves de Félix Pacheco, revela uma consulta feita por Fridtjof Nansen, Alto-Comissário da Liga das Nações para a questão dos refugiados, se o governo brasileiro poderia receber refugiados russos e armênios, além de uma comissão da Liga que pudesse discutir essa questão⁶⁸⁹. A fala de resposta do Itamaraty ensejou outras duas missivas de Melo Franco, em fevereiro e março de 1925, requisitando uma posição urgente do governo brasileiro sobre a matéria, pois a Liga pressionava o representante por uma posição. Na última missiva, Melo Franco argumenta:

Quanto à conveniência ou inconveniência de recebermos, no nosso país, como imigrantes, os refugiados russos [omite-se os armênios], é ponto sobre o qual não me devo manifestar, cabendo a decisão da questão às nossas autoridades competentes. Parece-me, contudo, que nada facilitará tanto essa decisão como o entendimento direto com a referida comissão, que naturalmente estará em condições de fornecer ao Governo todos os esclarecimentos exigíveis sobre esse assunto⁶⁹⁰.

Especulações e negociações acerca do assentamento de imigrantes armênios no Brasil não eram novas. Ainda nas últimas décadas do século XIX se discutia a possibilidade do Estado brasileiro incentivar a vinda desse povo para o país. Nos anos 1890, o político e escritor José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque procurou o então presidente de São Paulo Manuel Ferraz de Campos Sales para apresentar uma proposta de incentivar a imigração de armênios, a fim de substituir os italianos “que não eram de boa qualidade” pelos armênios que eram perseguidos pelo Sultão Abdul-Hamid II. Com a negativa de Campos Sales, que, de acordo com o escritor, preferia os italianos por conta da sua “docilidade”, Medeiros e Albuquerque procurou o engenheiro amazonense Torquato Tapajoz que encampou a ideia de atrair tais imigrantes para o Amazonas. Contudo, Tapajoz morreu poucos dias depois, sem ser capaz de colocá-la em prática. Em 1908, em visita a Constantinopla, Medeiros e Albuquerque teve uma entrevista com o patriarca da Igreja Apostólica Armênia⁶⁹¹, que acenou positivamente para sua ideia de atrair armênios ao Brasil. Entretanto, a proibição da imigração asiática – notadamente de japoneses e chineses – aprovada pelo Congresso brasileiro atingiu também, segundo o político, os armênios e impossibilitou a concretização do intento⁶⁹². Episódio semelhante aconteceu no Canadá, em 1896, quando os armenófilos locais ligados a grupos

⁶⁸⁹ *Afrânio de Melo Franco a José Félix Alves Pacheco*. Ofício n. 18, de 6 de outubro de 1924. Fundo AMF, 74,3,4, n. 78. (Seção de Manuscritos/BN).

⁶⁹⁰ Idem. Ofício n. 48, de 5 de março de 1925. Fundo AMF, 74,3,4, n. 78. (SM/BN).

⁶⁹¹ Peter Balakian nos lembra que o patriarcado de Constantinopla tinha sua própria diplomacia e mantinha contato com líderes estrangeiros independentemente do governo otomano. BALAKIAN, Peter. “Introduction”. In: BALAKIAN, Grigoris. *Armenian Golgotha: a memoir of the Armenian Genocide, 1915-1918*. Nova York: First Vintage Books Edition, 2009, p. xiv.

⁶⁹² MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. *Quando Eu Era Vivo*. Rio de Janeiro: Record, 1982, pp. 212-213.

protestantes que mantinham missionários no Império Otomano apelaram para o governo canadense patrocinar o estabelecimento de colônias armênias nas pradarias do país, ideia rapidamente rejeitada pelo Ministério do Interior que dava preferência para o assentamento de imigrantes da Europa Ocidental e Norte⁶⁹³. Em julho de 1915, no ápice das matanças no Império Otomano, o cônsul sueco reportou à Estocolmo que o patriarcado armênio, tendo em vista as perseguições em curso, estaria interessado em iniciar um movimento de “emigração em massa” para, dentre outros locais, a América do Sul⁶⁹⁴. Em 1922, a missionária dinamarquesa Karen Jeppe em relatório ao Escritório Internacional “Nansen” para Refugiados – vinculado à Liga das Nações – tinha a convicção que os armênios não poderiam ser reassentados entre muçulmanos, nem mesmo sob supervisão internacional, e que os mesmos deveriam encontrar um lar no Cáucaso ou no Brasil⁶⁹⁵.

A questão é que o Brasil – assim como o Canadá e, de maneira mais ampla, todos os países americanos – sempre figurava nos fóruns internacionais como um provável destino de refugiados e apátridas. Em alguma medida, essa imagem era alimentada pelas próprias elites políticas brasileiras. De acordo com a *Folha de São Paulo* de 22 de abril de 1966, quando da inauguração do monumento às vítimas do genocídio armênio na capital paulista, Rui Barbosa teria dito a um grupo de armênios em 1920: “Se o que procuram é uma pátria, um céu a abrir vocês e seus entes queridos vão para o Brasil, terra generosa, que a tantos já acolheu e os acolherá de braços abertos”⁶⁹⁶.

Em 1922, dois anos antes, portanto, da consulta da Liga a Afrânio de Melo Franco, lideranças armênias na Europa discutiam se o Brasil poderia receber um número de refugiados armênios e que tipo de assistência o país poderia oferecer a esse grupo de pessoas⁶⁹⁷. A Delegação Nacional Armênia enviou correspondência ao Arcebispo armênio de Manchester, Grigoris Balakian – um sobrevivente do genocídio armênio⁶⁹⁸ – informando que o Papa havia consultado Venezuela, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil sobre a possibilidade de acolhida de refugiados armênios. A única informação que há no documento é que a Argentina ainda não

⁶⁹³ ADJEMIAN, A. op. cit., p. 32.

⁶⁹⁴ AVEDIAN, V. op. cit., p., 328.

⁶⁹⁵ WATENPAUGH, K. op. cit., 2015, p. 138.

⁶⁹⁶ *Folha de São Paulo*. São Paulo: quarta-feira, 20 de abril de 1966, 1º caderno, p. 9.

⁶⁹⁷ *Da Delegação Nacional Armênia ao Secretário do Comitê Armênio de Manchester, Sr. Karnig Findiklian*. 13 de novembro de 1922, 430/1/630, pp. 13-14 (NAA/RA).

⁶⁹⁸ Cf. BALAKIAN, Grigoris. op. cit.

havia respondido ao apelo papal, enquanto outros países – não especificados – haviam concordado em receber os armênios, cobrindo as despesas da viagem⁶⁹⁹.

A missiva mais interessante dessa série é datada de maio de 1922 e foi escrita pelo Arcebispo Ghevond Tourian, líder religioso dos armênios de Esmirna, ao presidente da Delegação Armênia, Gabriel Noradougian. Nessa carta, o religioso questiona se Noradougian tem conhecimento de algum acordo com o governo brasileiro para receber imigrantes armênios, pois agentes de viagens operando em Esmirna estavam oferecendo passagens para armênios embarcarem rumo ao Brasil. De acordo com o líder religioso, muitos armênios haviam se registrado para a viagem e partiriam na primeira oportunidade⁷⁰⁰. A resposta da Delegação Armênia veio cerca de um mês e meio depois, informando ao Arcebispo que a partida de armênios rumo ao Brasil não era aconselhada, tendo em vista as notícias de imigrantes russos que chegaram ao país e foram submetidos a trabalhos pesados e tratados como escravos. Ademais, a ida de armênios para o Brasil agravaria ainda mais a dispersão desse povo pelo mundo e dificultaria o plano de criar um lar nacional para os armênios em um futuro próximo⁷⁰¹. Essa era uma preocupação presente nas cabeças das lideranças armênias, sobretudo as religiosas. Na mesma época, o bispo armênio de Bagdá criou um orfanato na cidade para “prevenir a dispersão das crianças e garantir que elas não perdessem a identidade armênia”⁷⁰². O auxílio aos refugiados estava, assim, intrinsicamente ligado com o futuro dos armênios enquanto nação e com o plano de criação de uma pátria unificada, reunindo os territórios da Armênia Soviética com as províncias otomanas, cuja consecução estava vinculada ao povoamento da região por armênios dispersos pelo mundo⁷⁰³.

Nessa troca de correspondências, há algumas pistas para entender a imigração armênia para o Brasil e em que medida o governo estava ou não empenhado em ajudar os sobreviventes do genocídio. Primeiro, há que se destacar a ação dos agentes de viagens ao tentar ludibriar os armênios, alegando que o governo brasileiro havia garantido apoio a esses imigrantes, certamente para tirar vantagens financeiras da venda de bilhetes de navio. A

⁶⁹⁹ *Da Delegação Nacional Armênia ao líder religioso dos armênios de Manchester, Arcebispo Grigoris Balakian*. 28 de novembro de 1922, 430/1/987, p. 6 (NAA/RA).

⁷⁰⁰ *Carta do Arcebispo Ghevond Tourian, líder religioso de Esmirna a Gabriel Noradougian, Presidente da Delegação Armênia*. 5 de maio de 1922, 430/1/738, p. 12 (NAA/RA).

⁷⁰¹ *Carta da Delegação Nacional Armênia ao Arcebispo Ghevond Tourian*. 16 de junho de 1922, 430/1/738, p. 14 (NAA/RA).

⁷⁰² “[...] prevent the dispersal of children and ensure they did not lose their Armenian identity”. LAYCOCK, J. op. cit, p. 162.

⁷⁰³ *Ibid.*, p. 164.

correspondência informa que os agentes garantiam o embarque de 1.500 imigrantes por embarcação, que partiriam a cada 12 ou 15 dias de diversos portos europeus. Segundo, a resposta da Delegação Armênia revela que não havia acordo com o governo brasileiro para o incentivo de armênios e, além disso, havia relatos de maus tratos de imigrantes chegados ao país, provavelmente para trabalhar em fazendas antes sustentadas por mão de obra escrava e, posteriormente, por imigrantes da Europa Ocidental.

Etienne Brasil também alegou falta de empenho das lideranças armênias para efetivar a imigração dos armênios para o Brasil. Segundo o diplomata, em carta para Mikayel Varandian datada de 1923, ele teria conseguido junto ao governo brasileiro em 1921 “contrariamente aos hábitos do país, que não paga em geral o transporte dos imigrantes para o interior” um navio que aportaria em Constantinopla para embarcar sete mil armênios. Contudo, suas missivas para as lideranças armênias na capital otomana nunca foram respondidas. De acordo com Etienne Brasil, apenas o redator do periódico armênio *Djagadamart* se dirigiu a ele para informá-lo “com tristeza que o Patriarca não creria que o Brasil oferecia tantas facilidades ‘e que não havia razão alguma para os armênios saírem da Turquia’”. Porém, a deterioração na situação dos armênios após a retirada francesa da Cilícia fez com que o patriarcado revesse sua posição, mas, para Etienne, era tarde, pois “os armênios não têm mais as facilidades de 1921. A atitude do patriarca e de nossos chefes causou uma impressão muito ruim naquela ocasião”⁷⁰⁴.

Embora o Brasil figurasse nos fóruns que discutiam os problemas das minorias e dos refugiados na Liga das Nações e mencionasse, ocasionalmente, a sorte dos sobreviventes do genocídio armênio, não havia internamente um real esforço para auxiliar esses imigrantes – uma vez que a afirmação de Etienne do cessão do navio brasileiro para retirar armênios do Império Otomano, além de pouco provável, não é comprovável –, tampouco nos círculos da política externa brasileira após a anexação da Armênia pela Rússia e a desqualificação de Etienne Brasil como representante diplomático daquele país. O apelo humanitário que a causa armênia emanava cessou de ecoar no Catete e no Itamaraty quando a Armênia deixou de ser útil aos interesses pragmáticos das elites políticas brasileiras na missão de fazer com que o país galgasse degraus na hierarquia do sistema internacional. Conforme sintetiza Eugênio Vargas Garcia: “Ao final, a identificação do Brasil com os pequenos Estados cedeu lugar às aspirações

⁷⁰⁴ Etienne Brasil a Mikayel Varandian. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1923 (ARFA).

de grandeza nacional, açuladas com a perspectiva de ingresso no clube fechado das grandes potências”⁷⁰⁵.

Nesse ponto, a permeabilidade do Estado brasileiro às demandas dos agentes diaspóricos encontra um limite. Como essa permeabilidade é construída por meio de conexões pessoais e não através de instituições e canais formais, a manutenção do diálogo é ameaçado cada vez que há mudança de governo ou alteração do cenário político nacional e internacional. Etienne Brasil, que construiu toda a sua carreira como jornalista e diplomata baseado em conexões pessoais, tinha consciência de que o final do mandato de Epitácio Pessoa em 1922 – e de Woodrow Wilson nos EUA, em 1921 – seria uma ameaça para a continuidade das conversas que poderiam garantir aos armênios um torrão nacional, mesmo após a ocupação bolchevique. Em correspondência enviada por ele a Avedis Aharonian em fevereiro de 1920, Etienne admite que o fato de um ex-colega de faculdade, Luiz Pinheiro, ocupar o cargo de subsecretário de Azevedo Marques no Itamaraty lhe dá privilégios no acesso aos corredores do Palácio. Na mesma missiva, o diplomata relata ao chefe a amizade existente entre as esposas de Epitácio Pessoa e Mihran Latif⁷⁰⁶. Ciente da importância das relações pessoais, em junho de 1921, Etienne tentava uma aproximação com o mineiro Artur Bernardes, candidato a sucessor de Pessoa no Catete. Por meio de um telegrama, Etienne felicitou Bernardes pela “brilhante vitória”. O *Correio da Manhã* – jornal tradicionalmente de oposição, cuja tiragem média variava entre 30 e 40 mil exemplares⁷⁰⁷ – que muitas vezes cedeu espaço para os artigos e informações de Etienne, foi duro nas críticas à atitude do armênio, que parabenizou um candidato por uma vitória ainda não consolidada. Nessa época, as oligarquias estaduais disputavam a sucessão de Epitácio Pessoa. Enquanto Minas Gerais e São Paulo lançavam a candidatura de Bernardes, outros estados, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro propunham uma candidatura alternativa, apoiados pela imprensa da capital federal que criticava o candidato mineiro e seus aliados⁷⁰⁸. Segundo o jornal:

A bem da verdade, porém, convém que se diga que as felicitações em nome da jovem república improvisada depois do Tratado de Versalhes, não têm o menor significado. O governo armênio de nada sabe, nem autorizou coisa alguma, ocupado como anda, em defender a sua autonomia perante as chancelarias das potencias.

São felicitações por conta e risco de quem as fez, e o cavalheiro que a mandou, mais de uma vez, tem visto o seu pitoresco mandato ridicularizado pelos

⁷⁰⁵ GARCIA, E. op. cit., 2006, p. 75.

⁷⁰⁶ *Etienne Brasil a Avedis Aharonian*. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1920 (ARFA).

⁷⁰⁷ COMPAGNON, O. op. cit., p. 70.

⁷⁰⁸ VISCARDI, C. op. cit., p. 287.

jornais, a cujas redações, no dia seguinte, corre, pressuroso, a suplicar retificações, contando umas historias complicadas que ninguém percebe, mas em que se finge acreditar.
Que companhias as do Sr. Arthur Bernardes...⁷⁰⁹

Por outro lado, Etienne tentava manter o diálogo com os armênios em Paris, que não reconheciam a anexação bolchevique da república no Cáucaso. Sua comunicação com Paris procurava convencer os dirigentes armênios que o Brasil ainda permanecia um aliado, ainda que tal assertiva não correspondesse à realidade. Em meados dos anos 1920, cultivar as relações entre Brasil e os representantes armênios em Paris não interessava a nenhuma das partes, o que fez com que Etienne Brasil perdesse sua inserção nos círculos políticos de ambos, tanto da sociedade receptora quanto da pátria-mãe. Outros membros da elite da diáspora, como Mihran Latif, permaneceram com prestígio na sociedade receptora, pois sua influência era oriunda de seu capital e suas antigas relações com as elites políticas locais não dependiam dos arranjos internacionais. Ao fim da experiência do Estado armênio independente e da consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Etienne voltou a ser o que era no início dos anos 1910: um intelectual que vivia do exercício de profissões liberais na capital do Brasil.

A perda de legitimidade e poder de Etienne Brasil está ligada também a falta de lastro político dos armênios no país. Afora Mihran Latin, Levon Apelian e alguns outros, os armênios presentes no Brasil antes dos anos 1920 não tinham recursos econômicos ou inserção social suficiente para permitir que Etienne apresentasse esse povo como uma importante força no cenário nacional. Esse cenário só começaria a mudar na segunda metade dos anos 1920, quando um contingente maior de armênios chegou ao país, oriundos sobretudo de cidades da Síria e do Líbano, e se estabeleceu em São Paulo. Entretanto, a chegada desses imigrantes e o estabelecimento das primeiras associações e entidades comunitárias na capital paulista aconteceu em um período em que a política nacional não permitia o tipo de abordagem que Etienne Brasil havia executado anos antes junto ao Catete e ao Itamaraty. Com efeito, os armênios eram vistos com desconfiança por alguns funcionários do Itamaraty no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, como um agente consular brasileiro no Egito que sugeriu a proibição da entrada de armênios no Brasil, pois eles seriam produtores de ópio e estimulariam a produção do narcótico “especialmente dado o desenvolvimento da emigração dos Amarelos, para os quais o ópio é uma perpétua tentação”⁷¹⁰. Enquanto isso, intelectuais como Alfredo Ellis

⁷⁰⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 20 de junho de 1921, p. 2 (HDB/BN).

⁷¹⁰ *Consulado do Brasil em Constantinopla ao Ministério de Relações Exteriores*. Alexandria, 14 de abril de 1930, 244/3/15 (AHI).

Júnior criavam termos pseudocientíficos como “sírio-armenóide” para classificar os imigrantes árabes e armênios em um estudo posteriormente encampado pelo projeto político do governo Vargas⁷¹¹, governo esse que em 1933 recusou aderir a um estudo feito pela Liga das Nações para elaboração de um estatuto internacional dos refugiados, medida que beneficiaria, sobretudo, armênios e russos⁷¹².

No cenário internacional, as fronteiras da Turquia e da Armênia Soviética foram consolidadas, as quais permanecem praticamente inalteradas até os dias atuais, diminuindo assim a possibilidade de qualquer tipo de ação reivindicatória por territórios e relegando a causa a um plano moral.

⁷¹¹ LESSER, J. op. cit., 2001, p. 117.

⁷¹² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do Nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 62.

6 CONCLUSÃO

Em janeiro de 1923, Etienne Brasil escreveu ao político e historiador radicado em Marselha, Mikayel Varandian, em resposta a um pedido de informações sobre a fração diaspórica armênia na Argentina. Em sua réplica, Etienne forneceu as informações requisitadas e aproveitou para condenar a delegação armênia chefiada por Avetis Aharonian e, no limite, a República Armênia, que nessa altura não mais existia como uma nação independente no sistema internacional, pelas atitudes equivocadas tomadas durante sua curta existência. Com sinceridade e aspereza características de alguém que julgava que não tinha nada a perder e que os seus antigos superiores eram os responsáveis pela falência de seus projetos, Etienne Brasil não poupou críticas às decisões tomadas pela delegação e pelo governo armênio, mesmo sabendo que Varandian ocupava postos importantes na hierarquia do *Dashnak* na França e que, eventualmente, suas palavras chegariam aos ouvidos de Aharonian.

Na carta-resposta, Etienne afirma que na Argentina “nós não temos nada”, por dois motivos. O primeiro seria a divisão política da coletividade armênia lá existente – composta por cerca de 6 mil pessoas, de acordo com as suas estimativas – e o segundo seria a precariedade de seu título de representante diplomático, que nunca foi confirmado pelo governo armênio ou pela delegação diretamente aos países sul-americanos:

Tudo que consegui aqui não foi em virtude do meu título duvidoso, mas por causa das minhas relações, pela influência de meus amigos e nada mais. [...] Nossa delegação, ainda que seu esforço seja louvável, cometeu alguns erros grandes que nos causou prejuízos incalculáveis ⁷¹³.

Com essas palavras, Etienne Brasil tentava resumir o que teria sido o seu trabalho diplomático no Brasil e na América do Sul em 1919 e 1920: uma mistura de voluntarismo com a exploração de redes de contatos que o conectava com os círculos decisórios brasileiros – e sul-americanos – além de intensa propaganda na imprensa, dando assim aderência às demandas armênias no contexto da sociedade receptora.

Quando chegou ao Rio de Janeiro, na condição de padre e intelectual de educação europeia e origem armênia, Etienne Brasil – naquela altura Ignace Etienne ou Etienne Ignace Brasil – conheceu alguns armênios abastados e anteriormente estabelecidos, como Mihran Latif e Levon Apelian, e fez deles a sua base social, política e econômica. Uma vez que o Rio de

⁷¹³ *Etienne Brasil a Mikayel Varandian*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1923 (ARFA).

Janeiro dos anos 1910 não possuía um número de armênios significativo para dotá-lo de apoio quantitativo ante a sociedade receptora, a estratégia utilizada foi a aproximação de indivíduos com grande inserção social e econômica que pudessem servir como credenciais para que Etienne Brasil fosse recebido nos círculos mais restritos da sociedade carioca. Em troca, o intelectual – ele mesmo parte do que Tölölyan chamou de “elite da diáspora” – oferecia a Mihran Latif e Levon Apelian seu trabalho como vetor da causa armênia no Brasil, mobilizando argumentos nacionalistas, religiosos e emocionais para convencê-los a apoiar a pátria-mãe em perigo, além de oferecer vantagens comerciais que poderiam ser exploradas pelos homens de negócios no Rio de Janeiro quando do reconhecimento da independência da Armênia pelo Brasil e a consolidação daquela república no sistema internacional.

Etienne Brasil colocava-se, assim, como intermediário entre os que dizia representar – isto é, armênios do Brasil, os quais poucos eram cidadãos brasileiros – e o Estado brasileiro, agindo como o líder de um grupo de interesse desejoso de inserir uma pauta determinada na agenda do Estado receptor. Para tanto, lançava mão da imprensa para criar lastro intelectual e tornar a causa armênia conhecida nas esferas médias e altas da sociedade brasileira, público-leitor dos jornais e revistas, explorando largamente a imagem orientalista de armênios cristãos perseguidos por turcos muçulmanos dentro do “incivilizado” Império Otomano. Contudo, Etienne não atuava como líder de um grupo de interesse comum, isto é, mediador entre indivíduo(s) e Estado, mas era um vértice na relação entre a pátria-mãe, a sociedade e o Estado receptor e a fração diaspórica ali estabelecida.

Nesse sentido, é interessante refletir sobre a permeabilidade do Estado brasileiro às demandas de Etienne Brasil e a aderência que a causa armênia teve na sociedade brasileira dos anos 1910-1920. O trânsito que o intelectual disfrutava na imprensa fluminense – que permitia com que ele publicasse seus artigos com frequência – obtido ainda no início da década de 1910 foi facilitado pelo pertencimento à Igreja Católica e sua educação europeia, colocando-o numa posição de autoridade do saber no Rio de Janeiro. A partir daí ele pôde apresentar-se aos armênios da capital federal e colocar sua entrada na imprensa à serviço da causa, que já estava em evidência no Ocidente desde a década de 1890 e ganhou força a partir de 1915. Avalizado pela imprensa e pelos seus compatriotas, Etienne fundou entidades – normalmente compostas por ele mesmo e um ou dois armênios – cobrindo-se de um verniz institucional que lhe daria mais credibilidade ao se dirigir aos líderes armênios na Europa ou aos tomadores de decisão no Brasil. Agia, portanto, como um mediador cultural do Oriente na *Belle Époque*. Pouco a pouco, ele conseguiu convencer seus interlocutores não armênios da relevância da causa e da

necessidade de apoiar as reivindicações de seus compatriotas, estabelecendo canais de comunicação com potenciais apoiadores que variavam desde proprietários de jornais no Rio de Janeiro ou funcionários da burocracia brasileira até diplomatas estrangeiros ou a Rainha da Bélgica. Ao mesmo tempo, Etienne Brasil persuadiu intelectuais e políticos armênios sobre a sua utilidade na defesa dos interesses armênios no Brasil – sobretudo comerciais e migratórios, no primeiro momento, abrangendo, mais tarde, apoio político e, no limite, o mandato – até obter a permissão de Paris para representar oficialmente a República Armênia na América do Sul. Assim, ele expandiu sua influência no Rio de Janeiro, avalizado pelos compatriotas na cidade e pelas lideranças armênias na Europa para trabalhar pela pátria que ele chamava de sua, buscando uma aproximação com Epiácio Pessoa, seu gabinete e outros políticos influentes que deveriam ser convencidos da urgência da causa.

Epiácio Pessoa, por sua vez, não pertencente às grandes oligarquias brasileiras que comandavam a política nacional, “tenta mostrar-se independente das injunções partidárias”⁷¹⁴ apostando numa política externa vultosa enquanto enfrentava o oposicionismo crescente no plano interno. Problemas na Bahia e Amazonas, a franca oposição dos militares e a crescente ofensiva da imprensa mitigavam o apoio a Pessoa, cujo desgaste foi acentuado no final de 1920, justamente quando as demandas armênias ganharam mais fôlego. Não por acaso, foi nesse período que o Brasil reconheceu a independência da República Armênia e, ao tomar conhecimento do chamado da Liga das Nações e dos EUA por um esforço conjunto para manter a integridade territorial armênia, Epiácio Pessoa decidiu por responder positivamente, juntando-se a Espanha no que se transformaria em uma missão humanitária. Ao mesmo tempo em que o mandatário brasileiro se encontrava cercado de críticos e opositores, ele deu um passo em direção às reivindicações armênias, aumentando seu prestígio junto à coletividade armênia do Brasil, cujo poder econômico e social poderia lhe ser politicamente útil, em um movimento que permitiu que seu governo pudesse explorar o altruísmo, por meio do discurso humanitário, tanto no plano interno quanto externo. No fim, o aceite brasileiro no esforço conjunto em prol dos armênios não se concretizou, mas o país continuou a ser visto como um *player* importante no sistema internacional, ainda que longe do *status* de potência, mas igualmente distante do espaço que as outras nações latino-americanas ocupavam. Isso pode ser mensurado pela manutenção do Brasil no assento temporário do Conselho da Liga até 1926, quando Artur Bernardes superestimou o poder brasileiro e retirou o país da entidade, ou ainda pela nomeação

⁷¹⁴ CARONE, E. op. cit., p. 339.

do próprio Eptácio Pessoa para o posto de juiz da Corte Permanente Internacional de Justiça em 1922, quando saiu do Catete, cargo que ocupou até 1930.

Enquanto as oligarquias se digladiavam para fazer o sucessor de Eptácio Pessoa – em uma disputa que envolveu até cartas apócrifas de Artur Bernardes a Raul Soares, ridicularizando o adversário Hermes da Fonseca, publicadas fac-símile no *Correio da Manhã* como se fossem autênticas⁷¹⁵ –, Etienne Brasil tentava manter-se como representante armênio na América do Sul, não obstante o país estar sob influência soviética. Embora reconhecesse a derrota – a qual ele atribuiria ao “trabalho turco-russo; a vergonhosa política da França; e os nossos próprios erros (divisão interior, inexperiência e teimosia de nossos chefes)”⁷¹⁶ –, ele ainda questionava, em 1923, as lideranças armênias na França sobre qual era a “verdadeira situação da República do Cáucaso” e qual seria “a esperança que nós ainda temos”, esperando que algum aceno vindo da Europa pudesse recolocá-lo na posição que ocupava em 1920, antes de ser desacreditado – e até ridicularizado – pela imprensa brasileira e evitado pelos tomadores de decisões, que não mais davam ouvidos aos clamores de Etienne por ajuda aos refugiados ou a alegada opressão dos russos sobre seu país. Ele trabalharia até o final da vida como advogado, atuando no processo de urbanização da costa oeste carioca, em querelas envolvendo a posse de terrenos e imóveis. A Armênia seria vinculada novamente a Etienne somente por ocasião da sua morte, em 1955, quando foi anotada a nacionalidade “armênia” ao seu registro funerário no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, onde foi enterrado na mesma sepultura de sua mulher, sem nenhum tipo de identificação pessoal ou marca identitária que indique a posição que ocupou, algo pouco comum nas lápides dos políticos, intelectuais ou imigrantes abastados no disputado cemitério na Zona Sul carioca.

No avançar dos anos 1920, o humanitarismo perdeu espaço na agenda da política externa brasileira, pois os tomadores de decisões não viam mais utilidade em dedicar tempo e energia em questões longínquas que cada vez menos interessava aos brasileiros e, portanto, perdia força como instrumento para angariar simpatia e apoio político. Os armênios deixaram de ser vistos como povo cristão em perigo, diminuindo a capacidade empática com a sociedade brasileira, e passaram a ser encarados como imigrantes não desejáveis, rotulados como “turcos”, “asiáticos”, “apátridas”, produtores de ópio, indesejáveis e preguiçosos, em uma mudança de

⁷¹⁵ Ibid., p. 350.

⁷¹⁶ *Etienne Brasil a Mikayel Varandian*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1923 (ARFA).

imagem que merece ser analisada com mais atenção em pesquisas futuras. Sobre armênios, judeus e outros povos, um agente consular brasileiro no Oriente Médio dissertou:

[...] não são de modo algum turcos ou árabes, mas uma mescla heterogênea de toda as classes que vagabundam nos portos orientais. Judeus, armênios, muçulmanos e cristãos de Trípoli, metualis, e na maior parte gente de raça e origem indecisa.

Tais pseudo-turcos, verdadeiro lixo mediterrâneo, emigram, muito, pelo contrário, para a infelicidade dos países que os hospedam e que se reduzem hoje quase todos os países civilizados do mundo.

Estes são, com efeito, um elemento pernicioso, não por considerações de raça ou motivos étnicos, mas porque não são um elemento produtor, não são nem agricultores nem operários, mas apenas se entregam a ocupações puramente *parasitárias*, vivendo da substancia da riqueza da nação, do produto de trabalho ou outrem. Além disso, sem outro ideal senão o dinheiro, hipócritas, insinuantes, costumeiros da fraude e da mentira, desmoralizam o comércio e pervertem a mentalidade social do ambiente em que penetram⁷¹⁷. (grifo do autor)

Especificamente sobre os armênios que seriam produtores de ópio e desejavam emigrar, o funcionário do Itamaraty recomenda:

Pessoalmente, se tiver a obrigação de formular uma opinião a este respeito, julgando que o dever de um funcionário brasileiro no estrangeiro não consiste só em animar a emigração dos bons elementos, conforme a letra do regulamento, mas também em apontar os inconvenientes de uma imigração indesejável, conforme o espírito do mesmo regulamento, direi que parece-me necessário no caso dos armênios, proceder com muita circunspecção, pois não haverá muitas vantagens com a introdução de armênios [...]⁷¹⁸.

Assim, o discurso orientalista por vezes utilizado por Etienne Brasil para diferenciar armênios de turcos e criar empatia voltou-se contra os primeiros. A retórica orientalista do Estado brasileiro homogenizou negativamente os povos do Oriente Médio, criando generalizações. Na segunda metade dos anos 1920, justamente quando o país recebeu um grande número destes imigrantes, armênios e outros não estavam na pauta do dia. Incentivar a sua imigração ou incorporar suas demandas significaria apoiar a entrada de um tipo de imigrante que não interessava ao projeto vigente, aprofundado nos anos 1930 por Getúlio Vargas. Pragmaticamente, o Brasil deu as costas para a causa armênia.

⁷¹⁷ Consulado do Brasil em Constantinopla ao Ministério de Relações Exteriores. Alexandria, 14 de abril de 1930, 244/3/15.

⁷¹⁸ Idem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Fontes listadas por arquivos consultados

- *Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro (AHI)*

Araújo Jorge a Etienne Brasil. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1920, 281/2/4.

Centre Arménien du Brésil a son excellence monsieur Domício da Gama, Ministre d'affaires étrangères du Brésil. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1919, 281/2/4.

Centre Arménien du Brésil a Ministre d'affaires étrangères du Brésil. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1919, 281/2/4.

Consulado do Brasil em Constantinopla ao Ministério de Relações Exteriores. Alexandria, 14 de abril de 1930, 244/3/15.

Etienne Brasil a Araújo Jorge. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1921, 281/2/4.

Etienne Brasil a Azevedo Marques. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1920, 281/2/4.

_____. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1920, 281/2/4.

_____. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1921, 281/2/4.

Etienne Brasil a Epitácio Pessoa. Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1920, 281/2/4.

_____. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1920, 281/2/4.

_____. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1920, 281/2/4.

_____. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1921, 281/2/4.

Etienne Brasil a Rodrigo Octavio. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1920, 281/2/4.

_____. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1920, 281/2/4.

Directoria Geral dos Negócios Diplomáticos e Consulares ao Ministro de Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1920, 281/2/4.

Diretor geral a Azevedo Marques. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1920, 281/2/4.

Legação Armênia no Brasil, AHI, 281/2/4.

- *Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (AN)*

Base de Dados Nacionalidades, nº processo E.3.925, código 24391.

Naturalização de Etienne Ignace Brasil ou Etienne Brasil. NE 3.925 ano 1925, código 24391, not. 713.

- *Armenian Revolutionary Federation Archives (ARFA), Watertown, MA, EUA*

Arturo Alessandri ao presidente da República da Armênia. Santiago do Chile, 23 de dezembro de 1920.

Delegación de Chile a la Sociedad de las Naciones. Genebra, 22 de novembro de 1920.

Embaixada do Brasil na França a Avetis Aharonian. Paris, 18 de abril de 1921.

Etienne Brasil a Avetis Aharonian. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1919.

_____. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1919.

_____. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1919.

_____. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919.

_____. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1919.

_____. Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1920.

_____. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1920.

_____. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1920.

_____. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1920.

_____. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1920.

_____. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1920.

_____. Rio de Janeiro, 25 de março de 1920.

- _____. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1921.
- _____. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1921.
- Etienne Brasil a Garegin Pastrmachian*. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1920.
- Etienne Brasil a Mikayel Varandian*. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1923.
- Etienne Brasil a Mario Ruiz de los Llanos*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1920.
- Gastão da Cunha a Avetis Aharonian*. Paris, 31 de março de 1921.
- Telegrama de *Etienne Brasil a Avetis Aharonian*. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1920.
- *Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Rio de Janeiro.*
- Afrânio de Melo Franco a José Félix Alves Pacheco*. Ofício n. 18, de 6 de outubro de 1924. Fundo AMF, 74,3,4, n. 78.
- _____. Ofício n. 48, de 5 de março de 1925. Fundo AMF, 74,3,4, n. 78.
- Washington Luis a Brás Velloso*, Cofre 50.5.-30 – Coleção Marília Velloso Pinto.
- *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.*
- Memorandum sobre a Questão Armênia*: apresentado ao conselho dos ministros das relações exteriores. Nova York: Conselho Nacional Armênio da América, 7 de março de 1947. Arquivo Oswaldo Aranha.
- *Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro (FCRB)*
- Etienne Brasil a Rui Barbosa*. Rio de Janeiro 5 de novembro de 1918, CR 235/1.
- Etienne Brasil e Agop Kaissierlian a Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1919, CR 235/1 (4).

Mihran Latif a Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1887, CR 762 (11).

_____. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1918, CR 762 (11).

- *Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo (IEB/USP)*
Anotações de Marlyse Madeleine Meyer. Sem data. Acervo. Marlyse Madeleine Meyer. MMM-CAD096-002.

Etienne Brasil a Plínio Barreto. 15 de fevereiro de 1938. Série Correspondências, acervo Plínio Barreto, PB-C-CP-0204.

Luísa Gallet a Mário de Andrade. 6 de agosto de 1933. Série Correspondências, acervo Mário de Andrade, MA-C-CPL3423.

- *Hayrenik, Watertown, MA, EUA*
Hayrenik (Հայրենիք). Boston: 4 de abril de 1919.

- *Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (HDB/BN)*

A.B.C. Rio de Janeiro: 29 de janeiro de 1921.

A Época. Rio de Janeiro: 30 de novembro de 1912.

_____. Rio de Janeiro: 14 de maio de 1913.

_____. Rio de Janeiro: 2 de outubro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: 9 de março de 1916.

_____. Rio de Janeiro: 19 de março de 1916.

_____. Rio de Janeiro: 12 de junho de 1917.

_____. Rio de Janeiro: 31 de julho de 1918.

_____. Rio de Janeiro: 1 de agosto de 1918.

_____. Rio de Janeiro: 8 de fevereiro de 1919.

_____. Rio de Janeiro: 10 de abril de 1919.

A Federação. Porto Alegre: 26 de janeiro de 1920.

A Lanterna. Rio de Janeiro: 3 de dezembro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: 19 de dezembro de 1916.

A Noite. Rio de Janeiro: 3 de abril de 1915.

_____. Rio de Janeiro: 5 de abril de 1915.

_____. Rio de Janeiro: 22 de abril de 1915.

_____. Rio de Janeiro: 6 de março de 1919.

_____. Rio de Janeiro: 8 de março de 1919.

_____. Rio de Janeiro: 15 de maio de 1920.

_____. Rio de Janeiro: 24 de janeiro de 1921.

_____. Rio de Janeiro: 27 de janeiro de 1921.

A Província. Recife: 26 de janeiro de 1921.

_____. Recife: 22 de maio de 1921.

A Razão. Rio de Janeiro: 9 de fevereiro de 1920.

_____. Rio de Janeiro: 27 de dezembro de 1920.

_____. Rio de Janeiro: 5 de abril de 1921.

A Rua. Rio de Janeiro: 10 de janeiro de 1914.

_____. Rio de Janeiro: 1 de abril de 1914.

_____. Rio de Janeiro: 3 de dezembro de 1914.

_____. Rio de Janeiro: 6 de janeiro de 1915.

_____. Rio de Janeiro: 20 de maio de 1915.

_____. Rio de Janeiro: 26 de fevereiro de 1916.

_____. Rio de Janeiro: 6 de março de 1916.

_____. Rio de Janeiro: 12 de agosto de 1916.

- _____. Rio de Janeiro: 7 de abril de 1917.
- _____. Rio de Janeiro: 14 de março de 1919.
- _____. Rio de Janeiro: 15 de janeiro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 28 de janeiro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 2 de novembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 5 de novembro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 27 de janeiro de 1921.
- A Scena Muda*. Rio de Janeiro: nº 35, 24 de novembro de 1921.
- Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 06 de junho de 1911.
- _____. Rio de Janeiro: 12 de maio de 1912
- _____. Rio de Janeiro: 25 de fevereiro de 1917.
- _____. Rio de Janeiro: 10 de dezembro de 1917.
- _____. Rio de Janeiro: 12 de junho de 1919.
- _____. Rio de Janeiro: 12 de outubro de 1919.
- _____. Rio de Janeiro: 3 de janeiro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 4 de janeiro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 27 de fevereiro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 9 de julho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 11 de julho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 19 de fevereiro de 1921.
- _____. Rio de Janeiro: 20 de junho de 1921.
- _____. Rio de Janeiro: 2 de abril de 1926.
- _____. Rio de Janeiro: 21 de maio de 1929.
- Correio Paulistano*. São Paulo: 18 de dezembro de 1918.
- _____. São Paulo: 27 de janeiro de 1921.
- _____. São Paulo: 11 de agosto de 1921.
- Diario Español*. São Paulo: 27 de janeiro de 1921.
- Diário da Manhã*. Vitória: 27 de janeiro de 1921.
- Diário da Noite*. 7 de novembro de 1958.
- Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 24 de maio de 1912.
- _____. Rio de Janeiro: 6 de dezembro de 1914.
- _____. Rio de Janeiro: 14 de julho de 1915.
- _____. Rio de Janeiro: 25 de dezembro de 1915.
- _____. Rio de Janeiro: 13 de março de 1916.
- _____. Rio de Janeiro: 3 de abril de 1916.
- _____. Rio de Janeiro: 8 de abril de 1916.
- _____. Rio de Janeiro: 10 de abril de 1916.
- _____. Rio de Janeiro: 12 de novembro de 1917.
- _____. Rio de Janeiro: 23 de maio de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 29 de maio de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 26 de agosto de 1920.
- Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 4 de julho de 1911.
- _____. Rio de Janeiro: 24 de outubro de 1911.
- _____. Rio de Janeiro: 16 de fevereiro de 1921.
- Jornal do Recife*. Recife: 1 de novembro de 1920.
- O Combate*. São Paulo: 21 de maio de 1918.
- O Imparcial*. Rio de Janeiro: 20 de março de 1915.
- _____. Rio de Janeiro: 8 de abril de 1915.
- _____. Rio de Janeiro: 30 de junho de 1916.
- _____. Rio de Janeiro: 1 de novembro de 1917.

- _____. Rio de Janeiro: 10 de março de 1918.
- _____. Rio de Janeiro: 20 de maio de 1918.
- _____. Rio de Janeiro: 2 de maio de 1924.
- O Jornal*. São Luís: 11 de setembro de 1920.
- O Malho*. Rio de Janeiro: nº 604, ano XII, 11 de abril de 1914.
- O Matto-Grosso*: órgão do Partido Republicano Matto-grossense. Cuiabá: 2 de setembro de 1920.
- O Paiz*. Rio de Janeiro: 26 de julho de 1910.
- _____. Rio de Janeiro: 16 de dezembro de 1915.
- _____. Rio de Janeiro: 19 de abril de 1918.
- _____. Rio de Janeiro: 12 de janeiro de 1919.
- _____. Rio de Janeiro: 28 de fevereiro de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 15 de julho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 2 de fevereiro de 1921.
- _____. Rio de Janeiro: 23 de janeiro de 1923.
- O Pharol*. Juiz de Fora: 9 de fevereiro de 1919.
- O Seculo*. Rio de Janeiro: 23 de novembro de 1909.
- _____. Rio de Janeiro: 25 de novembro de 1913.
- Pa_cotilha*. São Luís do Maranhão: 13 de julho de 1915.
- Palcos e Telas*: revista theatral cinematográfica. Rio de Janeiro: 13 de maio de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 3 de junho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 24 de junho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 8 de julho de 1920.
- _____. Rio de Janeiro: 27 de janeiro de 1921.
- Republica*. Florianópolis: 25 de janeiro de 1920.
- Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: tomo XVI, [referente ao] ano de 1903, 1912.

- *Comunidade armênia*

Revista Cultural Brasil-Armênia. São Paulo: ano 2, nº 14, fevereiro de 1948.

Tribuna Armênia. São Paulo: Outubro, novembro, dezembro de 1965.

- *Diário Oficial da União*

Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1920.

_____. Rio de Janeiro: 13 de janeiro de 1921.

- *Folha de São Paulo*

Folha de São Paulo. São Paulo: quarta-feira, 20 de abril de 1966, 1º caderno.

- “*Matenadaran*” *Scientific Research Institute after Mesrop Mashtots, República da Armênia*

Kotchnak (Կոչնակ). Boston: 15 de setembro de 1917.

- *Museum of Literature and Art after Yeghishe Charents, Yerevan, República da Armênia (MLA/RA)*

Etienne Brasil a Archag Tchobanian, 4 de agosto de 1913, III-797, pp. 1-2.

_____. 16 de novembro 1913, III-798, pp. 3-4.

_____. 9 de fevereiro de 1914, III-799, p. 5.

_____. 28 de fevereiro de 1915, III-800, pp. 9-10.

_____. 15 de setembro de 1916, III-800, pp. 11-12.

_____. 4 de fevereiro de 1919, III-800, p. 13.

- *National Association for Armenian Studies and Research. Belmont, Massachusetts, EUA.*

Veradznutiun (Վերածնունդիւն). Boston: janeiro-fevereiro de 1919, v. 2, n. 1-2.

- *National Archives of Armenia, Yerevan, República da Armênia (NAA/RA)*

Arcebispo Ghevond Tourian, líder religioso de Esmirna a Gabriel Noradougian, Presidente da Delegação Armênia. 5 de maio de 1922, 430/1/738.

Correspondance entre le Conseil de la Société, le Président des États-Unis d'Amérique et les différents membres de la Société, au sujet de l'Arménie, 25 de novembro de 1920, 430/1/1225.

Delegação Nacional Armênia ao Arcebispo Ghevond Tourian. 16 de junho de 1922, 430/1/738.

Delegação Nacional Armênia ao Secretário do Comitê Armênio de Manchester, Sr. Karnig Findiklian. 13 de novembro de 1922, 430/1/630.

Delegação Nacional Armênia ao líder religioso dos armênios de Manchester, Arcebispo Grigoris Balakian. 28 de novembro de 1922, 430/1/987.

James A. Malcolm a Mr. Leon Pachalian, Délégation Nationale Arménienne. Lausanne, Suíça, 430/1/286.

Réponse au Ministre des Affaires Etrangères Brésilien. Genebra, 2 de dezembro de 1920.

Réponse au Président du Conseil Espagnol. Genebra, 2 de dezembro de 1920, 430/1/1225.

Réponse au Président Wilson. Genève, 2 de décembre de 1920, 430/1/1225.

Réponse du ministre des affaires étrangères du Brésil. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1920, 430/1/1225.

Réponse du Président des Etats-Unis. 1 de décembre de 1920, 430/1/1225.

Résumé de la correspondance échangée entre le conseil de la Société et le Conseil Suprême des Puissances Alliés. Communication faite à l'Assemblée par Mr. Tittoni, le 20 Novembre 1920. 430/1/1225.

Télégramme de M. Llyod George a M. Hymans. 2 de dezembro de 1920, 430/1/1225.

Télégramme du Gouvernement Belge. Bruxelas, 4 de dezembro de 1920, 430/1/1225.

Télégramme du Gouvernement de Panama. Sem data, 430/1/1225.

Télégramme du Ministre des Affaires Etrangères du Venezuela. Caracas, sem data, 430/1/1225.

Télégramme envoyé par le Conseil de la Société des Nations le 25 novembre 1920 au Président des Etats-Unis d'Amérique. 430/1/1225.

- *The New York Times.* Disponível em: <https://goo.gl/J86K>. Acesso em: 28 set. 2016.

The New York Times. Nova York: 2 de dezembro de 1920.

- *The Times.* Disponível em: <https://goo.gl/Fpg8L>. Acesso em: 28 set. 2016.

The Times. Londres: 10 de abril de 1920.

_____. Londres: 22 de abril de 1920.

_____. Londres: 3 de dezembro de 1920.

Referências bibliográficas

Teses e dissertações

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense: A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950.* Rio de Janeiro: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social

da Cultura da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em História, 2009.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski. *O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional: contrastes e conexões (1850-1919)*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em História, Política e Bens Culturais, 2012.

KARAPETIAN, Shushan. *How Do I Teach My Kids My Broken Armenian?* a Study of Eastern Armenian Heritage Language Speakers in Los Angeles. Los Angeles: Ph.D., Near Eastern Languages & Cultures, 2014.

KECHICHIAN, Hagop. *Os Sobreviventes do Genocídio: imigração e integração armênia no Brasil, um estudo introdutório*. São Paulo: Tese de doutorado em História Social, FFLCH/USP, 2000.

SAHAKYAN, Vahe. *Between Host-Countries and Homeland: Institutions, Politics and Identities in the Post-Genocide Armenian Diaspora (1920s to 1980s)*. Ann Arbor: A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy (Near Eastern Studies) in the University of Michigan, 2015.

SANSON, Alexandre. *Dos Grupos de Pressão na Democracia Representativa: os limites jurídicos*. São Paulo: Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Direito do Estado, 2013

Livros

ADJEMIAN, Aram. *The Call from Armenia: Canada's response to the Armenian Genocide*. Montreal: Corridor Books, 2015.

AKÇAM, Taner. *The Young Turks' Crime Against Humanity: the Armenian Genocide and ethnic cleansing in the Ottoman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Edições 70: Lisboa, 2012.

ARMENIA AND THE SETTLEMENT. Londres: The Armenian Bureau, 1919.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

BADIE, Bertrand. *O Diplomata e o Intruso: a entrada das sociedades na arena internacional*. Salvador: Edufba, 2009.

BALAKIAN, Grigoris. *Armenian Golgotha: a memoir of the Armenian Genocide, 1915-1918*. Nova York: First Vintage Books Edition, 2009.

BALAKIAN, Peter. *The Burning Tigris: the Armenian Genocide and America's response*. Nova York: Harper Perennial, 2003.

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. Tradução de Constancia Eggejas. São Paulo: Unesp, 2011.
- BLOXHAM, Donald. *The Great Game of Genocide: imperialism, nationalism, and the destruction of the Ottoman Armenians*. Nova York: Oxford University Press, 2005.
- BOGOSIAN, Eric. *Operation Nemesis: The Assassination Plot that Avenged the Armenian Genocide*. Nova York: Little, Brown, 2015.
- BRASIL, Etienne. *O Povo Armenio*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1917.
- _____. *Compendio de Philosophia: lógica, psychologia, historia da philosophia*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, Editores, 1917.
- _____. *Os Syrios*. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1918.
- _____. *La France au Brésil*. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1920.
- BRUNETEAU, Bernard. *O Século dos Genocídios: violências, massacres e processos genocidários da Arménia ao Ruanda*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CARMONA, Narciso Binayán. *Entre el Pasado y el Futuro: los armenios en Argentina*. Buenos Aires: Editorial Armerias, 1996.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do Nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1983, 4ª ed. v.2.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª ed. Brasília: editora da UnB, 2011.
- CHALK, Frank; JONASSOHN, Kurt. *Historia y sociología del genocidio: análisis y estudio de casos*. Buenos Aires: Eduntref/Prometeo libros, 2010.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Capitalismo: origens e dinâmica histórica*. São Paulo: edição do autor, 2014.
- COMPAGNON, Olivier. *O Adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- DEMOYAN, Hayk; et. ali. (org.). *Armenian Genocide: Frontpage Coverage in the World Press*. Yerevan: Armenian Genocide Museum-Institute, 2014.

- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2000.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre/Brasília: UFRGS/FUNAG, 2000.
- _____. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora UnB/Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
- GZOYAN, Edita. *Hayastani Arajin Hanrapetutyně yev Azgeri Ligan*. Yerevan: Academia de Ciências da República da Armênia, 2013.
- HOBBSBAWM, Eric. *The Age of Extremes*. Nova York: First Vintage Books, 1996.
- _____. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 8ª ed.
- HOURLANI, Albert. *Uma História do Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 2ª ed.
- HOVANNISIAN, Richard G. *The Republic of Armenia: from London to Sèvres, February-August 1920*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1996, vol. III.
- HOWYAN, G. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem*. Trad. Walquíria Corrêa de Araújo C. Vale. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004.
- JONES, Adam. *Genocide: a comprehensive introduction*. Londres e Nova York: Routledge, 2011, 2ª ed.
- KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua*. Porto Alegre: L&PM Pocket, edição para Kindle.
- LAYCOCK, Jo. *Imagining Armenia: Orientalism, ambiguity and intervention*. Manchester: Manchester University Press, 2009.
- LEMKIN, Raphael. *El Dominio del Eje en la Europa Ocupada*. Buenos Aires: Prometeo Libros; Eduntref, 2009.
- LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2001.
- _____. *Uma Diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LOTI, Pierre. *A Turquia Agonizante*. Rio de Janeiro: Casa A. Moura, 1913.
- MACMILLAN, Margaret. *Paz em Paris, 1919: a Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra*. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

- _____. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Globo livros, 2014.
- MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*. Bauru: Edusc, 2001.
- MANELA, Erez. *The Wilsonian Moment: self-determination and the international origins of anticolonial nationalism*. Nova York: Oxford University Press, 2007.
- MATIOSSIAN, Vartan. *Haravayin Koghmn Ashkharhi: Hayere Latin Amerikayi mej skizben minchev 1950*. Antílias, Líbano: Patriarcado Armênio da Cilícia, 2005. [“O confirm austral da Terra: os armênios na América Latina desde as origens até 1950”, em tradução livre do armênio].
- MAZOWER, Mark. *Salônica: cidade de fantasmas: cristãos, muçulmanos e judeus – 1430-1950*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- McMEEKIN, Sean. *O Expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial, 1898-1918*. São Paulo: Globo, 2011.
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. *Quando Eu Era Vivo*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- MEKHITARIAN, Kud. *Husher yev Veryishumner (1918-1935)*. Antílias, Líbano: Patriarcado Armênio da Cilícia, 1937. [“Memórias e lembranças”, em tradução livre do armênio].
- MORGENTHAU, Henry. *A História do Embaixador Morgenthau: o depoimento pessoal sobre um dos maiores genocídios do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- NASLIAN, Jean. *Les Memoires de Mgr. Jean Naslian: eveque de Trebizonde, sur les événements político-religieux en proche-orient de 1914 à 1928*. Beirute: Patriarcado da Cilícia dos Armênios Católicos, 2009, vol. 1 e 2.
- OHANIAN, Pascual Carlos. *La Cuestión Armenia y las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires/Yerevan: Academia Nacional de Ciencias de la Republica de Armenia, 2005, tomo V – 1919.
- _____. *La Cuestión Armenia y las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires/Yerevan: Academia Nacional de Ciencias de la Republica de Armenia, 2010, tomo VI-1920.
- PALMER, Alan. *Declínio e Queda do Império Otomano*. São Paulo: Globo, 2013.
- PAPIAN, Ara (org.) *Arbitral Award of the President of the United States of America Woodrow Wilson: full report of the Committee upon the arbitration of the boundary between Turkey and Armenia*. Washington, November 22nd, 1920. Yerevan, Armênia: Modus Vivendi, 2011.
- PESSOA, Eptácio. *Mensagens ao Congresso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, vol. XVII (Obras Completas de Eptácio Pessoa).
- _____. *Pela Verdade*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. vol. XXI, tomo I, p. 31. (Obras Completas de Eptácio Pessoa).

- PINON, René. *A Supressão dos Armênios: método alemão, trabalho turco*. S.d., s. ed.
- POWER, Samantha. *Genocídio: a retórica norte-americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *O Homem que Queria Salvar o Mundo: uma biografia de Sérgio Vieira de Mello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- QUATAERT, Donald. *O Império Otomano: das origens ao século XX*. Lisboa: edições 70, 2008.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, edição revisada e ampliada.
- RUYSSSEN, Georges-Henri (org.) *La Questione Armena: documenti dell'Archivio della Congregazione per le Chiese Orientali*, vol. III. Pontificio Instituto Orientale & Valore Italiano, 2014.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAPSEZIAN, Aharon. *Cristianismo Armênio*. São Paulo: Bentivegna Editora, 1997.
- SCHABAS, William A. *Genocide in International Law: the crime of crimes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, 2ª ed.
- SÉMELIN, Jacques. *Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- SHAW, Martin. *¿Qué es el genocidio?* Buenos Aires: Prometeo Libros/Eduntref, 2013.
- SLIDE, Anthony [org.]. *Ravished Armenia: and the Story of Aurora Mardiganian*. Jackson: University Press of Mississippi, 2014.
- SOARES, José Carlos de Macedo. *O Brasil e a Sociedade das Nações*. Paris: A. Pedone, Editor, 1927.
- TER MINASSIAN, Anahide. *La République d'Arménie. 1918-1920*. Bruxelas: Editions Complexe, 1989.
- TERNON, Yves. *Les Arméniens: histoire d'un génocide*. Paris: Seuil, 1996, 2ª ed.
- TOYNBEE, Arnold J. *Atrocidades Turcas na Armênia*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- TRIBUNAL PERMANENT DES PEUPLES. *Le Crime de Silence: le génocide des Arméniens*. Paris: Flammarion, 1984.
- ÜNGÖR, Ugur Ümit; POLATEL, Mehmet. *Confiscation and Destruction: the Young Turk seizure of Armenian Property*. Nova York/Londres: Continuum, 2011.

- VARTANIAN, Yeznig. *Brazilioh Hay Kaghuthë: Badmagan Degheguthiunner ev Jamanagkruthiun 1860-ên Mintchev 1947-i Vertchë*. Buenos Aires: Siphon, 1948. [“A comunidade armênia do Brasil”, em tradução livre do armênio].
- VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WATENPAUGH, Keith David. *Bread from Stones: the Middle East and the making of Modern Humanitarianism*. Oakland: University of California Press, 2015.
- WERFEL, Franz. *Os Quarenta Dias de Musa Dagh*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ZAGNI, Rodrigo Medina. *Identidades em Guerra: Imperialismo e cultura nas relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Segunda Guerra Mundial (os casos de Brasil, Argentina e México)*. Curitiba: CRV, 2015.

Artigos e capítulos de livros

- AVEDIAN, Vahagn. “The Armenian Genocide of 1915 from a Neutral Small State’s Perspective: Sweden”. In: *Genocide Studies and Prevention: an international journal*. International Association of Genocide Scholars: Vol. 5, Issue 3, Article 8, 2010.
- BARACUHY, Braz. “A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira”. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: vol. 28, nº 2, julho/dezembro de 2006.
- BRASIL, Etienne. “Le fétichisme des nègres du Brésil”. In: *Anthropos*. Viena: Bd. 3, H. 5/6, 1908.
- _____. “La Secte musulmane des Malès du Brésil et leur révolte en 1835”. In: *Anthropos*. Viena: Bd. 4, H. 1, 1909.
- _____. “Os Malês”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, T. 72, v. 120, pp. 67-126, 1909.
- _____. “O fetichismo dos negros no Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: T. 74, v. 124, pp. 193-260, 1911.
- DADRIAN, Vahakn N. “Configuración de los genocídios del siglo veinte”. In: FEIERSTEIN, Daniel (org.). *Genocidio: La administración de la muerte en la modernidad*. Buenos Aires: Eduntref, 2005.
- DUNBABIN, J. P. “The League of Nations’ place in the International System”. In: *History*. Volume 78, Issue 254, 1993.
- FRIEZE, Donna-Lee. “Three Films, one genocide: Remembering the Armenian Genocide through Ravished Armenia(s)” In: ELTRINGHAM, Nigel; MACLEAN, Pam [org.]. *Remembering Genocide*. Routledge, 2014.

- GOLDFELD, Monique Sochaczewski. "O Império Otomano e a Grande Guerra". In: *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Luzes/Instituto de Estudos Estratégicos (UFF), nº 5, vol. I, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. "Armenia – Grido del Popolo, 11 de março de 1916". In: CAPRIOGLIO, Sergio (org.). *Antonio Gramsci: cronache torinesi, 1913-1917*. Turim: Einaudi, 1980.
- HILTON, Stanley. "Brazil and the Post-Versailles World: elite images and foreign policy strategy, 1919-1929". In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University Press, Vol. 12, No. 2, Nov. 1980.
- HOLQUIST, Peter. *The Russian Empire as a "Civilized State": International Law as Principle and Practice in Imperial Russia, 1874-1878*. Washington, D.C.: The National Council for Eurasian and East European Research, 2004.
- _____. "The politics and practice of the Russian occupation of Armenia, 1915-February 1917". In: SUNY, Ronald Grigor; GÖÇEK, Fatma Müge & NAIMARK, Norman M. *A Question of Genocide: Armenians and Turks at the end of the Ottoman Empire*. Nova York: Oxford University Press, 2011.
- HOVANNISIAN, Richard G. "The Armenian Genocide and US post-war commissions" In: WINTER, Jay (org.). *America and the Armenian Genocide of 1915*. Nova York: Cambridge University Press, 2003.
- _____. "El genocidio armenio, radicalización bélica o proceso continuo premeditado? In: *Istor: revista de história internacional*. Cidade do México: Cide, ano xv, número 62, 2015.
- KREITEN, Irma. "A colonial experiment in cleansing the Russian conquest of Western Caucasus, 1856-65". In: *Journal of Genocide Research*. Routledge, 11:2, 2009.
- KUPER, Leo. "Le concept de génocide et son application aux massacres des Arméniens en 1915-1916 par les Turcs". In: TRIBUNAL PERMANENT DES PEUPLES. *Le Crime de Silence: le génocide des Arméniens*. Paris: Flammarion, 1984.
- LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. "As condições de possibilidade de efetivação da paz perpétua segundo Kant" In: *Opinião Filosófica*. Porto Alegre: PUC-RS, n. 2, v.1, Jul/Dez 2010.
- LOUREIRO, Heitor. "Beyond the Brazilian Vote: Three Decades of Activism and Counting". In: *The Armenian Weekly*. Watertown, 12 de junho de 2015.
- _____. "Diálogos entre História e Direito: o conceito de genocídio e o caso armênio" In: *Revista Fórum de Ciências Criminais*. Belo Horizonte: Fórum, v. 1, 2015.
- MELLO, Flávia de Campos. "O multilateralismo na Política Externa Brasileira" In: *Carta Internacional*. Associação Brasileira de Relações Internacionais, vol. 7, n. 2, 2012.
- MILZA, Pierre. "Política interna e política externa". In: RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 2ª ed.

- OGELMAN, Nedim; MONEY, Jeannette; MARTIN, Philip L. "Immigrant cohesion and political access in influencing host country foreign policy". In: *SAIS Review*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, Vol. 22, n. 2, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. "Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948)". In: ISHAY, Micheline R. (org.). *Direitos Humanos: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente*. São Paulo: Edusp, 2013.
- REIS, João José. "Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia" In: _____. (org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. Os jovens turcos e o projeto de modernização profissional do Exército brasileiro. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- RODRIGUES, Leda Boechat. "Grupos de pressão e grupos de interesse". In: *Curso de introdução à Ciência Política*. Brasília: Centro de documentação política e relações internacionais da Universidade de Brasília, 1974.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. "Julgamento sobre a Paz Perpétua (1756)". In: ISHAY, Micheline R. (org.). *Direitos Humanos: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente*. São Paulo: Edusp, 2013.
- SAINT-PIERRE, Charles de. "Resumo do projeto de Paz Perpétua (1713)". In: ISHAY, Micheline R. (org.). *Direitos Humanos: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente*. São Paulo: Edusp, 2013.
- SANTOS, Norma Breda dos. "Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 46 (1), 2003.
- SHAIN, Yossi & BARTH, Aharon. "Diasporas and International Relations Theory" In: *International Organization*. Cambridge: the IO Foundation, n. 57, 2003, p. 451.
- TÖLÖLYAN, Khachig. "Rethinking Diaspora(s): Stateless Power in the Transnational moment". In: *Diaspora: a journal of transnational studies*. Toronto: University of Toronto Press, volume 5, number 1, 1996.
- _____. "The Armenian Diaspora as a transnational actor and as a potential contributor to conflict resolution". In: *Capacity Building for Peace and Development: roles of diaspora*. Toronto: University for Peace/United Nations, High level expert forum, booklet 1, 2006.
- _____. "The contemporary discourse of Diaspora Studies" In: *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*. Duke University Press, vol. 27, n. 3, 2007.
- VARNAVA, Andrekos. "French and British Post-War Imperial Agendas and Forging an Armenian Homeland after the Genocide: The Formation of the Légion d'Orient in October 1916" In: *The Historical Journal*, 57, pp. 997-1025.

- VERNANT, Jean-Pierre. “A ‘Beautiful Death’ and the disfigured corpse in Homeric Epic”. In: _____. *Mortals and Immortals: Collected Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- WATENPAUGH, Keith David. “The League of Nations’ rescue of Armenian genocide survivors and the making of modern Humanitarianism, 1920-1927”. In: *The American Historical Review*. Chicago: The University of Chicago Press, Vol. 115, No. 5, 2010.
- _____. “Between communal survival and national aspirations: Armenian Genocide refugees, the League of Nations, and the Practices of interwar humanitarianism”. In: *Humanity: an international journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*. Vol. 5, n., 2, 2014.
- WEHRS, Carlos. “Instituto Histórico e Geográfico Fluminense – sua fundação.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IHGRJ, 1994-1995.
- WILSON, Woodrow. “Discurso dos Catorze Pontos (1918)”. In: ISHAY, Micheline R. (org.). *Direitos Humanos: uma antologia – principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente*. São Paulo: Edusp, 2013.

ANEXO

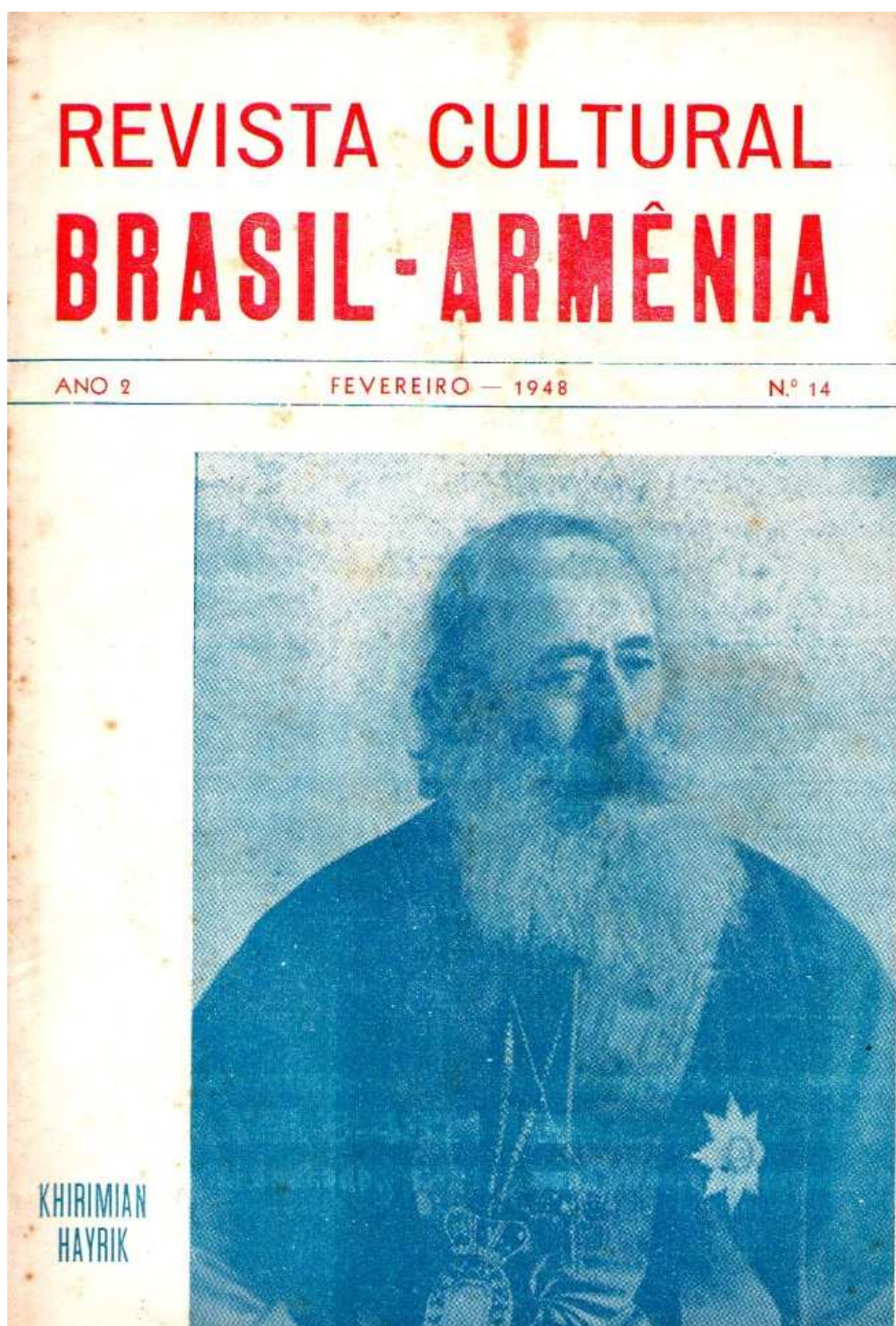


Figura 1: Publicação ligada à Federação Revolucionária Armênia (*Dashnak*) editada em São Paulo estampa foto de Khirimian “Hayrik” (Pai) na sua edição de fevereiro de 1948.



Figura 2: Publicação parisiense de 29 de maio de 1897 retrata Sultão Abdul-Hamid II



Figura 3: Mapa do declínio do Império Otomano. Fonte: *Enciclopédia Britânica*, 1997.

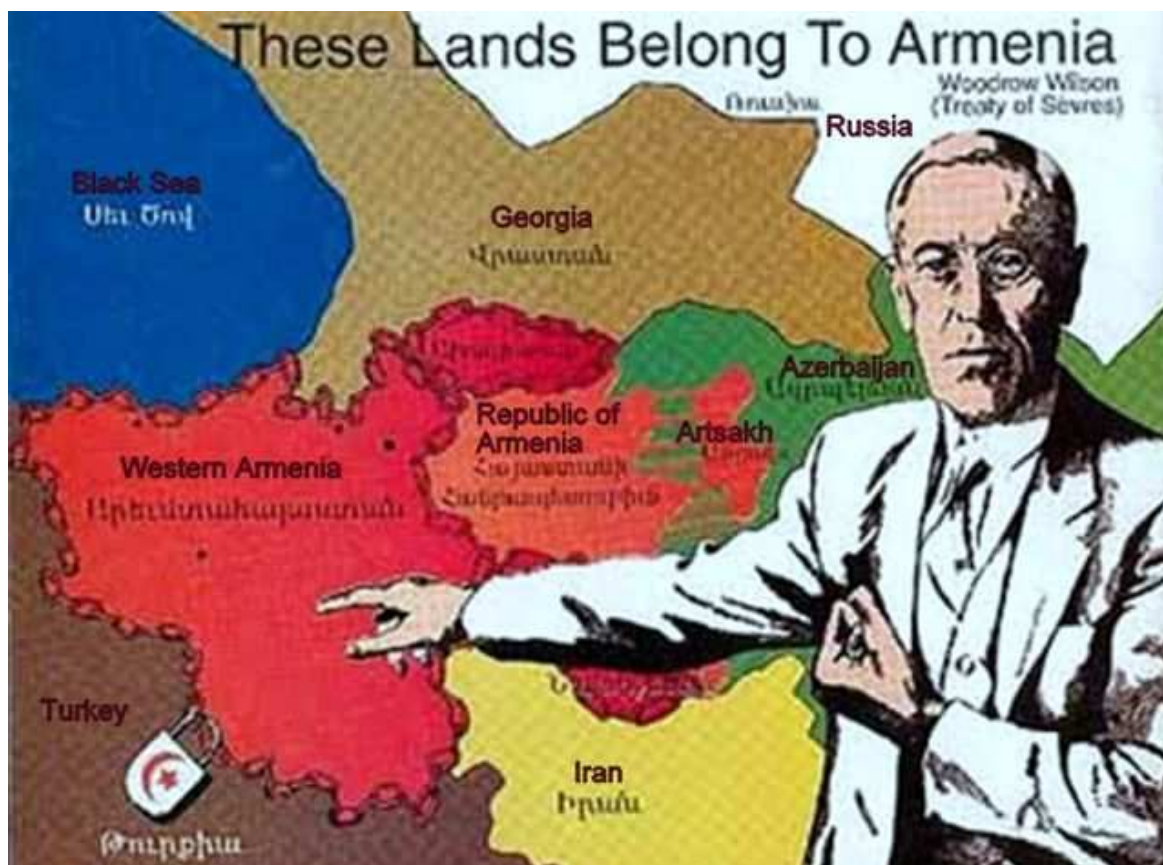


Figura 4: Fonte – BOYADJIAN, David. “The Woodrow Wilson Center Desecrates its Namesake’s Legacy and Violates its Congressional Mandate”. In: *Foreign Policy Journal*. 9 de maio de 2010.



Figura 5: Fotografia de Etienne Brasil publicada na imprensa carioca junto a um artigo de sua autoria. Fonte: *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 24 de maio de 1912, p. 2 (HDB/BN).



Figura 6: Capa do livro *O Povo Armênio*, de Etienne Brasil, 1917. Reprodução de fotocópia do acervo do Prof. Dr. Hagop Kechichian



Figura 7: Fonte: *O Malho*. Rio de Janeiro: 5 de junho de 1920, p. 30 (HDB/BN).

PALCOS E TELAS

CINEMATOGRAFICA

A COMPANHIA BRASIL e no nosso mercado a Importadora e
CINEMATOGRAFICA -- exhibidora de FILMS de PREÇO e de
 QUALIDADE, das obras primas pro-
 duzidas pelas principais fabricas e
 pelos fabricantes independentes.



NO DIA 5 DE JULHO NO ODEON

LEILÃO DE ALMAS

O publico do Rio vae ter emfim occasião de apreciar a mais horripilante narrativa que já se tenha feito, na face da terra, da crueldade e da ferocidade humana.

AURORA MARDIGANIAN, a infeliz heroína, a filha desgraçada da massacrada Armenia, ella propria vae nos contar a sua historia e as scenas vandalicas a que, louca de terror, assistiu, á espera do momento em que seria trucidada tambem !

E o seu relatorio, que é um testemunho pessoal, cobra maior valor ainda, porque attestam a sua veracidade o Visconde de Bryce e Arthur Margenthau, embaixadores, respectivamente, da Inglaterra e da Allemanha.

Leilão de almas

produzirá a mais profunda das sensações !

Figura 8: Fonte: *Palcos e Telas*. Rio de Janeiro: 24 de junho de 1920 (HDB/BN).